

The background of the cover is an abstract, textured composition of vibrant colors including red, orange, yellow, blue, and purple. A grid of small white dots is overlaid on the right side of the image. The text is contained within a white rectangular area on the left.

C S O  
- N L  
I N E

REVIS TA  
ELETRÔNICA  
DE  
CIÊNCIAS  
SOCIAIS

**DOSSIÊ:**

AUTORIA,  
SUBSTANTIVO  
FEMININO:  
CLÁSSICAS DO  
PENSAMENTO  
SOCIOLÓGICO

**DOSSIÊ:**

ETNOGRAFIA EM  
TEMPOS DE  
PANDEMIA:  
PERSPECTIVAS,  
DESAFIOS E  
REALIZAÇÕES

N. **36**

**2022**

ISSN 1981 2140



# CSOnline

Revista Eletrônica de Ciências Sociais

## EQUIPE EDITORIAL

Alina Pacheco Govêa  
Bianca Souza Bernardino  
Carlos Eleonay Meirelles Garcia  
Denise Cristina de Moura  
Eric Barbosa Fraga  
Gilson Gomes dos Santos  
Gustavo Gabaldo Grama de Barros Silva  
Izabella Barcellos Faria  
Jaqueline Ferreira de Souza  
Lara Bortolusci Leporati  
Mariane Rodrigues Silva  
Mário Henrique de Campos Ramalho  
Suzane Carvalho Domingos  
Thaís Ragone Azevedo

## REVISÃO

A responsabilidade final sobre a revisão dos textos da CSONline –  
Revista Eletrônica de Ciências Sociais é dos próprios autores.

## PROJETO GRÁFICO

Raquel Medeiros

## CAPA

Suzane Carvalho Domingos

## CONSELHO CONSULTIVO

Cássio Brancaleone (UFFS)  
Diogo Tourino (UFV)  
Eduardo Salomão Condé (UFJF)  
Eduardo Magrone (UFJF)  
Elizabeth Pissolato (UFJF)  
Euler David Siqueira (UFJF)  
Fátima Tavares (UFBA)  
Francisco Colom González (IFCSIC/Espanha)  
Inácio Manuel Cruz (FIC)  
Ignácio Godinho Delgado (UFJF)  
Jessé Souza (UFJF)  
João Dal Poz Neto (UFJF)  
José A. Figueiredo Santos (UFJF)  
Juliana Anacleto (UFMG)  
Jurema Gorski Brites (UFMS)

Leonardo Andrada (UFJF)  
Marcela Beraldo (UFJF)  
Marcelo Camurça (UFJF)  
Octávio Bonet (UFRJ)  
Paulo Fraga (UFJF)  
Raul Francisco Magalhães (UFJF)  
Rogéria Campos (UFJF)  
Rubem Barboza Filho (UFJF)

Sumário	
<b>Nota Editorial</b>	<b>6</b>
Eric B. Fraga	
Dossiê Etnografia em Tempos de Pandemia	
<b>Apresentação</b>	
Adrielle Luchi Coutinho Bove, Gabriel Salgado Ribeiro de Sá, Rafael Siqueira Machado	8
<b>Os reflexos da Pandemia (COVID-19) sobre o aumento de casos de violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil</b>	
Bruna Luiza de Oliveira, Aparecida de Sousa Damasceno	13
<b>Notas sobre uma pesquisa em quarentena</b>	
Marcos Nogueira Milner	29
<b>Comunidade Cristã Paz e Vida e sua dimensão coletiva pós-COVID-19</b>	
André Magalhães Coelho	56
Dossiê Autoría: Substantivo Feminino	
<b>Mulheres teóricas na história da sociologia</b>	
Fernanda Henrique Cupertino Alcântara, Eliana Debia, Giulle Adriana Vieira da Mata, Andrea Ozamiz	86
<b>Uma visão histórica e moral da origem e do progresso da Revolução Francesa e o efeito que produziu na Europa (1794) – Fragmento</b>	
Eliana Debia	98
<b>Empirismo e Razão na Sociologia de Harriet Martineau</b>	
María-Rocío NAVARRO-FOSAR	124
<b>Entre Jean-Jacques Rousseau e Harriet Martineau: das críticas aos relatos de viagens ao vislumbre metodológico</b>	
Breno Bertoldo Dalla Zen	169
<b>Charlotte Perkins Gilman, pionera de la sociología: un legado relacional para teorizar el género, cuerpos y artefactos</b>	
Olga Sabido Ramos	192

Mulheres e classe na análise sociológica: um olhar sobre o pensamento de Alexandra Kollontai (1872–1952)  
Nathalia de Carvalho Terra 223

Artigos de fluxo contínuo

Fundamentos sobre Estado, Sociedade Civil e Democracia Participativa: uma reflexão teórica a partir de Gramsci  
Danuta Estrufika Cantoia Luiz, Kelen Koupak 244

*No coração dessa tragédia se encontra a raça*: relações de gênero, masculinidades negras e as narrativas sobre o preconceito e discriminação na escola  
Beatriz Guigliani 269

*Rightful resistance* em movimentos sociais de reforma agrária: uma análise das razões de o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ter evitado radicalização  
Juliana Belino 297

Educação e desenvolvimento sustentável no contexto político das eleições de 2020 em Caxias do Sul/RS  
João Paulo Borges da Silveira 325

Resenhas

Violência post-mortem: uma resenha do livro "Governar os Mortos: necropolítica, desaparecimento e subjetividade", de Ffábio Luís Franco  
Thiago Canettieri 351

Nossa segunda edição de 2022 é composta por dois dossiês. O primeiro, intitulado *Etnografia em tempos de pandemia*, organizado por Adrielle Luchi Coutinho Bove, Gabriel Salgado Ribeiro de Sá e Rafael Siqueira Machado. O segundo dossiê desta edição, *Autoria: substantivo feminino*, organizado por Fernanda Henrique Cupertino Alcântara, Giulle Vieira da Mata, Eliana Debia e Andrea Ozamiz. Na sessão de fluxo contínuo, contamos com quatro trabalhos: *Fundamentos sobre Estado, Sociedade Civil e Democracia Participativa: uma reflexão teórica a partir de Gramsci*, de Danuta Estrufika Cantoia Luiz e Kelen Koupak, *No coração dessa tragédia se encontra a raça: relações de gênero, masculinidades negras e as narrativas sobre o preconceito e discriminação na escola*, de Beatriz Guigliani, *Rightful resistance em movimentos sociais de reforma agrária: uma análise das razões de o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ter evitado radicalização*, de Juliana Belino e *Educação e desenvolvimento sustentável no contexto político das eleições de 2020 em Caxias do Sul/RS*, de João Paulo Borges da Silveira. Também contamos com a importante resenha: *Violência post-mortem: uma resenha do livro "Governar os Mortos: necropolítica, desaparecimento e subjetividade"*, de Fábio Luís Franco, por Thiago Canetti.

Acredito firmemente no potencial dos trabalhos e autores aqui publicados, variando em diversos temas de interesse as Ciências Sociais que demonstram tanto a abrangência de nossa área quanto sua importância a produção de conhecimento.

Esta nova edição só seria possível graças ao esforço contínuo de toda equipe, agora com novos editores e editoras que prontamente aceitaram este trabalho desafiador, mas altamente recompensador. Sem Alina Pacheco Govêa, Bianca Souza Bernardino, Denise Cristina de Moura, Gilson Gomes dos Santos, Gustavo Gabaldo Grama de Barros Silva, Izabella Barcellos Faria, Jaqueline Ferreira de Souza, Lara Bortolusci Leporati, Mariane Rodrigues Silva, Mário Henrique de Campos Ramalho, Suzane Carvalho Domingos e Thaisa Ragone Azevedo esta edição não estaria disponível. Agradeço também a Carlos Eleonay Meirelles Garcia, por dividir comigo a editoria da revista e por sua dedicação ao trabalho mesmo em momentos difíceis. Também devo um agradecimento especial a Suzane Domingos, que prontamente assumiu a parte gráfica e nossas redes sociais no momento que adentrou a equipe e tem feito um trabalho maravilhoso, como, por exemplo, a capa desta edição. Agradeço imensamente pela

## Nota Editorial

possibilidade de contar com vocês em mais um número da CSOnline

Este volume também marca a finalização do nosso ano de 2022, com certo atraso, mas com grande comprometimento ao trabalho editorial e cuidado com todos os trabalhos que nos foram confiados, dando o tratamento e tempo necessário para que a edição publicada seja a melhor possível. É importante notar também que ainda sofremos os reflexos da pandemia dos anos anteriores e que vamos, pouco a pouco nos reestruturando após esse impacto. Acredito que trabalhos incríveis nos esperam no ano de 2023 para a CSOnline.

Boa leitura,

Eric B. Fraga.

Editor Executivo da Revista CSOnline.



# ETNOGRAFIAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Adrielle Luchi Coutinho Bove<sup>1</sup>

Gabriel Salgado Ribeiro de Sá<sup>2</sup>

Rafael Siqueira Machado<sup>3</sup>

Após quase dois anos decorridos de uma pandemia cujas consequências ainda são desafiadoras de serem quantificadas precisamente em termos de perdas de vidas, índices de inflação, níveis de pobreza e disparidades sociais, concebê-la meramente como uma tragédia ou de uma forma de violência imposta, resultante de políticas e práticas negacionistas seria redundante. Esse evento, inquestionavelmente, exerce um impacto direto sobre as principais contribuições no âmbito das Ciências Sociais, ao se sobrepor materialmente às reflexões desenvolvidas nessas áreas de conhecimento, emergindo como uma urgência que requer análise e intervenção, além de impor restrições que afetam diversas pesquisas, notadamente a etnografia, um método teórico-metodológico amplamente difundido nas Ciências Sociais e, em especial, na disciplina da Antropologia. Significa dizer que tanto a dimensão dos impactos sociais em suas diferentes instâncias transformou as relações e produziu novas e necessárias potencialidades de campo a fim de dar conta destas dimensões, quanto transformou o próprio fazer etnográfico, reconfigurado pela internet, redes sociais, uso de máscaras, isolamento e etc.

As doenças infecciosas, como no caso da pandemia de COVID-19, desafiam as possibilidades de viver juntos (SINGER, 2014; KÉCK et al, 2019), transformando relações sociais por completo, concebendo novos sujeitos impactados pela trama do adoecimento e do medo. Sob este ponto de vista, destacamos as doenças infecciosas como elementos complexos, cujas dimensões biológicas constitutivas, seus

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. [adrielleluchi@gmail.com](mailto:adrielleluchi@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. [gabrielsalgado4@hotmail.com](mailto:gabrielsalgado4@hotmail.com)

<sup>3</sup> Doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. [faelborgjr@hotmail.com](mailto:faelborgjr@hotmail.com)

## ETNOGRAFIAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

curiosos e impactos mensurados pela biomedicina, não esgotam suas consequências, percepções e possíveis campos de ação em torno das sociabilidades que se aglutinam em torno desse fenômeno. Ainda sobre o recente evento, queremos destacar que epidemias são contextos analíticos que podem revelar, através de “situações sociais” (GLUCKMAN, 1995) específicas, formas de construções relacionais que tanto podem diferir em ocasiões distintas, como exacerbar processos de violência, desigualdade e outras problemáticas, ou ainda sugerir transformações essenciais e formas de adequação da vida quando seu impacto incorre de forma traumática, como aponta Veena Das (1995).

Sobre esta autora, seu conceito de “evento crítico” (DAS, 1995) se torna uma interessante sugestão que auxilia na reflexão sobre o evento pandêmico em si, no que tange às reconfigurações, adaptações e transformações na vida dos sujeitos a partir de um evento paradigmático, desafiador e/ou violento, como catástrofes naturais, conflitos armados, violência doméstica, abusos ou pandemias, isto é, uma marcação temporal reguladora de (novas) formas e reconfigurações de vida. Segundo Das (1995), os eventos críticos são caracterizados por sua natureza disruptiva e pela capacidade de expor as contradições e as falhas das estruturas sociais e normativas. Uma das características-chave dos eventos críticos é a sua capacidade de desestabilizar as narrativas dominantes e convencionais, abrindo espaço para diferentes interpretações e perspectivas. Tais podem levar as pessoas a questionar as normas estabelecidas, a reavaliar suas identidades e a repensar suas relações com os outros e com a sociedade. A COVID-19 e seu desencadeamento pandêmico pode assim ser pensada enquanto um “evento crítico” (DAS, 1995), cujas dimensões alcançaram boa parte do mundo, incitando pesquisas e a reformulação significativa da prática etnográfica.

Neste sentido, pode-se argumentar que:

Uma das medidas iniciais para controlar o avanço da pandemia foi a recomendação de evitar contato físico em vista do alto grau de contágio do novo coronavírus. Nesse contexto, proximidade, distanciamento e isolamento passaram

## ETNOGRAFIAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

a constituir tanto um vocabulário familiar, como instrumentos de política pública em saúde. A imagem de perigo da proximidade e o contato figuram, contudo, em um histórico mais amplo de outras coletividades e povos em suas experiências com processos de saúde-doença e violências (OLIVEIRA, *et al*, 2020, p.8)

Estas políticas de isolamento implementadas em diferentes graus concebem um “evento crítico” que impacta não somente contextos de vida que podem ser expressos em pesquisas, mas atravessam os próprios alicerces das práticas etnográficas – em sua maioria – realizadas presencialmente. A prática etnográfica, estabelecida como um aspecto fundamental no campo da antropologia desde o início do século passado – com Malinowski e sua pesquisa sobre os trobriandeses – amplamente adotada e reconhecida em outras disciplinas das Ciências Sociais, passou por processos significativos de reconfiguração, resultantes da impossibilidade de realizar pesquisas em ambientes presenciais devido aos impactos da pandemia. Essa situação levou à reconfigurações de pesquisas em andamento, dando um grau de complexidade às circunstâncias desafiadoras diante de incertezas em torno das interações presenciais e até mesmo virtuais. Pode-se considerar que, pela primeira vez, nos deparamos com um evento catastrófico de escala global que verdadeiramente afeta a prática etnográfica, demandando que pesquisadores de todo o mundo se adaptem e reconfigurem suas abordagens de pesquisa. Portanto, a proposta deste dossiê foi contemplar trabalhos que reflitam sobre os caminhos possíveis, as problemáticas, os impasses e as alternativas diante das restrições impostas pela pandemia, que podem representar um obstáculo significativo para a condução de pesquisas de campo imersivas.

Assim, apresentamos o primeiro trabalho, intitulado “Os Reflexos da Pandemia (COVID-19) sobre o Aumento de Casos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no Brasil”, de autoria de Bruna Luiza de Oliveira, que versou sobre o novo panorama desencadeado pela pandemia, examinando medidas políticas adotadas pelo governo federal brasileiro, suas repercussões e consequências no âmbito da violência doméstica. Seguindo uma perspectiva interdisciplinar que transitou entre as dimensões jurídicas e

## ETNOGRAFIAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

literárias, o trabalho abordou como a pandemia gerou uma nova reconfiguração da questão da violência doméstica, reforçando circunstâncias socio estruturais particulares da sociedade brasileira.

O segundo trabalho, de Marcos Nogueira Milner, cujo título foi “Máscaras e Álcool em Gel ou Chamadas de Vídeo? Notas sobre uma etnografia em quarentena”, abordando os obstáculos metodológicos encontrados durante a realização de uma pesquisa de campo nos primeiros meses de 2020, no início da pandemia de coronavírus. O estudo propôs considerar o contexto, os recortes e as particularidades relacionadas ao público-alvo selecionado, composto por indivíduos acima dos quarenta e cinco anos, desempregados, com acesso limitado à internet. Neste contexto foi discutido as estratégias adotadas para o recrutamento de informantes e a condução do trabalho de campo. Deste modo, o trabalho elucidou como a criatividade etnográfica se tornou um elemento significativo para se pensar a continuidade do devir antropológico em um momento extremamente desafiador para a disciplina.

Por fim, o terceiro trabalho, “Comunidade Cristã Paz e Vida e Sua Dimensão Coletiva Pós-COVID-19”, de André Magalhães Coelho, versou sobre a dimensão coletiva da comunidade cristã “Paz e Vida” localizada em São Mateus, Zona Leste de São Paulo, e analisou as formas de coletividade e percepções religiosas consequentes da pandemia de COVID-19, bem como as reconfigurações do espaço de integração diante desse cenário, através de uma pesquisa com pastores e fiéis desta comunidade. O artigo buscou capturar perspectivas e experiências vivenciadas, dando um panorama sobre estratégias adotadas por lideranças e fiéis para manter a conexão e a espiritualidade em tempos de distanciamento social. As descobertas contribuem para uma compreensão mais abrangente dos impactos pandêmicos nas sociabilidades religiosas.

Portanto, acreditamos que os trabalhos que compõe este dossiê foram extremamente ricos para prover diferentes prismas sobre a pandemia, evidenciando aspectos significativos da transformação da antropologia diante de circunstâncias sócio-históricas extraordinárias, reforçando a

## ETNOGRAFIAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

resiliência e a adaptabilidade como marcas significativas da disciplina.

### Bibliografia

DAS, Veena. **Critical Events: an anthropological perspective on contemporary India**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

GLUCKMAN, Max. **Custom and Conflict in Africa**. Oxford: Blackwell. 1995

KECK, Frédéric et al. **Introduction: the Anthropology of Epidemics**. IN: *The Anthropology of Epidemics*. Ann H. Kelly, Frédéric Keck and Christos Lynteris (eds). Routledge. 2019.

OLIVEIRA, T. L.; MATOS, L. O.; GHIROTTI SANTOS, M.; LAURINO, B. van S. M., OLIVEIRA, A. F.; & REGITANO, A. Para que serve a antropologia (em tempos de Covid-19)? **Cadernos De Campo** (São Paulo – 1991). 29(supl). 1-15. 2020.

SINGER, Meryll. **The anthropology of Infectious Disease**. 320 p. Walnut Creek, CA, USA: Left Coast Press, 2014.

# OS REFLEXOS DA PANDEMIA (COVID-19) SOBRE O AUMENTO DE CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER NO BRASIL

Bruna Luiza de Oliveira<sup>1</sup>  
Aparecida de Sousa Damasceno<sup>2</sup>

## Resumo

O objetivo deste artigo é demonstrar que a pandemia trouxe várias mudanças, dentre elas de hábitos como a necessidade de utilização de máscaras, a necessidade de maior higienização e várias outras, inclusive determinações de isolamento social, de modo que as pessoas precisaram ser mantidas em suas residências, independentemente da situação familiar em que se encontrava. As novas emoções de acordo com a situação vivenciada e as frustrações individuais foram potencializadores para a exteriorização da raiva, aumentando o número de ocorrências de violência doméstica. Esse tipo de violência há séculos já existia e era inclusive retratado em poemas, se demonstrando ser fator inserido na sociedade Brasileira, porém, foi aumentado em decorrência das emoções vivenciadas na pandemia, levando a uma expressão ainda maior de fatores de manutenção de poder e hierarquização social como a agressão. Assim, pretende-se neste trabalho uma reflexão sobre o novo cenário causado pela pandemia de Covid-19, as medidas implementadas pelo governo brasileiro e seus consequentes reflexos sobre a violência doméstica no Brasil, por meio de pesquisa bibliográfica, tendo como marco as emoções situacionais.

**Palavras-chave:** pandemia; violência; mulher; emoções

## The reflections of the Pandemic (COVID-19) on the increase in cases of domestic and family violence against women in Brazil

## Abstract

The purpose of this article is to demonstrate that the pandemic brought about several changes, including habits such as the need to use masks, the need for

---

<sup>1</sup> Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica, Puc Minas, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, FAPEMIG; Pós graduada em Direito Público pela PUC Minas e em Direito Público com ênfase em Administração Pública pela Faculdade Arnaldo; Advogada; Bacharel em Direito pela Faculdade Minas Gerais, FAMIG, com bolsa pelo Programa Universidade para Todos, PROUNI. Participante do Grupo de Pesquisa 'Grupo de Estudos avançados em direitos fundamentais, processo democrático e Jurisdição Constitucional' da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.  
email: [brunaluizadeoliveira@outlook.com](mailto:brunaluizadeoliveira@outlook.com)

<sup>2</sup> Procuradora Municipal - Prefeitura Municipal de Arcos/MG. Cursou Máster en Protección Jurídico-Social de Personas y Colectivos Vulnerables - Universidad de Cádiz (Espaa). Especialista em Direito Processual e graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Faculdade Mineira de Direito. Especialista em Direito Imobiliário pela Universidade Candido Mendes - UCAM. Foi advogada da Câmara Municipal de Arcos/MG. Email: [damasceno.aparecida.adv@gmail.com](mailto:damasceno.aparecida.adv@gmail.com).



## OS REFLEXOS DA PANDEMIA (COVID-19) SOBRE O AUMENTO DE CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

greater hygiene and several others, including determinations of social isolation, so that people needed to be kept in their residences, regardless of the family situation in which they found themselves. New emotions according to the situation experienced and individual frustrations were potential for the externalization of anger, increasing the number of occurrences of domestic violence. This type of violence had existed for centuries and was even portrayed in poems, proving to be a factor inserted in Brazilian society, however, it was increased as a result of the emotions experienced in the pandemic, leading to an even greater expression of power maintenance factors and hierarchy such as aggression. Thus, this work intends to reflect on the new scenario caused by the Covid-19 pandemic, the measures implemented by the Brazilian government and their consequent reflections on domestic violence in Brazil, through bibliographical research, having how to frame situational emotions.

**Keywords:** pandemic; violence; woman; emotions.

### Os reflejos de la Pandemia (COVID-19) sobre el aumento de casos de violencia doméstica e familiar contra las mujeres en Brasil

#### Resumen

El propósito de este artículo es demostrar que la pandemia trajo varios cambios, entre ellos hábitos como la necesidad de usar mascarillas, la necesidad de mayor higiene y varios otros, incluyendo determinaciones de aislamiento social, por lo que las personas necesitaban mantenerse en sus residencias, cualquiera que sea la situación familiar en que se encuentren. Nuevas emociones de acuerdo con la situación vivida y frustraciones individuales fueron potenciales para la exteriorización de la ira, aumentando el número de ocurrencias de violencia doméstica. Este tipo de violencia había existido durante siglos e incluso fue retratado en poemas, demostrando ser un factor inserto en la sociedad brasileña, sin embargo, se incrementó como resultado de las emociones vividas en la pandemia, lo que llevó a una expresión aún mayor de mantenimiento del poder. factores y jerarquía como la agresión. Así, este trabajo pretende reflexionar sobre el nuevo escenario provocado por la pandemia de Covid-19, las medidas implementadas por el gobierno brasileño y sus consecuentes reflexiones sobre la violencia doméstica en Brasil, a través de la investigación bibliográfica, teniendo como enmarcar las emociones situacionales.

**Palabras clave:** pandemia; violencia; mujer; emociones

# OS REFLEXOS DA PANDEMIA (COVID-19) SOBRE O AUMENTO DE CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Sob diversos sentidos e perspectivas, o ano de 2020 se revelou desafiador no Brasil e no mundo. A pandemia (Covid-19) impôs uma drástica mudança de hábitos na realidade da população em geral; e o isolamento social foi uma das principais medidas adotadas, que ensejou a inafastável reconfiguração da rotina dos indivíduos.

Carlos Drummond de Andrade (2012) inicia o poema “Sentimento do Mundo” com um eu lírico que diz “Tenho apenas duas mãos/ e o sentimento do mundo”. Essa sensação, extraída da literatura, parece ser um traço marcante do momento presente, devido às inesperadas circunstâncias – em que muitos planos foram adiados, muitos cenários foram subitamente alterados e os sujeitos tiveram simplesmente de se adaptar às exigências e restrições que a pandemia trouxe consigo. Para muitos, a nova situação permitiu a reinvenção de possibilidades e a inovação. Para outros, a falta de perspectivas favoreceu uma sensação angustiante e, em alguma medida, de impotência.

Neste contexto, um fato que merece atenção e reflexão é o efeito potencializador que a pandemia teve sobre os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil. O problema, já antigo, pode ter se acentuado justamente graças ao isolamento social, que implicou em uma convivência mais próxima e contínua entre vítima e agressor, os quais segundo a sociologia das emoções passaram a agir conforme as novas circunstâncias e agir em resposta às novas emoções, inclusive com a manutenção de estímulos sociais hierárquicos.

Assim, pretende-se neste artigo propor uma reflexão sobre o novo cenário causado pela pandemia de Covid-19, as medidas implementadas pelo governo brasileiro e seus consequentes reflexos sobre a violência doméstica no Brasil. Para tanto, será utilizada como estratégia a correlação entre o aumento dos casos de violência doméstica durante a pandemia com a sociologia das emoções, tendo como marco as emoções situacionais que não corresponder às expectativas e sobrepesam as relações hierárquicas de poder, abordada por James M. Jasper no artigo A sociologia das emoções face a face.

# OS REFLEXOS DA PANDEMIA (COVID-19) SOBRE O AUMENTO DE CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

## 1. A PANDEMIA E SEUS REFLEXOS NOS HÁBITOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Conforme a Folha Informativa da Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS (2020), a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (Covid-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, configurando o mais alto nível de alerta da Organização, conforme o Regulamento Sanitário Internacional. Posteriormente, em 11 de março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma situação de pandemia.

Várias medidas para a contenção do vírus foram adotadas individualmente pelos cidadãos e coletivamente pelos governantes, sendo estas tanto preventivas quanto repressivas. Dentre as medidas individuais pode-se citar a higienização das mãos com água, sabão e álcool etílico hidratado 70° INPM, o não compartilhamento de objetos, a utilização de máscaras de proteção, o distanciamento social e a opção por evitar aglomerações.

No Brasil, as primeiras medidas aplicadas foram a preparação do sistema de saúde público e a informação da população, além da aplicação de medidas constritivas de acordo com as diretrizes estaduais. Houve a suspensão do ajuste anual do valor de medicamentos previstos na Lei nº. 10.742/2003 e foram simplificados os requisitos para fabricação, importação e aquisição de dispositivos médicos prioritários para uso em máscaras cirúrgicas, respiradores, entre outros. Além disso, foram definidas novas diretrizes às operadoras de plano de saúde pela Agência Nacional de Saúde Suplementar para suprir as necessidades médicas da sociedade. Algumas das principais medidas aplicadas foram o fechamento de comércios não essenciais, a paralisação das aulas presenciais em escolas e a imposição de isolamento social.

Sob o ponto de vista econômico, as principais medidas foram a publicação de lei que instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e determinou medidas complementares para o enfrentamento dos efeitos econômicos e sociais causados pela pandemia do Coronavírus e o pagamento

## OS REFLEXOS DA PANDEMIA (COVID-19) SOBRE O AUMENTO DE CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

do Auxílio Emergencial de Proteção Social a pessoas em situação de vulnerabilidade devido à pandemia da Covid-19.

Medidas de restrição têm sido aplicadas em todos os países onde vírus se alastrou. Neste contexto, é importante considerar os reflexos sociais que tais medidas têm gerado para a coletividade, haja vista que o intuito de evitar o contágio através de providências como o isolamento social, o cancelamento de eventos, a suspensão de parte das atividades de comércio, indústria e da própria Administração Pública podem funcionar como verdadeiros potencializadores de problemas preexistentes, como é o caso da violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil.

A pandemia alterou a situação anteriormente vivenciada pela sociedade e trouxe piora em vários setores. No caso dos trabalhadores, tanto os formais quanto os informais foram atingidos, porém estes foram mais afetados, sendo houve queda no emprego informal de -12,06%. Quanto aos empregos formais houve redução de 20,6% para pessoas com até três anos de estudo e de 15,8% para pessoas com quatro a sete anos (VELOSO, 2021).

A paralisação nacional trouxe efeitos para todos, a Agência Nacional de Transportes Terrestres manifestou a existência de desequilíbrio econômico e financeiro no setor (KRAMER; NEME, 2021)

A combinação de tensões econômicas e sociais provocadas pela pandemia, bem como restrições à circulação de pessoas provocaram diversos efeitos como o desequilíbrio econômico, com a redução de circulação da moeda; o desemprego em massa; o endividamento dos cidadãos; além do agravamento da situação de famílias que já viviam sob condição financeira precária, aumentando a fome e atingindo a dignidade da pessoa humana. Dentre outros reflexos da pandemia, verifica-se um o aumento drástico do número de mulheres e meninas que enfrentam casos de violência.

## 2. O AUMENTO DO NÚMERO DE CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Uma das graves consequências decorrentes da pandemia foi o aumento do número de casos de violência doméstica e familiar

## OS REFLEXOS DA PANDEMIA (COVID-19) SOBRE O AUMENTO DE CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

contra a mulher no Brasil. Consta na Agência Câmara de Notícias, da Câmara dos Deputados, que a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos informou que as denúncias cresceram em média 14% (catorze por cento) até abril de 2020 em relação ao mesmo período do ano passado e que parte dos casos se refere à violência contra a mulher.

O número de casos de feminicídio também cresceu 22% (vinte e dois por cento) em 12 estados durante pandemia:

Na primeira atualização de um relatório produzido a pedido do Banco Mundial, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) destaca que os casos de feminicídio cresceram 22,2%, entre março e abril deste ano, em 12 estados do país, comparativamente ao ano passado. Intitulado *Violência Doméstica durante a Pandemia de Covid-19*, o documento [...] tem como referência dados coletados nos órgãos de segurança dos estados brasileiros. [...] Nos meses de março e abril, o número de feminicídios subiu de 117 para 143. Segundo o relatório, o estado em que se observa o agravamento mais crítico é o Acre, onde o aumento foi de 300%. Na região, o total de casos passou de um para quatro ao longo do bimestre. Também tiveram destaque negativo o Maranhão, com variação de 6 para 16 vítimas (166,7%), e Mato Grosso, que iniciou o bimestre com seis vítimas e o encerrou com 15 (150%). Os números caíram em apenas três estados: Espírito Santo (-50%), Rio de Janeiro (-55,6%) e Minas Gerais (-22,7%). (MUGNATTO, 2020)

Essa situação de vulnerabilidade e a ausência de uma rede de apoio efetiva à mulher vítima de violência se acentuam a partir do isolamento social, que afasta a vítima de um contato mais próximo com os seus vínculos externos e, ao mesmo tempo, amplia o convívio com o agressor, potencializando abusos:

Fato é que em abril, ou seja, passados alguns poucos meses do início da pandemia as denúncias de violência doméstica já haviam aumentado significativamente, crescendo certa de 40% de ligações em comparação ao ano anterior (2019). O percentual informado aumentou 18% em março e 13,5% em fevereiro (MUGNATTO, 2020).

Com o decorrer do tempo em isolamento, esse percentual tem aumentado em vários estados brasileiros, no Pará foi registrado que o número de feminicídio aumentou três vezes mais que no ano anterior; no mesmo sentido no Acre o número de feminicídio quase dobrou; no Rio Grande do Sul o percentual cresceu em 70%; em São Paulo 29%; no Mato Grosso mais de 40%; dos locais

## OS REFLEXOS DA PANDEMIA (COVID-19) SOBRE O AUMENTO DE CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

citados o índice mais alto foi o do Acre com 1,32 casos a cada grupo de 100 mulheres (MUGNATTO, 2020).

Segundo análise do Instituto de Segurança Pública, o número de casos de violência física desde o início da pandemia foi 10% superior ao ano anterior. Da totalidade de crimes cometidos durante esse período, a violência doméstica é equivalente a 68,8% deles. A situação é bastante preocupante; e cumpre ressaltar, todavia, que esse aumento não é característico exclusivamente do Brasil, uma vez que também tem sido verificado de uma forma generalizada, em outros países.

A Organização Pan-Americana de Saúde (2020) informou sobre o aumento dos casos de violência doméstica como na Itália que teve aumento de 161,71% em denúncias telefônicas apenas entre os dias 1º e 18 de abril. Da mesma forma na Argentina o aumento de denúncias por violência doméstica foi de 39% apenas na segunda quinzena de março.

Deve-se considerar que o número apresentado é duvidoso, pois o isolamento social das vítimas junto aos seus agressores durante a pandemia as mantém longe da convivência a que antes tinham acesso, dificultando ou inviabilizando denúncias e pedidos de ajuda.

Não se sabe ao certo se o aumento do número de casos de violência contra a mulher pode ser decorrente da continuidade de atos de violência já praticados anteriormente, que podem ter aumentado a partir da tensão decorrente da pandemia e do isolamento social.

A Organização das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (2020) fez alerta para a necessidade do planejamento de ações governamentais específicas para as mulheres durante a pandemia, sendo que foi realizado apelo aos governantes a fim de implementarem políticas públicas de proteção às mulheres durante o período de pandemia, haja vista a possibilidade de aumento dos casos de violência doméstica. A organismo esclareceu que “as mulheres não somente enfrentam entraves quanto ao acesso a serviços essenciais ou ordens de proteção, mas que o impacto econômico da pandemia pode criar barreiras adicionais para deixar um parceiro violento” (2020).



## OS REFLEXOS DA PANDEMIA (COVID-19) SOBRE O AUMENTO DE CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos mantém uma Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (Ligue 180), que é um canal gratuito e confidencial.

O canal mencionado funciona vinte e quatro horas e não se limita às fronteiras do Brasil, podendo ser utilizado em mais dezesseis países (Argentina, Bélgica, Espanha, EUA – São Francisco, França, Guiana Francesa, Holanda, Inglaterra, Itália, Luxemburgo, Noruega, Paraguai, Portugal, Suíça, Uruguai e Venezuela). Através do Ligue 180, que atua como disque-denúncia, há a possibilidade de envio de denúncias para a Segurança Pública com cópia para o Ministério Público de cada estado, de modo que possam ser tomadas as providências cabíveis de maneira efetiva (ONU, 2020).

Como demonstrado pelas pesquisas e estatísticas mencionadas, as medidas de isolamento social implementadas durante a pandemia têm potencializado problemas como a violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil.

Em um momento tão atípico, toda essa situação gerada pela pandemia é revestida de sentimentos múltiplos, que surgem da própria vivência dos indivíduos; os quais hoje se deparam com inúmeras incertezas, caminhando permanentemente entre o medo e a esperança.

### 3. O QUADRO SOCIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICAS E A SOCIOLOGIA DAS EMOÇÕES

Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) foi um autor com grande vocação para a reflexão sobre o seu tempo. Tal fato fica claro no poema “Mãos dadas”, publicado no livro “Sentimento do Mundo,” em que o autor fala sobre a matéria que elegera para compor seus versos: “O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente” (2012).

Um autor atento à realidade do seu tempo não deixaria de observar e descrever com sensibilidade os problemas sociais por ele identificados. Nesta perspectiva, no “Poema de Jornal”, publicado no livro “Alguma poesia”, o autor evidencia a sua atenção para a violência doméstica e familiar contra a mulher, escrevendo o seguinte: “O fato ainda não acabou de acontecer/ e já a mão nervosa do repórter/ o transforma em notícia./ O marido está matando a mulher” (2012).

## OS REFLEXOS DA PANDEMIA (COVID-19) SOBRE O AUMENTO DE CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A literatura é rica em obras que retratam em verso e prosa o tema da violência doméstica e familiar contra a mulher e o sofrimento decorrente de tal situação. No impactante conto “Os olhos dos mortos”, publicado por Mia Couto no livro “O fio das miçangas”, o autor descreve com detalhes o sentimento da mulher vítima de violência doméstica:

Durante anos, porém, os passos de meu marido ecoaram como a mais sombria ameaça. Eu queria fechar a porta, mas era por pânico. Meu homem chegava do bar, mais sequioso do que quando fora. Cumpria o fel de seu querer: me vergastava com socos e chutes. No final, quem chorava era ele para que eu sentisse pena de suas mágoas. Eu era culpada por suas culpas. Com o tempo, já não me custavam as dores. Somos feitos assim de espaçadas costelas, entremeados de vãos e entrâncias para que o coração seja exposto e ferível. Venâncio estava na violência como quem não sai do seu idioma. Eu estava no pranto como quem sustenta a sua própria raiz. (ANDRADE, 2012).

Pode-se verificar que a violência contra a mulher não se trata de ocorrência surgida apenas na atualidade, sendo que vem desde os primórdios das relações sociais, tanto que fora retratada no poema citado de 2009. Esse quadro de agressão acompanha a sociedade a anos, sendo importante analisar o tema em apreço sob a perspectiva da sociologia das emoções.

Segundo James M. Jasper,

(...) a disciplina da sociologia apresenta uma intuição estrutural sobre sociedades: que certos grupos dominam outros grupos, que os seres humanos são limitados por estruturas sociais como redes sociais ou burocracias, e que cada sociedade dá origem a uma cultura apropriada. (2018, p.14).

E decorrência das interações entre os indivíduos é possível verificar certas emoções, de modo que tais emoções muitas das vezes são motivadores para as ações humanas, como vergonha e orgulho, os quais podem ser motivadores sociais. “os psicólogos sociais conseguiram entrar em contato com as imagens sócio-estruturais, mostrando várias maneiras pelas quais as emoções eram causa e conseqüência de processos sociais mais amplos” (JASPER, 2018, p. 15).

## OS REFLEXOS DA PANDEMIA (COVID-19) SOBRE O AUMENTO DE CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

As emoções variadas podem incentivar ações inclusive quando as emoções não correspondem às expectativas, o que pode ser baseado nas expectativas culturais concernentes aos diferentes papéis sociais.

Uma outra vertente da sociologia das emoções relaciona as emoções com as interações hierárquicas de poder com pessoas que estão acima e abaixo.

Theodore Kemper explica que existem três tipos de emoções, sendo elas estruturais, baseadas na posição hierárquica; situacionais, baseadas nas mudanças de status; e antecipadas conforme o poder que esperamos.

Considerando o exposto acima, é possível verificar que as emoções interferem nas ações e decisões, de modo que o quadro social de violência doméstica embora exista há anos, tem se agravado em decorrência da situação vivenciada durante a pandemia.

O impedimento de sair dos seus lares é uma alteração situacional que também gera emoções como insatisfação, raiva, frustração e outras e acaba sendo exteriorizadas nas pessoas de convívio e incentivando o aumento do quadro de violência. Diante desse quadro social são criados mecanismos de proteção como a Lei 11.340/06.

A Lei nº. 11.340/06, mais conhecida como Lei Maria da Penha, criou importantes mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8º do art. 226 da Constituição da República, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil.

Tal norma deixa expresso em seu artigo 5º que a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos, definindo-a da seguinte forma:

Art. 5º. Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial

## OS REFLEXOS DA PANDEMIA (COVID-19) SOBRE O AUMENTO DE CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

A violência doméstica e familiar contra a mulher não se restringe às agressões físicas, estando previstas na Lei Maria da Penha cinco modalidades de violência: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial- Capítulo II, artigo 7º, incisos I, II, III, IV e V:

Art. 7º. São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

## OS REFLEXOS DA PANDEMIA (COVID-19) SOBRE O AUMENTO DE CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Essas formas de agressão são, em geral, bastante complexas e conexas, não ocorrendo isoladas umas das outras e provocando graves consequências para a mulher.

O isolamento social que a pandemia demandou gera uma situação delicada. Ao mesmo tempo em que houve o aumento do número de casos notificados de violência doméstica e familiar contra a mulher, a situação, paradoxalmente, pode também favorecer o silêncio de muitas vítimas, uma vez que o isolamento social pode dificultar o contato delas com redes de apoio.

O Egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais, ao decidir sobre prisão preventiva em caso de violência doméstica e familiar contra a mulher durante o período da pandemia, já entendeu pela impossibilidade de soltura do agressor em caso de reiterada violação de medidas protetivas durante a quarentena:

EMENTA: HABEAS CORPUS – LESÃO CORPORAL TENTADA EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER – DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA – AMEAÇA – PRISÃO PREVENTIVA – REVOGAÇÃO – DOMICILIAR – **GRUPO DE RISCO PARA COVID-19** – IMPOSSIBILIDADE – PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA EXTREMA – GARANTIA DE APLICAÇÃO DA LEI PENAL – PACIENTE QUE REITERADAMENTE VIOLA MEDIDAS PROTETIVAS, MESMO EM CUMPRIMENTO DE PRISÃO DOMICILIAR ANTERIORMENTE CONCEDIDA – NECESSIDADE DE PROTEÇÃO DA VÍTIMA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE QUE O ESTABELECIMENTO PRISIONAL NÃO ESTEJA ADOTANDO AS MEDIDAS SANITÁRIAS CABÍVEIS – ORDEM DENEGADA. **A despeito da idade avançada do paciente, a reiterada violação de medidas protetivas de urgência impostas em seu desfavor, mesmo após ter sido beneficiado com a prisão domiciliar quando do primeiro descumprimento, demonstra seu desinteresse em contribuir com a aplicação da lei penal, oferecendo sua liberdade constante perigo à vítima.** A ausência de comprovação de que o estabelecimento prisional no qual o réu está constrito não tem adotado as medidas sanitárias cabíveis em tempos de pandemia inviabiliza sua soltura.

Importante lembrar que têm grande importância no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher a atuação dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS, que atendem indivíduos e grupos em situação de risco e vulnerabilidade social, ou que tiveram os seus direitos violados.

## OS REFLEXOS DA PANDEMIA (COVID-19) SOBRE O AUMENTO DE CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Segundo o órgão citado são vários os índices de violências existentes e um deles é a violência de gênero, de modo que nesses casos deve haver proteção do Estado por meio da criação de políticas públicas para articular meios de extinção dessa prática, isso porque “a Política de Assistência Social, em consonância com as demais, tais como a saúde, segurança pública, justiça, entre outras, deve atuar nas dimensões da prevenção, assistência, proteção e garantia dos direitos deste segmento”.

No que refere à violência contra a mulher no âmbito familiar deve-se ter ainda mais ênfase em proteção, sendo estudados os fatores potencializadores e obstaculizadores do seu enfrentamento, desafio que é enfrentado pelos profissionais dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), na articulação com a rede de proteção à mulher.

A fim de viabilizar o efetivo enfrentamento e superação de situações de violência – e para além da atuação dos órgãos voltados à punição do agressor – a vítima também necessita, antes, durante e depois da pandemia, de contar com uma consistente rede de apoio, formada por relações sociais estáveis e serviços qualificados, aptos a realizar acolhimento e orientação apropriados para estas demandas.

### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento do número de casos de violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil durante a pandemia demonstra a insuficiência do alcance das políticas públicas desenvolvidas para a proteção das vítimas e para a superação de suas vulnerabilidades. A pandemia, portanto, potencializou problemas estruturais já existentes, deixando-os ainda mais evidentes.

A releitura do problema da violência, em um paralelo com a sociologia das emoções, demonstra que os seres humanos estão suscetíveis a fatos e situações exteriores que também influenciam em suas emoções, as quais podem ser mais ou menos expressivas nas relações de poder, principalmente no trato social entre familiares superiores em poder ou hierarquicamente com os que expressam menos poder.

Em época de pandemia, apesar de todos os problemas dela decorrentes, o medo deve ceder espaço à esperança e à ação.



## OS REFLEXOS DA PANDEMIA (COVID-19) SOBRE O AUMENTO DE CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

E em matéria de direitos humanos, é essencial sentir, pensar e agir de maneira eficiente para alcançar os urgentes e necessários resultados de transformação social.

Ainda que as estatísticas sejam desanimadoras, é preciso encará-las como um desafio. Um desafio aos governos, às organizações e à sociedade civil, para que se empenhem em fazer a diferença na superação de um problema tão grave no Brasil e no mundo. É preciso sair melhor da pandemia. Em todos os sentidos.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Sentimento do mundo**. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Alguma poesia**. Posfácio de Eucanaã Ferraz. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BOND, Letycia. **SP: violência contra mulher aumenta 44,9% durante pandemia**. Agência Brasil. Publicado em: 20/04/2020. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-04/sp-violencia-contra-mulher-aumenta-449-durante-pandemia>>. Acesso em: 27 de julho de 2020.

BOND, Letycia. **Casos de feminicídio crescem 22% em 12 Estados durante a pandemia**. Agência Brasil. Publicado em 01/07/2020. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/casos-de-feminicidio-crescem-22-em-12-estados-durante-pandemia#>>. Acesso em: 28 de julho de 2020.

BRASIL. Lei nº. 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial da União**, 08 de agosto de 2006.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Crescem denúncias de violência doméstica durante pandemia**. Agência Câmara de Notícias. Publicado em 12/05/2020. Disponível em:

<<https://ponte.org/mulheres-enfrentam-em-casa-a-violencia-domestica-e-a-pandemia-da-covid-19/>>. Acesso em: 28 de julho de 2020.

CASA CIVIL. **Medidas adotadas pelo Governo Federal no combate ao coronavírus**. Publicado em 03/04/2020. Disponível em:

<<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2020/abril/medidas-adotadas-pelo-governo-federal-no-combate-ao-coronavirus-2-de-abril>>. Acesso em: 06 de maio de 2020.

## OS REFLEXOS DA PANDEMIA (COVID-19) SOBRE O AUMENTO DE CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

COUTO, Mia. **O fio das missangas.** – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GROSSI, Patrícia Krieger; COUTINHO, Ana Rita Costa; BITENCOURT, João Vitor. **Desafios do atendimento à mulher em situação de violência no âmbito dos CREAS.** Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <[https://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/05/Eixo\\_3\\_229.pdf](https://seminarioservicosocial.paginas.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_3_229.pdf)>. Acesso em: 28 de julho de 2020.

INDIO, Cristina. **No Rio, crime de violência contra a mulher aumentou 10% na quarentena.** Agência Brasil. Publicado em 05/06/2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/no-rio-crime-de-violencia-contra-mulher-aumentou-10-na-quarentena>>. Acesso em: 27 de julho de 2020.

ISTOÉ. **Violência contra a mulher aumenta em meio à pandemia; denúncias ao 180 sobem 40%.** Publicado em 01/06/2020. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/violencia-contra-a-mulher-aumenta-em-meio-a-pandemia-denuncias-ao-180-sobem-40/>>. Acesso em: 19 de julho de 2020.

JASPER, James M. **A sociologia das emoções face a face.** Tradução de: Mauro Guilherme Pinheiro Koury. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção. Volume 17 – Número 51 – dezembro de 2018 – ISSN 1676-8965. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/RBSEv17n51dez2018.pdf#page=13>. Acesso em: jul 2023.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Medidas econômicas voltadas para a redução dos impactos da Covid-19 (Coronavírus).** Publicado em 05/04/2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline>>. Acesso em: 28 de julho de 2020.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, **Ligue 180.** Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/ligue-180>>. Acesso em: 28 de julho de 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Chefe da ONU alerta para aumento da violência doméstica em meio à pandemia do coronavírus.** Publicado em 06/04/2020. Disponível em:

## OS REFLEXOS DA PANDEMIA (COVID-19) SOBRE O AUMENTO DE CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

<<https://nacoesunidas.org/chefe-da-onu-alerta-para-aumento-da-violencia-domestica-em-meio-a-pandemia-do-coronavirus/>>. Acesso em: 28 de julho de 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Folha Informativa: COVID-19** (doença causada pelo novo coronavírus). Publicado em 27/07/2020. Disponível em: <[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875)>. Acesso em: 26 de julho de 2020.

PONTE JORNALISMO. **Um vírus e duas guerras: Mulheres enfrentam em casa a violência doméstica e a pandemia da Covid-19**. Publicado em 18/06/20. Disponível em: <<https://ponte.org/mulheres-enfrentam-em-casa-a-violencia-domestica-e-a-pandemia-da-covid-19/>>. Acesso em: 28 de julho de 2020.

REDAÇÃO, O Estado de São Paulo. **O que os países estão fazendo para controlar a pandemia do CORONAVÍRUS?**. Publicado em 16 de março de 2020. Disponível em: <<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,o-que-os-paises-estao-fazendo-para-controlar-a-pandemia-do-coronavirus,70003235232>>. Acesso em: 06 de maio de 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Habeas Corpus Criminal 1.0000.20.040643-7/000. Relatora: Desembargadora Márcia Milanez, 8ª Câmara Criminal, julgamento em 02 de julho de 2020, DJE de 02 de julho de 2020.

VELOSO, Fernando. **O impacto da pandemia no mercado de trabalho**. FGV. Publicado em 22 de março de 2021. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/o-impacto-da-pandemia-no-mercado-de-trabalho>. Acesso jul. 2023.

KRAMER, Evane Beiguelman; NEME, Pedro Reis Barbosa. **A pandemia Covid-19: para além do desequilíbrio econômico-financeiro, na busca de alternativas de reequilíbrio**. Publicado em 25 de outubro de 2021. Disponível em: Acesso em: julho.

# Notas sobre uma pesquisa em quarentena

Marcos Nogueira Milner<sup>1</sup>

## Resumo

Pretende-se explorar e sistematizar, a partir de uma revisita às notas de pesquisa, os obstáculos metodológicos encontrados para a realização de uma pesquisa de campo, durante o início da pandemia de coronavírus, nos primeiros meses de 2020. Sem o intuito de discutir os resultados aferidos após o processo de pesquisa, mas levando em consideração principalmente [1] o contexto, os recortes e particularidades relativos ao público-alvo – pessoas acima dos quarenta e cinco anos, sem emprego, com conectividade limitada e moradores de uma cidade de médio porte – e [2] as condições sanitárias à época, discute-se a pertinência das estratégias adotadas para o recrutamento de informantes e a realização de entrevistas em contexto sanitário inédito e crítico. Observa-se, ainda, a necessidade de contato para a execução de estratégias tradicionalmente utilizadas em âmbito etnográfico e discute-se a pertinência delas intermediadas e adaptadas para aplicação on-line.

**Palavras-chave:** Isolamento social; coronavírus; pesquisa; entrevistas; metodologia.

## Notes about a research under quarantine

### Abstract

As a main purpose, I pretend to explore and systematize, revisiting research notes, the methodological obstacles encountered in a field research, at the beginning of the coronavirus pandemic, during the first months of 2020. Without the intention of discussing the results obtained after the research process, but taking into account mainly [1] the context, the particularities related to potential informants – people over forty-five years old, without a job, with limited connectivity and residents of a medium-sized city – and [2] the sanitary conditions at the time, the relevance of the strategies adopted for the recruitment of informants and the carrying out of interviews in an unprecedented and critical sanitary context. Therefore, will be also observed the need for physical proximity for the execution of strategies traditionally used in the ethnographic scope and their relevance intermediated and adapted for online application.

**Keywords:** Quarantine; coronavirus; research; interviews; methodology.

---

<sup>1</sup> Antropólogo. Doutor (2019) e mestre (2014) em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; bacharel (2011) também em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente, trabalha como Especialista em Pesquisa e Avaliação Qualitativa na área de Monitoramento e Avaliação em uma organização do terceiro setor.

## Consideraciones para una Investigación en Cuarentena

### Resumen

El propósito del artículo es explorar y sistematizar, a partir de una revisión de las notas de investigación, los obstáculos metodológicos encontrados para realizar una investigación durante el inicio de la pandemia de coronavirus, en los primeros meses de 2020. Sin querer discutir los resultados del proceso de investigación, pero principalmente teniendo en cuenta [1] el contexto, los recortes y las particularidades relacionadas con los potenciales informantes – personas mayores de cuarenta y cinco años, sin trabajo, con conectividad limitada y residentes en una ciudad mediana – y [2] las condiciones sanitarias en el período, se discute la relevancia de las estrategias adoptadas para la realización de entrevistas en un contexto inédito y crítico. También se observa la necesidad de proximidad física para la ejecución de estrategias tradicionalmente utilizadas en el ámbito etnográfico y se discute la pertinencia de las mismas, intermediadas y adaptadas para su aplicación en línea.

**Palavras-chave:** Cuarentena; coronavirus; investigación; entrevistas; metodología.

## Introdução

Em dezembro de 2019 fui selecionado para conduzir uma pesquisa de curta duração, sobre envelhecimento e mercado de trabalho por uma organização privada – um *think tank* bastante conhecido no âmbito das políticas públicas e do planejamento urbano – responsável pelo planejamento e execução do projeto, em parceria com um dos maiores bancos do país, responsável pelo financiamento das ações de pesquisa. O projeto previa atividades entre janeiro e julho de 2020, e estreou presencialmente na segunda semana do ano, em São Paulo, com reuniões e exposições metodológicas. O cronograma de atividades sugeria, ainda, encontros mensais envolvendo toda a equipe na sede da organização – cinco pesquisadores do quadro da casa, apontados pelo financiador como “orientadores”, e nós, outros cinco pesquisadores, os condutores propriamente ditos, selecionados por edital – para a discussão do tema e observação dos progressos individuais.

A minha proposta sugeria basicamente o escrutínio de uma agência de empregos em uma cidade fluminense, na Região dos Lagos, especialmente afetada pela crise na indústria do petróleo e pelos desdobramentos da Operação Lava-Jato. A população da cidade, mergulhada em forte recessão, sofria com o encerramento de postos de trabalho. Surgiu o interesse, a partir do edital, em estudar o mercado de trabalho local e os obstáculos específicos enfrentados por indivíduos acima dos quarenta e cinco anos em busca de recolocação profissional. Para tal, ficou decidido, metodologicamente falando, que eu frequentaria uma agência de empregos, mantida pela Prefeitura Municipal, algumas vezes por semana durante três ou quatro meses, entre fevereiro e junho; que a partir do fluxo de candidatos às vagas anunciadas, selecionaria indivíduos para entrevistar em profundidade, mapeando posturas, ações e opiniões relativas ao binômio procura de emprego e envelhecimento. Não contávamos com uma pandemia.

Para contextualizar melhor, surte efeito traçar uma breve cronologia: entre os dias 13 e 17 de janeiro, os pesquisadores selecionados se reuniram na sede do financiador, em São Paulo,



## Notas sobre uma pesquisa em quarentena

para uma semana de imersão metodológica; em 26 de fevereiro, o Ministério da Saúde confirmava o primeiro infectado pelo SARS-CoV-2 no Brasil — um homem, também em São Paulo. No dia 4 de março, novamente em reunião na sede do financiador, com todos os outros participantes, discuti o início da coleta de dados e algumas pendências metodológicas, retornando ao Rio de Janeiro dois dias depois. Em 11 de março de 2020, uma quarta-feira, a Organização Mundial de Saúde declarou que o mundo enfrentava uma pandemia. No dia 15 de março a Prefeitura Municipal da cidade que me serviria de campo decretou o fechamento do comércio e a suspensão de todas as atividades administrativas consideradas não-essenciais, incluindo o funcionamento da agência de empregos.

Tratava-se, portanto, de uma dinâmica que inicialmente abrangia [A] contato direto em um local público com indivíduos [B] entre os quarenta e cinco e os sessenta e cinco anos, [C] à procura de postos de trabalho, [D] moradores de uma cidade de médio porte fortemente afetada pela crise econômica. Em contrapartida, poucas semanas depois, [A'] estavam instauradas as medidas que proibiam contato direto entre indivíduos e aglomerações; [B'] sabia-se que indivíduos mais velhos estavam no grupo de risco da doença e [C'] com os decretos relativos ao fechamento do comércio, a atividade econômica local despencou, [D'] sobrepondo, na esfera municipal, uma crise em cima da outra, complicando ainda mais o já conturbado mercado de trabalho local. Em todos os aspectos, enfim, a crise sanitária foi uma pá-de-cal nas minhas pretensões exploratórias primárias.

As páginas a seguir refletem as alternativas adotadas, os sucessos e falhas oriundos das tentativas, primeiro, de viabilizar uma pesquisa profundamente afetada pela emergência sanitária e, depois, finalmente concluí-la. Para tal, organizei-as muito a partir das minhas notas de pesquisa, do caderno que mantive à guisa de diário. Eventualmente, pontuarei a discussão com outras referências sobretudo em âmbito metodológico, com a intenção de confrontar o que é normalmente prescrito pelos autores com o que foi efetivamente possível realizar no campo em um contexto sanitário praticamente inédito no que diz respeito à pesquisa etnográfica.

## Preparativos frustrados

O projeto de pesquisa inicialmente apresentado indicava um problema metodológico particular, a sobreposição de três camadas – cidade, indivíduo envelhecido e mercado (de trabalho) – à procura de uma área de articulação que permitisse, em sentido amplo, descrever um contexto específico. Em outras palavras, conhecer, ainda que de forma preliminar, as dificuldades enfrentadas por indivíduos acima dos quarenta e cinco anos, em busca de recolocação profissional, em um contexto territorial de encerramento de postos de trabalho – na indústria e conseqüentemente no setor de serviços – fortemente afetados por desdobramentos econômicos singulares. Por último, existiam certas questões importantes no que se refere ao cronograma: a chamada proposta pelo financiador situava a pesquisa em uma espécie de zona cinzenta entre a produção acadêmica e a pesquisa institucional. Isto é, se por um lado, existiu um aparato acadêmico mobilizado, pesquisadores sêniores orientando os mais jovens e a oferta de preparação metodológica a partir de uma semana de imersão, por outro, os cronogramas eram estreitos, os prazos apertados e as entregas e abordagens solicitadas sugeriam mais a análise de dados quantitativos em sentido estrito do que, efetivamente, compreendiam perspectivas qualitativas, ora subjetivas, mais associadas à tradição antropológica.

Apesar das limitações cronológicas e divergências metodológicas que incidiam diretamente sobre o escopo do trabalho, a quantidade e a qualidade dos dados coletados, ficou acordado entre as partes envolvidas no processo de execução – conforme apontado anteriormente – que tomaríamos como epicentro uma agência de empregos mantida pela prefeitura municipal local. O atendimento no balcão funcionava de segunda à sexta, entre as nove e as dezoito horas, e as vagas disponíveis eram atualizadas duas vezes por dia, em uma página on-line. Muito embora as vagas de emprego fossem divulgadas na internet, todo o processo de candidatura era realizado presencialmente; os candidatos de toda a cidade acompanhavam a atualização on-line nos horários

## Notas sobre uma pesquisa em quarentena

programados e quase imediatamente, surgindo uma vaga que despertasse interesse, se encaminhavam para as instalações da agência.

Vale ressaltar que agências de emprego mantidas pelas prefeituras locais são iniciativas comuns na região, levando em consideração o enorme crescimento demográfico ocorrido nas últimas décadas, motivado pelo desenvolvimento industrial. Resumidamente, o equipamento funcionava canalizando postos de trabalho, gerados no setor de serviços ou na área industrial, e promovendo interlocução entre os possíveis empregadores e a população, à medida que as pequenas e médias empresas locais ainda não estão (ou não estavam) plenamente organizadas no que se refere às estratégias de recrutamento e aproveitamento de recursos humanos.

Pensando em otimizar a coleta de dados aproveitando melhor o fluxo de candidatos, propus, inicialmente, acompanhar os dois horários posteriores à divulgação, *in loco*, duas ou três vezes por semana durante três meses. A partir do próprio fluxo, contando com o apoio dos funcionários do balcão, selecionaria homens e mulheres acima dos quarenta e cinco anos entre os candidatos e aplicaria um questionário com algumas perguntas norteadoras – por exemplo, grau de escolaridade, naturalidade, quantos meses desempregado etc. – e faria um recrutamento de indivíduos aptos à concessão de entrevistas em profundidade.

Por último e principalmente, a observação dinâmica do próprio local fundamentaria e/ou completaria a coleta dos dados. O que estava em pauta portanto, aliás, era um certo viés etnográfico, ainda que muito localmente circunscrito: o compartilhamento do espaço, o convívio com os indivíduos à procura de emprego, a leitura nas entrelinhas das subjetividades, dos códigos, das posturas e expressões para, enfim, “tentando penetrar nas formas de vida que lhe são estranhas”, entender que “a vivência [...] delas passa a ter, cumpre uma função estratégica no ato de elaboração do texto, uma vez que essa vivência [...] passa a ser evocada durante toda a interpretação do material etnográfico no processo de sua inscrição no discurso da disciplina” (OLIVEIRA, 1996, p. 31). Isto é,

## Notas sobre uma pesquisa em quarentena

resumindo, para ficar no somatório de Roberto Cardoso de Oliveira com Claude Lévi-Strauss (1997), o processo metodológico escolhido para a conclusão do trabalho remetia da maneira mais simples possível à gênese do trabalho etnográfico: olhar, escutar, ler, escrever...

Tratava-se, enfim, de uma proposta ampla, metodologicamente clássica, para um problema muito geograficamente localizado e que deveria ser examinado em um curto espaço de tempo. O esforço etnográfico concentrado na agência de empregos resolvia a sobreposição das três camadas – os indivíduos, a cidade, o mercado – porque a agência representava, ela própria, o fio-condutor que atravessava todo o contexto. Exigia-se, no entanto e prioritariamente, o esforço mais elementar previsto na tradição etnográfica: o “estar lá” (GEERTZ, 2005) se tornou impossível e o contato direto entre pesquisador e informante se tornou, dentro dos limites metodológicos inicialmente propostos, inviável.

Em outras palavras, entendo que, naquele momento, o que a tradição não previa era a indisponibilidade física de interlocução entre seres humanos no momento da coleta primária de dados – o isolamento social colocou terminantemente em xeque todas as estratégias de pesquisa que consolidamos aproximadamente nos últimos cento e cinquenta anos, e que utilizamos recorrentemente em todos os processos de exploração etnográfica. A emergência sanitária deu visibilidade a uma obviedade absoluta que, por não se apresentar cotidianamente como um obstáculo, acaba obscurecida ou recalcada nos muitos manuais de prática: a produção de conhecimento a partir do fazer antropológico se dá, necessariamente, a partir do contato direto entre os seres humanos.

Neste sentido, é importante ressaltar, quando me refiro ao ineditismo situacional gerado a partir do contexto pandêmico, levo em consideração justamente a impossibilidade de contato direto entre indivíduos – e não apenas limitações físicas ou geográficas. Aprendemos, por exemplo, nos primeiros períodos de graduação, a diferenciar em seus propósitos uma etnologia – feita à distância ou *no gabinete* – de uma etnografia, à medida que as estratégias e esforços para aproveitamento dos dados são metodologicamente

## Notas sobre uma pesquisa em quarentena

distintas; ou então, somos induzidos a procurar saídas criativas quando não conseguimos efetivamente abertura ou acesso físico direto ao campo: sabemos que Marcel Mauss transformou as observações de Malinowski sobre a circulação de objetos cerimoniais nas Ilhas Trobriand em um imenso estudo comparativo sobre reciprocidade n' *O Ensaio sobre a Dádiva*, ou que Ruth Benedict foi capaz de escrever sobre o Japão e os japoneses durante a Segunda Guerra utilizando informantes radicados em solo americano em *O Crisântemo e a Espada*. Ou ainda sugerimos, de forma anedótica, nos corredores dos departamentos de Antropologia, uma saída desesperada para driblar constante falta de recursos – “importar” informantes indígenas, diretamente das aldeias estudadas, para uma temporada na cidade de origem do pesquisador... Todavia, é fundamental reconhecer que tudo o que foi produzido nas ciências sociais, sobretudo em âmbito antropológico, parte, *em algum momento*, do contato primário, direto, entre o pesquisador e o seu objeto de pesquisa – *in situ* ou, *no mínimo*, a partir de referências e informantes.

É evidente que este é um fundamento comum, em maior ou menor escala, a todas as ciências sociais, mas, em relação à Antropologia, a inaptidão dos dispositivos de pesquisa tradicionais para transpor o isolamento social talvez se demonstre mais nitidamente, conforme ficará mais claro na etapa dedicada ao redesenho das pesquisas envolvidas no projeto. Por hora, em outras palavras, basta assinalar que o *ver* e o *escutar* pretendidos por Lévi-Strauss (1997) são estratégias inúteis, à medida que se tornam impossíveis; na falta de uma observação participante, *in situ*, o ofício do etnólogo fica tradicionalmente restrito à leitura e à escrita, mas, quando nos referimos ou pesquisamos uma população específica – indivíduos desempregados acima dos quarenta e cinco anos – e geograficamente circunscrita – moradores de uma cidade de médio porte no litoral do Estado do Rio de Janeiro – o esforço bibliográfico é extremamente limitado e insuficiente para responder, efetivamente, às perguntas propostas. Olhar distanciado, afinal, *mas não muito*.

Novamente no que se refere à pesquisa sobre envelhecimento e mercado de trabalho, os primeiros momentos de isolamento social

## Notas sobre uma pesquisa em quarentena

trouxeram dois desdobramentos importantes, o primeiro englobando todas as questões burocráticas e institucionais, como prazos para entrega do produto final, pagamentos e reestruturações internas tanto da organização executora quanto do financiador. Era evidente que, em um contexto inédito e conseqüentemente caótico – com informações sanitárias desconhecidas, crescimento exponencial diário do número de contaminados e primeiras vítimas fatais –, uma pesquisa institucional de curto prazo não estava entre as prioridades pessoais dos pesquisadores ou estruturais das organizações; era preciso, portanto, botar ordem na casa e consolidar um mínimo de informações pertinentes sobre a realidade sanitária antes de retomar o projeto. Neste sentido, entramos em um período de latência, com contatos esporádicos por correio eletrônico sugerindo uma reavaliação quinzenal do contexto sanitário<sup>2</sup>, até o remanejamento total das reuniões de equipe do projeto para âmbito remoto, após cerca de dois meses de intervalo.

O segundo era a exigência de um redesenho da abordagem metodológica. Mesmo que o retorno às atividades sociais normais se desse brevemente, estava claro que o esfriamento econômico em uma região já fortemente afetada por crises pregressas e dependendo muito de um calendário turístico, de negócios ou eventos culturais – área fortemente impactada pela pandemia<sup>3</sup> – para fomentar o setor de serviços e, conseqüentemente, a geração mais imediata de postos de trabalho, se agravaria consistentemente. Em outras palavras, a proposta etnográfica tomando como epicentro um balcão de empregos, fechado e sem perspectiva de abertura funcional nos meses seguintes estava definitivamente descartada já no início do isolamento.

---

<sup>2</sup>Vale lembrar que durante as primeiras semanas de pandemia, sobretudo, existia uma esperança de término precoce ou de afrouxamento das medidas de isolamento, muito a partir da lembrança geral relativa à pandemia de Gripe A (H1N1), ocorrida 12 anos antes. Ao contrário, como sabemos, os números de contágio e mortes cresceram exponencialmente nos primeiros meses e, em maio de 2020, no momento de retomada do calendário relativo à execução da pesquisa, transformamos as primeiras dez mil vidas em estatística – lamentavelmente uma pequena fração do porvir.

<sup>3</sup>Ver, por exemplo, AMARAL, R. C.; FRANCO, P. A. I. e LIRA, A. L. C. (Orgs.). “Pesquisa de percepção dos impactos da COVID-19 nos setores cultural e criativo do Brasil: resumo”. UNESCO, 2020. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375069?posInSet=13&queryId=341e9048-f941-45cf-8445-efdb43251ed0>. Consultado em 14 de outubro de 2022.

## Notas sobre uma pesquisa em quarentena

Reorganizadas as estruturas institucionais, o prazo de entrega do produto final foi alongado por apenas três meses e reuniões praticamente quinzenais entre os pesquisadores e os seus respectivos “orientadores” foram agendadas. Aqui, é importante informar que se tratava de uma equipe multidisciplinar, que as cinco propostas selecionadas em edital deveriam resultar em artigos que, reunidos, seriam publicados em obra editada pela instituição executora, com despesas pagas pelo financiador. As abordagens, portanto, eram diferentes: três das quais eram análises quantitativas, mais orientadas à estatística e à ciência política e realizadas a partir de bases de dados disponíveis na internet, como RAIS e PNAD. Neste sentido, as adaptações metodológicas no que se refere à execução dessas propostas foram mínimas – necessitam apenas da expertise do pesquisador, um bom computador e conexão adequada à internet.

Por outro lado, as propostas com abordagens qualitativas enfrentaram severas dificuldades, à medida que o tempo passava sem acesso restabelecido, no mínimo, às estratégias usuais de recrutamento de informantes. Surtia efeito, portanto e para cumprir o estreito prazo de entrega, restringir a quantidade de entrevistas a um “mínimo executável” e otimizar os roteiros cumprindo pontos específicos mais estritamente relacionados ao tema. As possibilidades exploratórias incluídas na dinâmica etnográfica estavam perdidas e, para todos os efeitos, o “mínimo executável” partia de uma redução no tamanho das amostras inicialmente pretendidas e à realização de uma espécie de busca ativa de informantes muito a partir de redes sociais ou articuladas mediante contatos pessoais anteriores. Foram estas as sugestões oferecidas pelos profissionais da organização executora e, no fim, acatadas ao menos parcialmente. Parcialmente porque, mais uma vez, esbarrei em limitações que transcendiam as formalidades dos manuais de metodologia de pesquisa. Tentar recrutar nas redes sociais foi difícil por vários motivos, entre eles a baixa taxa de resposta dos informantes em potencial a partir de uma abordagem direta, após o recorte específico de público pretendido.

Sobre o recrutamento on-line, sem entrar em detalhes, deixo indicado que alguns cientistas assinalam que a estratégia pode

## Notas sobre uma pesquisa em quarentena

gerar quantidade amostral significativamente relevante, mas que é importante ratificar, como o faz Bárbara Costa (2018, p. 33) que “o perfil dos participantes não pode ser generalizado devido a sua natureza não probabilística”. No mais, considero perfeitamente possível recrutar respondentes mesmo dentro de um perfil muito específico em redes sociais nas áreas metropolitanas, como Rio de Janeiro ou São Paulo<sup>4</sup> – existem, inclusive, conforme constatei na época, inúmeros grupos em redes sociais dedicados ao compartilhamento de vagas de emprego localizadas em grandes cidades – mas que a tarefa pode ser inglória em localidades menores.

Neste caso, portanto, a pesquisa levava em consideração especificamente os moradores de uma cidade de médio-porte no litoral do Rio de Janeiro, com população inferior a 160 mil pessoas e que ainda obedecia, ao menos no que se refere à inserção no mercado de trabalho, à lógica do boca-a-boca – os métodos de recrutamento mais funcionais, contatou-se, mesmo durante o isolamento social, precisavam necessariamente acionar “redes” off-line, pautadas principalmente pelo contato direto entre os indivíduos, construídas muito a partir da noção de comunidade.

Em outras palavras, “o problema não é [era] só de ordem operacional, mas tem a ver com mudar uma estratégia de pesquisa clássica, amplamente usada e reconhecidamente eficaz para os antropólogos: ir à algum lugar, estabelecer contato com as pessoas, estar com elas, conversar com elas, aprender com elas e compreender as suas teorias sobre o mundo” (DOURADO, 2020, p. 158). Isolado na frente de um computador e sem encontrar respaldo nos dispositivos que eu tradicionalmente aplicaria à questão, no entanto, como explorá-las?

### Os informantes e o isolamento social

---

<sup>4</sup>Mais uma vez, aliás, vale compartilhar as conclusões de Bárbara Costa, “São Paulo possui a maior densidade populacional do país e mais da metade dos paulistas estão conectados à internet, o que o diferencia de muitos outros estados brasileiros, onde menos da metade da população é [ou era na ocasião do levantamento, em 2016] composta de internautas” (COSTA, 2018, p. 32).



## Notas sobre uma pesquisa em quarentena

A alternativa encontrada para solucionar a questão foi, de fato, a mobilização de contatos pessoais. Neste sentido, é importante ressaltar que, enquanto ex-morador da cidade que me serviria de campo, ainda possuía no local uma rede de contatos razoavelmente bem articulada: amigos de infância, colegas de escola e alguns poucos contatos entre os funcionários da prefeitura municipal – que, em um momento final, foram extremamente valiosos ao liberar acesso a um cadastro de vendedores ambulantes na secretaria municipal de turismo e, assim, arrematar as últimas entrevistas necessárias à consolidação dos dados – fizeram a ponte com pessoas que se encaixavam no recorte da pesquisa ou que, ao menos, poderiam indicar outras pessoas mais de acordo com o perfil.

Assim, conversei com treze pessoas à procura de recolocação no mercado de trabalho, seis homens e sete mulheres, entre 45 anos e 65 anos de idade. Os critérios para o recrutamento desses entrevistados foram delimitados da seguinte maneira: entre fevereiro e o encerramento das atividades da agência de empregos durante a pandemia – um intervalo de aproximadamente vinte dias – observei todas as atualizações do quadro de vagas do banco de empregos que me serviria inicialmente como epicentro, divulgadas na página da repartição na internet. Foram ofertadas, nesse intervalo, 59 vagas. Entre elas, 35% do total de anúncios indicavam um teto de idade para as candidaturas. Organizando todas elas em uma planilha simples, calculei uma média do limite de idade requerido pelos postos de trabalho assinalados e encontrei um valor muito próximo aos 45 anos. Tomando o resultado como margem de abertura, limitei como critério de fechamento os 65 anos – idade mínima para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que garante um salário mínimo mensal de renda ao idoso economicamente vulnerável.

Para entender também a perspectiva dos empregadores, escolhi complementar a coleta consultando outros profissionais que diz respeito à geração de postos de trabalho na cidade. Consegui acionar, novamente a partir de contatos pessoais, dois empresários ligados, respectivamente, à área *offshore* e ao setor de serviços; dois

## Notas sobre uma pesquisa em quarentena

gestores de recursos humanos atuantes na região e, por último e por escrito, dois funcionários públicos municipais ligados a pastas estratégicas – Turismo e Emprego e Renda – que responderam questões sobre estratégias do poder público municipal em relação ao fomento da economia e criação de postos de trabalho.

Entrei em contato, portanto, com dezenove pessoas – dezessete das quais entrevistadas de forma semiestruturada. Muito embora não tenha estipulado inicialmente no projeto de pesquisa uma quantidade específica de entrevistas pretendidas a partir da ideia inicial envolvendo o balcão de empregos, levando em consideração as condições sanitárias, o cronograma apertado e todo o processo de redesenho metodológico, considerei o número final satisfatório.

Por último, seguindo sugestões de alguns colegas, tentei recorrer ao recrutamento “por bola de neve” (ou *snowball*), solicitando aos entrevistados iniciais que eles próprios me encaminhassem amigos e conhecidos também à procura de emprego para novas entrevistas. Normalmente eficiente em pesquisas “sobre temas de âmbito privado ou com populações de difícil acesso” (BOCKORNI e GOMES, 2021, p. 110), a estratégia não surtiu efeito relevante. Isto é, apesar de ter usado os meus contatos pessoais como *sementes* com algum sucesso, as etapas posteriores – a formação da bola de neve propriamente dita – não funcionaram efetivamente. Entre os motivos da falta de sucesso, a título de hipótese, imagino que o próprio contexto sanitário tenha dificultado a comunicação entre as partes: levando em consideração o que foi exposto em algumas falas, é possível afirmar que os entrevistados mantinham contato com outras pessoas à procura de recolocação apenas em ambientes públicos ou eventos sociais, como igrejas ou o próprio balcão de empregos, deixando os canais remotos, como telefone, comunicadores e redes sociais em âmbito quase exclusivamente familiar, sobretudo durante o período de isolamento<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup>Talvez uma particularidade de amostra, poucos relataram participar ativamente de grupos no WhatsApp ou no Facebook, salvo novamente o âmbito familiar. Em geral, esses grupos on-line de compartilhamento de vagas de emprego não foram enumerados entre as estratégias relevantes em busca de recolocação no mercado. Mesmo entre os entrevistados mais jovens, por exemplo, adotava-se principalmente como tática primária para a reinserção sucessivos pedidos de

## Notas sobre uma pesquisa em quarentena

Já no que diz respeito às estratégias de coleta adotadas, mesmo com a necessidade de manutenção do isolamento social, oito entre as dezenove consultas ocorreram presencialmente, cumprindo apenas parcialmente às orientações relativas ao distanciamento. Isso ocorreu por alguns motivos, dentre os quais principalmente a falta de acesso ou de familiaridade às soluções corporativas ou aplicativos de chamadas de vídeo no momento das entrevistas. Em outras palavras, os profissionais entrevistados com alguma vivência no mundo corporativo, mesmo os desempregados, se adaptaram mais facilmente às reuniões remotas; por outro lado, alguns entrevistados, sobretudo os mais ligados à prestação de serviços – que normalmente trabalham ou trabalhavam em ambiente quase totalmente off-line, encontraram dificuldades e ou recusaram a aplicação on-line ou não conseguiram entender o ambiente virtual das salas de videoconferência.

Paralelamente, à medida que as entrevistas se realizavam, acompanhei as considerações do professor Daniel Miller – antropólogo especialista em cultura material e consumo – em seu canal no YouTube, recebidas a título de orientação, para compor a estratégia de coleta. O professor Miller sugere que “mesmo sob essas restrições [a pandemia, o isolamento social], é realmente possível que você possa conduzir uma etnografia tão original, significativa e perspicaz quanto qualquer outra que tenha conhecido” (MILLER, 2020, p. 2) e afirma, a partir da experiência de uma ex-orientanda, que a comunicação pode ser ainda melhor via internet, com informantes *mais abertos*.

É possível levar em consideração, ainda, uma série de outros trabalhos relativos à atuação de seres humanos em ambientes virtuais e os seus desafios metodológicos específicos: toma-se a conjugação entre o *modus operandi* analógico tradicionalmente atribuído ao trabalho de campo e o universo digital em, por exemplo, redes sociais ou mesmo simuladores de vida real (ver, p. ex., HINE, 2001 e LEITÃO & GOMES, 2011); discute-se a experiência

---

compartilhamento de currículos a contatos próximos ou pedidos de recomendações de amigos e parentes a empregadores em potencial.

## Notas sobre uma pesquisa em quarentena

de trocas e compras on-line, a intermediação do virtual e a relação entre indivíduos, imbricadas, por exemplo, nas clássicas teorias sobre a dádiva (LEITÃO, 2011); ou, ainda, no âmbito dos estudos de gênero, trata-se sobre grupos de homens gays que se sentem seguros interagindo apenas por salas de bate-papo (cf. MISKOLCI, 2009) – mas, via de regra, minimiza-se o meu problema fundamental: o acesso do pesquisador às pessoas que efetivamente fornecem as informações pretendidas, seja de forma fisicamente direta ou intermediada por redes.

Ora, focando em primeiro plano nas entrevistas on-line realizadas neste momento do meu binômio pesquisa e pandemia, infelizmente minha experiência diferiu amargamente da narrada pelo prof. Miller: levantando hipóteses, a orientanda de doutorado provavelmente entrevistou (jovens?) europeus, familiarizados com a tecnologia, com acesso à internet de qualidade e *gadgets* bem qualificados; eu entrevistei homens e mulheres acima dos quarenta e cinco anos, alguns já idosos, todos desempregados e residentes em uma cidade de médio porte afastada da Zona Metropolitana do Rio de Janeiro – o acesso à internet e a qualidade do sinal é razoavelmente precário; os aparelhos celulares e computadores, levando em consideração a falta de renda, provavelmente estavam obsoletos. A qualidade da chamada, na maioria das vezes, foi baixa; em três ocasiões, a internet do respondente não suportou chamada de vídeo e a reunião funcionou quase como uma chamada telefônica. Em outras palavras, resumidamente, é importante levar em consideração que, em uma pesquisa realizada em âmbito virtual, seja no Facebook ou no Second Life, está entendido desde o início que os informantes possuem pleno acesso às redes, aos serviços, ao Facebook e ao Second Life. O meu contexto, evidentemente, era diametralmente oposto.

Levando em consideração todos esses aspectos, é evidente que a coleta remota de dados qualitativos saiu prejudicada, exigindo um esforço enorme de tempo e vontade de ambos os lados, entrevistador e entrevistado, para o cumprimento do roteiro e a boa qualificação dos dados. Conseqüentemente, tampouco é possível afirmar que os entrevistados se demonstraram “mais abertos” à pesquisa em ambiente virtual: ao contrário, em quatro

## Notas sobre uma pesquisa em quarentena

ocasiões os entrevistados lamentaram não podermos compartilhar, naquela situação, um bom café com um pedaço de bolo<sup>6</sup> ou um pão francês quentinho...

Voltando ao assunto principal, é preciso reconhecer, no entanto, que o próprio Daniel Miller antecipa as minhas percepções quando afirma:

[...] um engajamento on-line será diferente para cada população com que você trabalhe e, é claro, em diferentes níveis (para abranger todos os indivíduos com quem você trabalhe). Você precisará de um entendimento disso ou de formas específicas de envolvimento, como você necessitaria em qualquer outro tipo de etnografia off-line. Portanto, assim como existem muitos contextos off-line com os quais você pode trabalhar, também quero afirmar que há diversificados contextos on-line e a experiência em cada um será verdadeiramente diferente. (MILLER, 2020, p. 3)

Neste sentido, tomando um certo distanciamento cronológico das minhas próprias observações, é importante assumir que muita coisa mudou por exemplo nas minhas relações de trabalho ou mesmo em âmbito interpessoal durante o período de confinamento. No que se refere à prática de pesquisa, tanto em âmbito acadêmico quanto na aplicação de dispositivos em pesquisas de mercado, está clara uma tendência acelerada pelo isolamento social à consolidação do virtual, do que está nas redes sociais e na forma como interagimos e consumimos remotamente como ênfase nos estudos antropológicos. É verdade que não faltam ressalvas à prática, como por exemplo a necessidade de “revisão dos padrões de cientificidade”(cf. SOARESE e STENGEL, 2021, p. 9) e ao bom uso metodológico de dispositivos etnográficos, mas é impossível negar a existência do virtual nas relações sociais e do desdobramento de estratégias de pesquisa em *netnografias* (ver FERRO, 2015).

---

<sup>6</sup>É como sugere, afinal e entre outros, o antropólogo Roberto DaMatta, quando fala em fortalecimento de vínculos, no Brasil, a partir da comensalidade. (ver DAMATTA, R. "Sobre comidas e mulheres". In. *O que faz o Brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1987.)

## Notas sobre uma pesquisa em quarentena

No fim, todos esses desdobramentos sugerem perdas e ganhos. Se por um lado podemos argumentar que os computadores atuam como mediadores e, em certo sentido, dissolvem uma série de elementos importantes para a teoria antropológica, observáveis a partir de contato direto – como sugerem os autores clássicos inicialmente abordados neste trabalho, do “estar lá” de Geertz (2005) ao ver e ouvir de Lévi-Strauss (1997), por outro a consolidação das relações sociais, dos ambientes virtuais e da dinâmica comunicacional por eles permitida de fato acrescenta inúmeras possibilidades ao trabalho do antropólogo ou do etnógrafo que, no mínimo, merecem ser discutidas.

Amparado nas minhas próprias experiências profissionais e em quase dois anos de distância das notas de pesquisa que originalmente motivaram este trabalho, percebo com um certo estranhamento que eu mesmo estou relativamente acostumado, atualmente, às entrevistas on-line. Não foram poucas as entrevistas em profundidade que eu conduzi remotamente nos últimos vinte meses e, muito embora persista acreditando na preponderância do convívio direto para a observação e a coleta de dados qualitativos, a utilização de aplicativos de conferência para a realização das entrevistas em âmbito remoto pode ser consideravelmente funcional e rentável, principalmente a partir do perfil do respondente. A eficiência do *transplante de método*, portanto e por assim dizer, esforços, varia caso-a-caso, perfil-a-perfil, situação-a-situação. E, neste sentido, para resumir o argumento:

O que distingue a configuração do novo paradigma tecnológico é a sua capacidade de reconfiguração, um aspecto decisivo em uma sociedade caracterizada por constante mudança e fluidez organizacional. Tornou-se possível inverter [ou mudar?] as regras sem destruir a organização, porque a base material da organização pode ser reprogramada ou reaparelhada. Porém, devemos evitar um julgamento de valores ligado a essa característica tecnológica. [...] é essencial manter uma distância entre a avaliação do surgimento de novas formas e processos sociais, induzidos e facilitados por novas tecnologias, e a extrapolação das consequências potenciais desses avanços para a sociedade e as pessoas: só análises específicas e observação empírica conseguirão determinar as consequências da

## Notas sobre uma pesquisa em quarentena

interação entre as novas tecnologias e as formas sociais emergentes.  
(CASTELLS, 1999, p. 109)

Por último, é importante ressaltar que a experiência de adaptação metodológica em um cenário pode não ter *rendido*, na falta de palavra melhor, os melhores resultados acadêmicos. Todavia, o isolamento social transformou-se, ao fim e a título de aprendizado, uma experiência valiosa. Resta, no entanto, um breve comentário sobre a execução das entrevistas presenciais, inevitáveis em vista do público da pesquisa. Sendo assim, conforme será explorado nas próximas páginas, foi necessário, em um contexto de desinformação, tentar minimizar riscos em relação à saúde de todos envolvidos – a minha, inclusive – a partir da adoção de posturas específicas.

### Esatégias presenciais e grupos de risco

Mesmo cumprindo à risca o isolamento social em todos os outros aspectos cotidianos, não foi possível encerrar o trabalho de coleta dentro do prazo combinado com as instituições patrocinadoras sem promover oito encontros presenciais. Entre os oito entrevistados presencialmente, dois empresários locais e seis senhores e senhoras, acima dos quarenta e cinco anos, em busca de recolocação no mercado de trabalho. Todas as entrevistas ocorreram a partir do início de maio de 2020, se estendendo mais ou menos até o início ou meio de julho do mesmo ano. Cronologicamente falando, no que se refere à pandemia, estávamos ainda em um período marcado pela desinformação e, à medida que os números e infectados e mortos cresciam diariamente, o receio de receber um estranho para uma conversa era latente.

Por outro lado, paralelamente, com o fechamento do comércio e o encerramento, provisório ou não, de milhões de postos de trabalho e de toda a economia informal que orbita as atividades regulamentadas, foi implementado, em abril de 2020, o chamado Auxílio Emergencial. Neste sentido, levando em consideração que entre os seis entrevistados, dois garantiam o sustento exercendo

## Notas sobre uma pesquisa em quarentena

atividades informais e quatro contando com o suporte da família – filhos e cônjuges, principalmente – as primeiras entrevistas, que ocorreram na esteira do primeiro pagamento do auxílio, ocorreram embaladas em uma certa aura de esperança e otimismo. Uma das entrevistadas conta, por exemplo, utilizou a primeira parcela para investir em um pequeno negócio, com a ajuda do marido recém-desempregado: um *delivery* de comida caseira. A conversa ocorreu no intervalo das atividades, após o almoço e antes do fim do dia, quando ela e o marido entregavam em uma bicicleta doces e refeições rápidas. Um dos empregadores consultados também estava envolvido no ramo dos alimentos: o empresário me recebeu para conversar em uma das mesas do seu restaurante, famoso na cidade e trabalhando na ocasião apenas com entregas. Todo o processo apressado de despacho das refeições era nítido de onde estávamos: os entregadores recebiam um ou mais pacotes diretamente da cozinha, recolhiam o comprovante de pagamento no caixa e saíam porta afora, levando no máximo dois ou três minutos dentro do estabelecimento.

Foi preciso adaptar as rotinas produtivas. E isso esteve refletido nos processos de entrevistas tanto no que se refere à influência do assunto na pauta – o tema coronavírus foi muito recorrente, como não poderia deixar de ser, em todas as entrevistas, mas provavelmente ainda mais naquelas realizadas presencialmente – quanto na própria lógica de aplicação. Um aspecto interessante, por exemplo: entre todos os oito entrevistados presenciais, tenho certeza de que consigo reconhecer apenas uns quatro, que por algum motivo não utilizaram máscaras ou porque foram entrevistados em casa e sentiam-se seguros, ou porque tiraram-nas brevemente durante as entrevistas. Todos os outros permaneceram com os rostos cobertos durante todo o tempo. E a recíproca é verdadeira: em nenhum momento deixei o rosto desprotegido; provavelmente os meus entrevistados presenciais também não me reconheceriam nas ruas atualmente.

Por si só, a falta de um contato facial direto, a incapacidade de observar plenamente as fisionomias e os trejeitos, já significa uma perda consistente – sobretudo quando levamos em consideração as clássicas recomendações de Lévi-Strauss (1997) e Roberto



## Notas sobre uma pesquisa em quarentena

Cardoso de Oliveira (1996) no que se refere ao *ver* – em relação à criação de vínculos e à própria natureza do conteúdo comunicado. A minha preocupação com a manutenção de uma distância mínima – não dividindo por exemplo o mesmo sofá, insistindo sempre que possível em espaços abertos ou procurando, em uma mesa, o lugar mais distante do interlocutor – também, em certos momentos, se tornaram obstáculos: muitas falas se tornaram quase incompreensíveis durante a transcrição dos áudios, os sons ambientes muitas vezes sobressaíam às vozes e a ausência de uma proximidade significativa que permitisse, conforme citei anteriormente e por exemplo, a comensalidade – a regra, afinal, era recusar café, água e qualquer tipo de oferta sobretudo para não ter que retirar a máscara. Em várias ocasiões, ainda, senti a necessidade de aplicar explicitamente álcool em gel nas mãos, não por medo de contaminação, mas para demonstrar para os entrevistados que eu estava cumprindo cuidadosamente as recomendações sanitárias.

Muito embora não haja escopo neste trabalho para tratar o tema com a atenção que ele merece<sup>7</sup>, deixo apenas registrado que todas as entrevistas presenciais realizadas durante o período inicial de quarentena obedeceram a uma lógica própria no que se refere, também, à performance, à execução teatralizada dos papéis sociais envolvidos no contexto. Enquanto “doutor”, “pesquisador”, “produtor de conhecimento” e “cientista”, eu me senti obrigado a respeitar e a demonstrar respeito, cuidadosamente, a todas as recomendações sanitárias veiculadas nas mídias – mesmo descumprindo, por motivos de força maior, a principal: o isolamento em si, o “fique em casa”. Neste sentido, mesmo sabendo que as minhas mãos estavam limpas e desinfectas, enxaguava três ou quatro vezes por entrevista as mãos em álcool, ora deliberadamente, ora, imagino, inconscientemente. No que se

---

<sup>7</sup>Desdobramentos possíveis e interessantíssimos, por sinal, sob a égide, por exemplo, da microssociologia de Erving Goffman (1963 e 2014) ou levando em consideração a relação entre status e papel social conforme Talcott Parsons (1954) ou Ward Goodenough (1965). É possível, ainda, estender a discussão e levar em consideração a autoapresentação do pesquisador em diferentes contextos, incluindo o âmbito virtual – ver novamente Débora Leitão e Laura Graziela Gomes (2011) e Christine Hine (2001 e 2020). Não há, no entanto, lamentavelmente, espaço suficiente neste trabalho para desenvolver tais discussões.

## Notas sobre uma pesquisa em quarentena

refere às máscaras, utilizei desde o início utensílios descartáveis, em um primeiro momento cirúrgicas e, posteriormente, conforme as informações relativas à segurança de cada modelo se consolidavam, PFF2 – trocadas esporadicamente, geralmente a cada duas ou três horas. Esse cuidado (ou melhor, no caso, essa quase paranoia) com as recomendações sanitárias, mas, talvez principalmente, em demonstrar obediência às recomendações sanitárias, envolvia também um aspecto importantíssimo da pesquisa: quase todos os meus interlocutores estavam dentro ou próximos, no que se refere à idade (e em alguns casos, às comorbidades), aos grupos de risco do coronavírus.

Entrevistei em profundidade ao todo, conforme indiquei anteriormente, dezessete pessoas. Entre elas, treze indivíduos desempregados, homens e mulheres acima dos quarenta e cinco anos. Entre os treze, três indivíduos acima dos 60 anos e cinco outros acima dos 55, restando outros cinco com idade entre os 45 e os 55 na época das entrevistas. Entre os mais novos, descobri ainda que um dos indivíduos possuía histórico de doenças respiratórias, estava incluído, portanto, entre aqueles comumente apontados como “grupo de risco”. Destes treze entrevistados, portanto, entrevistei quatro pessoas que já eram considerados “grupo de risco” e cinco outras que, acima dos 55 anos, geravam preocupação. Por sorte, todos os indivíduos acima dos 60 anos foram entrevistados de forma remota, contando com o auxílio sobretudo dos filhos para minimizar as dificuldades técnicas; em contrapartida, todos os cinco indivíduos acima dos 55 anos e o indivíduo asmático foram entrevistados presencialmente.

Durante cerca de três meses, entre maio e agosto, as minhas únicas atividades externas envolviam apenas a coleta de dados e as entrevistas presenciais ocorreram de forma mais ou menos espaçada, com alguns dias ou semanas de intervalo entre uma e outra. Mesmo assim, sobretudo no início da pandemia e durante a circulação da primeira cepa do vírus, a expressão “grupo de risco” tinha uma carga forte porque os meios de comunicação davam muita ênfase às fatalidades de pessoas sobretudo idosas – assinalando, inclusive, as muitas dificuldades ou sequelas para plena recuperação. Assim sendo, existiu, evidentemente, um

## Notas sobre uma pesquisa em quarentena

contexto de estigmatização do idoso e a supervalorização de suas eventuais fragilidades. Esse momento é muito bem resumido pela antropóloga Simone Dourado, quando reflete sobre a rigidez das medidas contra o coronavírus, sobretudo naquele momento preliminar marcado pela desinformação em relação à doença, dedicadas aos idosos:

O contato com idosos que colaboram em minhas pesquisas, me fez perceber o peso que sobre eles recaí de que ter sessenta e mais anos passou a ser, de um dia para o outro, arriscado. Os decretos e orientações de vários estados e municípios exigindo ou sugerindo que os idosos fiquem em casa soaram como confirmação do risco e provocaram angústia por impedir a organização do cotidiano como faziam. Entre as medidas mais duras estão os bloqueios dos cartões de gratuidade para circulação no transporte público e a exigência de realização de trabalho remoto, nos casos em que ele se aplica. Mas há, também, casos de afastamento compulsório do trabalho que valem para pessoas que não tem como desempenhar mais suas funções de casa ou que ocupam postos em setores essenciais da economia que não foram paralisados. Um número considerável de profissionais liberais que atuam em diferentes ramos do setor da saúde, comércio, produção industrial, segurança e limpeza receberam a orientação ou foram compulsoriamente colocados em isolamento em suas casas. Nesses casos, as reduções salariais não são desprezíveis e a possibilidade de construir alternativas de trabalho e renda é lenta. Destaco que a questão não é discutir a necessidade de medidas restritivas tão duras para a população que está com sessenta e mais anos. A falta de conhecimento sobre o novo coronavírus e a doença que ele provoca, a COVID-19, não dá segurança para definir protocolos de tratamento, cuidado e prevenção que permitam um retorno ao ritmo de vida de antes da pandemia. O único consenso construído é de que o isolamento e o distanciamento social são eficazes para barrar o avanço da contaminação e prevenir contra o desenvolvimento da doença. (DOURADO, 2020, p.155)

Os problemas identificados pela professora Dourado correspondem, igualmente, aqueles identificados entre a minha pequena amostra. Em alguns casos, os meus entrevistados, fragilizados já em primeiro plano por dependerem de outras pessoas para garantir o próprio sustento, somavam às insatisfações

## Notas sobre uma pesquisa em quarentena

o excesso de medidas restritivas aplicados não só pelo poder público – da retenção do passe-livre à suspensão dos exercícios coordenados ao ar livre, nas praias da cidade – mas principalmente em âmbito doméstico, à preocupação dos filhos – incluindo a total suspensão, em um dos casos, do contato com o neto.

Em relação aos desdobramentos metodológicos que utilizei na condução da pesquisa, principalmente levando em consideração os artifícios utilizados durante a realização das entrevistas presenciais, surte efeito uma autocrítica: dois anos depois, relendo as minhas próprias notas e confrontando-as com os argumentos destacados acima, muitas posturas poderiam ter sido amenizadas. Eu poderia e deveria ter aceitado, por exemplo, as xícaras de café e copos d'água dentro dos limites da cordialidade e da razoabilidade sem prejudicar, ainda mais, a segurança dos meus interlocutores. Manifestava-se intimamente, no entanto, um sentimento que então eu entendia como estratégia de preservação e autopreservação, mas que agora, relendo observações da época, repassando parcialmente os áudios das entrevistas, a sensação fica melhor definida como uma espécie de *constrangimento*; um constrangimento, afinal, de entrar na casa das pessoas e descumprir o único dispositivo realmente eficaz, o isolamento, para combater o contágio.

As máscaras, a higienização das mãos e o metro e meio de distância recomendado pelos especialistas, que utilizei tão fervorosamente, às raias da dramaticidade, para demonstrar meu total respeito às regras em detrimento da falta momentânea de isolamento esvaziaram em grande parte os últimos pressupostos etnográficos que, em tese, embalavam aquele contexto: eu não conheci os meus interlocutores pontuais como deveria, não consigo reconhecê-los nas ruas e não entendi alguns de seus anseios e, apesar de ter de fato coletado dados importantes relativos ao binômio envelhecimento e mercado de trabalho, não aproveitei para ler entrelinhas importantes que teriam acrescentado efetivamente à pesquisa a camada de conhecimento antropológico que eu pretendia. No fim, preocupado como estávamos todos com o lado epidêmico, deixei de lado alguma

coisa do fator humano. Mas o prazo institucional de entrega foi cumprido

## Conclusão

Enquanto planejava este trabalho, imaginava apenas a releitura e a sistematização de um caderno contendo as observações oriundas de uma pesquisa de curta-duração que eu conduzi, a partir de uma chamada institucional, ao longo dos primeiros meses de pandemia. Trabalharia apenas os desdobramentos metodológicos, a necessidade de redesenho, a transferência de parte dos dispositivos do presencial para o remoto e as estratégias adotadas para minimizar os riscos de contágio quando as aplicações presenciais se tornaram indispensáveis. A articulação bibliográfica surgiria em segundo plano, à medida que a produção antropológica e/ou etnográfica dedicada aos nossos aspectos metodológicos, via de regra, não cobrem momentos específicos e socialmente críticos como a realização de um trabalho de campo durante período de quarentena.

A antropologia – desdobrada em sua principal ferramenta de pesquisa, a etnografia –, entre as ciências sociais, é aquela que talvez precise de um contato mais íntimo do pesquisador com seus interlocutores. Intimidade e proximidade física, tradicionalmente, são elementos indissociáveis. Está em curso há algumas décadas, no entanto, uma revolução nos meios de comunicação que no século passado encontravam respaldo apenas na ficção científica, nos telefones com câmera dos *Jetsons* ou na metrópole disfuncional de Fritz Lang.

O fato é que a distância entre as pessoas diminuiu consistentemente, à medida que quase todos estão a um toque na tela; para o antropólogo, ainda que sujeito a uma série de possíveis contratempos tecnológicos, isso pode significar uma releitura do campo, dos informantes e das potencialidades do trabalho de campo. No que se refere à pandemia, é indiscutível que os últimos dois apressaram, por necessidade, a virtualização da disciplina. Particularmente, acho cedo para tentar encontrar vantagens e

## Notas sobre uma pesquisa em quarentena

prejuízos neste novo contexto, acredito que ainda estamos em um processo muito preliminar de revisão das nossas próprias pretensões a partir dos novos desdobramentos metodológicos de velhos dispositivos, principalmente em âmbito acadêmico.

Por fim, muito embora a preocupação inicial deste artigo tenha sido apenas narrar o andamento de uma coleta de dados em condições inéditas e críticas, ele termina sobretudo como uma autocrítica, revelando principalmente desenganos de um pesquisador que por falta de maturidade ou expertise não compreendeu efetivamente o campo. Mantenho, todavia, os registros, mas não concluo com recomendações. Espero apenas que o relato e a discussão proposta sejam úteis para um leitor no futuro, para somar experiências e gerar aprendizados.

## Referências bibliográficas

BOCKORNI, Beatriz. R. S.; GOMES, Almiraiva. F. "Amostragem em snowball (bola de neve) em uma pesquisa qualitativa no campo da administração". In. *Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR*, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 105–117, jan./jun. 2021.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede, vol. 1: a era da informação – economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, Bárbara R. L. "Bola de Neve Virtual: O Uso das Redes Sociais Virtuais no Processo de Coleta de Dados de uma Pesquisa Científica". In. *RIGS – Revista Interdisciplinar em Gestão Social UFBA*. v.7n.1 p.15–37 ISSN: 2317–2428. jan./abr. 2018

DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

DOURADO, Simone P. da C. "A pandemia de COVID-19 e a conversão de idosos em 'grupo de risco'". In. *Cadernos de Campo (online)*, vol. 29, suplemento. USP. São Paulo, 2020. p 153–162.

FERRO, Ana Paula Rodrigues. "A netnografia como metodologia de pesquisa: um recurso possível". In. *Educação, Gestão e Sociedade*. ISSN 2179–9636, Ano 5, número 19, agosto de 2015.

GEERTZ, Clifford. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

GOFFMAN, E. *Stigma: Notes On The Management Of Spoiled Identity*. Englewood Cliffs: Prentice–Hall, 1963.

\_\_\_\_\_. *Representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

GOODENOUGH, Ward. "Rethinking status and role". In. *The relevance of models for social anthropology – ASA Monographs*, no. 1. Londres: Tavistock, 1965.

HINE, Christine. *Virtual ethnography*. Londres: Sage Publications, 2001.

## Notas sobre uma pesquisa em quarentena

\_\_\_\_\_. "A internet 3E: uma internet incorporada, corporificada e cotidiana". In. *Cadernos de Campo* (São Paulo, online), vol. 29, n.2. USP, 2020.

LEITÃO, Débora Krischke. "Mercado, coleções e interconexões: algumas pistas para compreender trocas comerciais via internet". In. *Revista Século XXI*, v. 1, n. 1, p. 82-96, 2011.

LEITÃO, Débora Krischke & GOMES, Laura Graziela. "Estar e não estar lá, eis a questão: pesquisa etnográfica no Second Life" In. *Cronos:R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN, Natal*, v. 12, n.2, p. 23-38, jul./dez. 2011, ISSN 1518-0689.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Olhar, escutar, ler*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MILLER, Daniel. "Notas Sobre a Pandemia: como conduzir uma etnografia durante o isolamento social". Transcrição e tradução: Balsa, Camila; BAZZO, Juliane. 2020. Disponível em <[https://blogdolabemus.com/wp-content/uploads/2020/05/Miller\\_Como-conduzir-uma-etnografia-durante-o-isolamento-social-convertido.pdf](https://blogdolabemus.com/wp-content/uploads/2020/05/Miller_Como-conduzir-uma-etnografia-durante-o-isolamento-social-convertido.pdf)>. Acesso em 20 de setembro de 2022.

MISKOLCI, Richard. "O armário ampliado: notas sobre sociabilidade homoerótica na era da internet". In. *Niterói*, v. 9, n. 2, p. 171-190, 1. sem. 2009.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. "O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever". In. *Revista de Antropologia*, Vol. 39, No. 1, 1996. p. 13-37.

PARSONS, Talcott. *Essays in sociological theory*. New York: Free Press, 1954.

SOARES, Samara; STENGEL, Márcia. "Netnografia e a pesquisa científica na internet". In. *Psicologia USP*, volume 32. São Paulo: 2021.



# COMUNIDADE CRISTÃ PAZ E VIDA E SUA DIMENSÃO COLETIVA PÓS-COVID-19

André Magalhães Coelho<sup>1</sup>

## Resumo

Esse artigo analisa a dimensão coletiva da Comunidade Cristã Paz e Vida de São Mateus na periferia da Zona Leste de São Paulo e suas novas formas de coletividade causadas pela pandemia. O presente texto verificará, por meio dos fiéis da instituição religiosa, suas observações e experiências religiosas, e a forma que passaram a reimaginar o espaço de integração. O material empírico coletado para esta pesquisa é formado por: 02 (dois) pastores chamados de Pastor A e Pastor B, 02 (dois) fiéis da igreja que serão chamados de Membros A e C e 01 (um), Obreiro, que será apresentado como Obreiro C. A pesquisa desenvolveu-se com base em observação de campo através dos comportamentos dos fiéis, e para isso, utilizou-se, de entrevistas e utilização de questionários.

**Palavras-Chave:** Neopentecostais; Covid-19; Religião; Ressignificação; Coletividade.

## Christian Peace and Life Community and its post-Covid-19 collective dimension

## Abstract

This article analyzes the collective dimension of the Christian Community Paz e Vida de São Mateus on the outskirts of the East Zone of São Paulo and its new forms of collectivity caused by the pandemic. This text will verify, through the faithful of the religious institution, their observations and religious experiences, and the way they started to reimagine the space of integration. The empirical material collected for this research is formed by: 02 (two) pastors called Pastor A and Pastor B, 02 (two) church members who will be called Members A and C and 01 (one), Worker, who will be presented as Worker C. The research was developed based on field observation through the behavior of the faithful, and for that, interviews and questionnaires were used.

**Keywords:** Neopentecostals; Covid-19; Religion; Reframing; Collectivity.

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciência da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pesquisador do Grupo de Estudos do Protestantismo e Pentecostalismo (GEPP) da PUC-SP. E-mail: [magalhaescoelho@gmail.com](mailto:magalhaescoelho@gmail.com). ORCID: 0000-0003-1143-1407.

### Comunidade Cristiana de Paz y Vida y su dimensión colectiva post-Covid-19

#### Resumen

Este artículo analiza la dimensión colectiva de la Comunidad Cristiana Paz e Vida de São Mateus en la periferia de la Zona Este de São Paulo y sus nuevas formas de colectividad provocadas por la pandemia. Este texto verificará, a través de los fieles de la institución religiosa, sus observaciones y experiencias religiosas, y la forma en que comenzaron a reimaginar el espacio de integración. El material empírico recolectado para esta investigación está conformado por: 02 (dos) pastores denominados Pastor A y Pastor B, 02 (dos) feligreses que serán denominados Integrantes A y C y 01 (uno), Obrero, quien será presentado como Trabajador C. La investigación se desarrolló en base a la observación de campo a través del comportamiento de los fieles, y para ello se utilizaron entrevistas y cuestionarios.

**Palabras clave:** Neopentecostales; Covid-19; Religión; Reencuadre; Colectividad.

## Introdução:

A escolha da presente pesquisa<sup>2</sup> está vinculada a uma igreja neopentecostal,<sup>3</sup> em São Mateus, periferia de São Paulo. Em minhas visitas e a proximidade com os membros dessa comunidade evangélica procurei por meio de relatórios, entrevistas e observações comportamentais produzidas pelos fiéis, compreender o que pensam a respeito de sua religião em meio a Covid-19. Na pandemia, esses grupos evangélicos desenvolveram práticas e ressignificaram seus ritos e reimaginaram o espaço de integração.

Essas igrejas<sup>4</sup> (neo)pentecostais desenvolvem práticas, ressignificaram respostas que oferecem aos fiéis caminhos para a existência. Nesse sentido, elas produzem estruturas para direcionar seus fiéis, com suporte emocional e recursos normativos para a gestão dos conflitos interpessoais e matrimoniais causados pelo isolamento social. No início de 2020 foi possível observar esforços da mídia e de epidemiologistas afirmando que as únicas formas para evitar a proliferação do vírus é por meio do distanciamento social, além de critérios básicos de prevenção, como o uso de máscara, lavagem das mãos e evitar aglomerações.<sup>5</sup>

O cenário atual no mundo e principalmente no Brasil, em que a pandemia causada pelo vírus da Sars-CoV-2 tem levado muitas famílias aos prantos devido à morte de seus entes queridos, a segunda onda do vírus mostrou-se mais letal do que a primeira. Tal fato chamou a atenção do mundo para o Brasil em razão da quantidade de mortes que, segundo dados oficiais, o total de

---

<sup>2</sup> O presente estudo é um recorte da minha pesquisa de doutorado, surgiu com o interesse na reflexão sobre o fenômeno neopentecostal e a resposta do religioso como espaço de integração em épocas de Covid-19

<sup>3</sup> De acordo com Ricardo Mariano em seu livro *Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*, p. 32, a terceira onda que teve início nos anos 1970 cresce e demarca o corte histórico-institucional da formação de uma corrente pentecostal que será aqui designada de neopentecostal.

<sup>4</sup> Aquelas que surgiram nos anos 70 e depois, como a Universal do Reino de Deus, liderada pelo bispo Edir Macedo, Igreja Internacional da Graça, fundada pelo pastor R.R. Soares.

<sup>5</sup> Informações da OMS sobre os protocolos sanitários [clique aqui](#).

## COMUNIDADE CRISTÃ PAZ E VIDA

vítimas passou de 611 mil<sup>6</sup>. Diante de tal cenário, as igrejas reinventaram as suas estratégias de comunicação e os espaços de integração com os fiéis. As novas formas de coletividade, causadas pela pandemia, e a maneira que os fiéis da instituição religiosa tiveram de se reimaginar, impulsionou mudanças na forma de conviver e de se relacionar com pessoas.

Em 1982 surgiu a Comunidade Cristã Paz e Vida, fundada pelo ex-publicitário Juanribe Pagliarin, com seu discurso escatológico da volta de Cristo, poderes sobrenaturais, curas, exortações, bater de palmas, choros e prosperidade para os que obedecem a Cristo.

A Paz e Vida, com o símbolo da “Galinha e seus pintinhos”, faz parte da paisagem de São Paulo, com 50 igrejas espalhadas por todos os bairros da cidade. Juanribe Pagliarin fundou a Comunidade Cristã Paz e Vida em 25 de dezembro de 1982, na Av. Rio Branco, 511, no Centro da cidade de São Paulo. Além das igrejas em outros Estados brasileiros e fora do Brasil como em Portugal.

A Paz e Vida em São Mateus, localizada na Avenida Mateo Beilocal onde encontra-se uma grande concentração de outras igrejas como a Assembleia de Deus, Renascer em Cristo, Igreja Batista e Universal do Reino de Deus e outras instituições religiosas menos conhecidas, na periferia da Zona Leste em São Paulo – é onde realizei a minha pesquisa. A comunidade foi fundada em 17 de setembro de 2011 de acordo com um dos Obreiros da Paz e Vida. A igreja é formada, por jovens e idosos entre 17 anos e 70 anos a maioria não tem ensino superior.

Ao observar e conversar com os fiéis da Paz e Vida, percebo que os comentários desses adeptos vão de encontro a sensibilidade que a pandemia causou e fizeram com que muitos refletissem sobre a vida.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2021/11/14/brasil-tem-63-por-covid-19-nas-ultimas-24-horas-media-movel-volta-a-estabilidade.ghtml>. Acesso em: 16 nov. 2021.

## COMUNIDADE CRISTÃ PAZ E VIDA

Os entrevistados<sup>7</sup> aceitaram participar das entrevistas e dos questionários sob a condição de anonimato. As escolhas dos entrevistados foram feitas por meio de aproximação e conversas de visitas que fiz à instituição religiosa em 2020, quando iniciei a pesquisa de campo. Os entrevistados serão categorizados de acordo com a sua participação na igreja: Desta forma foram entrevistados:

- 02 (dois) pastores chamados de Pastor A e Pastor B com idades de 35 e 60 anos respectivamente. O Pastor A trabalha na instituição religiosa em tempo integral e é assalariado, e o Pastor B como auxiliar e não é remunerado. Essas escolhas foram feitas por meio de aproximação e conversas no ano de 2020. O Pastor A trabalha na instituição há 11 (onze) anos e o Pastor B há 10 (dez) anos.

- 02 (dois) fiéis da igreja e serão chamados de Membros A e C. Todos são do sexo masculino, com idade entre 30 e 40 anos, adeptos da instituição religiosa há mais de 5 anos. - 01 (um) Obreiro, do sexo masculino, que será apresentado como Obreiro C, com idade entre 40 anos, que é adepto da igreja há mais de 8 anos. Os Membros e o Obreiro foram selecionados por meio de visitas que fiz à instituição religiosa em 2020. Esse Obreiro desenvolve alguma atividade não remunerada na igreja, como servir a Santa Ceia, fechar a igreja ou fazer coletas de ofertas.

Esse total de cinco pessoas que entrevistamos para o desenvolvimento de coleta de dados ocorreu, em alguns casos, de forma presencial e outros à distância com o uso de WhatsApp.<sup>8</sup> Essas coletas empíricas ocorreram por meio de entrevista, observação de campo e uso de questionário.

---

<sup>7</sup> As entrevistas foram feitas respeitando o tempo que o fiel precisaria para responder as perguntas. Era muito comum, na Comunidade Cristã Paz e Vida em São Mateus, ouvir dos membros e pastores que eles precisariam de um tempo para se prepararem espiritualmente para as entrevistas. Esse preparo era, por exemplo, ouvir o que Deus iria falar ou consultar a Bíblia. Esse tempo que eles pediam para praticarem esses rituais, às vezes levava de duas a três semanas.

<sup>8</sup> O uso do aplicativo dependia do momento do entrevistado. Às vezes ele se sentia à vontade, às vezes não. Quando ocorria alguma insegurança eu pedia para o entrevistado gravar um áudio.

## Religião como forma contemporânea de reimaginar os vínculos, produzidos pela pandemia

Eu realizava o meu trabalho de campo e, quando terminou o culto da Paz e Vida, em 17 de abril de 2022, despedi-me de alguns fiéis. Quando me aproximei do pastor auxiliar, para saber como a igreja buscava a sua reestruturação, depois que a pandemia já estava controlada no Estado de São Paulo e com a meta de vacinação das pessoas, em dia – ele me disse:

O irmão sabe que a pandemia, a Covid, eu a chamei assim, nas pregações, de inimigo oculto, porque as pessoas estavam morrendo e o único que tinha poder de salvar as pessoas era Deus. E eu vejo que, devido a pandemia, tem uma coisa favorável, que muitas pessoas estão procurando a igreja porque as pessoas tinham medo da morte. O irmão sabe que muitas pessoas morreram com o contágio da doença. Então, a pandemia, ela fortaleceu para que as pessoas pudessem voltar à igreja, até aqueles que não estavam indo para igreja voltaram com medo da morte, então teve isso da pandemia (Diário de Campo, 17 abr. 2022).

A morte foi um fato em nossa sociedade contemporânea que afligiu muitos, familiares, amigos e pessoas que ficamos sabendo que faleceram devido a pandemia. A realidade do sofrimento e da morte nesse contexto – justifica a importância da religião como portadora de sentido para um processo de orientação e cuidado, que a igreja, com os seus serviços religiosos oferece para a população. Nas palavras do fiel, a pandemia levou religiosos, que estavam afastados dos rituais, de volta para a instituição religiosa. Ele comenta que muitas pessoas procuram a igreja com medo da morte. Para esses fiéis, a religião seria uma saída, uma resposta. Os seres humanos temem a morte, procuram meios para se afastarem desse fato, que é um processo natural de nossa existência. Nesse sentido, a pandemia aterrorizou muitas pessoas, com seu alto impacto de contágio e causando sofrimentos em muitas famílias. A Covid-19, até hoje,

mesmo depois do alto índice de contaminações, ainda causa a contabilização das mortes causadas pela síndrome respiratória aguda. As características do vírus causam insuficiência respiratória, dependendo do caso, e exigem o uso de respiradores artificiais, nos casos mais graves da doença.

Nesse sentido, a ausência dessas máquinas em hospitais e nos leitos de UTIs, causam um sufocamento no sistema de saúde, e os médicos, na época do alto índice de contaminação, tendo que escolher quem iria para um desses aparelhos. Tal fato causou uma verdadeira tragédia nas vidas humanas, causando a morte. Para Passos (2021, p.31).

Uma epidemia definida como pandemia significa, por si mesma, o anúncio de um perigo e, por conseguinte, a necessidade de temor, se não como sentimento paralisante, ao menos como estratégia de precaução. E, nas reações massivas, o medo adquire as mais variadas expressões, como a angústia pelo incerto e até o pânico pelo assombroso, medo desproporcional à real dimensão do perigo. Não faltam relatos de gripes psicológicas, com todos os sintomas previstos do Covid-19, e, até mesmo, de suicídios como antecipação da morte inevitável que se aproximava.

A crise sanitária, no Brasil, fez com que muitas pessoas entrassem em estado de pânico, com a morte, o perigo enfrentado a cada dia, de se proteger contra esse inimigo oculto. Para o Pastor B, tal fato levou muitas pessoas, que estavam afastadas do convívio religioso de volta para o templo. Para o fiel, a religião foi motivo de fortalecimento da fé de muitos.

Rodney Stark (2006) ao falar de epidemias, comenta que o cristianismo foi a religião que mais possibilitou uma orientação. Durante as crises causadas por pestes e as catástrofes, os cristãos são os que mais estavam preparados para enfrentar as tempestades causadas, inclusive, pelas pandemias. Para Rodney Stark:

As epidemias fizeram soçobrar a capacidade de explicação e consolação do paganismo e das filosofias helenistas. Em contrapartida, o cristianismo oferecia uma explicação muito mais

## COMUNIDADE CRISTÃ PAZ E VIDA

satisfatória sobre as razões pelas quais aqueles terríveis tempos haviam-se abatido sobre a humanidade. Além disso, o cristianismo delineava uma imagem esperançosa e até mesmo otimista em relação ao futuro (STARK, 2006, p. 88)

Como citado anteriormente, o pastor comentou que a Covid-19 era o inimigo oculto e o único que tinha o remédio para salvar as pessoas era Deus. Para ele, a pandemia fortaleceu a coletividade da igreja. Os fiéis estavam de volta para a comunhão, isso devido ao medo da morte. Tal fato também ocorreu com aquelas pessoas que não frequentavam os rituais religiosos. Como Stark salienta, o cristianismo foi – e continua sendo – uma fonte de explicação para teodiceias.<sup>9</sup>

Para Berger (2018), a teoria da construção social da realidade da religião, funciona como sistemas de símbolos essenciais para os seres humanos. Berger enfatiza a função religiosa de integração das experiências marginais ou limites. Há nela uma capacidade de “situar os fenômenos humanos em quadro cósmico de referência” (p.48).

Diante desse conceito de impermanência que marca a condição humana, o fenômeno religioso funciona como protetor, possibilitando interpretações, mas, sobretudo, aquela que sustenta o interior para enfrentar a crise do sofrimento. De acordo com o autor, a secularização se move em dois níveis: o subjetivo da consciência e do nível social e da cultura. Nesse sentido, por um lado à privatização da religião ou a sua redução ao domínio do indivíduo ou dos pequenos grupos. Não é somente um sofrimento corporal, ou natural que precisa ser explicado, mas, sim, qualquer tipo de anomia. A pandemia possibilitou mortes e afligiu pessoas, mesmo na individualidade e na coletividade.

---

<sup>9</sup> A teodiceia procura responder ao evidente problema do mal dando uma justificativa moral para o caráter (propriedades como bondade) e para as ações ou suas supressões, por parte de um ser tão benevolente, em termos de uma razão moral suficiente para a existência tanto mal pelo mundo.



## COMUNIDADE CRISTÃ PAZ E VIDA

A igreja, como comenta o Pastor B, é esse dossel sagrado.<sup>10</sup> O pastor que trabalha por tempo integral na instituição religiosa, quando respondeu uma das perguntas do questionário disse: “Os cuidados são frequentes e se mantiveram, na questão da coletividade sempre na igreja” (PASTOR A).

Aqui, percebe-se que a igreja sempre teve essa função integradora no cuidado dos fiéis, de acordo com o pastor da instituição religiosa. Para o Membro A,

A Covid-19 significou para a igreja que Deus existe e para nós fortalecermos e refletir tudo sobre nossas vidas. Para termos mais afeto um com o outro e pensarmos o que fizemos de ruim e tentar consertar nossos erros durante esse confinamento. Muito não tinha essa coletividade e não tinham cuidados com o próximo. A pandemia ajudou muito a pensarmos no próximo e ajudar a compreender a conviver e tentar conhecer um ao outro para que possamos ser mais felizes (MEMBRO A, entrevista pessoal, 26. abr. 2022).

Para o fiel, a pandemia ressignificou os cuidados coletivos, que a igreja já tinha, de acordo com o pastor da instituição religiosa. Na citação a seguir, Durkheim comenta sobre a igreja Romana, mas, pode-se ter como exemplo qualquer instituição religiosa. Aqui, no caso, a evangélica:

Em uma palavra, é igreja, da qual ele é membro, que ensina ao indivíduo o seu papel, como deve entrar em relação como eles, como deve cultuá-los. Quando se analisam metodicamente as doutrinas dessa igreja, qualquer que ela seja, chega o momento em que encontramos no nosso caminho aquelas que dizem respeito a esses cultos especiais. Portanto, não existem aqui duas religiões de tipos diferentes e voltadas para sentido opostos; mas são, de uma parte e de outra, às circunstâncias que interessam à coletividade no seu conjunto, ali, à vida do indivíduo. A solidariedade é de tal forma estreita que, entre determinados povos, as cerimônias, em cujo

---

<sup>10</sup> Referência de Peter Berger do seu livro o Dossel Sagrado. Elementos para uma teoria sociológica da religião.

## COMUNIDADE CRISTÃ PAZ E VIDA

transcorrer o fiel entra pela primeira vez em comunicação com seu gênio protetor [...] (DURKHEIM, 2008, pp. 78-79).

Aqui, o discurso religioso da igreja torna-se fundamental para que os fiéis se sintam acolhidos e protegidos. Desta maneira, as religiões como sistema de sentido possibilitam uma representação do mundo. No caso da Covid-19 – em que pessoas passaram por algum tipo de sofrimento ela faz com que os símbolos religiosos deem significado a indivíduos ou a uma coletividade. A solidariedade nos momentos de crises, como afirma o fiel da Paz e Vida, faz com que pessoas se sintam mais próximas umas às outras. Para Durkheim, a religião é um sistema de representatividade, ela é vista como um fenômeno coletivo, em que aponta, de forma concludente, que não pode haver crenças morais coletivas que não sejam dotadas de um caráter religioso. Sua existência baseia-se numa distinção essencial entre sagrados e profanos.

É um conjunto de ações e representações que se observa tanto nas sociedades modernas quanto nas sociedades primitivas.

Nesse sentido, a pandemia trouxe reflexões sobre várias questões da vida. Porém, é possível observar que, para os fiéis da Paz e Vida, ela significou um momento de dor e angústias, principalmente para membros que perderam entes querido. Não é possível saber a quantidade de adeptos que ficaram doentes e familiares desses religiosos. Por ser uma igreja aberta, ela não contabiliza a quantidade de membros. Mas, percebe-se nas visitas de campo realizadas, que a Covid-19 fez com que essas pessoas ficassem impactadas pelo vírus. No comentário do Pastor B, ele destaca que muitos fiéis voltaram à igreja com medo da morte.

Assim, a pessoa encontra, na instituição religiosa, meios para superar esta crise pessoal. Observe o que afirma o Membro C:

É irmão, até difícil. Foram dois anos com essa doença. Falar para você. Não foi fácil não, essa Covid, que pegou todo mundo. Não só nós, mas o país todo que foi essa pandemia. Muitos lugares

## COMUNIDADE CRISTÃ PAZ E VIDA

fechados, igreja, comércio. Muitas pessoas perderam suas vidas. Então, é assim, para a igreja foi momento difícil. Como nós buscamos a Deus presencialmente, foi difícil, sim. As igrejas, infelizmente, fechadas. Mas nós não podemos perder a fé. Sabemos que isso são as promessas de Deus que estão se cumprindo. Mesmo com as igrejas fechadas deveríamos estar orando, pedindo a Deus que nos guardasse. Foi momento difícil, mas conseguimos orando e pedindo a Deus que tudo melhorasse (OBREIRO C, entrevista pessoal [WhatsApp], 26 abr. 2022).

Para o fiel, a pandemia faz parte das promessas de Deus. Mas o adepto reconhece que ela causou problemas para a economia e para familiares que perderam suas vidas para a Covid-19. Ele comenta, ainda, que esse momento serviu para que pessoas pudessem orar a Deus para que fossem guardados do contágio do vírus. O fiel termina com a afirmação de que graças a ajuda de Deus, tudo melhorou.

É possível verificar, nos comentários do adepto, que a religião une e protege em momentos de sofrimento. A igreja representa esse lugar de acolhimento, sentido de vida e de esperança.

Os homens têm necessidade dos deuses para existir em sociedade, mas os deuses dependem dos homens, que se dedicam, por meio do culto que lhes prestam, a preservar sua existência. As práticas religiosas e as crenças que racionalizam teologicamente sua necessidade social têm como função reativar regularmente e perenizar a "emoção das profundezas". Elas relançam a própria dinâmica da vida coletiva, garantindo a "restauração moral" dos indivíduos que retornam à vida profana com mais coragem e ardor (LÉGER; WILLAIME, 2009, p. 194).

Desta maneira, percebe-se que a religião funciona como construção social, necessária à sobrevivência dos religiosos que, por sua vez, cria rituais para a sua existência. Para isso, o próprio fiel quem cria com o propósito de validar a sua religião, leis e outras exigências que passam a compor o código doutrinário de sua cosmovisão de mundo. A igreja pauta, com os seus agentes,

orientações para condutas coletivas gerando uma sinergia dos adeptos na construção de um cotidiano, mesmo depois de crises biográficas ou coletivas. Nos comentários do Pastor B e do Membro C, observa-se que a religião atravessa a vida das pessoas entre o sofrimento causado pela pandemia e a esperança, mesmo que essa seja uma questão de metafísica para os fiéis, ou como diz o Membro A, “a Covid-19 ajudou muito a pensarmos no próximo e ajudar a compreender e conviver, tentar conhecer um ao outro para que possamos ser mais felizes.”

Nesse sentido, a vida religiosa do fiel une a todas as pessoas em um ato de crença e de ritos que ofereça sentido a quem pratica. O Pastor A comenta: “Percebi que as pessoas sentiram muita falta da igreja. Isso fez com que as pessoas voltassem com mais sede de buscar a Deus” (PASTOR A). Percebe-se que a religião conforta as necessidades existenciais das pessoas. Com a pandemia, o sofrimento foi mais visível, e a alternativa para buscar alívio em meio aos rastros de destruição que o vírus deixou é por meio da fé, afirma os fiéis.

### **Pandemia e religião, novas formas coletivas de cuidado**

A Covid-19 impulsionou mudanças na forma de conviver e de se relacionar com pessoas. Ao observar e conversar com os fiéis da Paz e Vida, percebo que os comentários desses adeptos vão de encontro a sensibilidade que a pandemia causou e fizeram com que muitos refletissem sobre a vida. A pandemia somada a outros fatores como a economia brasileira, a fome, falta de emprego, injustiça social, perda de pessoas devido a crise provocada pelo vírus fez com que muitos brasileiros se sentissem acuados a tanta tragédia. A religião, como edifício de orientação para as crises, foi de suma importância para que essas pessoas pudessem encontrar um amparo em suas religiões.

As formas de cuidado criadas ou ressignificadas fez que essas ações e possibilidades trouxessem o sentido da vida com um dinamismo interno. Em algumas pessoas, há uma maior

## COMUNIDADE CRISTÃ PAZ E VIDA

sensibilidade e autoconsciência acerca da dimensão que a sua religião oferece, o que favorece os processos de ressignificação dos fatos da vida coletiva. Para o Obreiro C, a pandemia trouxe essa sensibilidade:

[...] Cuidado conosco mesmo. A gente vai vivendo. Esquecemos de nós mesmos [...] essa pandemia veio para termos um cuidado a mais conosco mesmo, com os nossos irmãos, com o próximo. Hoje em dia a coletividade uniu um pouco mais [...] o cuidado que a gente tem que ter é ter a coletividade maior com o próximo: se aquele não tem nada, devemos fazer doações, a igreja somos nós. (OBREIRO C, entrevista pessoal [WhatsApp], 26 abr. 2022).

A solidariedade é um fato que se abriu com a crise sanitária, o sentimento mútuo de fraternidade e empatia. Para o fiel da Paz e Vida, a coletividade com os adeptos religiosos e com o próximo ficou mais evidente. Observa-se que, para o Obreiro C, o ato de cuidado intensificou-se com a pandemia. Nas visitas de campo, a igreja e a maioria dos membros afirmam que a Covid-19 aproximou mais as famílias, amigos e fez com que a vida religiosa se tornasse mais solidária. Para João Décio Passos,

O ensinamento da solidariedade. O mundo se sintonizou na pandemia. A empatia com os dramas vivenciados pelos países distantes trouxe para próximo os problemas. A humanidade aprendeu, em meio aos dramas da contaminação e da morte, a ir além da indiferença. O perigo comum colaborou para ações comuns e para a afirmação da solidariedade comum. Ainda que alguns possam ver em ajudas humanitárias não mais que esmolas, o fato é que elas se tornaram políticas públicas praticadas por órgãos internacionais, por empresas, por governos, por ONGs, por igrejas e, evidentemente, por atitudes e ações de indivíduos. Sem o sentimento comum da crise vivenciada e sem a solidariedade, o drama se tornaria imediatamente tragédia. A pandemia abriu novos horizontes de percepções e valores para todos ou, ao menos, para os que estão dispostos a ver, discernir e aprender com os fatos. Os que vivem fechados nas próprias ideias – preconceitos – não se abrem a essa dinâmica, não aprendem. Esses ensinamentos podem

## COMUNIDADE CRISTÃ PAZ E VIDA

não ser duradouros; serem não mais que sentimentos e percepções de um tempo de crise (PASSOS, 2021, pp. 84-85).

A pandemia se abriu para esse novo, que acontece na solidariedade e nas aproximações uns com os outros. Para o fiel da Paz e Vida, a Covid-19 possibilitou essa dinâmica. João Décio Passos conclui sua explicação ao afirmar que essa abertura só não foi protagonizada por aqueles que vivem fechados em ideias próprias e preconceituosas, mas para os que vivem abertos a novas janelas da vida, a crise sanitária foi um sinal de que somos frágeis e necessitamos da vida coletiva.

A pandemia trouxe uma reflexão, muitas coisas em nossas vidas, para amar mais ao próximo, ajudar o próximo, coletividade também e cuidados. O cuidado é a gente se prevenir. Não estar em muvucas, [...], mas essa pandemia trouxe a realidade de tudo o que de mal acontece e sempre aconteceu. Para dar mais valor a nós mesmo e ao próximo. Mas graças a Deus tudo isso aconteceu para que a gente pudesse ser mais unido com o próximo (MEMBRO C, entrevista pessoal [WhatsApp], 20 abr. 2022).

Nos comentários do fiel, observa-se que a pandemia influenciou os comportamentos e trouxe a realidade das coisas. Para o membro da Paz e Vida, esses acontecimentos permitiram o reconhecimento, valorização e solidariedade para com o próximo. Desse modo, a religião sempre buscou por meio do discurso religioso e com seus ritos – essa percepção, aproximação e sociabilidade nas relações.

Para Durkheim (2018), a religião por sua vez seria um produto social criada por sujeitos que se movem e pensam de forma coletiva, com interação e confirmação das condições para que a vida em relação continue a existir. Assim, a religião fornece compreensão e legitima os indivíduos religiosos a partir de seus olhares e manifestações em suas múltiplas formas de vivência coletiva. A religião oferece respostas às necessidades reais da sociedade. É possível notar tal fato nos adeptos da igreja em

## COMUNIDADE CRISTÃ PAZ E VIDA

relação a pandemia quando afirmam que o sofrimento causado pelo vírus possibilitou a aproximação das pessoas. Isso mostra que a força da religião é capaz de orientar e criar uma sensação de união por meios dos seus ritos.

A força dos símbolos e a legitimação produzida pela religião nos fiéis da Paz e Vida não poderiam prescindir de forma apenas pragmática. Nesse sentido, a ideia de Deus para a pessoa religiosa em conexão com a comunidade é diretamente alinhada com os indivíduos a partir de uma visão para o além, nesse caso, Deus. A religião não é apenas resultado de ritos e de cultos a seres supra-humanos, mas de coletividade a forças anônimas e poderes indefinidos (DURKHEIM, 2018). Ela sempre produziu, para as sociedades, subsídios para uma vida melhor e uma certa estabilidade nas relações sociais. A religião, como força geradora de valores, participa da vida em sociedade e tem a função importante de orientar.

Assim, ela é portadora de sentido na modernidade, força que motiva pessoas para criar convicções. É possível perceber tal fato nas conversas dos entrevistados da Paz e Vida. Desta maneira, o que influencia pessoas não é ideologia, política, nem a economia, mas aquilo que os seres humanos se identificam com valores e convicções que as religiões constroem, família, crenças e coletividade.

### **Coletividade ou forma de reimaginar um espaço de integração**

A ressignificação dos espaços produzidos pela igreja, por consequência da Covid-19, foi de grande importância para a continuidades dos ritos. Não que estes tenham parado com a pandemia, mas precisaram passar por caminhos que levassem a religião para mais próximo dos fiéis. Como é possível observar para os adeptos da Paz e Vida, a vida comunitária da igreja ficou mais evidente com o sofrimento que o vírus trouxe. Para essas pessoas, a religião ficou mais próxima em legitimação e respostas que aconteciam durante a pandemia. Já alguns trabalhos que eram

## COMUNIDADE CRISTÃ PAZ E VIDA

feitos pela igreja tiveram que ser interrompidos, como visitar doentes, fazer oração por aqueles que sofrem. Quando conversei com membros da instituição religiosa sobre a época em que a Covid-19 estava no auge do contágio e com um grande número de mortes, observo respostas que, muitos que faziam trabalhos religiosos, tiveram que seguir direções do pastor da igreja para saber o que deveriam fazer. Percebo que nos comentários havia o desejo de fazer. Alguns acreditavam que Deus estava no controle e iria protegê-los da contaminação, caso visitassem pessoas, mas tinham também medo de serem contaminados pelo vírus.

Quando perguntei para o Obreiro C, sobre como a igreja mantinha a coletividade durante a pandemia e de que maneira a instituição religiosa fazia seus trabalhos, ele responde:

Acho que sim., porque antigamente tínhamos o culto, as visitas nas casas de familiares. Os membros iam para a igreja, perguntavam se tinha ficha para preencher para que os evangelistas pudessem fazer um culto, oração na casa da família, orar por aqueles doentes, enfermo, desempregado, várias áreas da vida, da saúde espiritual. Então, o que acontece com esse meio termo dessa Covid, dessa pandemia. O que acontece: teve essa mudança de muitas pessoas se afastarem da igreja, de não ter mais essas visitas. A gente fazia três visitas durante a semana. No final de semana fazíamos mais. Tinha os grupos de evangelistas que íamos nas casas, orar mais pelas pessoas, infelizmente deu uma separada. Até a segunda ordem do nosso líder, nós não podemos e têm muitos que não aceitam. Porque, assim, por mais que a gente seja da igreja, nós não estamos longe de contrair o vírus. A gente também fica meio que ansioso, porque a gente não sabe como aquela família está, os cuidados naquela família que vamos visitar. Por isso que deu está parada e essa mudança nos vínculos dos irmãos. Mas, graças a Deus a igreja está voltando, voltando aos poucos e está aparecendo novos membros para a igreja voltando para o Senhor, querendo conhecer, se entregando. Voltando para os braços do pai. Então a gente está tendo mais jovens, mais idosos, pais de família voltando para a igreja (OBREIRO C, entrevista pessoal [WhatsApp], 26 abr. 2022).



## COMUNIDADE CRISTÃ PAZ E VIDA

Percebe-se, no comentário do fiel, que a igreja é bastante ativa, participa da vida comunitária, mas, devido a Covid-19, tiveram que parar com as visitas religiosas. A instrução do líder da igreja era que as próprias pessoas estavam com medo de contrair o vírus, durante a pandemia. De acordo com o membro da igreja, os adeptos voltaram às atividades religiosas e muitas pessoas que estavam longe voltavam ao convívio religioso. Também se verifica que, para a pessoa religiosa, o fato de pertencer a uma comunidade de fé não impede de contrair a doença. Quando o religioso afirma que "Assim, por mais que a gente seja da igreja, nós não estamos longe de contrair o vírus. A gente também fica meio que ansioso, porque não sabe como aquela família está", mostra uma consciência que o risco de uma infecção é possível, quando não praticadas as orientações de distanciamento social. Desta forma, não são todos os evangélicos que não acreditam na ciência, ou colocam toda a sua proteção em Deus, como se isso fosse preveni-los de não ficarem doentes. A Igreja Paz e Vida, no alto pico do contágio, teve esses cuidados, mesmo sendo permitida estar aberta, pelo Governo de São Paulo, em 2020. Em conversas com esses adeptos, alguns comentavam que o vírus não poderia ser subestimando. Apesar de Deus cuidar do seu povo, a pandemia está presente. Era comum ver que muitos desses fiéis higienizavam as mãos e utilizavam máscara o tempo todo. Além disso, as cadeiras da igreja mantinham distanciamento uma da outra, para evitar aproximação.

A igreja é o templo de Deus. Devemos sempre ir à igreja para nos fortalecermos: orar e pedir a Deus que sempre nos proteja de todos os males, que nos ensine a Palavra e de como comportarmos perante o mundo. Muitos não sabiam e não tinham essa efetividade, não tinham proximidade. E com a pandemia aprendemos a amar, conviver melhor e mudamos algumas atitudes erradas que cometíamos (MEMBRO A, entrevista pessoal, 26. Abr. 2022).

A presença na igreja era muito importante para algumas pessoas. Os fiéis com quem conversei e entrevistei comentavam que os

## COMUNIDADE CRISTÃ PAZ E VIDA

cuidados eram essenciais, e que os ritos religiosos deveriam ser praticados com cuidado. A pandemia levou muitos a se preocuparem com as suas vidas.

Para o Membro A, assim como para outros religiosos, o novo coronavírus trouxe essa aproximação, no sentido de convivência e mudanças nos hábitos e até mesmo morais, como afirma o fiel. Nota-se que a religião – e os espaços de integração conduzidos pelos fiéis da Paz e Vida – se fez por um sistema de crença, que o discurso religioso proporciona: a religião como orientação e busca de sentido para a vida, como resposta para as situações anômicas. Essas interações feitas na igreja, em alguns momentos, foram realizadas virtualmente, como já abordado, e em outros casos indo para a igreja, tendo em vista os critérios colocados pelas autoridades sanitárias. Mas o que fez com que os ritos continuassem, mesmo de forma online, foram os cultos transmitidos pelos meios eletrônicos. Para o Membro C da Paz e Vida ele diz:

Sim, sim, tiveram mudanças, sim, na vida dos irmãos e principalmente na igreja online. Quando estava fechada, estava tendo culto online aproximando os irmãos da igreja e os que estavam afastados também se aproximaram de Deus. Foi um momento muito difícil para nós, mas graças a Deus tudo está voltando ao normal, está melhorando (MEMBRO C, entrevista pessoal [WhatsApp], 20 abr. 2022).

Para o entrevistado, a igreja online era uma forma de manter as pessoas religiosas integradas com os ritos. Para o fiel, até os que estavam afastados, as transmissões via tecnologia proporcionavam aproximação dos que não tinham mais contato com a igreja. Nos comentários dos membros da Paz e Vida, a integração nunca deixou de existir, mesmo com a flexibilização das aberturas dos templos religiosos, os fiéis se apresentavam na igreja para praticar rituais e a instituição religiosa oferecer seus serviços simbólicos. Quando as igrejas estavam fechadas, durante o pico da pandemia, as transmissões online serviam para a comunicação entre os fiéis e os seus líderes religiosos. Percebe-se,

nas entrevistas e no trabalho de campo, que a sacralização no culto não acontecia somente quando as reuniões dos fiéis era presencialmente, mas, quando a igreja permanecia fechada, essa sacralização era por meio digital, com os ritos das pregações, ofertas e atividades religiosas. O pastor de tempo integral da igreja mantinha seu desempenho, nas pregações e antes de começar o culto, sempre com palavras de encorajamento para os fiéis, ao afirmar que a pandemia iria passar.

Era um momento que Deus estava permitindo para provar seu povo, mas que a vacina era importante, para chegar ao fim desse vírus.

Lembro que, em 2020, quando o Brasil estava alcançando um alto índice de morte causada pela Covid-19, tanto o Pastor A quanto o Pastor B, orientavam para as pessoas tomarem cuidado, mas, ao mesmo tempo, comentavam que deveriam estar firmes em Deus, porque Ele tinha a vitória para cada um.

Essas palavras de ânimo faziam resultado nos cultos. Os fiéis permaneciam esperançosos e, também, ouvia-se palavras de confirmação daquilo que os pastores diziam. Observei que as pregações e os louvores da igreja mantinham esses adeptos unidos na vida comunitária da Paz e Vida. Mas, para o pastor da instituição religiosa, a pandemia assustou e afastou muita gente do convívio religioso. O líder da Paz e Vida afirma: "Sim, pois as pessoas perderam um pouco da proximidade, mas como estamos voltando com o contato 100%. Percebi que as pessoas estão se relacionando mais" (PASTOR A). Quando São Paulo alcançou um grande número de pessoas vacinadas, elas começaram a voltar para a igreja, comenta o pastor. Para o Pastor B:

Uma das maiores preocupações foi não poder receber as pessoas na Igreja, e nem poder ir visitar, principalmente os idosos, e pessoas com alguma sequela pós-internação por algum tipo de doença. E depois da epidemia da Covid-19, a única certeza concreta que ficou confirmada foi que Deus esteve sempre no controle de tudo, dando sabedoria a todos que estavam enfrentando, e suporte físico e mental, a todos os médicos, enfermeiros, e toda equipe que

## COMUNIDADE CRISTÃ PAZ E VIDA

colocavam suas vidas em risco pelas vidas dos infectados. Nisto nós, da fé, entendemos que só Deus pode dar capacidade psicológica para tamanha batalha que estes profissionais enfrentaram e venceram (PASTOR B, entrevista pessoal [WhatsApp], 29 maio 2022).

Para o pastor, a grande preocupação da igreja era não receber os adeptos no local físico, principalmente os idosos. Depois da pandemia, o líder religioso comenta que Deus esteve presente o tempo todo, mas sem negar a linha de frente dos profissionais de saúde.

Aqui, há uma aproximação da fé com a ciência no sentido de os símbolos religiosos não afetarem os compromissos que cada pessoa deveria ter em relação ao novo coronavírus. A respeito de símbolos ou universo simbólico, Berger e Luckmann comentam:

[...] universo simbólico para a experiência individual pode ser definido de maneira muito simples dizendo que "põe cada coisa em seu lugar certo". Mas ainda, sempre que um indivíduo extravia-se, perdendo a consciência desta ordem (isto é, quando se encontra nas situações marginais da experiência), o universo simbólico permite-lhe "retornar à realidade", isto é, à realidade da vida cotidiana. Sendo esta evidentemente a esfera a que pertencem todas as formas de conduta e papéis institucionais, o universo simbólico fornece a legitimação final da ordem institucional, outorgando a esta a primazia da hierarquia da experiência humana (BERGER; LUCKMANN; 1985, p. 135).

O cotidiano é formado por símbolos ou, em cada experiência individual ou coletiva, esse universo simbólico orienta e oferece significado, servindo como nomos para situações limite ou marginais. As instituições, tendo estas como norte de significados para a vida, assim como a igreja formada por símbolos religiosos, tem a função de ser esses buscadores que penetra na vida da pessoa religiosa, trazendo para esse mundo cotidiano das coisas, em que a religião se torna plausível e legitimadora no caos. Quando o Pastor B afirma que Deus estava no controle das coisas,

nos eventos de anomia causados pela pandemia, esse mesmo discurso do fiel mostra a função religiosa de orientar e fornecer a sensação que existe uma proteção que vem desse Deus que o adepto comenta. Observa-se nos comentários dos fiéis da Paz e Vida, que a Covid-19 serviu como uma espécie de pedagogia para aproximar as pessoas, mostrar que a fragilidade humana está presente a cada dia nos círculos de convivência. Esse sentimento que os adeptos comentam ao perceber as pessoas sofrendo e sendo hospitalizadas, fez com que essa fragilidade trouxesse consciência do que é viver em coletividade. É isso que eu percebo quando os fiéis da igreja comentam sobre a pandemia:

Dois anos de pandemia não foram nada fáceis, porque isso afetou o mundo todo. Mudou muita coisa para todos nós e para o mundo. Muitas pessoas morreram e ficaram internadas, infelizmente. Mas, esta pandemia nos traz uma reflexão, como eu posso dizer, porque isso já estava mais de dois mil anos na Bíblia, disse Jesus. Isso é profecia, como Jesus tinha dito, fim dos tempos. Como nós somos da igreja, isso não espanta muito. Agora, os que não reconhecem Deus, os ímpios não sabem. Mas, nós que somos de Deus sabemos. Para nós foi uma lição. Que possamos ter um pouco de consciência e de conhecimento que Deus pode todas as coisas, para ficarmos mais acolhedores uns com os outros, poder ajudar o próximo [...], mas graças a Deus teve a vacina, pela ciência que nos ajudou bastante. Mas, mesmo assim, a pandemia não acabou e é preciso nos conscientizar para ajudar uns aos outros para que o mundo se torne melhor (MEMBRO C, entrevista pessoal [WhatsApp], 07 jun. 2022).

Para o fiel, esses acontecimentos pandêmicos aconteceram porque já estava escrito na Bíblia, há mais de dois mil anos. Jesus tinha dito estas coisas. Para o adepto da Paz e Vida, somente quem é uma pessoa religiosa tinha esse conhecimento. Tudo isso aconteceu para que as pessoas refletissem, para a conscientização a respeito dos sofrimentos causados pela Covid-19. Para o entrevistado, isso seria uma lição, apesar que na sua fala inicial, ele afirma que era uma profecia do livro dos cristãos.

## COMUNIDADE CRISTÃ PAZ E VIDA

Assim, ele reconhece que graças a vacina e a ciência, o mundo sairá dessa situação de crise sanitária.

Observa-se, mais uma vez, que os espaços de integração entre pessoas religiosas e a igreja, tornam-se mais coletivos e integrados, quando cada membro comenta que o novo coronavírus serviu para transformar os relacionamentos em ações de acolhimento, para que a solidariedade se mova em relação ao outro. A religião sempre apontou a direção sobre uma situação problemática. Assim, os adeptos da Paz e Vida têm a necessidade de Deus ou de ouvir e colocar a sua fé na Bíblia para existir em sociedade. Mas, com os símbolos religiosos, os fiéis dependem dessas forças supra-humanas para se dedicarem aos cultos que lhes prestam a preservar sua existência. As práticas religiosas – e as crenças que racionalizam essa necessidade social – têm como função ativar a própria dinâmica coletiva para fortalecer ou encorajar as pessoas religiosas para que retornem ao cotidiano delas com mais perseverança e ardor.

Para compreender a religião, segundo Durkheim (2018), é preciso entender a consistência de fenômenos que favorece para modelar a vida social e os costumes que implicam as pessoas religiosas, ou a sociedade, ou grupos humanos que fornecem sentido para a ação. Nesse sentido, ainda é necessário compreender a continuidade que tem entre crenças religiosas nas sociedades tradicionais e as crenças coletivas que fazem viver as pessoas modernas, mas que prevalecem na maioria das cosmologias que detinha a explicação no mundo para fora das fronteiras da racionalidade. (DURKHEIM, 2018, p. 8). Para os fiéis da igreja, essas forças ajudam a enfrentar as dificuldades do dia a dia, mas, também, fornece explicações sobre a ordem das coisas. No caso da pandemia, o livro dos cristãos, a fé em seu Deus é um sinal de que as coisas estão no controle. Como já observado, para os adeptos da igreja a ciência teve um papel fundamental para estabelecer o caos trazido pelo vírus.

Durkheim (2018), ao falar das crenças totêmicas, destaca:

## COMUNIDADE CRISTÃ PAZ E VIDA

Os sentimentos semelhantes que essas diferentes espécies de coisas despertam na consciência do fiel e que constituem a sua natureza sagrada, não podem evidentemente vir se não de princípio que seja comum a todas indistintamente, aos emblemas totêmicos assim como às pessoas do clã e aos indivíduos da espécie que serve ao totem. É a esse princípio comum que, na realidade, se dirige ao culto. Em outras palavras, o totemismo é a religião, não de tais animais, ou de tais homens, ou de tais imagens, mas de uma espécie de força anônima e impessoal que se encontra em cada um desses seres, sem, no entanto, se confundir com nenhum deles. Ninguém a possui inteiramente e todos participam dela. Ela é tão independente dos indivíduos particulares em que se encarna, que tanto os precede como sobreviver a eles. Os indivíduos morrem; as gerações passam e são substituídas por outras; mas essas forças continuam sempre atual, viva e semelhante a si mesma (pp. 239-240).

Essas forças impessoais e anônimas continuam a influenciar e direcionar grupos de fiéis em suas vidas cotidianas. A religião é um fator determinante para dirigir uma sociedade, um coletivo para uma ordem. Os cultos e as crenças vivem em harmonia com essas forças que envolvem os adeptos a fim de mantê-los unidos em uma integração com a sua religião. A religião produz estruturas que direcionam os fiéis em suas angústias e determinam, por meio dos seus ritos, direções que possibilitam uma determinação por parte da pessoa religiosa a enfrentar as crises existenciais. Essas crenças em poderes impessoais, que se observa nos espaços litúrgicos do templo da Paz e Vida, abre caminho para afirmar que as igrejas são locais onde Deus atua e onde os fiéis, que estão em busca desta força divina, encontram forças e vitórias sobre as crises causadas pela Covid-19.

Desta maneira, Deus age na igreja. Os pastores se juntam para a corrente de oração com cânticos, para invadir o território adversário, oferecer súplicas, unindo os fiéis com palavras de ânimo, oferecendo significado a cada um deles. Como bem observei na Paz e Vida, há uma relativização onde o espaço é o lugar de refúgio, em que os adeptos buscam proteção e seguem a direção dos agentes religiosos, assim como a participação nos

## COMUNIDADE CRISTÃ PAZ E VIDA

rituais da igreja. Desse modo, o templo é o lugar de prestação de serviços, libertações, magias, curas e orientações. Não somente os espaços físicos, mas os virtuais também. A necessidade de autorrealização que determina o autoconhecimento e autodesenvolvimento. Mas, sabe-se que cultura é a base de construção e é por meio dela que o ser humano tem orientação, sentido e satisfação social e pessoal. A religião é também uma base da cultura.

À medida que o indivíduo participa dela, é conduzido pelas estruturas criadas. A sociedade age como reguladora, e cria desejos, desperta o interesse das necessidades. Por isso quando os adeptos da Paz e Vida colocam sua confiança em Deus e na Bíblia, isso os motiva a acreditarem que as suas vidas valem mais. E que tudo que aconteceu durante a pandemia foi para ensinar algo e que isso deve ser agora valorizado entre as pessoas, como observa-se nas palavras do Membro C.

A igreja apresenta-se como responsável pelo desencadeamento da ação do fiel e, por isso, é fundamental colocar a fé em ação. O pastor – como proprietário dos bens simbólicos – conduz os adeptos nas suas crenças que acontece no templo, e nos espaços virtuais, virando um despertar místico religioso. Assim, o público acaba tendo esperança de uma vida melhor e deixando se levar pelo discurso retórico. Essa manifestação, que acontece na igreja Paz e Vida, é devido a magia que sai da oratória que a pessoa religiosa interioriza em sua psique como certa. As palavras apenas delegam os referenciais simbólicos que o fiel quer ouvir e representa para os adeptos motivos que facilita a sua abertura para forças impessoais que determinam a conduta dos fiéis.

Desta maneira, os crentes têm uma mudança de vida real pautada no discurso que vem do pastor. A Bíblia tem uma força transformadora como um símbolo que veio do céu. As pessoas motivadas para fazer mudanças em suas vidas. Tudo isso em comunidade que prega que tudo pode naquele que fortalece. Nesse sentido, o templo passa a ser o centro de influência do cotidiano da vida do adepto, no qual este encontra refúgio na hora da aflição. Além disso, lá ele também vai encontrar amigos e



## COMUNIDADE CRISTÃ PAZ E VIDA

companheiros de fé, uma palavra encorajadora, tudo aquilo que ele não encontra em sociedade capitalista e desigual. A vida do fiel é organizada em torno do templo, mas ele também tem uma vida fora, trabalha, estuda, tem família, filhos, problemas etc.

Nota-se que o espaço pelo qual a pessoa religiosa se vê é no sentido de nossa sociedade se abrir para a vida religiosa, é legitimadora e aponta caminhos. É na religião que Durkheim encontra a forma primeira desse espírito em comunhão que se faz a sociedade de manter uma unidade.

A sociedade não seria uma forma de agregação de indivíduos que se ocupam dos espaços dados em condições determinadas. Ela, por sua vez, é um conjunto de ideias, crenças de sentimento de todos os tipos que se realizam por meio das pessoas. Por meio dessas ideias encontra-se um ideal moral, que se determina um sentido de ser. Nesse sentido, a religião é a condição de construção desse ideal. Desta maneira Berger (2018) comenta,

Da mesma maneira que a religião mistifica e, portanto, fortifica a autonomia ilusória do mundo que o homem produz, ela mistifica e fortifica sua introjeção na consciência individual. Os papéis internalizados levam consigo o poder misterioso que lhes é assinalado por suas legitimações religiosas. A identidade social como um todo pode então ser apreendida pelo indivíduo como algo sagrado, assentado na "natureza das coisas", criado ou querido pelos deuses. Como tal, perde seu caráter de produto da atividade humana. Torna-se um *datum* inevitável. Sua realidade é assentada diretamente no *realissimum* supra-humano postulado pela religião. O indivíduo não é apenas nada mais que um marido, mas nesse "nada mais" jaz sua relação direta com a ordem divina (pp.131-132, grifo do autor).

A consciência do indivíduo é fortificada pelos símbolos religiosos pela qual ele acredita e coloca a sua fé. Essa ação dos sujeitos religiosos os move para uma dimensão de dossel que os orienta e os conduz para uma relação com o cosmo, e põem sua esperança.

## COMUNIDADE CRISTÃ PAZ E VIDA

Desta maneira, a religião legitima para uma internalização em sua mente, direcionando o fiel para seres supra-humanos. Para os adeptos da Paz e Vida, essa crença em Deus os direciona para uma vida em coletividade e os faz, como observado nas entrevistas, pessoas que buscam acreditar que o sofrimento causado pelo vírus foi para se tornarem pessoas melhores com os outros. Percebe-se, no trabalho de campo, como a religião manifesta-se na vida das pessoas religiosas, tanto na fala de seus pastores, no livro dos cristãos, na internet, como ferramenta de comunicação, que integrou a comunidade religiosa nos picos da Covid-19.

Também ela se manifesta nos membros da igreja com palavras de exortação e em forças impessoais. Para os fiéis da Paz e Vida, a coletividade sempre aconteceu, mesmo quando a igreja estava vazia e os sujeitos religiosos deixavam de frequentar, mas, para eles, tudo isso era propósito de Deus, e serviu para fortalecer a fé como alguns comentavam.

Observa-se como os fiéis entrevistados mantinham-se atentos a situação que o País enfrentava. Mesmo colocando a sua esperança em Deus, acreditando que o sofrimento seria uma pedagogia vinda do alto, eles mantinham a firmeza que a vacina e a ciência seria a solução que colocaria fim a pandemia, a religião como explicação das coisas, mas também a ciência como fato explicativo, isso não era negado pelos adeptos da Paz e Vida. A sacralização do culto se fazia com as pregações, que vinham acompanhadas de situações mágicas, mas, ao mesmo tempo, uma consciência na realidade da vida cotidiana. Para Rodney Stark e Bainbridge,

A magia floresce quando aos seres humanos faltam meios efetivos e econômicos para tal avaliação. De fato, pode-se dizer que os seres humanos desenvolveram a ciência ao aprenderem a avaliar explicações específicas oferecidas pela magia. Ou seja, a ciência é um procedimento eficiente para avaliar explicações. [...] Em particular, algumas formas modernas de magia frequentemente postulam a existência de entidades e forças [...] que têm as mesmas funções dos conceitos primitivos de magia, mas soam mais

## COMUNIDADE CRISTÃ PAZ E VIDA

científicas do que sobrenaturais (STARK; BAINBRIDGE, 2008, pp. 54-55).

A magia é manifesta para a validação de alguma realidade empírica, que a pessoa religiosa procura explicar, como forma de resolver alguma coisa, A magia liga-se às ciências, do mesmo modo que às técnicas. Ela não é apenas uma arte técnica, é também um tesouro de ideias. Para o fiel da Paz e Vida, quando ele comenta que a pandemia é fruto da vontade de Deus porque a Bíblia já dizia e, ao mesmo tempo, ele reconhece a ciência como um fator determinante para a saúde pública por meio das vacinas, o Membro C procura explicações sobre o coronavírus por meio da religião, mas olhando para a ciência.

Mas percebe-se que ela também está dentro de uma conjuntura social, desenvolvida por meio de crença coletiva e direcionada para ações ritualísticas. A magia procura conservar apenas o seu caráter tradicional; todo seu trabalho teórico e prático é obra da pessoa religiosa, ela não é mais explorada senão por indivíduos. Interpretando desta maneira que, mesmo a magia sendo conjecturada em formas coletivas, ela assume um caráter individual. Mauss (2003) comenta:

Do mesmo modo que os textos sagrados, coisas religiosas podem eventualmente tornar-se coisas mágicas. Os livros sagrados, Bíblia, Alcorão, Vedas, Tripitaka [livro santo do budismo] forneceram encantações a uma boa parte da humanidade. Que o sistema dos ritos orais de caráter religioso tenha se estendido a esse ponto nas magias modernas, não deve nos surpreender; tal fato é correlativo à extensão desse sistema na prática da religião, assim como a aplicação mágica do mecanismo sacrificial é correlativa à sua aplicação religiosa (p. 92).

Nota-se tal fato na relação do fiel com a sua religião. Esta relação se efetiva na entrega que os adeptos têm com seus ritos. Nesse sentido, os textos bíblicos tornam-se amuletos, como tendo poderes imanes. Esta mensagem torna-se uma necessidade

## COMUNIDADE CRISTÃ PAZ E VIDA

que o adepto tem em explicar aquilo que acontece ao seu redor. Delmo Gonçalves diz:

Na linguagem neopentecostal os textos bíblicos são usados de forma mágica, a Bíblia é apresentada prioritariamente como um livro de promessas e bênção para solucionar os problemas cotidianos. É uma linguagem não-reflexiva, antes, inspirativa. Os textos bíblicos passam a desempenhar papéis de verdadeiros amuletos, como tendo poderes imanentes e intrínsecos [...] (GONÇALVES, 2013, p. 34).

Essa maneira de fazer religião dos neopentecostais é que une a coletividade para seus ritos. O discurso religioso – na época do pico da pandemia – fazia com que os fiéis encontrassem força em sua religião. Ouvir e praticar aquilo que está escrito no livro dos cristãos era fazer que a fé dos crentes gerasse resultados para as suas vidas. Outro aspecto a se considerar da fé, dos adeptos da Paz e Vida, é o fato de que a explicação da Bíblia está reservada para indivíduos que passaram pelas mesmas experiências que o coletivo passou, ou para aqueles que ouvem o que os textos bíblicos têm a dizer. Nesse sentido, a Bíblia não se lê como um livro comum, mas como um texto que recebeu a revelação de Deus. E a sua interpretação tem que estar de acordo com a vontade de sua religião. Observa-se que os espaços de integração da vida comunitária da Paz e Vida se fez por meio do ambiente virtual, mas também nos espaços físicos do templo. A forma que essa igreja se percebeu durante a pandemia, foi que por meio dos sofrimentos tiveram a sensação de pertença religiosa.

Com a pesquisa de campo e as entrevistas é possível perceber, nos comentários dos fiéis, que a pandemia aproximou mais as pessoas, fez que elas se tornassem mais próximas de sua religião, a coletividade, que esses adeptos tiveram antes da Covid-19, não se perdeu, mas novas formas de integração foram ressignificadas com o uso da tecnologia e estratégias que a instituição religiosa criou para manter unidos os seus membros. As experiências que os

fiéis tiveram com a pandemia foi de aproximação com esses meios de comunicação, que a igreja já utilizava para as suas transmissões, mas se intensificaram com o uso de novas mídias eletrônicas. A pandemia, estimulou a sensibilidade nas ações sociais que a instituição religiosa manteve, os fiéis são encorajados pela igreja, se possível levar mantimentos nos dias de culto para as pessoas mais carentes. Nas entrevistas percebeu-se que o desejo dos cultos presenciais eram muitas vezes mais intensos que os cultos virtuais, mas essa percepção não foi homogênea em alguns fiéis.

### Considerações finais

O presente artigo abordou a dimensão coletiva da Comunidade Cristã Paz e Vida de São Mateus e as suas novas formas de coletividade, causadas pela pandemia. Analisamos, por meio dos fiéis da igreja, as suas observações e experiências religiosas, assim como a forma de reimaginar o espaço de integração. Verificamos por meio dos fiéis como a Covid-19 deixou marcas e impulsionou reflexões para a vida comunitária da igreja que ressignificaram suas formas de fazer religião e como os adeptos se posicionaram sem as suas peregrinações religiosas presenciais. Mostramos como o espaço de integração da vida religiosa na Paz e Vida possibilita o fiel a ter um pensamento mais sensível, cuidando mais de si e criando um vínculo coletivo. Desta maneira, procurou-se, também, analisar como a religião enfatiza o vínculo social. O indivíduo passa a se preocupar mais com as outras pessoas e não pensar só em si mesmo.

## Referências Bibliográficas

BERGER, Peter. *O Dossel Sagrado*. Elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 2018.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Rio de Janeiro/Petrópolis: Vozes, 1985.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Paulus, 2018.

GONÇALVES, Delmo. *Neopentecostalismo: Nascimento, Desenvolvimento e Contemporaneidade*. Uma análise da IURD e seus elementos éticos-religiosos. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.

G1. *Brasil tem 63 mortes por Covid19 nas últimas 24 horas; média móvel volta à estabilidade* 14 Nov. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2021/11/14/brasil-tem-63-por-covid-19-nas-ultimas-24-horas-media-movel-volta-a-estabilidade.ghtml>. Acesso em: 16 nov. 2021.

LÉGER, Danièle Hervieu; WILLAIME, Jean, Paul. *Sociologia e Religião*. São Paulo: Ideias das Letras, 2009.

MAUSS, Marcel. *Esboço de uma teoria geral da magia*. Sociologia e Antropologia. São Paulo, Cosac Naify, 2003.

MARIANO, R. *Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2014.

PASSOS, João Décio. *O vírus vira mundo*. Em pequenas janelas da quarentena. São Paulo: Paulinas, 2021.

STARK, Rodney. *O crescimento do cristianismo*. Um sociólogo reconsidera a história. São Paulo: Paulinas, 2006.

STARK, Rodney; BAINBRIDGE, William S. *Uma teoria da religião*. São Paulo: Paulinas, 2008.

# Mulheres teóricas na história da sociologia

Fernanda Henrique Cupertino Alcântara<sup>1</sup>

Eliana Debia<sup>2</sup>

Giulle Adriana Vieira da Mata<sup>3</sup>

Andrea Ozamiz<sup>4</sup>

Em solução de continuidade com as atividades do Grupo de Pesquisa do CNPq “Teóricas clássicas e Sociologia”, este Dossiê responde ao interesse de longo prazo na divulgação e socialização de informações sobre as mulheres escritoras que contribuíram para a constituição da Sociologia. Este esforço ganhou corpo com a criação do *Curso de Extensão 200 anos de Sociologia*, promovido pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com o apoio da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), no qual teóricas(os) do século XIX foram revisitadas(os) por muitas(os) convidadas(os) ao longo de dois anos (2021–2023). Como produto dos diálogos e trocas vividos nestes ambientes e em razão dessas experiências (incluindo a Rede Clássicas, composta por investigadoras da temática), surgiu a proposta de reunirmos não apenas produtos audiovisuais de fácil acesso e de uso livre, como também artigos científicos que sistematizassem o investimento em pesquisas na área.

Os textos que as(os) leitoras(es) terão a oportunidade de conhecer remetem a trabalhos de autoras cujo pensamento e pesquisa estavam circulando na época em que a Sociologia nasceu, foi moldada e institucionalizada como um novo conhecimento. A leitura convida à reflexão sobre duas questões fundamentais

---

<sup>1</sup> Professora Associada IV, da UFJF, Campus de Governador Valadares, e Professora Colaboradora do PPGD, UNIRIO. Graduada em Ciências Sociais pela UFJF, mestrado e doutorado em Sociologia pelo IUPERJ/RJ.

<sup>2</sup> Es becaria doctoral del CONICET en el Instituto de Investigaciones Gino Germani de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires (IIGG-FSOC-UBA). Magister en Ciencias Sociales y Humanidades por la Universidad Nacional de Quilmes (UNQ). Socióloga y Abogada por la Universidad de Buenos Aires (UBA).

<sup>3</sup> Professora de Sociologia e Teoria Política na Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas.

<sup>4</sup> Profesora Adjunta de la Carrera de Sociología del Instituto de Cultura Sociedad y Estado de la Universidad Nacional de Tierra del Fuego, Antártida e Islas del Atlántico Sur, UNTDF. Graduada en Sociología, Tesista de la Maestría en Estudios Latinoamericanos de la Uncuyo.

## AUTORIA: SUBSTANTIVO FEMININO

segundo Nicole Holzhauser (2023): Qual foi a contribuição das mulheres na história da Sociologia (e das Ciências Sociais)? Como essas contribuições enriquecem a Sociologia na atualidade?

O termo “clássicas”, hoje em disputa, pode compreender duas percepções distintas: a primeira, que remete à recepção, ao ser reconhecida como uma clássica pelo campo, por seus usos e referências (ALEXANDER, 1999; HOLZHAUSER, 2021); e a segunda, que busca a localização histórica, no período fundacional e de institucionalização da disciplina (CONNELL, 1997; 2019; BURAWOY, 2021; GARCIA e MARTINS, 2019; CASTILLO, 2001; ALCÂNTARA, 2022; CASTRO, 2022; DEBIA, OZAMIZ e LOBATO, 2016; NAVARRO-FOSAR, 2021; MAIA, 2023; CARVALHO e KLEIN, 2023; OLIVEIRA, 2023; SANTANA, 2021).

Neste processo de problematização do uso naturalizado do termo “clássica” e da reificação da “recepção” (como se esta fosse definida por elementos objetivos) (CONNELL, 1997; ALATAS e SINHA 2023), trazer à baila a contribuição das teóricas historicamente localizadas, permite a superação do enredo dogmático, fundado no colonizado discurso de autoridade, alheio ao conhecimento assentado por tal legado e das influências em seu circuito intelectual ou sobre as gerações que se seguiram (GRÜNING e SANTORO, 2021; CARVALHO e KLEIN, 2023). Deste modo, promove o deslocamento do olhar, orientado pela perspectiva histórica acerca da constituição da Sociologia, como ciência e como disciplina, impossibilitando e desmistificando o uso de desclassificações, que infundadamente identificam as mulheres como *outsiders* na história da Sociologia (ARANGO, 2005) e as marginalizam institucionalmente, assim como desqualificam o próprio debate como “revisionista” (CARVALHO e KLEIN, 2023). Ou, como Güereca Torres (2016) também argumenta, uma sociologia ciclópica (aludindo ao mito grego) foi produzida e reproduzida, ou seja, uma sociologia construída por meio do olhar masculino.

Por conseguinte, o mesmo processo de problematização dissipa o desconhecimento sobre tais obras e autoras, que cimenta a advocacia contrária no não reconhecimento da objetividade dos dados apresentados quanto à quantidade, qualidade, especificidade, repercussão e reconhecimento de tais teóricas, bem como de seus trabalhos, entre seus contemporâneos e a geração que se seguiu (LENGERMANN e NIEBRUGGE, 2019; BURAWOY, 2021; GARCIA e MARTINS, 2019; CASTILLO, 2001; HILL, 2004; DEEGAN, 1991). Equivale a dizer que para se responder a tais



## AUTORIA: SUBSTANTIVO FEMININO

provocações é nevrálgico que a academia se debruce e reflita sobre este período histórico fundacional, investigando e mapeando as publicações e seus respectivos conteúdos, afastando qualquer intento conservador de uma “resposta refratária” e “antissociológica” por desconhecimento, ao mesmo tempo em que reconhece a resistência que se pretende fundada num olhar científico descolonizado (CARVALHO e KLEIN, 2023). Inobstante, também é requisito basilar promover a reflexão sobre o próprio processo discricionário de recepção e da não problematização sociológica deste fato que está fartamente documentado e acessível (CONNELL, 1997; 2019; BURAWOY, 2021; DUFOIX, 2022).

É em relação à primeira pergunta de Holzhauser (2023) que o Dossiê se coloca como estratégia para o enfrentamento da forma seletiva como o conhecimento produzido por mulheres foi ou é processado nas Ciências Sociais, uma vez que o objetivo aqui é demonstrar como objetos, perspectivas e questões se transformam quando abordados a partir da condição feminina enquanto conhecimento situado e relacional que se produz na base de seus diferentes contextos e experiências (HARAWAY, 1991; VIEIRA Da MATA, 2021, 2023; ESTERMANN e DEBIA, 2023; ALCÂNTARA, 2021). Dedicados à “autoria enquanto substantivo feminino”, os textos que compõem o Dossiê permitirão à(ao) leitora(r) reconsiderar os termos das teorias, a forma como são feitos os recortes dos temas, a prevalência de certos métodos e mesmo os resultados de investigações consagradas a partir do argumento dessas autoras (CONNELL, 1997; 2019; ALATAS e SINHA, 2023; SANTANA, 2020).

A proposta do Dossiê surgiu das necessidades e constatações citadas, mas também do interesse em reunir conteúdo a ser publicado e disponibilizado em um periódico científico *open source*, ocupando a agenda acadêmica, chamando a atenção para possibilidades de diálogo associada à ampliação dos recursos teóricos, metodológicos e também pedagógicos já disponíveis, porém, ignorados pelo *mainstream* sociológico. Tal condição remete à necessidade de confrontar a *violência simbólica e epistemológica* (BOURDIEU, 2020; BOURDIEU e PASSERON, 2014; DEBIA, 2019) sofrida por mulheres teóricas, que foram apagadas da história da Sociologia. Nesse sentido, tanto as teóricas apresentadas no Dossiê quanto as pessoas que pesquisam essas autoras se colocam ao lado de autoras(es) como Arango (2005), Deegan (1991), Lengermann e Niebrugge (2019), que têm insistido na denúncia do apagamento, e outros como Alatas e Sinha (2023),

## AUTORIA: SUBSTANTIVO FEMININO

Santana (2020), Hill (2004), Garcia e Martins (2019) e Castro (2022) que reclamam um lugar para essas mulheres na história da disciplina descanonizada ou no mesmo cânone (CARVALHO e KLEIN, 2023; ALCÂNTARA, 2021, 2022).

Parte deste confronto entre o que está naturalizado e o que pode ser apurado, identificado e mapeado por pesquisas sociológicas, por si só, já permite algum resultado e mudanças na forma como o ensino de Sociologia é (re)produzido na atualidade, bem como o arcabouço teórico e metodológico manuseado para a realização das pesquisas científicas no campo. Todavia, o longo processo de formação a partir de uma perspectiva dogmática de canonização de autores (todos homens, brancos, europeus e heterossexuais) deixou um legado de rejeição ao questionamento sobre como a (re)produção do conhecimento sociológico ocorre, passando pela “recepção” (na condição de escolha discricionária e sequer justificada, sobre os eleitos), o ensino (os instrumentos político-pedagógicos e institucionais mobilizados para a formação das novas gerações) e a atividade editorial (envolvendo a publicação de manuais, traduções, coletâneas e artigos científicos) (MAIA, 2012, 2023; OLIVEIRA, 2023; CARVALHO e KLEIN, 2023; MEUCCI, 2001). Estes elementos seguem conectados por uma linha tênue que age legitimando o elemento anterior num circuito que ganha vida própria, sendo reificado diuturnamente pelas atividades do campo acadêmico com suas conhecidas relações de saber-poder submetendo outros saberes que não se ajustam ao considerado legítimo e válido dentro de um dado campo (FOUCAULT, 2017). Por essa razão, é muito importante celebrar esforços, que nadam contra corrente, voltados para a divulgação acadêmica de textos originais ou da teoria de mulheres teóricas, como podemos observar em algumas publicações recentes (GARCIA e MARTINS, 2019; CASTRO, 2022; DAFLON e SORJ, 2021; DAFLON e CAMPOS, 2022).

Além da reunião de material para consulta, apoio e incentivo ao debate sobre o tema, o Dossiê buscou reunir pesquisadoras(es) que têm se dedicado a investigar teorias, conceitos e legados de mulheres teóricas clássicas e contemporâneas, de maneira que se levantasse o “estado da arte” acerca dos avanços desta agenda de pesquisa e, ao mesmo tempo, se constituísse como fonte de material para ensino e pesquisa. Por essa razão, a chamada para o Dossiê teve ampla divulgação, buscando alcançar e representar a pluralidade de visões acerca do tema, ainda que ciente das

## AUTORIA: SUBSTANTIVO FEMININO

limitações inerentes ao processo. Embora o resultado final não tenha promovido um “estado da arte”, proporcionou reflexões sobre questões conceituais, contribuições e a relação entre obras que, embora não reflitam propriamente aquele retrato esperado, fornecem exemplos de como tais autoras e obras podem ser apropriadas na pesquisa e no ensino nas Ciências Sociais. Por outro lado, os textos aqui reunidos passam a colaborar para o debate pretendido acerca da caracterização, do papel e das condições de produção teórica usufruídos por mulheres ao longo da história da produção do conhecimento científico, fosse ele a Filosofia Social, a Ciência Social (nos primórdios do debate sobre a Ciência da Sociedade) ou Ciências Sociais (na concepção da nossa tradição moderna), a teoria sociológica ou o pensamento social (ALCÂNTARA, 2022).

Essa perspectiva aparece representada na estrutura deste número, contemplando duas traduções e três artigos. Some-se a isso a diversidade dos assuntos abordados, sobre os quais falaremos brevemente a seguir, da formação e área de atuação das(os) colaboradoras(es). Essa estrutura buscou valorizar o papel das traduções no impulso à disseminação de informações e circulação de obras ainda não disponíveis em nossa língua materna.

No caso das traduções aqui apresentadas, são textos originalmente publicados na língua inglesa e agora disponibilizados na língua espanhola. A primeira tradução foi realizada pela pesquisadora Eliana Debia, do Instituto de Investigaciones Gino Germani, da Universidade de Buenos Aires (IIGG-UBA/CONICET), Argentina, colaborando com um texto menos conhecido, de Mary Wollstonecraft (1759-1797). Trata-se de um fragmento do texto *“Uma visão histórica e moral da origem e do progresso da Revolução francesa e o efeito que produziu na Europa”*, originalmente publicado em 1794. Esta importante autora é uma grande referência para os estudos feministas. Inobstante esse seja um dado inconteste e Wollstonecraft tenha sido contemplada com várias edições, no Brasil, do seu principal livro, *Reivindicações dos direitos das mulheres*, ainda não é amplamente conhecida por seu legado para o feminismo e a análise da sociedade. Mesmo o seu histórico e bem fundamentado embate com Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), que poderia ilustrar claramente como os clássicos das Ciências Sociais consideravam o gênero oposto, é ignorado pela bibliografia e pelo ensino na área de Filosofia e Ciências Sociais.

## AUTORIA: SUBSTANTIVO FEMININO

Na sequência, a segunda tradução foi produzida pela pesquisadora Maria-Rocío Navarro-Fosar, da Universidade Nacional de Educação a Distância (UNED), da Espanha, e resgata um texto do professor norteamericano Michael R. Hill, que se constitui numa grande referência no estudo e editoração da obra de Harriet Martineau (1802–1876), Charlotte Perkins Gilman (1860–1935) e de Jane Addams (1860–1935). O artigo em questão é *“Empirismo e Razão na Sociologia de Harriet Martineau”*, publicado originalmente em 1989, abordando características que o autor considera serem relevantes na compreensão da obra martineauiana. Michael R. Hill e sua companheira Mary Jo Deegan desenvolveram vários estudos e realizaram um conjunto importante de publicações de artigos e livros que denunciam o apagamento e silenciamento das mulheres teóricas clássicas (HILL, 2004; DEEGAN, 1991; HILL e HOECKER-DRYSDALE, 2001).

Somado às traduções, o Dossiê trouxe o artigo de autoria de Breno Bertoldo Dalla Zen, da Universidade de Caxias do Sul (UCS), Brasil, sob o título *“Harriet Martineau e a observação dos costumes: das críticas de Rousseau aos relatos de viagens à proposta de um método”*. Neste trabalho, o autor se utiliza da teoria de Harriet Martineau para ilustrar e confrontar a perspectiva rousseauiana de modo inovador, abordando a sistematização do método de observação social elaborado pela autora em sua obra seminal, *Como observar: morais e costumes*, de 1838 (MARTINEAU, 2021).

Por sua vez, o tema *“Charlotte Perkins Gilman, pioneira da sociologia: seu legado para teorizar sobre gênero, corpos e artefatos”*, de autoria de Olga Sabido Ramos, da Universidade Autônoma do México – Azcapotzalco (UAM), México, apresenta a teoria de Gilman (1860–1935) e vincula a produção desta autora a outras teóricas clássicas e contemporâneas, incorporando o recorte de gênero na pesquisa que fundamentou o trabalho. Concomitantemente, abre o debate com autores clássicos, tanto os canonizados quanto os esquecidos.

Já o terceiro artigo, assinado por Nathalia de Carvalho Terra, da Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil, sob o título *“Mulheres e classe na análise sociológica: um olhar sobre o pensamento de Alexandra Kollontai (1872–1952)”*, traz a teórica e militante Kollontai em contraponto com teóricos e teóricas socialistas e comunistas do século XIX. Além disso, realiza uma análise da discussão acerca do apagamento das mulheres na história das Ciências Sociais, bem

## AUTORIA: SUBSTANTIVO FEMININO

como sobre a canonização de um grupo pequeno de autores da segunda metade do século XIX.

Por fim, algumas palavras de encerramento. Há que se dar notícia da existência dessas autoras e de seus trabalhos. Sem essa identificação e debate ampliado não teremos como promover o reconhecimento de suas obras que possuem conteúdo "sociológico" e quais dentre elas se impõem enquanto "clássico", mesmo às expensas do cânone e seu sistema. Ou seja, a tarefa é mais complexa do que se concebe e parece inegável que a politização acerca dos processos de entrada nas universidades, as políticas afirmativas e os movimentos sociais implicaram também em um processo de politização dos currículos e na demanda por outras atividades dentro das instituições de ensino superior (DUFOIX, 2022; CARVALHO e KLEIN, 2023). Impende também lembrar que este não é um movimento apenas das Ciências Sociais, mas que pode ser verificado de modo muito fortalecido na Filosofia (HENNEMANN e LESSA, 2022).

Se é assim, falta considerar a segunda pergunta de Holzhauser (2023): Como as obras dessas mulheres enriquecem a Sociologia na atualidade? Não há como responder a essa questão sem encararmos o apagamento sistemático das mulheres e de suas obras. É o que temos aprendido com as referências e estudos citados anteriormente, mas também no contato com a obra de Harriet Martineau, em comparação com a de Auguste Comte, Émile Durkheim e Alexis de Tocqueville. Ou a perspectiva de Flora Tristan em relação a Karl Marx e Friedrich Engels, por exemplo. Por essa razão, a insistência para o reconhecimento acerca da necessidade de pesquisas e visibilidade de autoras e obras superando a atitude refratária envolta numa sensação de ameaça ao cânone instituído. Assim como não cabe uma apresentação das teóricas clássicas do século XIX a partir dos clássicos da virada para o século XX, não se trata de trazê-las à baila exclusivamente para questionar o cânone. Entretanto, o questionamento do cânone incorre necessariamente num reconhecimento de que esses teóricos não foram fundadores da Sociologia e estavam décadas distante do fato, além de, bem antes deles, mulheres teóricas e outros teóricos atuaram ativamente para o desenvolvimento da ciência Sociologia.

No que diz respeito às obras das teóricas do período fundacional ou de institucionalização da Sociologia como ciência e disciplina, muito claramente se tratam de obras que enriquecem o modo

## AUTORIA: SUBSTANTIVO FEMININO

como consideramos a Sociologia, em sua história, metodologias e como produção de conhecimento acerca da sociedade. Considerá-las corresponde a reescrever o modo como a Sociologia foi criada, fundada e se desenvolveu, o que é fundamental para o conhecimento deste campo hoje. Além disso, reposiciona a teoria produzida em relação aos temas que foram naturalizados como característicos do século XIX, quando, na verdade, estes se referem apenas a uma parcela da produção escrita em parte deste período histórico (por homens, ocidentais, brancos e heterossexuais, no final do século XIX e início do XX), com escolhas e recortes claramente definidos pelo que conheciam da realidade social e como julgavam as instituições e espaços sociais, também ocupados por negros, mulheres e toda uma diversidade social, política e étnica que a grande maioria destes autores ignorava.

Partilhamos aqui do entendimento de que as obras que foram excluídas do rol (consideradas como inexistentes) devem ser revisitadas, reconsideradas a partir do princípio da pluralização como forma de teste dos limites colocados à identidade disciplinar.

A título de conclusão, importa destacar que alguns elementos são recorrentemente confundidos quando abordamos o tema em pauta. Clássica, clássico e cânone são os primeiros destaques, como abordado anteriormente, seguidos por história da Sociologia, teoria sociológica, pensamento social ou teoria social. Tratar estes conceitos da forma devida é uma necessidade lógica para que possamos criar critérios claros e objetivos que permitam um diálogo aberto pautado em argumentos passíveis de serem refutados ou não. Na medida em que a atitude é refratária, alegando revisionismo ou ignorando a questão por “respeito à recepção”, agimos antissociologicamente nos recusando a pensar acerca de como funciona a produção e reprodução do conhecimento sociológico, negando a diversidade de agentes envolvidos neste processo, a ampla documentação histórica disponível e blindamos e reproduzimos uma narrativa acerca da fundação da Sociologia que não corresponde aos fatos e forjou o mito que supostamente nos daria uma identidade. Talvez por receio de que a identidade colapse ao descobrirmos que dos muitos mitos que investigamos como cientistas sociais, entre eles, se encontre o mito sobre a constituição do nosso próprio campo. Todavia, essa também é uma oportunidade para repensar a história da Sociologia e constituir uma identidade compatível com a realidade de sua produção

AUTORIA: SUBSTANTIVO FEMININO

plural, considerando a sociedade e seus agentes em suas diversas facetas.

### Referências bibliográficas:

ALATAS, Syed Farid e SINHA, Vineeta. **A teoria sociológica para além do cânone**. 2023. São Paulo: Editora Funilaria.

ALCÂNTARA, Fernanda H. C. Harriet Martineau (1802–1876): a analista social que inaugurou a Sociologia. **Estudos Ibero-americanos**, Porto Alegre, v. 47, n. 03, p. 01–17, 2021.

———. O nascimento da observação social sistemática com Harriet Martineau. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 17, n. 01, p. 176–190, 2022.

ALEXANDER, Jeffrey C. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan (orgs). **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1999, p. 23–89.

ARANGO, Luz Gabriela. ¿Tiene sexo la sociología?. **Revista Sociedad y Economía**, Cali, n. 8, p. 159–186, 2005. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=99616178006>

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2020. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. 2014. Petrópolis: Editora Vozes.

BURAWOY, Michael. Why is classical theory classical? Theorizing the canon and cannonizing Du Bois. **Journal of Classical Sociology**, Londres, v. 21, n. 3–4, p. 1–15. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1468795X211036955>

CARVALHO, Layla Pedreira e Stefan, KLEIN. Contribuições para o ensino de teoria e história da sociologia: reflexões sobre o presente e propostas desde o Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, Rio Grande do Sul, v. 11, n. 27, p. 103–132, 2023.

CASTILLO, Juan José. Pasión y oficio: Beatrice Webb en la fundación de la Sociologia. **Reis**, Madrid, n. 93, p. 183–187, 2001.

CASTRO, Celso (org.). **Além do cânone**. 2022. Rio de Janeiro: Editora FGV.

AUTORIA: SUBSTANTIVO FEMININO

CONNELL, Raewyn W. Canons and colonies: the global trajectory of sociology. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 67, p. 349–367, 2019.

———. Why is classical theory classical?. **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 102, n. 6, p. 1511–1557, 1997.

DAFLON, Verônica Toste e CAMPOS, Ribeiro Luna. **Pioneiras da Sociologia: mulheres intelectuais nos séculos XVIII e XIX**. 2022. Niterói: Eduff.

DAFLON, Verônica Toste e SORJ, Bila (org.). **Clássicas do pensamento social: mulheres e feminismos no século XIX**. 2021. Rio de Janeiro: Editora Record/Rosa dos Tempos.

DEBIA, Eliana. Notas sobre violencia de género y enseñanza de la sociología clásica en la universidad nacionales públicas argentinas. **De Prácticas y discursos. Cuadernos de Ciencias Sociales**, Resistencia, v. 8, n. 12, p. 287–307, 2019. Disponible en: <http://dx.doi.org/10.30972/dpd.8124038>

DEBIA, Eliana, OZAMIZ, Andrea e LOBATO, Sabrina. Los aportes de Flora Tristán y Marianne Weber a la formación del pensamiento sociológico clásico. **Socio Debate Revista de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, v. 2, n. 4, p. 46–75, 2016.

DEEGAN, Mary Jo. **Women in sociology: a bio-bibliographical sourcebook**. 1991. Westport: Greenwood Press.

DUFOIX, Stéphane. A larger grain of sense: making early non-Western sociological thought visible. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 37, n. 3, 2022, p. 861–884, 2022. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202237030005>

———. Quando o captor é cativo: ensinar a Sociologia do Sul no Norte? **Revista Brasileira de Sociologia**, Rio Grande do Sul, v. 11, n. 27, p. 23–48, 2023, <https://doi.org/10.20336/rbs.948>

ESTERMANN, Victoria e DEBIA, Eliana. Marianne Schmitzer Weber y el feminismo alemán de principios del siglo XX. **Andamios**, México, v. 20, n. 52, p. 133–157, 2023. <https://doi.org/10.29092/uacm.v20i52.1001>

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 2017. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz&Terra.

GARCIA, José Luís Garcia e MARTINS, Hermínio (orgs). **Lições de Sociologia**. 2019. Lisboa: Edições 70.



AUTORIA: SUBSTANTIVO FEMININO

GRÜNING, Barbara e SANTORO, Marco. Is there a canon in this class?, *International Review of Sociology*, Roma, v.31, n.1, p.7–25, 2021. DOI: [10.1080/03906701.2021.1926674](https://doi.org/10.1080/03906701.2021.1926674)

GÜERECA TORRES, Raquel. Claves para una sociología feminista. In: Blazquez Graf, Norma y Castañeda Salgado Martha Patricia (coords.) *Lecturas críticas en investigación feminista*. México: UNAM, 2016. p. –123.

HARAWAY, Donna. *Ciencia, cyborgs y mujeres. La reinención de la naturaleza*. 1991. Madrid: Cátedra.

HEILBRON, Johan. *O nascimento da sociologia*. 2022. São Paulo: EDUSP.

HENNEMANN, Natasha e LESSA, Fabiana. *Filósofas: O legado das mulheres na história do pensamento mundial*. 2022. São Paulo: Maquinaria Editorial.

HILL, Michael R. An introduction Harriet Martineau's Lake District Writings. In.: MARTINEAU, Harriet. *An independent woman's Lake District Writings*. New York: Humanity Books, 2004.

HILL, Michael R. e HOECKER-DRYSDALE, Susan. *Harriet Martineau: theoretical and methodological perspectives*. New York: Routledge Lengerman, 2001.

HOLZHAUSER, Nicole. Große Männer, keine Frauen. Wer in den Sozialwissenschaften zum Klassiker wird. Interview zum Deutschlandfunk. Donnerstag, 27. Juli 2023. Disponível em: <https://www.deutschlandfunk.de/sozialwissenschaften-klassiker-100.html>

HOLZHAUSER, Nicole. Quantifying the exclusionary process of canonisation, or How to become a classic of the social sciences. *International Review of Sociology*, London, v. 31, n.1, p. 97–122, 2021. DOI: [10.1080/03906701.2021.1926673](https://doi.org/10.1080/03906701.2021.1926673)

LENGERMANN, Patricia M. y NIEBRUGGE, Gillian. *Fundadoras de la sociología y la teoría social 1830–1930*. 2019. Madrid: CIS.

MAIA, João. Ensinando a partir do Sul: novos diálogos entre a História da Sociologia e a Teoria Sociológica (introdução). *Revista Brasileira de Sociologia*, Rio Grande do Sul, v. 11, n. 27, p. 5–22, 2023.

MARTINEAU, Harriet. *Como observar: morais e costumes*. 2021. Governador Valadares: fernandahcalcantara.

AUTORIA: SUBSTANTIVO FEMININO

MEUCCI, Simone. Os primeiros manuais didáticos de sociologia no Brasil. **Estudos de Sociologia**, v. 6, n. 10, 2001. Disponível em: [periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/184](http://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/184)

NAVARRO-FOSAR, María-Rocío. Harriet Martineau y *Household Education* (1849): ensanchando el canon sociológico histórico. **Atlânticas Revista Internacional de Estudios Feministas**, v.6, n.1, 2021.

OLIVEIRA, Amurabi. Ampliando os clássicos da Sociologia a partir de Ibn Khaldun (1332–1406). **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 11, n. 27, p. 81–102, 2023.

SANTANA, Selena Aldana. La historia de la Sociología: si no te la contaron violeta, no te la contaron completa. **Acta Sociológica**, México, n. 81, p. 59–95, 2020. Disponible en: <https://doi.org/10.22201/fcpys.24484938e.2020.81.77669>

SANTANA, Selene Aldana (coord.). **La participación femenina en la sociología clásica**. México, UNAM, 2021.

VIEIRA DA MATA, Giulle. O liberalismo político de Marianne Weber. In: CAMILLOTO, Bruno Arantes et. al. (Org.). **O problema do conceito de liberalismo**. 1ª ed. São Paulo: Contracorrente, 2023 p. 39–47.

VIEIRA DA MATA, Giulle. Dominação racional legal na sociologia do direito de Marianne Weber. Apontamentos. In: BREILLA, et. al. (Org.) **A atualidade de Max Weber e a presença de Marianne Weber**. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2021, p. 67–74.

# UMA VISÃO HISTÓRICA E MORAL DA ORIGEM E DO PROGRESSO DA REVOLUÇÃO FRANCESA E O EFEITO QUE PRODUZIU NA EUROPA (1794) – FRAGMENTO<sup>1</sup>.

Autora: Mary Wollstonecraft (1794)

Traductora: Eliana Debia (2022)<sup>2</sup>

## Resumo

A autora inglesa Mary Wollstonecraft publicou três livros sobre a Revolução Francesa: *Vindication of the Rights of Man* (1790); *Vindication of the Rights of Woman* (1792); e *A Historical and Moral View of the Origin and Progress of the French Revolution; e o Efeito que produziu na Europa* (1794). Este último é o menos conhecido e valorizado pela literatura especializada do autor. Foi escrito em 1793 durante a residência da Wollstonecraft na França revolucionária. Portanto, seus escritos e pensamentos coincidem com a época do Terror Jacobino e a deriva violenta e autoritária da revolução, embora esses eventos não sejam explicitados em nenhum ponto do livro. Na verdade, ela cobre temporariamente os eventos revolucionários de 1789 a outubro de 1793, deixando de fora tudo relacionado ao governo Jacobino do qual ela é testemunha ocular. Entretanto, alguns indícios dessa violência permeiam algumas partes do livro, embora de forma muito indireta e oblíqua. Neste sentido, alguns fragmentos foram selecionados aqui para tradução para o espanhol, o que nos permite explicar em parte algumas das causas que, segundo o autor, geraram a violência política subsequente. Além disso, o livro como um todo é essencial para entender a interpretação do autor sobre o processo revolucionário de 1789 a outubro de 1793. Também deve ser lido em uma chave que permita vinculá-lo aos dois livros anteriores, já que nos permite observar sua visão geral do problema

**Palavras-chave:** Mary Wollstonecraft – Revolução Francesa – Assembleia Nacional – Jacobino Terror – violência política

**An historical and moral view of French Revolution; and the effect it has produced in Europe (1794) – Fragment**

**Mary Wollstonecraft**

## Abstract

The English author Mary Wollstonecraft published three books on the French Revolution: *Vindication of the Rights of Man* (1790); *Vindication of the Rights of Woman* (1792); and *A Historical and Moral View of the Origin and Progress of the French Revolution; and the Effect it has produced in Europe* (1794). The latter is the least known and valued by the literature specialising in the author. It was written in 1793 during Wollstonecraft's

---

<sup>1</sup> WOLLSTONECRAFT, Mary. *Una visión histórica y moral del origen y progreso de la Revolución Francesa; y el efecto que ha producido en Europa*. 1974

<sup>2</sup> Investigadora doctoral en el Instituto de Investigaciones Gino Germani (IGG), Facultad de Ciencias Sociales (FSOC) de la Universidad de Buenos Aires (UBA), becaria del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina. Magíster en Ciencias Sociales (Universidad Nacional de Quilmes), licenciada en Sociología (UBA) y Abogada (UBA). Contacto: @foucaultiana18

## UMA VISÃO HISTÓRICA E MORAL DA ORIGEM E DO PROGRESSO DA REVOLUÇÃO FRANCESA E O EFEITO QUE PRODUZIU NA EUROPA

residence in revolutionary France. Therefore, her writing and thoughts coincide with the time of the Jacobin Terror and the violent and authoritarian drift of the revolution, although these events are not made explicit at any point in the book. In fact, she temporarily covers the revolutionary events from 1789 to October 1793, leaving out everything related to the Jacobin government of which she is an eyewitness. However, some hints of that violence permeate some parts of the book, albeit in a very indirect and oblique way. In this sense, some fragments have been selected here for translation into Spanish, which allow us to explain in part some of the causes that, according to the author, generated the subsequent political violence. Beyond this, the book as a whole is essential for understanding the author's interpretation of the revolutionary process from 1789 to October 1793. It should also be read in a key that allows it to be linked to the two previous books, since it enables us to observe her general view of the problem

**Keywords:** Mary Wollstonecraft – French Revolution – National Assembly – Jacobin Terror – political violence

**Una visión histórica y moral del origen y el progreso de la Revolución Francesa; y el efecto que ha producido en Europa (1794) – Fragmento.**

**Mary Wollstonecraft**

### Resumen

La autora inglesa, Mary Wollstonecraft publicó tres libros sobre la Revolución Francesa: *Vindicación de los derechos del hombre (1790)*; *Vindicación de los derechos de la mujer (1792)*; y *Una visión histórica y moral del origen y progreso de la Revolución Francesa; y el efecto que ha producido en Europa (1794)*. Este último es el menos conocido y valorado por la literatura especializada en la autora. Es un libro que fue redactado en 1793 durante la residencia de Wollstonecraft en la Francia revolucionaria. Por tanto, su escritura y pensamiento coinciden con el momento del Terror jacobino y la deriva violenta y autoritaria de la revolución, si bien estos hechos no aparecen explicitados en ningún momento del libro. De hecho temporalmente abarca los acontecimientos revolucionarios desde 1789 hasta octubre de 1793, dejando por fuera todo lo relacionado con el gobierno jacobino del cual ella es testigo presencial. Sin embargo, algunas pinceladas de esa violencia permean algunas partes del libro aunque de manera soslayada y muy indirecta. En este sentido, aquí se han seleccionado para su traducción inédita al español, algunos fragmentos que permiten explicar en parte algunas de las causas que generaron según la autora esa violencia política posterior. Más allá de ello, el libro en su conjunto resulta esencial para comprender la interpretación que la autora realiza del proceso revolucionario que abarca el período de 1789 a octubre de 1793. El cual debe ser leído también en una clave que permita su vinculación con los dos libros previos, dado que permite observar su mirada general sobre el problema.

**Palabras claves:** Mary Wollstonecraft – Revolución Francesa – Asamblea Nacional – Terror Jacobino – violencia política

# UMA VISÃO HISTÓRICA E MORAL DA ORIGEM E DO PROGRESSO DA REVOLUÇÃO FRANCESA E O EFEITO QUE PRODUZIU NA EUROPA

## Nota Introdutoria

*Una visión histórica y moral de la Revolución Francesa (1794)* es uno de los tres libros que sobre dicho proceso social y político escribió Mary Wollstonecraft, también es uno de los menos conocidos y abordados por la literatura especializada sobre la autora. Tal vez se deba a la tensión e incomodidad que genera la lectura de algunos pasajes a la luz de sus libros anteriores sobre la misma temática y que la convirtieron, en su momento, en una referente sobre el tema, nos referimos a *Vindicación de los derechos del hombre (1790)*<sup>3</sup> y *Vindicación de los derechos de la mujer (1792)*. Recordemos que el primero es una enérgica respuesta al texto *Reflexiones sobre la Revolución en Francia (1790)* de Edmund Burke (1729–1797). Mientras que el segundo libro, el más reconocido y considerado una de las obras fundantes del pensamiento feminista moderno, consiste en la feroz respuesta que ella expone sobre la Nueva Constitución de 1791, en la cual se decide la exclusión política de las mujeres del proceso republicano francés, es decir, su exclusión de la ciudadanía. En otras palabras, ello significaba la falta de reconocimiento como sujetas políticas y, en definitiva, como sujetas de derecho<sup>4</sup>; como bien advierte Pateman (1995), configurándose así las bases del patriarcado moderno. En dicha respuesta entre otras cosas, discute con el pensamiento rousseauiano y su construcción del ideal femenino representado en el personaje de Sofía en su libro *El Emilio*.

Luego de la redacción y publicación de ambos libros, Wollstonecraft quería observar de primera mano el proceso revolucionario y por ello viajó hacia Francia en diciembre de 1792, donde residió hasta abril de 1795. Una vez allí comenzó a participar de los clubes políticos radicales de París y a hacer amistad con los girondinos (Lois González, 2005). Sin

---

<sup>3</sup> Recordemos que el texto de Wollstonecraft fue la primera respuesta que se hizo al libro de Burke. Ella la escribió en un mes y la publicó de manera anónima en la editorial de Joseph Johnson –su editor y amigo personal–, para luego, en la segunda edición publicarla con su propio nombre. Un nombre de mujer que, como bien señala Rowbotham (2014, p. 13), no dejó de ser por ello objeto de una exaltada “galantería burlesca”, dado que quien escribía en defensa de los hombres era una hermosa dama.

<sup>4</sup> Sobre las tensiones que genera al interior de los feminismos la cuestión de la ciudadanía y la herencia de la Ilustración, en base a la discusión teórica de la autora con Rousseau, véase el excelente trabajo de Ciriza (2002).

## UMA VISÃO HISTÓRICA E MORAL DA ORIGEM E DO PROGRESSO DA REVOLUÇÃO FRANCESA E O EFEITO QUE PRODUZIU NA EUROPA

embargo, la declaración de guerra a Inglaterra y la llegada de la facción jacobina al gobierno revolucionario, durante febrero y marzo de 1793, hicieron que Wollstonecraft se desilusionara con el curso que la revolución había tomado (Todd, 2008)<sup>5</sup>. Lo cierto es que el año 1793 fue sumamente conflictivo y mortífero, en el cual los jacobinos establecieron el cierre de clubes políticos, entre ellos los de mujeres<sup>6</sup> y la persecución, detención y ejecución en la guillotina de toda persona que se opusiera a la revolución o conspirara contra ella. Tal fue el caso de Olympe de Gouge (1748–1793)<sup>7</sup> – escritora de la *Declaración de los Derechos de la Mujer y la Ciudadana* en septiembre de 1791– y de Madame de Roland (1754–1793), ambas guillotinas. O también el caso de la detención de la amiga de Wollstonecraft, Helena Maria Williams (1759–1827). En efecto, el uso de la violencia se encontraba en su momento más álgido y fue el escenario en el cual Mary Wollstonecraft escribió el presente libro, del cual se traducen aquí unos fragmentos.

Como bien lo señala la propia autora en su prefacio, *Una visión histórica y moral de la Revolución Francesa* pretendía ser una historia política del proceso revolucionario que le llevaría dos o tres volúmenes. Empero, solo escribió y publicó un solo volumen de los originalmente pautados. El mismo está formado de un breve prefacio y distribuido en cinco libros que contienen un total de dieciocho capítulos. Wollstonecraft comenzó a escribirlo en junio de 1793 cuando residía a las afueras de París y lo terminó en abril de 1794 con lo cual, la redacción del libro coincidió con “el período jacobino de Robespierre, la fase más violenta y sanguinaria de la Revolución. Sin embargo el libro no llega a tratar el Terror [...] el Terror y el nombre de Robespierre no aparecen nunca en

---

<sup>5</sup> En ese momento la autora conoció al mercader americano Gilbert Imlay (1754–1828) con quien comenzó una relación sentimental y de convivencia. Por ello, cuando los ciudadanos ingleses fueron declarados personas *non grata* por la revolución, Imlay la inscribió como su esposa en la Embajada Americana. En junio de ese año ella se trasladó a las afueras de París, a un pueblo rural llamado Le Havre en el cual cursó su embarazo y dio a luz a su primera hija Fanny Imlay (Todd, 2008).

<sup>6</sup> Desde octubre de ese año a las mujeres se les prohibió organizarse políticamente y cerraron el Club de Republicanas Revolucionarias. Sobre la importante participación de las mujeres en el proceso revolucionario entre 1789 y 1793, véase AA.VV. (1989).

<sup>7</sup> Se llamaba de nacimiento Marie Gouze y fue guillotinado el 3 de noviembre de 1793, momento en el cual Wollstonecraft estaba en Francia. Sin embargo, no hay evidencias de que se hayan conocido personalmente ni tampoco que se citaran entre sí en sus escritos.

## UMA VISÃO HISTÓRICA E MORAL DA ORIGEM E DO PROGRESSO DA REVOLUÇÃO FRANCESA E O EFEITO QUE PRODUZIU NA EUROPA

el escrito” (Modugno, 2007, p. 54, la traducción es propia)<sup>8</sup>. El texto abarca, justamente, el período que va desde los inicios de la revolución en 1789 hasta la marcha de Versalles a inicios de octubre de 1793 con la mudanza de la familia real a París. Por otra parte, la hechura del libro también coincidió con un momento particular de su vida personal: la gestación de su primer embarazo y la crisis sentimental con su compañero de aquel entonces y padre de su hija recién nacida, a quien le escribió durante ese período una interesante correspondencia epistolar (Todd, 2008).

En palabras de Roberta Modugno (2007) estamos frente a un libro muy interesante y de un gran trabajo intelectual aunque por momentos contradictorios, en el sentido de que Wollstonecraft escribe mientras es testigo presencial de una violencia que no puede aceptar.<sup>9</sup> Por tanto, ella intenta hacer una interpretación de la revolución que “conduzca a disociar el 1789 del 1793. La separación de la Revolución liberal del Terror [...] su intento de explicar la violencia con la violencia misma”. En efecto, Wollstonecraft “se encuentra en el deber de explicar la violencia, a buscar de comprender el problema “revolución” con su derivación autoritaria. No puede y no quiere justificar el Terror, pero busca de darle una explicación” (p. 59, la traducción es propia) y por tanto, para nuestra autora, la causa principal es que el pueblo reaccionó de la única manera que conocía y había aprendido, con la violencia.

En este escenario social, político y personal se sitúa, entonces, la redacción de este libro, que resulta esencial para comprender cabalmente la interpretación del proceso revolucionario que hace Mary Wollstonecraft en el devenir de los acontecimientos; y del cual se presenta aquí la traducción inédita al español de un fragmento del mismo.

---

<sup>8</sup> Modugno (2007) infiere que la no mención explícita del momento jacobino se debió a razones de seguridad personal de la autora, ya que en varios puntos del libro aparecen algunas referencias indirectas a los jacobinos.

<sup>9</sup> Wollstonecraft vio morir a sus amigos y amigas girondinos muy queridos por ella (Modugno, 2007).

## UMA VISÃO HISTÓRICA E MORAL DA ORIGEM E DO PROGRESSO DA REVOLUÇÃO FRANCESA E O EFEITO QUE PRODUZIU NA EUROPA

Una visión histórica y moral del origen y el progreso de la Revolución Francesa; y el efecto que ha producido en Europa (1794) – Fragmento.<sup>10</sup>

### Aviso

Esta historia, que abarca tal variedad de hechos y opiniones, ha crecido bajo mi mano; especialmente porque al escribir no puedo evitar entrar en algunas disquisiciones inconexas y descripciones de maneras y cosas que, aunque no sean estrictamente necesarias para dilucidar los acontecimientos, están íntimamente relacionadas con el objeto principal; también me he visto conducida a varias investigaciones teóricas, mientras marcaba los efectos políticos que naturalmente se derivan del progreso del conocimiento. Es probable, pues, que esta obra se extienda a dos o tres volúmenes más, una parte considerable de los cuales está ya escrita

### Prefacio

La revolución en Francia exhibe una escena, en el mundo político, no menos novedosa e interesante que el sorprendente contraste entre las estrechas opiniones de la superstición y los ilustrados sentimientos de la filosofía masculina y mejorada.

Para percibir los rasgos sobresalientes de esta revolución, se requiere una mente, no sólo no sofisticada por los viejos prejuicios y los inveterados hábitos de la degeneración, sino también una mejora del temperamento, producida por el ejercicio de los principios más amplios de la humanidad.

Los rápidos cambios, los asesinatos violentos, bajos y nefastos, que han nublado la vívida prospectiva que comenzó a esparcir un rayo de alegría y regocijo sobre el sombrío horizonte de la opresión, no pueden dejar de enfriar el pecho simpatizante, y paralizar el vigor intelectual. Bosquejar estas vicisitudes es una tarea tan ardua y melancólica, que, con un

---

<sup>10</sup> La presente traducción se inscribe en el marco general de mi investigación doctoral sobre el pensamiento de Mary Wollstonecraft y sus aportes al nacimiento de la sociología como nuevo saber.



## UMA VISÃO HISTÓRICA E MORAL DA ORIGEM E DO PROGRESSO DA REVOLUÇÃO FRANCESA E O EFEITO QUE PRODUZIU NA EUROPA

corazón tembloroso ante los toques de la naturaleza, se hace necesario precaverse contra las inferencias erróneas de la sensibilidad; y la razón que ilumina el gran teatro de los cambios políticos, puede resultar la única guía segura para dirigirnos a una conclusión favorable o justa.

Esta importante conclusión, que implica la felicidad y la exaltación del carácter humano, exige una consideración seria y madura, ya que en última instancia debe hundir la dignidad de la sociedad en el desprecio, y a sus miembros en una mayor miseria, o elevarla a un grado de grandeza no previsto hasta ahora, sino por los estadistas y filósofos más ilustrados.

Contemplando, pues, estos acontecimientos estupendos con el ojo frío de la observación, el juicio, difícil de preservar sin deformación bajo la presión de los horrores calamitosos producidos por facciones desesperadas y enfurecidas, percibirá continuamente que es la masa incontaminada de la nación francesa, cuyas mentes comienzan a captar los sentimientos de libertad, la que ha asegurado el equilibrio del estado; a menudo tambaleándose al borde de la aniquilación; a pesar de la insensatez, el egoísmo, la locura, la traición y el más fatal y falso patriotismo, resultado común de unos modales depravados, concomitantes de ese servilismo y voluptuosidad que durante tanto tiempo han embrutecido a los órdenes superiores de esta célebre nación.

Atendiendo así a las circunstancias, podremos discernir claramente que la revolución no fue producida por las habilidades o intrigas de unos pocos individuos; ni fue el efecto de un entusiasmo repentino y efímero; sino la consecuencia natural del perfeccionamiento intelectual, procediendo gradualmente a la perfección en el avance de las comunidades, desde un estado de barbarie al de una sociedad pulida, hasta llegar ahora al punto en que la sinceridad de principios parece acelerar el derrocamiento del tremendo imperio de superstición e hipocresía, erigido sobre las ruinas de la brutalidad e ignorancia góticas.

### Libro II, Capítulo I

## UMA VISÃO HISTÓRICA E MORAL DA ORIGEM E DO PROGRESSO DA REVOLUÇÃO FRANCESA E O EFEITO QUE PRODUZIU NA EUROPA

Una visión retrospectiva de los agravios in Francia – Los nobles – Los militares – El clero – Los granjeros–generales. Elección de diputados para los Estados Generales. Artes de los Cortesanos. Asamblea de los Estados. Disturbios en París. Apertura de los Estados Generales. El discurso del Rey. Respuesta al mismo por El guardián de los sellos. Discurso del Señor Necker. Disputa respecto al Modo de Reunirse. Establecimiento tácito de la libertad de prensa. Intento de la Corte de restringirla. Los diputados se declaran a sí mismos como Asamblea Nacional.

Antes de entrar en el gran asunto producido por la reunión de los estados–generales, es necesario dar un vistazo retrospectivo sobre las opresiones de las que los franceses se quejaron tan fuertemente; y, mientras rastreamos su justedad, la pregunta solo será, por qué no levantaron antes sus hombros para tirar con fuerza la enorme carga. Para determinar esta verdad, no necesitamos entrar en profundas investigaciones, aunque pueda ser difícil recopilar todas las partes de la cadena feudal, que vinculaba el despotismo de sesenta mil nobles, quienes no solo ejercitaban toda la tiranía que el sistema autorizada, sino que consentían las aún más grandes depredaciones de sus numerosos dependientes. En efecto, ¿qué podría igualar la esclavitud del pobre labrador; no sólo saqueado por las leyes del diezmo y el juego (*the tythe and game laws*)<sup>11</sup>, sino incluso obligado a dejar que bandadas enteras de palomas devoren su grano, sin atreverse a destruirlas, porque esas palomas pertenecían al castillo; y obligado después a llevar la escasa cosecha al molino del *monseñor*, que, para seguir la base de vida de un francés a través de todas sus etapas de tributación, debe luego ser cocida en el horno privilegiado?<sup>12</sup>

Sería capcioso, quizás, obsesionarse con algunos de los abominables mandatos de servidumbre personal que, aunque se hicieron obsoletos, no fueron derogados; sobre todo porque estaban en vigor las exacciones más engañosas, si no menos absolutas, no menos degradantes,

<sup>11</sup> N.T.: Era un impuesto del diez por ciento sobre los ingresos, ya sean éstos en dinero o en productos, que se pagaba para mantener a la iglesia.

<sup>12</sup> N.T.: La autora refiere aquí de manera irónica al sistema del *four banal* (horno comunal) existente en la Francia feudal, por medio del cual las personas se veían obligadas a cocinar en el horno de sus señores feudales a cambio de un pago en moneda dineraria, dado que no les estaba permitido tener un horno personal.

## UMA VISÃO HISTÓRICA E MORAL DA ORIGEM E DO PROGRESSO DA REVOLUÇÃO FRANCESA E O EFEITO QUE PRODUZIU NA EUROPA

para depravar todos los sentimientos morales de las dos divisiones de la sociedad: los gobernantes y los gobernados.

Cuando expulsado del campo, cuyo principal encanto es la independencia, por tan preocupantes restricciones, un hombre deseaba ejercer cualquier ocupación en una ciudad, debía comprar previamente una patente de algún privilegiado, a quien este impuesto había sido vendido por un granjero general (*farmer-general*)<sup>13</sup>, o el parásito de un ministro.

Todos vivían del saqueo; y se le dio a ello la universalidad de una sanción, que le quitaba lo odioso, aunque nada podía barnizar la injusticia. Sin embargo, tal era la insensibilidad de los grandes, que los placeres que estas extorsiones procuraban no eran menos agradecidas, porque se pagaban con el sudor de la industria. –No; como el odioso impuesto de Vespasiano, el dinero era dinero; ¿y a quién le importaba sobre qué se cobraba? Así, los ricos se convirtieron necesariamente en ladrones, y los pobres en delincuentes. Hablando de honor, se pasaba por alto la honradez; y, como la costumbre daba un nombre suave a diferentes atrocidades, pocos pensaban que fuera un deber investigar los principios desobedecidos; o renunciar a su parte del botín, para satisfacer una romántica singularidad de opinión, que excitaba el ridículo más que la imitación.

Los militares, una plaga en cada país, eran aquí también todos nobles, y se aliaron con cien mil personas privilegiadas, de diferentes descripciones, para apoyar su prerrogativa de recibir un ingreso, que era un peso muerto para la agricultura; mientras que no estaban obligados, de manera directa, a adelantar nada para sufragar el gasto público.

La gabela, la *corvée*<sup>14</sup>, la obligación de suministrar caballos para transportar las tropas de una parte a otra del reino, incluso cuando era más necesario en la granja; bloqueos sobre la agricultura, igualmente injustos y vejatorios; se clavaban sólo en los tobillos del trabajo. La actividad,

---

<sup>13</sup> N.T.: Eran miembros de una asociación agropecuaria privilegiada que podían cobrar impuestos a los campesinos en nombre del Rey en la Francia pre-revolucionaria.

<sup>14</sup> N.T. La gabela era un tributo que se pagaba al señor feudal cuando se compraba algún producto, en general alimentos, mientras que la *corvée* consistía en la obligación de trabajar sin salario para el señor feudal. Para profundizar sobre estos procesos véase *Calibán y la bruja* de Silvia Federici.

## UMA VISÃO HISTÓRICA E MORAL DA ORIGEM E DO PROGRESSO DA REVOLUÇÃO FRANCESA E O EFEITO QUE PRODUZIU NA EUROPA

entonces, continuamente amortiguada por tan diversas restricciones, en lugar de ser reforzada por el estímulo, fue un impedimento invencible en el camino de las mejoras agrícolas; porque cada individuo, aislado por la opresión, vivía, estrictamente hablando, con el dinero justo; sin preocuparse de acumular comodidades, a expensas de un trabajo extraordinario, cuando el disfrute dependía de tantas bajas. Sin embargo, sin empezar nunca a ser sensible al efecto, el pueblo no era, probablemente, consciente de la causa; y sólo exclamaba contra las nuevas imposiciones, porque no pensaba con suficiente profundidad para detectar las antiguas.

Además, Francia mantenía doscientos mil sacerdotes, unidos en el mismo espíritu de libertinaje; que se entregaban a todos los depravados placeres de la inmoralidad encubierta, al mismo tiempo que embrutecían al pueblo santificando los prejuicios más diabólicos; a cuyo imperio se sacrificaba toda consideración de justicia y mejora política.

A males de esta magnitud, se sumaban los gusanos que acechaban tras los muros monásticos. Pues sesenta mil personas, que renunciando al mundo, cortaban el hilo de la naturaleza, servían de sostén al sacerdocio que disfrutaba de más de la cuarta parte del producto de toda Francia; independientemente de las haciendas que poseía, que eran inmensas. Y este grupo de hombres, las sanguijuelas del reino, los ídolos de los ignorantes, y el paladio de la tiranía, no contribuyeron ni con un centavo al sostenimiento de la hidra, a quien estaban ansiosos de proteger, como una guardia para sí mismos. Alardeando ostentadamente de su caridad, mientras se deleitaban con el botín del fraude, por un sacrilegio de lo más nefasto, todas sus vidas eran una burla de las doctrinas que enseñaban, y pretendían reverenciar. Además de estas y otras vejaciones, casi innumerables, una enredada en otra; cada pequeño monopolio contribuía a fortalecer el sólido tejido del despotismo, que levantaba la cabeza desafiando al tiempo y a la razón. En efecto, mucho dependía del capricho de los individuos de las órdenes privilegiadas, a quienes la corte podía manejar a su antojo, dándoles de vez en cuando una compensación para silenciar cualquier gruñido malhumorado.

## UMA VISÃO HISTÓRICA E MORAL DA ORIGEM E DO PROGRESSO DA REVOLUÇÃO FRANCESA E O EFEITO QUE PRODUZIU NA EUROPA

Estaban también los granjeros generales, con su ejército de cincuenta mil recaudadores, que, por su manera de imponer gravámenes y de generar rentas, daban un agravio adicional a una opresión, la más retorcida que podría inventarse, porque sus mismos principios conducían al ejercicio de la más vil peculación; y la impunidad estaba asegurada por una coalición de ladrones, esa multitud de hombres en cargos públicos, de los que vivían sus familias y aduladores, y engordaban con el botín de su continua guerra contra la justicia. Y, mientras el interés del pueblo era continuamente sacrificado por los parlamentos, los tribunales inferiores de justicia eran aún más venales, porque se componían de esos litigantes profesionales, que se engrosan como engendros en los cuerpos putrefactos, cuando un estado se corrompe.

¡Tales eran los agravios! –Tales las imposiciones, “que, en conjunto, gravaban un impuesto en el reino”, dice Rabaud, “que la imaginación teme calcular”. Podemos considerar que este grupo de hombres constituía Francia, hasta que la gran mayoría del pueblo, que eran esclavos y enanos, rompiendo sus grilletes y elevándose en estatura, aparecieron de repente con la dignidad y las pretensiones de seres humanos: Sí; Con los mismos sentimientos; o quizá más fuertes, porque eran más naturales; y reclamando iguales derechos que aquellos nobles, que, como los gigantes de antaño, sólo eran grandes por la cortesía de la imaginación. ¿Quién es tan insensible al interés de la humanidad como para decir que no fue una noble regeneración? ¿Quién está tan entumecido por temores egoístas, para no sentir un resplandor de calor, al ver a los habitantes de un vasto imperio exaltados desde el estado más bajo de la degradación bestial hasta la cima, donde, contemplando el amanecer de la libertad, puedan respirar el aire vigorizante de la independencia, que les dará una nueva constitución de la mente? ¿Quién está tan bajo la influencia del prejuicio como para insistir en que los franceses son una raza distinta, formada por naturaleza o por hábito, para ser esclavos e incapaces de alcanzar jamás esos nobles sentimientos que caracterizan a un pueblo libre? Cuando el amanecer de ellos apareció conspicuamente en las elecciones para los estados generales, que eran las luchas preparatorias para hacer que un cambio de opinión produjera una alteración esencial en el gobierno.

## UMA VISÃO HISTÓRICA E MORAL DA ORIGEM E DO PROGRESSO DA REVOLUÇÃO FRANCESA E O EFEITO QUE PRODUZIU NA EUROPA

Seis millones de hombres estaban ahora en movimiento para elegir a los diputados, y preparar sus instrucciones; y en estas asambleas los comunes comenzaron su carrera política; discutiendo, en terreno nuevo, temas que rápidamente se convirtieron en los únicos interesantes en todo el reino.

En algunos lugares, los tres órdenes reunidos juntos parecían decidir la importante cuestión relativa a la igualdad de los representantes, pero, en general, los dos primeros se reunían para guardar tenazmente sus temblorosas prerrogativas; y el tercero, con cauteloso celo, para exigir la reparación de agravios, que difícilmente podían esperar que los otros denominaran con un nombre tan duro.

Reinaba un gran decoro en la cámara de la nobleza, aunque dividida en varios rangos; el más bajo de los cuales había soportado, durante mucho tiempo, la insolencia prepotente de aquellos príncipes y pares, que impugnaban con altivez cada paso del honor. Sin embargo, todos estuvieron de acuerdo en renunciar a sus privilegios pecuniarios, y se unieron en términos vagos, a la voz pública, para exigir una constitución.

Las mismas divisiones produjeron efectos más visibles entre el clero: pues se produjeron considerables tumultos como consecuencia de la lucha de los párrocos, los comunes de este orden, por tener el peso que les correspondía en la balanza; y su éxito parecía un pronóstico seguro del rumbo que iban a tomar las cosas en la nación. De hecho, cada diócesis se había convertido en el centro de un pequeño despotismo, más irritante que el grande, porque estaba al alcance de cada uno; y los párrocos, que no estaban en el camino hacia el ascenso, los más oprimidos, encabezaban la furgoneta en la nueva lucha por la igualdad, mientras que la falta de respeto por la mitra allanaba el camino al desprecio por la corona.

Indivisible como había sido hasta entonces el cuerpo clerical, el orgullo indecente de los dignatarios de la iglesia, en esta coyuntura, produjo el cisma, que indujo a la mayoría del clero a ponerse del lado del pueblo; mientras que sólo una pequeña minoría de la nobleza desertó de la causa común del partido. Los párrocos, de hecho, parecían, desde el

## UMA VISÃO HISTÓRICA E MORAL DA ORIGEM E DO PROGRESSO DA REVOLUÇÃO FRANCESA E O EFEITO QUE PRODUZIU NA EUROPA

momento de su elección, un cuerpo en reserva para el tercer estado; donde buscaban la consecuencia que se les negaba en su propia cámara, encontrándose más cercanos por interés, así como por inclinación, a esta orden que a los pastores ricos, quienes, separando las ovejas de las cabras, les pedían que se mantuvieran al margen porque eran poseedores de menos riquezas –la santidad de ese cuerpo, como de todos los demás. La elección de tantos clérigos menores, a pesar de las amenazas e intrigas de sus numerosos superiores, fue una prueba contundente de que el poder de la iglesia estaba en decadencia y de que el pueblo empezaba a sentir su propia fuerza. Los disturbios en este momento parecían el estruendo de la tempestad que se aproximaba; y los oradores, formados en estas asambleas provinciales, para figurar más tarde en las nacionales, fueron alentados por los aplausos a perseverar.

Con el mismo objetivo, se respiraba un sentimiento uniforme en todas las instrucciones del tercer estado, principalmente dirigidas contra los privilegios de las otras dos órdenes: ya que las publicaciones más populares se habían centrado en estos abusos, creando convicción en las mentes de las personas que sufrían. Un célebre panfleto, escrito por el abate Sieyes, tuvo cerca de sesenta ediciones; y el duque de Orleans, molesto con la familia real, se esforzó en difundir opiniones que distaban mucho de coincidir con las suyas; así, con ciega ambición, se esforzó por derrocar una corte cuyas ruinas se han recuperado sobre su propia cabeza.

Pero el temperamento de la nación, dolorido por el sufrimiento y caldeado por estas discusiones, se adelantó de tal modo a su juicio, que llevó a los electores, con celo precipitado, a instruir a sus representantes, a exigir la supresión inmediata de un sinnúmero de abusos, sin precaverse de las consecuencias. –Así, por desgracia, es siempre la conducta seguida por las pasiones exasperadas; pues, durante la ira por corregir los abusos, con demasiada frecuencia, sólo se cambia uno por otro. ¡Es tan difícil impresionar con las lecciones saludables de la experiencia sobre mentes irritadas! –Y tan aptos son los hombres, en el momento de la acción, para volar de un extremo a otro, sin considerar que la más fuerte convicción de la razón no puede cambiar

## UMA VISÃO HISTÓRICA E MORAL DA ORIGEM E DO PROGRESSO DA REVOLUÇÃO FRANCESA E O EFEITO QUE PRODUZIU NA EUROPA

rápidamente un hábito del cuerpo; mucho menos los modales que han sido gradualmente producidos por ciertos modos de pensar y actuar.

Sin embargo, con una sola voz, toda la nación pidió una constitución que estableciera la igualdad de derechos, como fundamento de la libertad, y que protegiera contra las depredaciones de los favoritos, tanto si atacaban a las personas como a la propiedad. Así, la libertad de prensa y la abolición de las *lettres de cachet*<sup>15</sup> fueron, en general, los artículos que siguieron al mandato positivo de limitar el derecho de tributación al cuerpo representativo de la nación. Se recomendó la institución de jurados, y se pidió a los diputados que considerasen si el número de penas capitales no podría reducirse, o abolirse totalmente; se hicieron observaciones sobre la mala tendencia de las loterías, y sobre los impedimentos vejatorios arrojados en el camino del comercio, por barreras y monopolios. En resumen, contra la tiranía y la injusticia de la corte, la nobleza y el clero, todos protestaron; desenmascarando una especie de opresión, y dilatándose en otra; sin embargo, entre estas numerosas animadversiones, sólo las oraciones y alabanzas se dirigieron al rey; y nada parecido a una mirada al republicanismo hizo dudar de su sinceridad.

Para evitar que la tormenta se desatara sobre sus cabezas, la cábala decidió depositar todas sus esperanzas en la ayuda de las tropas extranjeras, que estaban recogiendo de diferentes partes del reino, sin preocuparse de confiar en los soldados franceses, que estaban asumiendo el carácter de ciudadanos. Mientras tanto, con las habituales argucias de los cortesanos, continuaron divirtiendo a los diputados, hasta que pudieron aplastarlos de una vez; y dinamitaron eficazmente las esperanzas del pueblo. El corazón humano es bueno por naturaleza, aunque a menudo se deje engañar por las pasiones. –Pues aunque sus sentimientos sean sofisticados o sofocados, aunque la cabeza ingenia las más negras maquinaciones, incluso en el silencio de la soledad, ¿quién se susurrará a sí mismo que es un villano? ¿No tratará más bien, como el diablo de Milton, de encontrar un maldito

---

<sup>15</sup> N.T.: Eran órdenes arbitrarias del rey por medio de las cuales se ejercía poder sobre la vida y la propiedad de los súbditos, véase *La verdad y las formas jurídicas* de Michel Foucault.



## UMA VISÃO HISTÓRICA E MORAL DA ORIGEM E DO PROGRESSO DA REVOLUÇÃO FRANCESA E O EFEITO QUE PRODUZIU NA EUROPA

argumento de necesidad para encubrir su culpa?– rindiendo homenaje, a pesar suyo, a la justicia eterna que viola con el pretexto de la autoconservación. Pero no son sólo las virtudes del hombre, esas tonalidades cambiantes, cuyo color está indeciso, las que proclaman su dignidad nativa. No; sus vicios tienen el mismo sello de la divinidad: y es necesario pervertir el entendimiento, antes de que el corazón pueda extraviarse. Los hombres, asimismo, adoptan indolentemente los hábitos de pensamiento de su época, sin sopesarlos. Así, estos mismos cortesanos, que podían contemplar fríamente la masacre, que debía ser consecuencia de la reunión de las tropas extranjeras, porque era una continuación del curso establecido de las cosas, se han sobresaltado después, probablemente con verdadero horror, de la contemplación de las carnicerías, que su misma tenacidad produjo. Tal es el engaño del corazón humano, y tan necesario es aclarar la cabeza para que los principios de acción sean puros.

Sin embargo, los diputados, que en su mayoría procedían de zonas remotas del país, se habían convertido en sus pueblos en los mejores hijos de la independencia. Y, aunque la manía francesa, de adorar a su monarca, se extendía a todas las partes del reino, sólo daba hilaridad al brindis de las copas en las mesas hogareñas de las que eran dueños; o actividad para el baile, que era un verdadero estallido de espíritus animales. Muy diferente de las lascivas provocaciones al vicio, exhibidas en la ópera, que, al destruir los afectos sociales que unen a los hombres entre sí, ahogan todo espíritu público; pues ¿qué es el patriotismo sino la expansión de la simpatía doméstica, hecha permanente por los principios? Además, los escritos que habían despertado el espíritu de estos hombres habían embriagado un poco su cerebro. Tal es, en su mayor parte, el efecto nefasto de la elocuencia, que, persuadiendo en vez de convencer, la gloria del entusiasmo que inspira se ve mancillada por esa falsa magnanimidad, que la vanidad y la ignorancia confunden continuamente con la verdadera elevación del alma; aunque, como los abrasadores rayos del sol después de la lluvia, seca hasta la esterilidad el corazón, cuyas emociones se exhalan con demasiada rapidez.

## UMA VISÃO HISTÓRICA E MORAL DA ORIGEM E DO PROGRESSO DA REVOLUÇÃO FRANCESA E O EFEITO QUE PRODUZIU NA EUROPA

Los cortesanos, despreciando su rusticidad, y considerando todavía al pueblo como una cifra, continuaron cumpliendo con la rutina habitual del cargo público, ajustando los ceremoniales de recepción; todo lo cual tendía a insultar al tercer estado, y a mostrar que los diputados de las órdenes privilegiadas debían ser tratados todavía como si fueran una clase distinta de seres. La insolencia de tales procedimientos no podía menos de provocar la honesta indignación y despertar la vanidad de aquellos que habían estado discutiendo a gran escala los derechos del hombre; mientras que, un poco desconcertados por la ceremonia que los obligaba, se veían obligados, a cada momento, a recordar que eran iguales a estos cortesanos; y se sonrojaban incluso al reconocer ante sí mismos que por un instante podían haberse sentido intimidados por tan infantil pompa. Ni se asombraron más de la pompa de Versalles, que de la altivez de una corte, cuya magnificencia era una prueba de lo mucho que habían empobrecido al pueblo, que ahora exigía la emancipación. Llenos, pues, de las nuevas nociones de independencia, que les hacían desdeñar toda idea de distinción de los hombres, aprovecharon la mayoría que les concedía el consejo y comenzaron a reunir sus fuerzas. Percibiendo también, a medida que actuaban con decisión, que poseían la confianza del pueblo, que, olvidando *vive le roi*, sólo exclamaba ¡*vive le tiers-état!*–, cada día se mostraban más firmes.

Los cortesanos fijaron inmediatamente una casa de encuentro, donde debían concertar regularmente las mejores medidas para aplastar el creciente poder de los comunes; y éstos, no sin una parte de la desconfianza, que caracteriza a la nación, se reunieron en diferentes lugares, hasta que un interés mutuo los unió en el lugar elegido por los diputados de Bretaña. La falta de respeto, asimismo, que anunciaban las órdenes relativas a su vestimenta, les preparó para el desprecio que estaban destinados a recibir, cuando se separaron como las castas indias, entre las que un hombre teme ser contaminado por el toque de un inferior: porque fieles al inveterado prejuicio a favor de los precedentes<sup>16</sup>, la nobleza estaba llamativamente vestida para el espectáculo,

---

<sup>16</sup> “El código de etiqueta”, dice Mirabeau, “ha sido hasta ahora el fuego sagrado de la corte y de los órdenes privilegiados”.

## UMA VISÃO HISTÓRICA E MORAL DA ORIGEM E DO PROGRESSO DA REVOLUÇÃO FRANCESA E O EFEITO QUE PRODUZIU NA EUROPA

mientras que a los comunes estúpidamente se les ordenó llevar el manto negro, que distingue a los abogados. Pero, una vez cambiada la marea de la opinión, todo contribuye a acelerar su curso.

Antes de la reunión de los estados generales, la cuestión que fue la primera en agitar los diversos intereses, si debían votar por orden o por encuesta, había sido tan minuciosamente discutida, que se convirtió, en muchas de las instrucciones, en uno de los artículos principales. Porque era evidente para la nación, si se permitía a las diferentes órdenes reunirse en sus cámaras separadas, cada una investida con el antiguo privilegio de poner una negativa a las decisiones de las otras dos, que serían engañadas con promesas de reforma, mientras que las arcas de la corte se llenaban con un espectáculo de legalidad. Era, de hecho, prudente en el partido de la corte mantener este motivo, porque parecía ser la única manera de hacer abortivos todos los planes de reforma que golpeaban su autoridad. Este era, pues, el asunto preliminar por el que debían medir sus fuerzas; y, ¡válgame Dios! el vigor manifestado en esta ocasión siempre había sido desplegado por los representantes de aquel pueblo engañado.

Hemos visto las conspiraciones de este débil y testarudo gabinete derrotadas en todas partes, y rastreado sus sangrientos pasos; pero los encontraremos todavía fieles a su esencia, recurriendo de nuevo a la violencia, cuando el fraude no sirvió de nada.

Con el fin de proporcionar un pretexto para introducir hábilmente una fuerza militar considerable, en el momento de la reunión de los Estados Generales, se habían producido dos o tres disturbios en París, en los que muchos habitantes irreflexivos fueron asesinados. Uno en particular, aunque todavía envuelto en las sombras del misterio, ocasionó una gran confusión y una matanza considerable, justo en la víspera de su reunión.

Un respetable fabricante de los suburbios de París, de la más bella reputación, empleaba a varios pobres, a los que pagaba generosamente; sin embargo, contra este hombre circulaban laboriosamente algunas historias vanas, bien

## UMA VISÃO HISTÓRICA E MORAL DA ORIGEM E DO PROGRESSO DA REVOLUÇÃO FRANCESA E O EFEITO QUE PRODUZIU NA EUROPA

tramadas para enganar y exasperar al pueblo, porque tocaban su vanidad y su necesidad más apremiante, la falta de pan. La escasez, real o ficticia, de este artículo, siempre ha sido aprovechada por aquellos que deseaban excitar tumultos en París; y en esta coyuntura los parisinos engañados se levantaron, instigados por los agentes de la corte, para destruirse a sí mismos. Se permitió que la revuelta avanzara antes de que se hicieran intentos serios para sofocarla, lo que hizo necesaria la interferencia de un pequeño ejército, que era el objetivo, y estableció la opinión de que la turbulenta muchedumbre necesitaba ser amedrentada por la presencia de tropas, mientras los estados generales deliberaban.

Durante esta efervescencia, o, al menos, cuando estaba disminuyendo, el 5 de mayo de 1789 se abrió la sesión de los Estados Generales con un discurso desde el trono, al que los cortesanos, en la fraseología habitual, añadirían naturalmente el epíteto de *gracioso*. El rey comenzó con una despiadada declaración de su satisfacción al verse rodeado de los representantes del pueblo; y luego, enumerando las pesadas deudas de la nación, gran parte de las cuales se habían acumulado durante su reinado, añadió una de esas vanas falsedades, que engrosaban su declamación sin arrojar polvo a los ojos de nadie, *que era por una causa honorable*; cuando era notorio que la causa debería haber sido considerada la más deshonrosa, si el poder no hubiera sido hasta entonces la verdadera piedra filosofal, que transmutaba las acciones más viles en honor esterlino. Después aludió al espíritu de innovación que se había apoderado de las mentes del pueblo, y al descontento general que agitaba a la nación; pero, con el verdadero estilo de las cortes, dictando al tiempo que elogiando, les aseguró que dependía de su sabiduría y moderación; concluyendo con las palabras por supuesto, *el humilde servidor de los reyes*, una declaración de su apego al bienestar público.

El despreciado discurso del guardián de los sellos fue, como la respuesta que se suele dar a la del rey, en la cámara de los comunes en Inglaterra, un mero eco de la de su majestad, recomendando moderación en las medidas adoptadas para

## UMA VISÃO HISTÓRICA E MORAL DA ORIGEM E DO PROGRESSO DA REVOLUÇÃO FRANCESA E O EFEITO QUE PRODUZIU NA EUROPA

reformular los abusos del gobierno, con el necesario quantum de panegírico sobre la bondad del rey.

Atención y aplausos, sin embargo, esperaban a Necker, aunque seguidos de cansancio y disgusto. Habló durante tres horas, introduciendo, con su habitual pompa de palabras, una serie de observaciones triviales; tratando así de escapar, en una niebla de floridas retóricas, del tema que temía exponer, porque temía por igual ofender a la corte y deseaba mantener su reputación ante el pueblo. No se pronunció ni una palabra sobre el derecho exclusivo de los estados generales a recaudar impuestos, la primera exigencia de la nación. Y los hombres que durante algún tiempo no habían hablado de otra cosa que de libertad y reforma, quedaron asombrados y descontentos de que evitara toda mención a una nueva constitución. Inclinandose hacia el lado de las órdenes privilegiadas, afirmó que el modo de deliberar y votar en asambleas separadas era el pilar de la nación; sin embargo, añadiendo cautelosamente una salva, para tener un pretexto para usar otro idioma si fuera necesario, observó que *a veces* era mejor votar. Esta inoportuna gestión desagradó naturalmente a ambas partes, como ocurre siempre que hombres de carácter débil y compuesto, que no tienen el valor de actuar correctamente, no se atreven a desafiar la censura que seguiría a una confesión abierta de sus opiniones indecisas; o más bien, de su determinación de quedar bien con los más fuertes. Hablando del régimen de las finanzas, les aseguró que una bancarrota pública podría evitarse fácilmente; y que incluso el *déficit*, que había sido exagerado por Francia y Europa, era sólo de cincuenta y seis millones; y parecería de menor importancia, cuando recordaran que, desde *su* administración, los ingresos habían aumentado veinticinco millones. Es cierto que, al entrar en detalles, la mayor parte de esta suma se encontraba todavía en perspectiva; y al mismo tiempo debía recaudarse mediante impuestos, que todos los buenos ciudadanos esperaban que desaparecieran pronto. En resumen, el francés, después de aplaudir con arrebatado esta brillante vista a vuelo de pájaro, observó, con el encogimiento de hombros del *sangre fría*, "que estos hipotéticos recursos no eran más que fe y esperanza, a condición de que fueran caritativos." Con respecto a la

## UMA VISÃO HISTÓRICA E MORAL DA ORIGEM E DO PROGRESSO DA REVOLUÇÃO FRANCESA E O EFEITO QUE PRODUZIU NA EUROPA

abolición de los privilegios, que atentaban contra la humanidad, utilizó algunas de las mismas clases de argumentos jesuíticos, que son empleados por los opositores de la abolición del infame tráfico de esclavos; que, como estos privilegios eran una especie de propiedad, era necesario encontrar una compensación, una indemnización, antes de que pudieran ser eliminados –con justicia.

Así, el espíritu de justicia –es difícil contener la indignación cuando se atacan tales sofismos– ha sido siempre ultrajado por el fingido respeto del egoísmo; porque, sin rechazar la tergiversación, es suficiente para probar que ciertas leyes no son justas, porque ningún gobierno tenía derecho a dictarlas; y, aunque hayan recibido lo que se llama una sanción legal durante los tiempos de la ignorancia, “el deber está en la infracción y no en la observancia”. Además, estos lamentables argumentos son un insulto al sentido común y a la angustia de un pueblo. –¿Dónde, en efecto, podrían los franceses o los ingleses encontrar un fondo para indemnizar a las órdenes privilegiadas o a los sembradores? Los abusos, pues, deben continuar hasta el fin de los tiempos, ¡por puro respeto al carácter sagrado de la fe pública!

Así hablaron el rey y Necker; pero estos discursos, en lugar de conciliar, sólo hicieron que ambas partes se obstinaron más; de modo que la sofocante disputa respecto a la forma de votar estalló inmediatamente, cuando se reunieron para constituirse en asamblea legal. Al día siguiente, incluso los diputados del tercer estado se reunieron en la sala común y acordaron que las tres órdenes debían proceder a verificar sus poderes juntas, percibiendo claramente que, si se permitía a las órdenes hacer negocios por separado, la unión sería impracticable y todos sus esfuerzos por obtener una constitución serían nulos si intentaban hacer de la igualdad de derechos la base. La nobleza y el clero no se unieron a los comunes, por lo que resolvieron reanudar su reunión a la mañana siguiente; sólo como un conjunto de individuos, que no tenían poder para actuar, al no tener todavía carácter político. Esta misma contienda parecía pedirles que apoyaran su reivindicación de igualdad, porque les advertía enfáticamente de que todas sus operaciones se volverían perfectamente insignificantes si permitían que las órdenes

## UMA VISÃO HISTÓRICA E MORAL DA ORIGEM E DO PROGRESSO DA REVOLUÇÃO FRANCESA E O EFEITO QUE PRODUZIU NA EUROPA

fueran un freno las unas para las otras. Los hombres más sensatos de los comunes, siendo de la opinión de que todas las expectativas de una reforma permanente eran quiméricas, a menos que toda la representación se formara en una asamblea indivisible, animaron a los más indecisos a perseverar; aunque los nobles les indicaron, el día 13, que habían comprobado la legalidad de su elección.

El clero, sin embargo, dividido en su interés, procedió con más cautela; y el más perspicaz de ellos, percibiendo que su orden se estaba volviendo odiosa para el pueblo, que ahora deificaba el tercer estado, propuso un comité de conciliación, con vistas, como pretendían, a promover un buen entendimiento entre todas las partes. El rey también, a su vez, cuando los nobles rechazaron la mediación del clero, ofreció un plan de acomodación; una poderosa nada, que la corte sacó adelante. Pero este divertimento, no desvió la atención de ninguna de las partes del objeto principal; aunque los nobles, muchos de los cuales estaban en el secreto de la aproximación del ejército, si las cosas se llevaban a los extremos, fingieron asentir; pero guardando cuidadosamente al mismo tiempo todas sus antiguas pretensiones: y esta insinceridad atrajo sobre ellos el odio universal que merecían, mezclado con el desprecio que siempre producen las luchas ineficaces. Las medidas conciliadoras, de hecho, no eran más que una solemne farsa en ese momento; aunque el clero, de forma bastante insidiosa, para congraciarse con el pueblo, lamentando el alto precio del pan, solicitó que los diputados de las tres órdenes se reunieran para deliberar sobre cómo se podría reducir este agravio. Los diputados de los comunes, con dignidad y prudencia, se mantuvieron firmes en su postura, y rechazando con destreza el ingenioso golpe dirigido contra su popularidad, declararon al clero que éste era otro motivo poderoso para hacerles suplicar a todos los partidos que se unieran en torno al mismo punto para remediar los males que despertaban la misma simpatía en sus pechos.

La inactividad ocasionada por estas disputas no podía dejar de inflamar la mente pública, especialmente porque nuevas publicaciones le proporcionaban diariamente combustible. Porque la libertad de prensa estaba ahora tácitamente

## UMA VISÃO HISTÓRICA E MORAL DA ORIGEM E DO PROGRESSO DA REVOLUÇÃO FRANCESA E O EFEITO QUE PRODUZIU NA EUROPA

establecida, y los sentimientos más libres se expresaban, con el calor del conocimiento superficial, desafiando los manifiestos de la corte. Sin embargo, como prueba de que la corte se limitó a soportar, durante una temporada, lo que no podía impedir, el diario de los procedimientos de los estados generales fue detenido, por una orden expresa; para evadir lo que se continuó en forma de cartas de Mirabeau a sus electores.

Esta prohibición fue dictada probablemente por el deseo de mantener a las provincias tranquilas en el estupor de la ignorancia, en la que habían dormitado durante tanto tiempo; pero era imprudente despertar la atención con medidas rigurosas, que, abandonadas rápidamente, tuvieron el efecto contrario, excitando, en lugar de intimidar, el espíritu de oposición. En realidad, los ojos de toda Francia se dirigían en ese momento hacia los comunes. Las esperanzas de la nación descansaban en su magnanimidad y la felicidad futura de millones de personas dependía de su perseverancia. En este estado de cosas, dieron una prueba convincente al mundo entero, y a la posteridad, de que sólo el vigor y la precisión son necesarios en los representantes de un pueblo, para dar dignidad a sus procedimientos, y para asegurarlos contra las maquinaciones de todos los poderes combinados del despotismo.

Habiendo transcurrido casi cinco semanas, y agotada la paciencia de la nación por el retraso, los comunes resolvieron presentar un discurso al rey, escrito por Mirabeau, explicando sus motivos, y luego proceder a los asuntos. Pero, antes, enviaron por última vez una diputación a los otros órdenes, para invitarlos una vez más a presentarse en la sala común, a fin de verificar juntos sus poderes; añadiendo que, a falta de su comparecencia, se constituirían ellos mismos y actuarían en consecuencia. Esta determinación fue un golpe mortal al poder de las otras dos cámaras, y golpeó directamente la raíz de toda distinción.

Los nobles, cuyo inveterado orgullo e ignorancia les había impedido unirse al tercer estado en la primera reunión de los diputados, vieron ahora con consternación que su poder e influencia, como los mohosos rollos de su pedigrí, se estaban convirtiendo en polvo común. El clero, sin embargo, más



## UMA VISÃO HISTÓRICA E MORAL DA ORIGEM E DO PROGRESSO DA REVOLUÇÃO FRANCESA E O EFEITO QUE PRODUZIU NA EUROPA

hábil, o más bien algunos de los sacerdotes parroquiales, poco a poco, acudieron a la convocatoria y se presentaron en la sala. No cabe duda de que los comunes, en la primera reunión, y durante mucho tiempo después, se habrían unido gustosamente a los nobles; de este modo, estos últimos habrían conservado muchos de sus privilegios, y preservado un peso en la nación, necesario para impedir esa preponderancia, del lado del pueblo, que era fácil prever que produciría muchos excesos. Esta conclusión estaba garantizada por la experiencia continua, porque generalmente sucede que los hombres que no están guiados por el conocimiento práctico, en cualquier asunto que se dediquen, corren precipitadamente de un extremo al otro. Y ciertamente, desde el estado de servilismo en el que la nación francesa estaba hundida, la represalia era de esperar; o, al menos, temida, la libertad desenfrenada. Al igual que los niños expulsados de la escuela, podrían desear comprobar su libertad mediante actos de maldad, y mostrando un total desprecio por las órdenes arbitrarias, que mantenían sus espíritus bajos sin ejercitar sus entendimientos. Sin embargo, la estúpida arrogancia de los nobles los despojó, antes del tiempo que la razón hubiera determinado, de esas ociosas distinciones de opinión, los símbolos de la barbarie, que no estaban completamente desgastados de estima.

El ministro, aún temeroso de actuar independientemente de la corte, reprochó esta animosa conducta de los comunes, como un acto de temeridad, que el rey no debía sancionar. Pero ellos, firmes y resueltos, aunque temiendo que la corte, como un salvaje moribundo, herido de muerte por su enemigo, pudiera, durante la agonía de la muerte, asestarles un golpe desesperado, tomaron las precauciones más prudentes para evitar exasperar al enemigo que caía. Pero estas suaves resoluciones fueron confundidas por los infatuados nobles, que confundieron la verdadera fortaleza de la moderación con la cobardía, la suerte estaba echada, y los diputados se declararon a sí mismos una ASAMBLEA NACIONAL.

El entusiasmo encendió todos los corazones, y se extendió como el pensamiento de un extremo a otro del reino. La misma novedad de esta medida bastó para animar a un

## UMA VISÃO HISTÓRICA E MORAL DA ORIGEM E DO PROGRESSO DA REVOLUÇÃO FRANCESA E O EFEITO QUE PRODUZIU NA EUROPA

pueblo menos volátil que el francés; y, tal vez, sea imposible formarse una justa idea de lo que esta decisión suscitó en todos los rincones del imperio. Europa también escuchó con estupor lo que resonando por toda Francia excitó las emociones más vivas; y la posteridad debe leer con asombro el recital de las locuras y atrocidades cometidas por la corte y los nobles en aquella importante crisis.

El Contrato Social de Rousseau, y su admirable obra sobre el origen de las desigualdades entre los hombres, habían estado en manos de toda Francia, y eran admirados por muchos, que no podían entrar en la profundidad de los razonamientos. En resumen, fueron aprendidos de memoria, por aquellos cuyas cabezas no podían comprender la cadena de argumentos, aunque eran lo suficientemente claros como para captar las ideas prominentes, y actuar de acuerdo con su convicción. Tal vez, la gran ventaja de la elocuencia es que, al imprimir los resultados del pensamiento en mentes vivas sólo a la emoción, da alas al lento pie de la razón, y fuego a los fríos trabajos de la investigación. Sin embargo, es observable que, en la medida en que se cultiva el entendimiento, la mente crece apegada al ejercicio de la investigación y a la combinación de ideas abstractas. Los nobles de Francia también habían leído estos escritos para divertirse; pero no dejaron en sus mentes rastros de convicción suficientemente fuertes para superar esos prejuicios que el interés propio hacía tan caros, que fácilmente se persuadieron de su razonabilidad. La nobleza y el clero, con todos sus dependientes bajo la influencia de los mismos sentimientos, formaban una proporción considerable de la nación, sobre el resto de la cual miraban con desprecio, considerándolos como mera hierba de la tierra, necesaria para vestir a la naturaleza, pero sólo apta para ser pisoteada. Pero estos despreciados empezaban a sentir su verdadera consecuencia, y repetían con énfasis la feliz comparación del abate Seiyes, "que la nobleza es como un tumor vegetal, que no puede existir sin la savia de las plantas que agota". Sin embargo, al tratar con los nobles, los ángulos del orgullo, que sólo el tiempo podría haber suavizado silenciosamente, fueron, tal vez, demasiado bruscamente derribados, porque la locura de las distinciones se estaba desgastando rápidamente, y probablemente se habría

## UMA VISÃO HISTÓRICA E MORAL DA ORIGEM E DO PROGRESSO DA REVOLUÇÃO FRANCESA E O EFEITO QUE PRODUZIU NA EUROPA

derretido gradualmente ante las opiniones racionales, que estaban continuamente ganando terreno, fructificando el suelo a medida que se disolvían; en lugar de lo cual fue arrastrado por un huracán, para esparcir la destrucción a su alrededor a medida que caía.

Muchos de los oficiales, que habían servido en América durante la última guerra, habían contemplado a los habitantes de todo un imperio viviendo en un estado de perfecta igualdad; y regresaron, encantados con su simplicidad e integridad, los concomitantes de un gobierno justo, erigido sobre los sólidos cimientos de la libertad igualitaria, para explorar la rectitud o la política de un sistema diferente. Convencidos de su inutilidad como nobles, éstos, encendidos por el amor a la libertad, secundaron de corazón y de viva voz las opiniones de los comunes. Pero los aduladores de la corte, y la mayor parte de la nobleza, que ignoraban groseramente todo lo que no comprendiera el arte de vivir en una continua ronda de placeres, insensibles al precipicio en que se encontraban, no quisieron, al principio, retroceder un solo paso para salvarse; y esta obstinación fue la causa principal que condujo a toda la nueva organización de la constitución, elaborada por la asamblea nacional. Los franceses, en realidad, habían llegado, por los vicios de su gobierno, a ese grado de falso refinamiento, que hace de cada hombre, a sus propios ojos, el centro del mundo; y cuando este grosero egoísmo, esta completa depravación, prevalece en una nación, debe producirse un cambio absoluto; porque los miembros de ella han perdido el cemento de la humanidad, que los mantenía unidos. Todos los demás vicios son, propiamente hablando, fuerza superflua, poderes que se desperdician; pero esta mancha mórbida muestra que hay muerte en el corazón. En efecto, cualquiera que sea la sabiduría o la locura de un gobierno mixto de rey, señores y comunes, no tiene importancia en la presente historia; porque parece suficientemente obvio, que la aristocracia de Francia se destruyó a sí misma, por la arrogancia ignorante de sus miembros; quienes, desconcertados en una espesa niebla de prejuicios, no podían discernir ni la verdadera dignidad del hombre, ni el espíritu de los tiempos.

## UMA VISÃO HISTÓRICA E MORAL DA ORIGEM E DO PROGRESSO DA REVOLUÇÃO FRANCESA E O EFEITO QUE PRODUZIU NA EUROPA

También cabe señalar que la regeneración del gobierno francés, en esta crisis, dependía de la fortaleza de la asamblea nacional al comienzo de la contienda, ya que, si el partido de la corte hubiera prevalecido, los comunes habrían descansado en su habitual estado de insignificancia, y todos sus procedimientos habrían resultado sólo una solemne farsa. Se habrían envuelto en sus mantos negros, como el rebaño de los hombres de la funeraria en un funeral, simplemente para seguir con pasos serviles la cabalgata ociosa a su lugar de descanso; y el pueblo sólo habría visto revivir su antigua tiranía, disfrazada con nuevos atuendos.

### Referencias bibliográficas

AA.VV. 1789-1793. **La voz de las mujeres en la Revolución Francesa. Cuaderno de quejas y otros textos.** 1989. Barcelona: la Sal/des femmes/Institut Valencià de la Dona.

CIRIZA, Alejandra. Pasado y presente. El dilema Wollstonecraft como herencia teórica y política. *In: Teoría y filosofía política. La recuperación de los clásicos en el debate latinoamericano.* 2002. Buenos Aires: CLACSO. p. 217-246.

LOIS GONZALEZ, Marta. Mary Wollstonecraft: la fuerza de las palabras. *In: WOLLSTONECRAFT, Mary. Vindicación de los derechos de las mujeres.* Madrid: Istmo, 2005. p. 7-29.

MODUGNO, Roberta Adelaide. Mary Wollstonecraft interprete del 1789. *In: WOLLSTONECRAFT, Mary. Scritti sulla Rivoluzione francese,* 1. ed. Soveria Mannelli: Rubbettino Editore, 2007. p. 5-87.

PATEMAN, Carol. **El contrato sexual.** 1995. Barcelona: Anthropos.

ROWBOTHAM, Sheila. Introducción. *In: Sheila Rowbotham presenta a Mary Wollstonecraft. Vindicación de los derechos de la mujer.* Madrid: Akal, 2014. p. 5-31.

TODD, Janet. Introduction. *In: WOLLSTONECRAFT, Mary. A vindication of the rights of woman and A vindication of the rights of men.* 2. reimp. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. VII-XXX.

# EMPIRISMO Y RAZÓN EN LA SOCIOLOGÍA DE HARRIET MARTINEAU<sup>1</sup>

Autor: Michael R. HILL (1989)<sup>2</sup>

Traductora: María-Rocío NAVARRO-FOSAR (2022)<sup>3</sup>

## Resumen:

Este ensayo de 1989 del profesor Michael R. HILL apareció originalmente en la edición del sesquicentenario de *How to Observe Morals and Manners* (1838) [Cómo observar la moral y las costumbres], obra escrita por la socióloga inglesa Harriet MARTINEAU (1802–1876). El ensayo de Michael R. HILL se ofrece aquí hoy en español con anotaciones y correcciones menores no solo porque, históricamente, provocó gran parte del interés sociológico posterior en Harriet MARTINEAU, sino también porque continúa siendo una introducción perspicaz al texto fundacional de Harriet MARTINEAU, el primer libro completo de métodos utilizados en las ciencias sociales. Michael R. HILL excava y articula las cuestiones metodológicas y epistemológicas de la "Ciencia de la Moral", el nombre que Harriet MARTINEAU dio a lo que hoy llamamos sociología. *How to Observe Morals and Manners*, junto con otros trabajos sociológicos de Harriet MARTINEAU señalados en el ensayo de Michael R. HILL, es una obra que la identifica claramente como una escritora reflexiva y crítica. Debido en gran parte al estudio, anterior y en curso, que Michael R. HILL ha efectuado sobre la figura de Harriet MARTINEAU, ahora se la puede reconocer, sin duda, como una de las principales fundadoras intelectuales de la disciplina sociológica.

**Palabras-clave:** Harriet MARTINEAU, sociología, epistemología, metodología sociológica.

## Empiricism and Reason in Harriet Martineau's Sociology

---

<sup>1</sup> N. de la T.: La referencia completa de la obra es la siguiente: **How to Observe Morals and Manners, by Harriet Martineau** (edición del sesquicentenario), editado por Michael R. HILL, Copyright © 1989, Transaction Publishers. Reproducido y traducido con permiso de *Taylor & Francis Group*. El artículo original en inglés puede ser consultado libremente en el siguiente enlace web: <https://digitalcommons.unl.edu/sociologyfacpub/451/>.

<sup>2</sup> Doctor en Sociología (1989) y doctor en Geografía (1982) por la Universidad de Nebraska-Lincoln (EE. UU.). En su larga trayectoria intelectual, ha trabajado profusamente la figura de Harriet MARTINEAU como socióloga clásica. Para esta traducción, ha añadido algunas referencias bibliográficas básicas para conocer a Harriet MARTINEAU, como fundadora intelectual de la disciplina sociológica. Estas aparecen al final del apartado *Bibliografía*, subsección *Para ampliar la figura de Harriet Martineau*. También ha ampliado bibliografía específica relacionada con los debates existentes en torno al reconocimiento de las sociólogas clásicas, la cual se recoge en el apartado *Bibliografía*, subsección *Para conocer a las sociólogas clásicas*. Michael R. HILL es actualmente director asociado en el centro de investigación sociológica *Jane Addams Research Center*, sito en Saint Joseph, Michigan (EE. UU.). Contacto: [mhill@janeaddamsresearchcenter.org](mailto:mhill@janeaddamsresearchcenter.org).

<sup>3</sup> Licenciada en Ciencias Políticas y Sociología por la Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), España. Máster Oficial Universitario en Estudios de Mujeres por la Universidad de Barcelona (UB), España, con mención de Premio Extraordinario. Actualmente es investigadora del programa de doctorado *Cambio social en sociedades contemporáneas* de la UNED y coordinadora del Proyecto Mary Jo DEEGAN, que trabaja para publicar próximamente un libro colaborativo sobre sociólogas clásicas europeas y latinoamericanas. Contacto: [mnavarro41@alumno.uned.es](mailto:mnavarro41@alumno.uned.es).

## Empirismo y razón en la sociología de Harriet Martineau

### Abstract:

This 1989 essay by Professor Michael R. HILL originally graced the sesquicentennial edition of *How to Observe Morals and Manners* (1838) by the Englishwoman sociologist Harriet MARTINEAU (1802–1876). Michael R. HILL's essay is offered here today in Spanish with annotations and minor corrections not only because, historically, it launched much of the subsequent sociological interest in Harriet MARTINEAU, but also because it continues to be an insightful introduction to Harriet MARTINEAU's foundational text, the first full-fledged methods book in the social sciences. Michael R. HILL excavates and articulates the methodological and epistemological issues of the "Science of Morals," the name Harriet MARTINEAU gave to what we now call sociology. *How to Observe Morals and Manners*, together with other sociological works by Harriet MARTINEAU noted in HILL's essay, clearly identify her as a reflexive and critical writer. Due in considerable part to Michael R. HILL's previous and ongoing scholarship, Harriet MARTINEAU can now be recognized, without doubt, as a major intellectual founder of disciplinary sociology

**Keywords:** Harriet MARTINEAU, sociology, epistemology, sociological methodology.

## Empirismo e Razão na Sociologia de Harriet Martineau

### Resumo:

Este ensaio de 1989 do professor Michael R. HILL apareceu originalmente na edição sesquicentenária de *How to Observe Morals and Manners* (1838) [Como observar: morais e costumes], uma obra escrita pela socióloga inglesa Harriet MARTINEAU (1802–1876). O ensaio de Michael R. HILL é oferecido aqui hoje em inglês com pequenas anotações e correções não só porque, historicamente, despertou muito do interesse sociológico subsequente em Harriet MARTINEAU, mas também porque continua a ser uma introdução perspicaz ao texto fundador de Harriet MARTINEAU, o primeiro livro de métodos abrangentes nas ciências sociais. Michael R. HILL escava e articula as questões metodológicas e epistemológicas da "Ciência da Moral", o nome que Harriet MARTINEAU deu ao que hoje chamamos sociologia. Como observar: morais e costumes, com outras obras sociológicas de Harriet MARTINEAU mencionadas no ensaio de Michael R. HILL, a identifica claramente como uma escritora reflexiva e crítica. Na maioria devido ao estudo anterior e contínuo de Michael R. HILL sobre Harriet MARTINEAU, ela é agora sem dúvida reconhecida como um dos maiores fundadores intelectuais da disciplina sociológica.

**Palavra-chave:** Harriet MARTINEAU, sociologia, epistemologia, metodologia sociológica

**Sumario:**

Breve introducción. I. Método y propósito moral de la observación. II. El viaje intelectual de Harriet Martineau como teórica social. 1. *Certeza teológica*. 2. *Ficciones racionales*. 3. *Desde la metafísica al empirismo*. 4. *Desde el empirismo al ateísmo*. 5. *Filosofía positiva*. 6. *Epistemología crítica*. 7. *Legados sociológicos*. Bibliografía. 1. *De este ensayo*. 2. *Para ampliar la figura de Harriet Martineau*. 3. *Para ampliar información sobre sociólogas clásicas*.

---

*Es un viejo error del hombre olvidarse de poner comillas  
donde él toma prestado de un ¡cerebro de una mujer!*  
Anna GARLIN SPENCER (1913, p. V)

[p. XV] La arquitectura y la evolución de la epistemología sociológica de Harriet MARTINEAU personifican una tensión esencial entre la teoría abstracta y el empirismo concreto<sup>4</sup>. El conjunto de la obra intelectual de Harriet MARTINEAU demuestra un importante cambio conceptual, desde las primeras convicciones religiosas hasta el posterior rechazo de todos los sistemas metafísicos. *How to Observe Morals and Manners* (HOMM)<sup>5</sup> [Cómo observar la moral y las costumbres]<sup>6</sup> se encuentra a medio camino en ese viaje. El camino epistemológico y biográfico hacia el rechazo categórico de la metafísica por parte de Harriet MARTINEAU fue largo, personalmente tumultuoso y basado fundamentalmente en estudios empíricos de las condiciones sociales. Me centraré aquí en el tira y afloja entre metafísica, empirismo y razón en la obra sociológica de Harriet MARTINEAU. La primera parte de este ensayo destaca los principales puntos epistemológicos avanzados por ella en HOMM. La segunda parte, más larga, esboza el desarrollo [p.

---

<sup>4</sup> N. de la T.: En este texto en castellano aparece una numeración entre corchetes en línea con el texto. Corresponde a la paginación original inglesa del texto del autor.

<sup>5</sup> N. de la T.: En este texto en castellano se usa la abreviatura HOMM para acortar el nombre de la obra *How to Observe Morals and Manners*. Es un recurso de la traductora, no del autor.

<sup>6</sup> N. de la T.: Desde 2021, existe una traducción al portugués de la obra completa, realizada por Fernanda H.C. ALCÂNTARA, cuyo título es *Como observar: morais e costumes* (ISBN: 978-6500255133). Desde 2022, existe traducción al castellano de la obra completa, cuyo título es *Cómo observar la moral y las costumbres* (ISBN: 978-8474768930). Este último volumen cuenta con un estudio introductorio realizado por Capitolina DÍAZ MARTÍNEZ.

XVI] epistemológico de Harriet MARTINEAU como teórica social y sitúa HOMM dentro del conjunto de su biografía intelectual.

### I. Método y propósito moral de la observación

En HOMM, la autora establece los principios para la recopilación e interpretación sistemática de los hechos sociales. Los hechos sobre las cosas, registrados cuidadosamente en diarios y cuadernos, forman un inventario de las costumbres y relaciones sociales que se dan en una sociedad. Sin embargo, el descubrimiento de las costumbres nunca es el objetivo principal de las personas que observan responsablemente. Harriet MARTINEAU escribió:

«Una persona viajera que debe informar de ellas [las costumbres] exclusivamente, no solo no es alguien versado en filosofía, sino que ni tan siquiera merece el nombre de persona que observa (p.220)»<sup>7 8</sup>.

Las costumbres (o los modales) son meramente superficiales, nada más que manifestaciones de la moral más profunda de una sociedad.

Harriet MARTINEAU nos dirige así a identificar la condición y el alcance de los fundamentos morales de las sociedades que estudiamos. Esto requiere una considerable preparación moral propia. Solo entonces podremos interpretar adecuadamente los resultados de nuestras observaciones:

«Para la persona que viaja, y solo para esta, que ha estudiado los principios de la moral, y se ha dotado así de una clave para los misterios de todo bien y mal social, las costumbres serán un índice que responda tan fielmente a los movimientos internos, armoniosos o discordantes de la

---

<sup>7</sup> N. de la T.: En esta traducción las referencias en cuanto a paginación de las citas de HOMM se han referido a la edición inglesa de Charles KNIGHT publicada en 1838, disponible en la biblioteca digital Internet Archive: <<https://archive.org/details/howtoobservemor00martineau>>. En el texto original del autor la paginación de citas de HOMM viene referida a la edición estadounidense, publicada en Filadelfia en el mismo año, ligeramente distinta.

<sup>8</sup> N. de la T.: Se ha simplificado el uso de notas a pie de página, respecto al texto original del profesor Michael R. HILL. Todas las anotaciones que conciernen a bibliografía se indican en el propio texto, en formato autoría/fecha entre paréntesis; las referencias bibliográficas completas aparecen todas al final del artículo, en el apartado *Bibliografía*. Solo se han mantenido las notas a pie de página que son aclaraciones del texto principal. Por ello, en esta traducción, hay menos notas textuales (a pie de página o al final del texto) respecto del trabajo original del profesor Michael R. HILL.



sociedad, como el rostro humano al funcionamiento del corazón humano (p. 220)».

[p. XVII] Aquí, Harriet MARTINEAU expone su versión del «problema de la correspondencia»<sup>9</sup>, cuestión que afecta a la investigación empírica que pretende ampliar nuestra comprensión de entidades teóricas inobservables. Para Harriet MARTINEAU, la moral —que ella entiende como el funcionamiento interno del corazón humano— son sus entidades teóricas inobservables. Las costumbres —concebidas por ella como las huellas empíricas de la actividad institucional— son sus observables, índices superficiales de la moral interior.

La autora aconseja a las personas investigadoras que se concentren en las cosas, es decir, en los artefactos físicos, los registros oficiales y otros rastros de comportamiento institucionalizado y de organización social. Es por ello por lo que escribe:

«El gran secreto de una sabia investigación sobre la moral y las costumbres es comenzar con el estudio de las cosas, utilizando el discurso de las personas como comentario sobre ellas (p. 63)».

Las entrevistas, las conversaciones y las personas informantes tienen una importancia secundaria en el mejor de los casos:

«Es una empresa inútil llegar a los hechos de la condición de un pueblo a través del discurso de los individuos (p. 63)».

Su énfasis en la importancia de las «cosas» se expresa claramente en este pasaje clave:

«Aunque los hechos que buscan las personas que viajan se refieren a las Personas<sup>10</sup>, es más fácil conocerlas a través de las cosas. La elocuencia de las instituciones y de los registros, en los que se plasma y perpetúa la acción de la nación, es más amplia y más fiel que la de cualquier

---

<sup>9</sup> Para los problemas asociados con las reglas de correspondencia y la estructura de las teorías científicas, véase David HARVEY (1969, p. 87–99) y Frederick SUPPE (1977).

<sup>10</sup> N. de la T. Palabra escrita con mayúscula en el texto original de la autora.

variedad de voces individuales. La voz de todo un pueblo se eleva en el funcionamiento silencioso de una institución; la condición de las masas se refleja desde la superficie de un registro. Las instituciones de una nación —políticas, religiosas o sociales— ponen en manos de la [p. XVIII] persona que observa pruebas de sus capacidades y necesidades, pruebas que el estudio de los individuos no podría aportar en el curso de una vida. Los registros de cualquier sociedad sean cuales fueren, ya sean restos arquitectónicos, epitafios, registros civiles, música nacional o cualquiera de las mil manifestaciones de la mente común que se pueden encontrar en todos los pueblos, brindan más información sobre la Moral en un día que conversar con personas en un año (p. 64)».

Las conversaciones con los y las habitantes de una sociedad bajo investigación, aconseja la autora, son principalmente útiles para corroborar y explicar los hechos observados sobre las cosas.

Para evaluar el estado moral de una sociedad, cada persona que observa debe prestar atención a los casos empíricos de costumbres. Cuando se han recogido sistemáticamente hechos observables y representativos, solo entonces es apropiado hacer *generalizaciones* sobre la moral. Harriet MARTINEAU percibió astutamente que no se trata de un proceso simple y mecánico. Para interpretar responsablemente los hechos, la persona que observa debe, entre otras cosas:

1. Comprender los principios universales de la moral (es decir, debe poseer una epistemología axiológica completa);
2. Tener una mentalidad lo suficientemente liberal como para no ser insensible a las sociedades cuyos modales superficiales difieren de los propios;
3. Ser una persona que busca una vida moral.

¿Cómo, se pregunta, puede alguien canalla o de condición moral depravada reconocer las cualidades morales superiores potencialmente presentes en cualquier sociedad?

La felicidad humana es, para ella, un bien moral universal que puede alcanzarse de diversas maneras en distintas sociedades. Postula que en todas partes se considera deseable dar y aumentar la felicidad. Desde el punto de vista metafísico, Harriet MARTINEAU

no es teleóloga (en este punto, pero sí considera que [p. XIX] el Creador *pretende* en todas partes la felicidad humana). El principio fundamental es universal (la felicidad), pero los medios para alcanzarla deben ser juzgados en función de cada sociedad. Todas las costumbres deben interpretarse en su *contexto*, a la luz del principio moral universal. Advierte a las personas novatas que observan las sociedades que un mismo acto puede ser moral en una sociedad y totalmente reprobable en otra. No se pueden utilizar las costumbres aceptadas en la propia sociedad como clave para la base moral de las costumbres en otra. El etnocentrismo (un término que Harriet MARTINEAU habría utilizado si se hubiera acuñado en su época) es un peligro para aquellas personas que observan y, por tanto, quieran comprender otras culturas de primera mano. Las personas que observan —nos recuerda la autora— deben cuidarse continuamente de hacer generalizaciones precipitadas y poco comprensivas.

Dado que Harriet MARTINEAU se impuso la tarea de evaluar el estado moral de las sociedades en su conjunto, y dado que esta evaluación depende fundamentalmente de hechos empíricamente derivados (aunque interpretados a la luz de principios universales), la calidad de los datos de observación adquiere una importancia extraordinaria, si queremos evitar errores de juicio. Harriet MARTINEAU hace hincapié en este punto en repetidas ocasiones. Las observaciones deben ser representativas. Hay que evitar los sesgos. Hay que observar todos los patrones institucionalizados en todos los barrios, en todas las clases sociales, en todas las regiones. Las personas que observan no deben dejarse influenciar por intereses creados y, al mismo tiempo, deben estar abiertas a las opiniones y puntos de vista de las mejores mentes de cada sociedad, una tarea difícil incluso para las personas que investigan más experimentadas.

HOMM destila las máximas, las ideas y las directrices de Harriet MARTINEAU para hacer malabarismos con las interrelaciones recíprocas entre los presupuestos teóricos, la recopilación de datos empíricos y el proceso de hacer generalizaciones sobre los fenómenos sociales [p. XX] inobservables. He aquí las cuidadosas instrucciones que habrían necesitado el grupo de observadores sociales que Jean-Jacques ROUSSEAU quería enviar a todos los rincones del mundo. Si las personas que viajan que escribieron sobre sus viajes (y fueron muchas) hubieran seguido los consejos de Harriet

MARTINEAU, tal vez Anthony GIDDENS (1987, p. 20–21) no encontraría hoy en día que muchos de los informes de ellas son poco fiables.

Harriet MARTINEAU dirigía sus observaciones a las posibles personas que viajan a tierras extranjeras, aunque el prefacio del volumen de Henry Thomas DE LA BECHE de la serie «How to Observe» [Cómo observar] —en donde estaba incluido el libro de Harriet MARTINEAU— afirma claramente que las obras están destinadas también a estudiantes y a científicas y científicos. El uso que hace Harriet MARTINEAU de la expresión «persona extranjera en tierra extranjera» es el primero de los muchos recursos hacia esa imaginaria que practicaron distintos sociólogos y sociólogas, incluidos los ensayos clásicos de Georg SIMMEL (1908) y Alfred SCHUTZ (1944). Teóricos más recientes también adoptan la perspectiva de «la persona extranjera», como John Brinckerhoff JACKSON (1957) y Dean MACCANNELL (1975)<sup>11</sup>. Las recomendaciones metodológicas de Harriet MARTINEAU son las de una sofisticada teórica social que comprendió muy bien dos principios cruciales:

1. Que todas las personas que observan —por muy cuidadosas que sean— pueden cometer errores, ser engañadas y caer presa de sus propias suposiciones;
2. Que, como seres humanos, siempre estamos eligiendo, reajustando y dando nuevas posibilidades a los mundos sociales que habitamos.

La posibilidad del cambio social está en el centro del concepto de «progreso» de Harriet MARTINEAU. Nos exhorta a evaluar científicamente el potencial de cada sociedad para el progreso moral. Cada persona que observa —escribe— debe prestar atención a:

«Al fijar su observación en este tema [el espíritu fraterno] la persona puede aprender —y no puede hacerlo de otra manera— si el país que estudia está avanzando en sabiduría y felicidad, o si está parado o, incluso, si está

---

<sup>11</sup> Véase también Michael R. HILL (1981b); Michael HILL y Mary Jo DEEGAN (1982). Harriet MARTINEAU exalta las virtudes de la persona caminante viajera que explora nuevas tierras como foránea. Este es un punto que no he tenido en cuenta en mi revisión de las investigaciones más recientes sobre caminantes y transeúntes.

retrocediendo. Las probabilidades de progreso del país dependen totalmente de esto» (p. 209).

[p. XXI] Harriet MARTINEAU pasa revista a los factores ambientales que podrían influir en el progreso moral, pero la mayor fuerza para el progreso es profundamente social:

«La necesidad de ayuda mutua y el hábito de cooperación causado por el interés en los objetivos sociales tienen un buen efecto sobre los sentimientos y costumbres de los seres humanos hacia las demás personas; y de ahí nace el respeto mutuo que, naturalmente, se fortalece en el espíritu fraterno» (p. 219).

Según este punto de vista, las personas que integran las sociedades morales y progresistas atienden cuidadosamente sus intereses mutuos, formando naciones que igualmente cooperan entre sí.

La autora no plantea ninguna base teleológica necesaria para la cooperación social y la cooperación internacional, pero anticipa que la verdadera fraternidad podrá alcanzarse algún día en todo el mundo. Es indudablemente optimista y confía en que las sociedades humanas cumplirán las intenciones del Creador. El progreso es posible, deseable e incluso lícito, pero no es teleológicamente necesario. El potencial de progreso —así como el de retroceso— se encuentra dentro de cada sociedad. Que el progreso florezca o no depende en gran medida del carácter moral de las instituciones sociales que las personas integrantes conciben y alimentan.

La persona que observa científicamente examina el estado moral de la sociedad, evalúa su potencial para el progreso moral y, en la medida de lo posible, fomenta aquellas prácticas y valores que conducen al reconocimiento social del interés mutuo. El pensamiento claro, la investigación fiable y la educación universal son fundamentales para este proceso. Aquí se revela el propósito de Harriet MARTINEAU como persona que observa y, también, como instructora del proceso de observar. Como escritora, observadora y socióloga, [p. XXII] persiguió una vida de erudición, acción social y difusión del conocimiento a personas de todas las clases sociales y

todas las condiciones económicas. Al enseñarnos «cómo observar», amplía nuestra capacidad para reconocer nuestro potencial mutuo de cooperación y progreso moral.

## II. El viaje intelectual de Harriet MARTINEAU como teórica social

Harriet MARTINEAU (1802–1876) se dedicó a la escritura profesional —una de las pocas ocupaciones intelectuales abiertas a las mujeres de su época— y esta fue su principal fuente de ingresos. Sin los beneficios estructurales de la formación universitaria (las mujeres tenían prohibido el acceso a las instituciones de enseñanza superior en aquella época) y con la desventaja de una grave pérdida de audición (necesitaba una trompeta para oír con claridad), Harriet MARTINEAU emprendió estudios pioneros —sustantivos, teóricos y metodológicos— en lo que hoy se denomina sociología<sup>12</sup>. El hecho de su temprana contribución sociológica queda oculto, en parte, por el carácter polifacético de sus numerosas actividades durante una época en la que «sociología» aún no era una palabra reconocida, y mucho menos una disciplina.

Fue una prolífica escritora y una vigorosa activista que emprendió multitud de proyectos amplios y extraordinarios<sup>13</sup>. Fue una ardiente unitaria, abolicionista, crítica, feminista, científica social y, finalmente, atea. Originariamente perteneció a una clase media caída en duras circunstancias económicas, y con el tiempo fue adorada por la sociedad inglesa por sus populares escritos sobre economía política. Los temas de sus escritos incluían, entre otros, la

---

<sup>12</sup> De joven, Harriet MARTINEAU asistió a una *Grammar School* integrada, donde recibió una buena base en cultura clásica. Sin embargo, al no poder acceder a la universidad, su formación posterior fue autodidacta. Se empapó de informes estadísticos y de los debates literarios y filosóficos del momento. Excluida de la posibilidad de impartir clases en la universidad, se decidió a enseñar y dar conferencias a comerciantes, gente del campo y empleadas domésticas. A pesar de su condición de *outsider* en la vida universitaria, su caudal intelectual fue impresionante. La bibliografía estándar de sus libros publicados la encontramos en Joseph B. RIVLIN (1947). Varios de los primeros artículos de Harriet MARTINEAU se encuentran en sus *Miscellanies* (1836) [Misceláneas]. Una recopilación de artículos posteriores, muchos de ellos de interés sociológico, es su *Health, Husbandry and Handicraft* (1861) [Salud, ganadería y artesanía]. A modo de apunte, su obra *England and Her Soldiers* (1859) [Inglaterra y sus soldados], es un trabajo maestro como estudio de la salud laboral. Gayle Graham YATES (1985) ofrece una útil recopilación de los escritos de Harriet MARTINEAU sobre las mujeres. Nota de la T.: Puede entenderse que el equivalente de las *Grammar School* son, en el contexto de España y Latinoamérica, los centros de estudios secundarios (colegios, institutos, etc.).

<sup>13</sup> Sus biógrafas, biógrafos y comentaristas son numerosos. Maria WESTON CHAPMAN (1877), Robert K. WEBB (1960) y Valery KOSSEW PICHANICK (1980) son fuentes importantes. Se ha escrito poco sobre su trabajo sociológico, aparte de la aportación de Edith ABBOTT (1906), Helen A. BONSER (1929), Seymour Martin LIPSET (1968), Alice S. ROSSI (1973), James L. TERRY (1983). N. de la T.: También Michael R. HILL y Susan HOECKER-DRYSDALE (2002), que aparece en la bibliografía adicional.

biografía, la discapacidad, la educación, la historia, la ganadería, la legislación, la manufactura, el mesmerismo, la salud laboral, la filosofía, la economía política, la religión, las técnicas de investigación, la esclavitud, sociología y viajes. Estas obras [p. XXIII] aparecieron en forma de monografías, novelas, libros infantiles, tratados, artículos de revistas y poesía. Como periodista, escribió más de mil artículos. Sus viajes e investigaciones la llevaron a Estados Unidos, Irlanda y Oriente Medio, realizando largas caminatas durante meses de investigación. En cada viaje escribía informes detallados sobre sus observaciones. Los conocimientos sociológicos de Harriet MARTINEAU se encuentran en toda su enorme bibliografía. Detallar los contornos precisos de su obra y su pensamiento científico social es una gran tarea. Queda mucho trabajo en este sentido para ulteriores estudiantes de historia, o de teoría y desarrollo de la sociología. A continuación aparece un intento de esbozo de la estructura epistemológica de la sociología de Harriet MARTINEAU<sup>14</sup>.

### 1. Certeza teológica

Harriet MARTINEAU nació en Inglaterra en 1802. Su vida temprana y sus escritos reflejan una profunda lealtad a la cosmología unitarista y a la teología cristiana. Sus primeros ensayos y monografías, como por ejemplo *The Essential Faith of the Universal Church: Deduced from the Sacred Records* (1833) [La fe esencial de la Iglesia Universal: deducción de los registros sagrados], dan cuenta de sus firmes posiciones teológicas. Se mantuvo firme en *Providence as Manifested through Israel* (1833b, p. 201) [La Providencia se manifiesta a través de Israel], donde escribe que:

«Los designios del Supremo con respecto a la educación espiritual de la raza humana se han deducido ahora de un estudio de la historia de la raza, y de una comparación de la Providencia hacia vuestra nación en particular con la experimentada por la humanidad en general. Habiendo sido establecida la verdad de que una revelación fue dada, se averiguó a continuación el alcance de esa revelación; quedó [p. XXIV] demostrado

---

<sup>14</sup> Una introducción concisa y polémica a la epistemología y su relación con la axiología e ideología en la sociología actual se encuentra en Michael R. HILL (1984a).

que el cristianismo es la continuación y consumación del judaísmo».

Más allá de la metafísica teleológica de la cita anterior, considérese cuidadosamente las palabras clave del pasaje: «diseño», «deducir», «estudio», «comparación» de lo «particular» con lo «general», «verdad», «averiguar» y «demostrar». Esta es la retórica actual de la investigación racional y de la exposición lógica. Argumentaba sus posiciones religiosas con convicción y, sobre todo, con sistema. Su insistencia en la razón, la claridad y la lógica apareció pronto e influyó en la mayor parte de su obra, especialmente en sus análisis sociológicos de las instituciones sociales y la práctica política.

La obra de Harriet MARTINEAU se caracteriza por esperar que las personas que la leen sean convencidas por la razón, la explicación y el ejemplo lógico, más que por la emoción. Después de presentar sus conclusiones, en *Providence* (1833b, p. 202-203) [Providencia], da este consejo:

«Hemos hecho lo que hemos podido, al exponer ante ustedes los fundamentos de nuestras propias convicciones; y aquí nos detenemos, no porque no tengamos nada más que decir, sino porque solo se puede llegar a una participación en nuestros sentimientos mediante la adopción de nuestras convicciones. Si creyeráis como nosotros creemos, sentiríais como nosotros sentimos; y entonces sería el momento de declarar la multitud de beneficios, de bendiciones a cada hora, que sabemos que otorga a sus discípulos la recepción iluminada y pura del Evangelio. Mientras ustedes no crean como nosotros, tales declaraciones no pueden ser bienvenidas para ustedes, o útiles para la causa a la que se oponen. Permítanos, sin embargo, referirnos a un principio que usted reconoce: que es un insulto a la naturaleza racional [p. XXV] del ser humano y, por lo tanto, a Aquel que constituyó esa naturaleza, ser descuidadamente ignorante de cualquier verdad que Él no ha ocultado, o voluntariamente ciego a cualquier luz que Él ha designado para ser difundida universalmente».



Así, Harriet MARTINEAU asumió tempranamente la obligación dialéctica entre la persona que escribe y la que lee.

Las personas que escriben, en su opinión, deben presentar argumentos de manera convincente, cuidadosa y sistemática. Las que leen, por su parte, están obligadas a inspeccionar, analizar y criticar los esfuerzos de cada escritor o escritora desde una plataforma de razón y no de interés partidista o sectario. Si la lógica demuestra una verdad, nadie se atreve a oscurecer o rechazar voluntariamente la luz de la razón y la verdad revelada. Paradójicamente, dada la profundidad y el celo de su primer período religioso, el compromiso inquebrantable de Harriet MARTINEAU con la evidencia empírica y la investigación racional la llevó a abandonar el unitarismo en su vida posterior. Cuando no pudo escapar de las consecuencias inexorables de sus propias deducciones lógicas, abrazó sus convicciones religiosas y las abandonó<sup>15</sup>. Su cambio de paradigma de la de la teología cristiana a la ciencia social positivista no fue tanto un choque entre dos sistemas mutuamente excluyentes como el resultado de su aún más fundamental e inalterable afirmación de la razón humana.

## 2. Ficciones racionales

De joven, Harriet MARTINEAU se interesó intensamente por la ciencia de la economía política y se propuso, sin éxito al principio, publicar una serie de obras que explicaran los principios de dicha ciencia a la ciudadanía de su país. El resultado fue su enorme obra de veinticinco partes [p. XXVI] *Illustrations of Political Economy* [Ilustraciones de economía política]. *Illustrations* gozó de una inmensa popularidad y se publicó regularmente y sin descanso a partir de 1832, en entregas mensuales y en formato «cuentos» de ficción, durante un período de dos años. Cada parte era una novela corta, una obra literaria completa. En total, escribió 3.479

---

<sup>15</sup> Tal vez el estudiantado de hoy deba reconocer que las raíces sociológicas de Harriet MARTINEAU no estaban en absoluto vinculadas únicamente a la religión. Las conexiones entre la teología y la fundación de la sociología son significativas. En concreto, Albion SMALL, Charles HENDERSON y Charles ZEUBLIN, los fundadores de la *Escuela de Sociología de Chicago* en EE. UU., eran todos pastores unitaristas. Anna GARLIN SPENCER, una socióloga estadounidense contemporánea de los tres sociólogos nombrados, era ella misma una pastora unitarista (Mary Jo DEEGAN, 1988). Muchos eruditos y eruditas tienen pocas dificultades para conciliar sus convicciones religiosas con sus creencias científicas. En cualquier caso, las complejidades de la exposición y la argumentación teológica temprana sin duda agudizaron la perspicacia intelectual y las habilidades conceptuales de Harriet MARTINEAU.

páginas; cada volumen tenía una media de 139 páginas. Cada cuento, excepto el último, ilustraba un subconjunto de principios teóricos de la economía política. La última entrega, *The Moral of Many Fables* [La moraleja de muchas fábulas], es una obra no ficticia de 144 páginas, y aporta una explicación sistemática de los conceptos centrales de la ciencia de la economía política. Su monografía demuestra el temprano dominio de la autora de una teoría integrada de la organización social.

En *Illustrations*, perfeccionó una técnica de las ciencias sociales que volvió a emplear muchas veces posteriormente: el uso de la ficción para ilustrar principios teóricos<sup>16</sup>. Casi cien años después, Helen A. BONSER (1929, p. 244) sostuvo que la técnica de Harriet MARTINEAU era también un ejemplo temprano de método del caso:

«Su método no se diferencia del estudio de casos moderno, salvo que es ficticio. Para ilustrar cada principio escribía un cuento en el que se ponía de manifiesto el funcionamiento real del principio en la vida real, y luego, al final, para que la persona lectora no se perdiera nada, resumía brevemente la economía política que se había ilustrado anteriormente».

Harriet MARTINEAU también utilizó la ficción para explicar condiciones fácticas y principios teóricos. En el prefacio de *Forest and Game-Law Tales* (1845a, I, p. IV-V) [Cuentos del bosque y de las ordenanzas sobre caza], escribió:

[p. XXVII] «Estoy profundamente en deuda con muchas personas, tanto amistades como gentes extrañas, que me han proporcionado los materiales necesarios para mi

---

<sup>16</sup> Las extensiones de esta técnica a la sociología más moderna sobreviven en obras de novelistas como Mari SANDOZ, la novelista sociológica de Nebraska que fusionó la narrativa de ficción con los acontecimientos históricos, para producir experimentos de pensamiento teóricamente fundamentados (Michael R. HILL, 1987). Willard WALLER y George HOWARD, dos sociólogos de talla nacional que enseñaron en la Universidad de Nebraska, también aprobaron el uso de la ficción para explorar las ideas sociológicas. Los puntos de vista de Willard WALLER son fáciles de localizar (Willard WALLER, 1932, p. 2), pero hay que indagar un poco para encontrar los de George HOWARD. Sus comentarios se encuentran en un artículo titulado *The Novel as a Fine Art and Moral Science* [La novela como Arte fino y Ciencia Moral] que recortó y guardó sin registrar (Howard Papers, scrapbooks, University of Nebraska Archives, Love Library, University of Nebraska-Lincoln). George HOWARD se convirtió en una institución en la Universidad de Nebraska, mientras que la estancia de Willard WALLER en la ciudad de Lincoln (Nebraska) fue breve.

objetivo, desde los más antiguos conocimientos que se pueden obtener hasta los testimonios de la última sesión de la Comisión Parlamentaria. Esta ayuda me ha permitido proseguir y presentar mi trabajo, con el valor justificado por el hecho de que mis historias son todas esencialmente verdaderas, aunque tengan forma de ficción. La invención que hay es simplemente para que la exposición de los hechos sea más realista y fiel. Confío en que no se encuentre en el conjunto ninguna representación importante de ningún efecto del sistema que no pueda ser corroborado por la historia del pasado o del presente».

Los tipos de materiales utilizados por Harriet MARTINEAU para establecer hechos incluyeron datos gubernamentales y entrevistas con funcionarios bien informados. En el prefacio de *Poor Laws and Paupers* (1833c) [Leyes de pobreza y mendicidad], señaló:

«Como cualquier utilidad que pueda contemplarse del siguiente relato se ve mermada por la suposición de que los males y vicios que muestra son fruto de una imaginación descontrolada, me permito declarar que todo lo más triste de mi historia es estrictamente cierto. Tengo una autoridad incuestionable en los informes de los Comisionados de la Ley de Pobres, y dispongo del testimonio de otras personas que se ocupan de la administración de los asuntos de la parroquia, para cada abuso parroquial y para cada abuso de derecho sobre las personas pobres que se han expuesto aquí; y no me he tomado [p. XXVIII] el trabajo de seleccionar los peores casos que han llegado a mi conocimiento».

Independientemente del mérito específicamente literario que otras personas puedan ver (o no ver) en ellas, *Illustrations* y muchas otras obras de ficción de Harriet MARTINEAU son fundamentalmente obras de ciencia social teórica y empírica. Además, ella escribía ficción por amor a la ficción. Esta modalidad caracteriza su primera

novela, *Deerbrook* (1839)<sup>17</sup> [El ciervo del riachuelo] —un conjunto de cuatro cuentos infantiles titulado colectivamente *The Playfellow* (1844) [El compañero/la compañera de juego] — y varias otras de sus obras. Sin embargo, fue *Illustrations*, su primera obra científica social importante, la que la catapultó a la fama internacional como escritora y autoridad en economía política.

### 3. Desde la metafísica al empirismo

Harriet MARTINEAU estaba muy cansada por la tarea y el ritmo de escribir las numerosas partes de *Illustrations*. Buscaba un respiro, y la solución que se propuso fue «viajar por placer y descanso»<sup>18</sup>. Planeó un viaje despreocupado al Nuevo Mundo. Sin embargo le convencieron de que combinara los negocios con el placer, sugerencia realizada por Lord HENLEY. Así, en *An Autobiographical Memoir* (1877a, p. 566) [Memorias autobiográficas], ella escribe:

«Volvió su rostro en dirección a los Estados Unidos, para examinar algunos puntos de la política social y de la moral, honorables para el pueblo estadounidense y dignos de nuestra emulación, pero que generalmente son pasados por alto por las personas viajeras europeas que van a divertirse y regresan de la prueba».

[p. XXIX] Su relato sistemático de estos viajes dio lugar al apreciado análisis sociológico en tres volúmenes, *Society in America* [La sociedad en América] publicado en 1837. El sociólogo estadounidense Seymour Martin LIPSET preparó un resumen en un solo volumen y lo presentó a lectoras y lectores actuales<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup> N. de la T.: *Deerbrook* es un pueblecito imaginario de la campiña inglesa. La autora lo convierte en el escenario desde el que retrata la clase media victoriana.

<sup>18</sup> Cita textual procedente de Harriet MARTINEAU (1877a, p. 566). Los pasajes citados de las *Autobiographical Memoir* [Memorias autobiográficas] de Harriet MARTINEAU fueron escritos en tercera persona, porque ella tenía la intención de que la obra se publicara de forma anónima después de su muerte. Las memorias están convenientemente reproducidas en Gayle Graham YATES (1985, p. 35-49).

<sup>19</sup> La edición de Seymour Martin LIPSET de *Society in America*, publicada por primera vez en 1962, está ahora disponible en la *Social Science Classics Series* publicada por *Transaction Books*. N. de la T.: En 2016 *Transaction Books* fue comprada por la editorial *Taylor & Francis*. El libro continúa disponible actualmente (ISBN: 978-0878558537).

Harriet MARTINEAU, de 32 años, partió de Liverpool con destino a Nueva York el 9 de agosto de 1834, en el *United States*, un velero de madera conocido como *packet-ship* [barco de paquetería]<sup>20</sup>. El primer viaje a vapor a Estados Unidos no se produciría hasta 1838. Esta travesía atlántica de Harriet MARTINEAU, que a veces se vio afectada por vientos huracanados, duró 42 días. Ella agradeció este largo mes de navegación<sup>21</sup>. Como nunca estaba ociosa y era capaz de emprender muchos proyectos incluso cuando deseaba descansar, pasó gran parte de su tiempo en el mar trabajando en la esencia de lo que se convertiría en el primer tratado metodológico de sociología, *How to Observe Morals and Manners* [Cómo observar la moral y las costumbres].

En su *Autobiography* (1877b, I, p. 332-333) [Autobiografía] escribió:

«Pocas cosas he disfrutado más en la vida que la certeza de estar fuera del camino del correo, de las noticias, y de la sucesión de personas extrañas que pasan durante todo un mes. Y esto parece demostrar lo sobreexcitada que debo haber estado al final de mi largo trabajo. Mi felicidad habría sido completa, si hubiera podido esperar ilusionada un mes de absoluta ociosidad: pero mi debilidad constitucional, mi dificultad para decir «no», se interpuso en mi camino y estropeó en buena medida mis vacaciones. Un amigo, al que estaba obligado a complacer, me pidió que escribiera para él un largo capítulo para un libro que contemplaba, que se llamaría «Cómo observar». El tema que me dio fue la moral y las costumbres. Antes de mi regreso, su [p. XXX] volumen propuesto fue abandonado, ya que el Sr. KNIGHT estaba organizando una serie de volúmenes con ese título. El

---

<sup>20</sup> Los viajes en barco de paquetería no estaban exentos de riesgos. «*El destino de tres barcos oceánicos, la Crisis, los Estados Unidos y el Inglaterra, se encuentran entre los trágicos misterios del mar*» (Robert G. ALBION, 1938, p. 212). El *Estados Unidos* fue botado en 1833 (el año anterior a la travesía de Harriet MARTINEAU en este barco) y «desapareció» en la travesía de Liverpool a Nueva York en diciembre de 1844 (Robert G. ALBION, 1938, p. 278-79). Una fotografía de un modelo a escala reconstruido del *Estados Unidos* se encuentra en Robert G. ALBION (1938, p. 238).

<sup>21</sup> Harriet MARTINEAU posó para su retrato en 1833, un año antes de que navegara a Estados Unidos. En ese momento, ella parecía joven, alerta, atractiva. Su mano está ahuecada en su oído, una pose que parece coqueta hasta que recordamos su pérdida de audición. El retrato es el frontispicio de la tercera edición de su *Autobiography* (1877b). Casi completando ya su estudio de campo de dos años en Estados Unidos, volvió a posar antes de regresar a Inglaterra. El retrato terminado (Marghanita LASKI, 1976, p. 62) muestra una imagen más resuelta de Harriet MARTINEAU, una observadora social viajada y experimentada.

capítulo que escribí a bordo del barco sirvió de base para mi propio volumen en esa serie; así, el trabajo que hice de forma reticente no fue desechado; fue verdaderamente reticente. La tarea me pesaba más que la escritura de un volumen tamaño cuartilla que habría hecho en otro momento; y las circunstancias de tiempo y lugar eran realmente muy desfavorables para un trabajo de este tipo. Mi largo confinamiento dentro de los estrictos límites de la puntualidad había producido malos efectos, estrechando mi mente y haciendo que mi conciencia se volviera delicada al trabajo. Así que, cuando ese capítulo estuvo terminado, por fin, no escribí más hasta que me instalé de nuevo en casa, en el otoño de 1836, con dos pequeñas excepciones».

Así, durante un necesario respiro de su intenso esfuerzo en *Illustrations* —y anticipándose a unos dos años de viaje, estudio y observación en Estados Unidos—, Harriet MARTINEAU se encargó de escribir un informe sistemático de las técnicas de observación. El «amigo» al que «*estaba obligada a complacer*» escribiendo un capítulo sobre «Cómo observar la moral y los de las costumbres» no se identifica directamente en la obra que publicó. Sin embargo, es probable que se trate de Charles Henry Bellenden KER (1785–1871), un reformador jurídico inglés. Las siguientes pruebas argumentan en su favor. En primer lugar, Charles Henry Bellenden KER era amigo de Charles KNIGHT, y este último fue quien publicó la serie «How to Observe» en la que el libro de Harriet MARTINEAU era el segundo (y fue el último) volumen. Uno y otro participaron activamente en la *Society for the Diffusion of Useful Knowledge* [Sociedad para la Difusión del Conocimiento Útil]<sup>22</sup>. Charles KNIGHT (1864, II, p. 121) escribió que Charles Henry Bellenden KER:

[p. XXXI] «...era el más prolífico en proyectos de todas las personas que integrábamos el comité. Aparte de la Sociedad, siempre tenía algún plan nuevo que sugerirme como empresa editorial. Sus planes no siempre eran

---

<sup>22</sup> N. de la T.: Esta sociedad, de impulso privado, fue creada en Londres en 1826. Su objetivo fue la de la difusión de conocimiento científico de forma rigurosa, a través de publicaciones de coste asequible adaptadas a un público lector interesado pero no especializado. Cerró en 1846, aunque algunas de sus obras continuaron publicándose varios años después. Más información en Rosemary ASHTON (2008).

factibles, pero siempre indicaban la fertilidad de su mente y el refinamiento de su gusto».

Cuando el plan original de un libro de ensayos fracasó, fue sustituido por un nuevo plan de publicar una serie de libros separados sobre investigación científica. El primer volumen fue *How to Observe Geology* [Cómo observar Geología], escrito por Henry Thomas DE LA BECHE (1836) y publicado por Charles KNIGHT. Contiene un prefacio en el que se relata el origen de la idea de la serie «Cómo observar»<sup>23</sup>. El autor del prefacio firmó con las iniciales «H.B.K.». Solo puede tratarse de Henry Bellenden KER, el colega de Charles KNIGHT. Finalmente, otro elemento que apunta en la misma dirección es que Charles Henry Bellenden KER y su esposa fueron amigos íntimos de Harriet MARTINEAU durante los años 1832-1834. Ella los visitaba a menudo y escribía sobre la sociedad londinense en su *Autobiography*:

«Había casas de campo a las que iba cada una o dos semanas, para reunirme en medio de agradables cenas y también para dormir, para disfrutar del aire del campo y la tranquilidad. Así eran los KER, cuya casa de campo suiza en Chesnut era una especie de hogar para mí».

Harriet MARTINEAU frecuentaba la casa de campo de los KER durante los dos años antes de su viaje al extranjero. Henry Bellenden KER fue el fértil proponente de esquemas editoriales, autor del [p. XXXII] prefacio del volumen de Henry Thomas DE LA BECHE, y un amigo con el que Harriet MARTINEAU —habiendo aceptado su hospitalidad en numerosas ocasiones— se sentiría en deuda. Así, con toda probabilidad, fue Charles Henry Bellenden KER quien, primero, obligó a su frecuente huésped a redactar *How to Observe Morals and Manners* y, cuando su plan de publicación original se volvió inviable, alentó la publicación de una serie de libros separados, presionando a Harriet MARTINEAU para que ampliara su capítulo inicial y lo transformara en un volumen completo<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup> N. de la T.: Este prefacio se reproduce íntegramente en el apéndice II de Michael HILL (1989), la obra cuya referencia completa aparece en la nota a pie de página nº 1.

<sup>24</sup> En los años siguientes, la Sra. KER fue una confidente durante el periodo de escritura de la primera novela de Harriet MARTINEAU, *Deerbook* (1839). Henry Bellenden KER también fue escritor y sus obras

La redacción del primer borrador de HOMM estuvo sujeta a las molestias de un viaje en barco. Harriet MARTINEAU describió las condiciones en las que escribió «*un largo artículo*» en su obra *Retrospect of Western Travel* (1838, I, p. 18–19) [Retrospectiva de un viaje por el Oeste], una referencia que sin duda indica el borrador inicial de HOMM. Allí escribió:

«Tenía una tarea que hacer, que es algo que debe evitarse a bordo de un barco. Tenía que escribir un largo artículo, y no quería hacer otra cosa, en las buenas mañanas, hasta que estuviera terminado. Es desagradable escribir en el camarote, con gente revoloteando alrededor en el mes de agosto. La cubierta es el único lugar. El primer cuidado de mi amigo el clérigo de Nueva Inglaterra, después del desayuno, fue encontrarme un rincón donde el viento no hiciera volar mi papel, donde el sol no me deslumbrara y donde pudiera estar tranquila; y entonces él tomó asiento detrás del puente de mando, con una hilera de criaturas del camarote situado delante del suyo, y allí ofrecía sus lecciones...

Durante algún tiempo me vi frustrada en mi propósito de escribir, por la observación de personas que no solo parecían ignorar por completo el proceso de redacción, sino que estaban muy ansiosas por aprenderlo [p. XXXIII]. No solo las criaturas de tercera clase espiaban desde detrás de los cofres y barriles, y se asomaban por encima de mi hombro, sino que el que preguntaba por la ballena solía colocarse directamente frente a mí, con los brazos en jarras y los ojos fijos en la punta de mi pluma. Al final, alguien le dijo una indirecta y me dejó en paz. A las dos en punto, cuando la cubierta empezó a llenarse de nuevo después del almuerzo, mi cabeza y mis ojos se hartaron de escribir, y me subí alegremente a la baranda».

---

incluyen: *A Vindication of the Enquiry into Charitable Abuses* (1819) [Una vindicación de la investigación sobre los abusos en el sistema de caridad], *Sir Christopher Wren* (1833) [Sir Christopher Wren] y *On the Reform of the Law of Real Property* (1853) [Sobre la reforma de la Ley de la propiedad inmobiliaria].



La dedicación de Harriet MARTINEAU dio sus frutos poco después del 1 de septiembre de 1834. Ella escribió:

«Por mi parte, estaba terminando mi escritura y encontrando mi primer espacio de ocio para los libros; y me encontré olvidando Nueva York y perdiendo de vista todo lo que esperaba ver más allá, disfrutando de los placeres del mar. Apenas llevábamos la mitad del camino» (ibíd., p. 27).

Con su borrador completo, Harriet MARTINEAU pasó a la relajación total y al disfrute profundo de la belleza natural del mar, con los múltiples estados de ánimo de este. Llegó a Nueva York considerablemente restaurada y preparada con un arsenal de principios y técnicas en los que basar su investigación sociológica de los Estados Unidos. Sus viajes durante los siguientes dos años le brindaron amplias oportunidades para aplicar sus ideas sobre la observación, y sirvieron para probar, en el terreno, la solidez de sus recomendaciones metodológicas.

El «capítulo» de Harriet MARTINEAU sobre técnicas de observación fue escrito en 1834, originalmente como una contribución a un libro de múltiples autores sobre «observación» en una variedad de campos científicos. Este proyecto de libro colapsó. Sin embargo, ella acabó [p. XXXIV] volviendo a su manuscrito tras su regreso a Inglaterra y allí publicó dos informes basados en sus observaciones: *Society in America* (1837) y *Retrospect of Western Travel* (1838). De un capítulo potencialmente menor en un compendio decimonónico, HOMM se convirtió ahora en un libro completo por derecho propio, como parte de una serie planificada de volúmenes sobre observación. Ella escribió en *An Autobiographical Memoir* (1877a, p. 568):

«En el intervalo entre su regreso de Estados Unidos y su partida de Londres, algo menos de tres años, escribió “Cómo observar la moral y las costumbres”, un volumen de una serie publicada por el Sr. KNIGHT, del cual “Cómo

observar la Geología" de Sir Henry DE LA BECHE fue el volumen de apertura»<sup>25</sup>.

HOMM fue publicada en 1838 por *Charles Knight and Company* en Londres. Ese mismo año hubo una edición en Filadelfia, publicada por *Lea & Blanchard*. Esta edición que tenemos entre manos es una edición facsímil de la segunda.

No cabe duda de que los dos años y los miles de kilómetros invertidos en la difícil, a veces peligrosa y siempre cuidadosa observación empírica en Estados Unidos, afectaron a Harriet MARTINEAU de manera profunda. Poco después de publicar *Society in America*, publicó una segunda obra, *Retrospect of Western Travel*, que, en su opinión, corregía varios defectos de su primer análisis de las instituciones sociales del Nuevo Mundo. En este último volumen se puede documentar un cambio definitivo hacia el empirismo y un creciente recelo hacia los sistemas abstractos y metafísicos.

Escribió en su *Autobiography* que *Society in America* pretendía llamarse: *Teoría y práctica de la sociedad en América*. Su título original, [p. XXXV] desechado por sus editores, revela mejor su metodología. Harriet MARTINEAU argumentó, en *Society in America*, que no debía juzgar a la población estadounidense según los estándares ingleses (una temprana sensibilidad al etnocentrismo). En vez de ello, comparaba el comportamiento estadounidense con los principios sociales que la propia ciudadanía del país defendía, principios como la democracia, la libertad y la igualdad. Por ello, dedicó un esfuerzo considerable a detallar estos principios (es decir, la teoría), en lugar de dedicar más espacio a sus observaciones directas del comportamiento real (es decir, la práctica). Más tarde consideró que esto era un gran defecto.

---

<sup>25</sup> HOMM no obtuvo un gran éxito de público cuando se publicó. A diferencia de *Illustrations*, que podían leerse solo por su valor de entretenimiento, su manual de «Cómo hacen» pedía a las personas lectoras que se convirtieran en observadoras morales activas y rigurosas. Esta perspectiva de trabajo duro puede haber amortiguado su recepción. La única reseña contemporánea apareció, sin firma, en la revista *Quarterly Review*, vol. 63, p. 61-72, año 1839. Era vehementemente desfavorable. Esta diatriba estaba dirigida colectivamente a Harriet MARTINEAU, Charles BABBAGE, Henry DE LA BECHE, Charles KNIGHT y la *Society for the Diffusion of Useful Knowledge*. La *Quarterly Review* ya había criticado las exitosas *Illustrations* de Harriet MARTINEAU y, por tanto, no puede considerarse representativa de la reacción pública y de la crítica hacia HOMM. N. de la T.: La reseña en la revista *Quarterly Review* no parece que se hubiera hecho de modo atento. Basta comprobar que la obra de Harriet MARTINEAU es citada con un importante error de transcripción en el título: *How to Observe Men and Manners* [Cómo observar hombres y costumbres]. Véase el índice del ejemplar de la revista en el siguiente enlace de la biblioteca digital Internet Archive: <[https://archive.org/details/sim\\_quarterly-review-1809\\_1839\\_63\\_index/page/578/mode/2up?view=theater&q=Martineau](https://archive.org/details/sim_quarterly-review-1809_1839_63_index/page/578/mode/2up?view=theater&q=Martineau)>.

## Empirismo y razón en la sociología de Harriet Martineau

Aunque cada vez estaba más insatisfecha con la sociedad estadounidense, las razones de su creciente malestar no le resultaron evidentes de inmediato. Posteriormente, sin embargo, expuso los problemas en su *Autobiography* (1877b, I, p. 405):

«El fallo fundamental del libro no se me hizo evidente hasta pasado un tiempo; su marco metafísico, y el tratamiento abstracto de lo que necesariamente debe ser un tema concreto».

Se alegró de que sus amistades intelectuales elogiaran su segundo esfuerzo, su tratamiento más concreto de los datos empíricos —y también menos abstracto— en *Retrospect of Western Travel*. Harriet MARTINEAU observó que las críticas cuidadosas (*ibíd.*, I, p. 407):

«...sabiamente desean que veamos lo que podamos, y contemos lo que vemos, sin inventarnos sistemas y causas finales, y toda clase de nociones que, como derivadas de nuestro propio ser, no son parte de nuestro asunto ni son material apropiado para dar cuenta de una nación existente».

[p. XXXVI] Consciente de que la metafísica podía enturbiar los descubrimientos fácticos, terminó de escribir *Retrospect* en diciembre de 1837 y se dedicó a varios proyectos, entre ellos la versión en forma de libro de HOMM. Escribió (*ibíd.*, I, p. 416):

«En abril y mayo [1838] despejé mi mente y mis manos de un antiguo compromiso. El capítulo que mencioné haber escrito en el mar, sobre HOMM, debía, por deseo del proponente y del Sr. KNIGHT, ser ampliado en un volumen; y esta pieza de trabajo duro, que requería una buena cantidad de lectura y pensamiento, la realicé esa primavera».

El contexto intelectual de HOMM se puede describir ahora con más detalle. En primer lugar, fue escrito solo después de que Harriet MARTINEAU hubiera explicado una teoría sistemática y cuidadosamente articulada de economía política. Sus principios de observación se expusieron en un borrador de «*un largo artículo*» antes de su primera gran investigación de observación, un viaje de estudio de dos años por todo Estados Unidos, realizado en gran parte en diligencia y en barco. Tras esta investigación y su análisis, publicado como *Society in America*, Harriet MARTINEAU quedó insatisfecha con la abstracción y los defectos metafísicos del informe. Así, escribió un segundo relato, apropiadamente llamado «retrospectiva», refiriéndose, quizás, no tanto a su viaje a Estados Unidos como a su defectuoso análisis. Habiendo despejado en su mente las distracciones de la metafísica, se volcó significativamente en su siguiente proyecto, la finalización y publicación de HOMM como [p. XXXVII] volumen independiente en una serie de monografías sobre observación.

La interacción activa entre la teoría, la observación y la explicación puso de relieve el desarrollo sociológico de Harriet MARTINEAU. Este crecimiento iterativo se ve claramente en su propia evaluación de sus principales análisis empíricos. Con el tiempo, vio su primer esfuerzo empírico, *Society in America*, cada vez con menos satisfacción, mientras que se sentía cada vez más satisfecha con lo que había hecho en su segundo libro sobre sus investigaciones americanas, *Retrospect of Western Travel*. Parece razonable suponer que el replanteamiento de *Retrospect* también tuvo un efecto directo y clarificador sobre sus ideas empiristas en HOMM.

Así, HOMM se convirtió en lo que Seymour Martin LIPSET (1968, p. 7) sugiere que es, probablemente, el primer texto metodológico sobre la observación sociológica y las investigaciones empíricas:

«Este volumen es, quizás, el primer libro sobre la metodología de la investigación social en las entonces aún no nacidas disciplinas de la sociología y la antropología. Harriet Martineau se dio cuenta de que el estudio de los sistemas sociales era una disciplina científica independiente, y la denominó "Ciencia de la moral y las costumbres"».

Este libro fue probablemente el que tuvo el período de gestación más largo de todas las obras sociológicas de Harriet MARTINEAU. El primer borrador de HOMM es análogo a una «propuesta de investigación» en el lenguaje moderno. La expansión y el perfeccionamiento final del HOMM se beneficiaron de la aplicación directa de las técnicas de campo durante un período de dos años.

El trabajo de campo probablemente explica gran parte de la agudeza y perspicacia de HOMM, pero esta no es la [p. XXXVIII] historia completa. Como sabemos por sus informes autobiográficos, Harriet MARTINEAU escribió la versión ampliada de HOMM en un momento en que se enfrentó activamente a la intersección filosófica y metodológica de la metafísica y el empirismo. Escribió en su *Autobiography* que HOMM era un «trabajo duro, que requería una buena cantidad de lectura y pensamiento». (Quienes quieran rastrear las fuentes de su lectura encontrarán que las notas a pie de página en HOMM son frustrantemente fragmentarias. Por ello, en el Apéndice I se ofrecen citas más completas con anotaciones)<sup>26</sup>. Lo que comenzó a bordo de un barco hacia América como un capítulo corto de una investigadora inexperta, terminó como una exposición rigurosa y completa de técnicas sociológicas empíricas por parte de una investigadora experimentada y reflexiva.

#### 4. Desde el empirismo al ateísmo

Un punto de inflexión importante en la epistemología de Harriet MARTINEAU fue el resultado directo de la investigación empírica. Aventurándose una vez más en tierras extranjeras, emprendió un viaje de ocho meses (vía Francia, que visitó por primera vez) a Oriente Medio en 1846. Allí experimentó una disyuntiva radical entre sus preconceptos teóricos y sus observaciones empíricas. La fuerza de la realidad empírica fue tan desgarradora que Harriet MARTINEAU descubrió, reflexiva y antropológicamente, la religión como una construcción humana más que divina. La otrora devota unitaria se convirtió en una atea que desterró de su visión del mundo toda alusión a las causas divinas, al tiempo que elevaba a nuevas cotas el valor de la observación empírica científica y objetiva.

El relato de Harriet MARTINEAU sobre su transformación epistemológica es significativo y se cita aquí en detalle.

---

<sup>26</sup> N. de la T.: El autor se refiere a Michael HILL (1989), su obra citada en la nota a pie de página nº 1.

[p. XXXIX] Al igual que durante el periodo en el que escribió por primera vez las ideas que forman el núcleo de HOMM, estaba de nuevo viajando, sus contemplaciones no se veían interrumpidas por los editores y las presiones de la sociedad cosmopolita. Así lo señala en su *Autobiography* (1877b, I, p. 537):

«Durante las diez semanas que estuvimos en el Nilo, pude sentarme en la cubierta y pensar durante horas todas las mañanas; y mientras estábamos en el desierto, o atravesando el variado paisaje de Palestina, o serpenteando en los pasos del Líbano, cabalgaba sola, en la vanguardia o en la retaguardia de la caravana, o de nuestro propio grupo, sin que se dijera una palabra, cuando se comprendió de una vez que me resultaba molesto y difícil escuchar desde la cresta de mi camello, o incluso desde mi caballo. No puedo intentar dar una idea de lo que aprendí durante esas tranquilas temporadas. Todos los indicios históricos que había adquirido desde mis días de escuela se alzaban ahora en medio de una luz totalmente nueva. Es imposible, incluso para las mentes eruditas que se quedan en casa, concebir lo que se gana al ver directamente las escenas de la historia, después de una considerable preparación de pensamiento filosófico. Paso a paso, a medida que avanzábamos, surgieron pruebas del verdadero carácter de las creencias que gobernaban el mundo; y mis observaciones dieron lugar a una visión de su genealogía y sus resultados que, ciertamente, no llevé conmigo ni inventé por el camino».

Gracias a la desarrollada capacidad de observación y al intelecto reflexivo de Harriet MARTINEAU, sus ideas preconcebidas sobre Oriente Medio le fueron arrebatadas por la evidencia de [p. XL] sus propios ojos. El mundo fenoménico se estrelló contra certezas metafísicas hasta entonces incuestionables<sup>27</sup>. Para ella, sus observaciones dieron lugar a una interpretación radical de la

---

<sup>27</sup> Es interesante señalar que, años más tarde, los viajes a Oriente Medio también afectarían profundamente a la comprensión de la socióloga estadounidense Jane ADDAMS, con relación a la dimensión histórica del trabajo de las mujeres (Jane ADDAMS, 1916, p. 141-68) y que, más recientemente, la formulación madura de la sociología experiencial de Shulamit RENHARZ (1984) está profundamente arraigada en un entorno de investigación de Oriente Medio.

religión en la sociedad. Ese momento en el desierto marcó su entrada en una nueva cosmología, según recoge en su *Autobiography* (1877b, I, p. 537–538):

«No fue hasta que dejamos el Nilo y nos alejamos del desierto, que se me ocurrió el plan de mi libro... Sucedió en la parte más lúgubre del desierto, entre Petra y Hebrón, no muy lejos de la frontera de Judea. Aquel día estaba enferma, sufría del dolor facial que me aquejaba en el tiempo más seco y me encontraba en medio de la parte más calurosa del desierto; y uno de nuestro grupo cabalgaba a mi lado, para entretenerme con la conversación. Le dije que acababa de inspirarme la idea principal de mi libro sobre Oriente. “Es decir”, dijo, “usted cree que es el mejor esquema hasta que prefiera otro”. “No”, respondí; “solo puede haber uno perfecto; y este responde completamente a mi punto de vista. Mi libro ilustrará la genealogía, según me parece, de las antiguas creencias: la egipcia, la hebrea, la cristiana y la mahometana”. Después de haber estudiado durante toda mi vida el judaísmo y el cristianismo, nuestros viajes a Palestina me aportaron un rico material para la reflexión; y la parte siria del viaje fue más provechosa debido a lo que había pasado antes. El resultado del conjunto, cuando lo reconsideré en la tranquilidad de mi estudio, fue que obtuve claridad en cuanto a la naturaleza histórica y el valor moral de toda la teología, y alcancé la visión de esta que expuse después en algunas de mis obras posteriores. Era evidente para [p. XLI] mí —de una manera que nunca podría haber sido si no hubiera deambulado entre los antiguos monumentos y escenas de los diversos credos— que un pasaje por estos últimos era tan natural en mi caso como una progresión, como lo es el fetichismo para las naciones incipientes y los individuos, sin que la noción sea más verdadera en un caso que en el otro. Cada criatura, y cada tribu infantil de personas, transfiere su propia conciencia —por una suposición tan necesaria como para ser un instinto— a todos los objetos externos, para concluir que todos estos objetos están vivos como ella; y pasa a través de esta etapa de creencia a una visión más razonable; y, del

mismo modo, las naciones y los individuos más avanzados suponen primero todo un panteón de dioses —y luego una trinidad— y después una sola deidad, siendo todos los seres divinos hombres exagerados, que consideran el universo desde el punto de vista humano y bajo las influencias de las nociones y afectos humanos. A medida que se supera esta etapa, las concepciones de la deidad y del gobierno divino se vuelven abstractas e indefinidas, hasta que se alcanza la línea indistinguible que se supone, y no se ve, que separa a la persona filósofa cristiana de más alto nivel de aquella otra filósofa atea».

Harriet MARTINEAU descartó así la teología tradicional, pero no hizo hincapié en este tema en su nuevo libro. *Eastern Life, Present and Past*, [La vida en el Este, presente y pasado] publicado en 1848, se basó en su viaje de ocho meses a Oriente Medio. En *An Autobiographical Memoir* (1877a, p. 571) reflexionó, de nuevo en tercera persona:

[p. XLII] «Había pasado del Nilo al Sinaí, y de ahí a Jerusalén, Damasco y el Líbano. La obra en la que expuso sus puntos de vista a su regreso es, en general, el mejor de sus escritos, y su reputación adquirió de nuevo un carácter más serio y más amplio».

Ella luchó mucho por su decisión final de no incluir los detalles de su transformación epistemológica personal en *Eastern Life, Present and Past*. Intercambió una serie de cartas con Henry ATKINSON (un mesmerista amigo íntimo que la atendió durante una grave enfermedad de ella)<sup>28</sup> en las que hablaba de sus nuevos puntos de vista y le pedía su opinión sobre cómo abordarlos en su libro. Con su decisión de excluir el debate filosófico de *Eastern Life, Present and Past*, estas cartas se convirtieron en la base de un libro posterior escrito conjuntamente, en 1851, por Henry ATKINSON y ella misma, que llevaría por título *Letters on the Laws of Man's Nature* [Cartas sobre las leyes de la naturaleza del hombre]. En él declaró

---

<sup>28</sup> N. de la T.: Para ampliar el tema de la enfermedad que aquejó durante varios años a Harriet MARTINEAU, véase Anka RYALL (2000).



abiertamente su ateísmo y su creencia en la ciencia objetiva<sup>29</sup>. Esta publicación creó una tormenta intelectual y social en la vida de Harriet MARTINEAU, aunque este resultado no era inesperado. En su *Autobiography* señaló que, sin embargo, una vez que el polvo del oprobio social se reasentó en nuevos esquemas, había conocido a tantas amistades nuevas y afines que las dificultades ocasionadas por la publicación del libro compensaron con creces su ostracismo inicial. También se alegró de los sustanciales ingresos generados por las ventas del polémico libro, y pagó la hipoteca de su casa.

Con la retrospectiva de los avances en filosofía de la ciencia, hoy se podría criticar a Harriet MARTINEAU por haber reconocido simplemente un sistema metacientífico defectuoso, solo para sustituirlo involuntariamente por otro. Esta es la crítica apropiada [p. XLIII] para el empirismo lógico posterior hasta el día de hoy, un empirismo que trabaja bajo la idea errónea de que han desterrado con éxito los presupuestos metafísicos de su trabajo. Sin embargo, en este caso esta crítica es demasiado fácil. El gran logro de Harriet MARTINEAU fue reconocer, a diferencia de empiristas sistemáticos de hoy en día, que la tradición en la que ella había alcanzado la mayoría de edad estaba viciada por metafísica. Su ruptura pública con el teísmo fue un acto de valor personal y científico.

## 5. Filosofía positiva

En este punto de su carrera intelectual, Harriet MARTINEAU descubrió la obra del positivista francés Auguste COMTE. Así lo cuenta en su *Autobiography* (1877b, II, p. 57):

«Después de oír el nombre de Comte durante muchos años, y de tener una vaga noción de la relación de su filosofía con las necesidades intelectuales y sociales de la época, obtuve algo así como una clara visión preparatoria, de segunda mano, de un amigo, en cuya casa de Yorkshire me encontraba... en 1850. Lo que aprendí allí me impulsó a estudiar el gran libro por mí misma... *Mientras tanto, había mirado el capítulo de Lewes sobre Comte en el volumen semanal del Sr. Knight, y el epítome de Littré; y así pude, en cierto modo, ver el final desde el principio de la obra completa y extendida.*

---

<sup>29</sup> Véase también su obra *Letters on Mesmerism* (1845b) [Cartas sobre mesmerismo].

Esta debe ser mi excusa por la temprana fecha en que concebí el plan de traducir "La Philosophie Positive"»<sup>30</sup>.

[p. XLIV] Harriet MARTINEAU cuenta que varias personas intentaron disuadirla de su proyecto de traducción, pero otras la animaron. Finalmente, un benefactor inglés envió a Harriet MARTINEAU 500 libras para completar el trabajo<sup>31</sup>. Su condensación traducida se publicó en 1853.

La traducción del francés al inglés fue solo una pequeña parte del proyecto. En la introducción de su resumen, comenzó así (Harriet MARTINEAU, 1858, p. 3):

«Puede parecer extraño que, en estos días en los que la lengua francesa es casi tan familiar para las personas lectoras inglesas como la suya propia, haya dedicado muchos meses a traducir [del francés] al inglés una obra que no presenta ninguna dificultad de lenguaje y que, sin duda, es conocida por todo el estudiantado de filosofía».

Su objetivo más amplio era condensar las ideas de Auguste COMTE para que aquellas personas que se sintieran intimidadas por los seis volúmenes completos de *Cours de philosophie positive* [Curso de filosofía positiva] pudieran ser persuadidas para leer una versión abreviada. En agradecimiento, Auguste COMTE retiró su propia obra de seis volúmenes de la bibliografía de la «Biblioteca Positivista» y la sustituyó por la versión abreviada de Harriet MARTINEAU (John Henry BRIDGES, 1915, p. 210). La versión de Harriet MARTINEAU fue tan importante y autorizada que acabó traduciéndose de nuevo al francés<sup>32</sup>. La traducción/condensación

---

<sup>30</sup> N. de la T.: George Henry LEWES (1817-1878) fue un filósofo y crítico literario inglés, pareja de hecho de George ELLIOT, pseudónimo bajo el que se escondía la escritora inglesa Mary Ann EVANS (1819-1880). Émile LITTRÉ (1801-1881) fue un lexicógrafo y filósofo francés, discípulo de Auguste COMTE.

<sup>31</sup> N. de la T.: El benefactor fue Edward LOMBE (1800-1852), un terrateniente inglés ateo y excéntrico que solía pasar largas temporadas en Italia. También poseía múltiples propiedades en distintos sectores productivos (fábricas, fincas, etc.). Una vez cobró el cheque bancario que le fue remitido por Edward LOMBE, Harriet MARTINEAU dividió el importe total en tres partes: una para ella, otra para el propio Auguste COMTE y una tercera para el editor John CHAPMAN. Para ampliar información sobre la colaboración de Harriet MARTINEAU con Edward LOMBE, véase: Harriet MARTINEAU (1877, vol. 2, p. 66-67); Michael R. HILL (2005); Deborah A. LOGAN (2009, p. 186).

<sup>32</sup> N. de la T.: La traducción al francés la realizó, en 1871-2, Charles AVEZAC-LAVIGNE (1835-posterior a 1906). Los dos volúmenes llevaron por título *La Philosophie positive d'Auguste Comte, condensée*

al inglés de la obra de Harriet MARTINEAU también llevó la obra de Auguste COMTE a un nuevo público en la América de habla inglesa.

El clero no estaba muy contento con las ideas de Auguste COMTE ni con las de Harriet MARTINEAU sobre la religión, y esto era especialmente cierto en América, donde ella había escrito antes unas palabras muy poco halagadoras sobre los ministros del Nuevo Mundo. Así, los religiosos de los Estados del norte de EE. UU., que habían [p. XLV] admirado al menos su defensa de la abolición [de la esclavitud], ahora la denunciaban de lleno por difundir una filosofía atea. Richmond Laurin HAWKINS (1938, p. 18) resumió la situación:

«Por suerte, y al mismo tiempo por desgracia para Auguste COMTE, Harriet MARTINEAU se interesó por sus teorías filosóficas precisamente durante el período en que parecía que el conocimiento americano del positivismo iba a quedar restringido a un pequeño grupo de especialistas en Teología y Metafísica. Digo «afortunadamente» porque la Srta. MARTINEAU llevó a cabo la ardua tarea de traducir y condensar el “Cours” como tal vez ninguna otra persona viva podría haberlo hecho. Y “desafortunadamente” porque la autora de “Society in America”, a causa de sus mordaces críticas a la vida americana, y sobre todo por su reputación de libre pensadora, se había convertido en un anatema para unos Estados Unidos plagado de pastores».

Para colmo de males, Harriet MARTINEAU (1858, p. 11) incluyó la siguiente salva en el prefacio de su traducción, un pellizco en la nariz que su conocido hermano, un prominente ministro unitario, debió encontrar especialmente mordaz<sup>33</sup>:

---

*par miss Harriet Martineau* [La filosofía positiva de Auguste Comte, condensada por la señorita Harriet Martineau]. Ver bibliografía.

<sup>33</sup> Hermano y hermana se distanciaron tras la publicación por parte de ella, junto con Henry George ATKINSON, de *Laws of Man's Nature and Development* en 1851. James MARTINEAU escribió una crítica «incisiva e inquisitiva» sobre el libro de su hermana. Según Abraham Willard JACKSON (1901, p. 86-7), biógrafo empático con James MARTINEAU, Harriet MARTINEAU «se sintió profundamente ofendida y hasta el final de su vida rechazó todas las ofertas de reconciliación».

«Mi esperanza es que este libro pueda lograr, además de los propósitos considerados por su autora, uno más que no pretendía: el de transmitir un reproche suficiente a aquellas personas que, por egoísmo teológico u orgullo metafísico, hablan mal de una filosofía que es demasiado elevada y demasiado simple, demasiado humilde y demasiado generosa, para el hábito de sus mentes».

[p. XLVI] Harriet MARTINEAU esperaba que su versión comparativamente breve de la obra de Auguste COMTE diera lugar a una aceptación popular informada y generalizada de sus ideas. También declaró la guerra a los teólogos intolerantes y recalcitrantes.

Merece destacarse el considerable logro intelectual que representa el resumen en dos volúmenes realizado por Harriet MARTINEAU de la obra en seis volúmenes de Auguste COMTE. Charles Wright MILLS (1959, p. 27) argumentó más recientemente que quienes estudian deben trabajar duro, si quieren entender a los grandes teóricos como Talcott PARSONS. Abogó por «traducir» obras teóricas complejas en declaraciones más breves que contengan «*todo lo que es inteligible*» en ellas. A continuación, siguió su propio consejo y empleó esta técnica para explicar su comprensión de las ideas sociológicas de Talcott PARSONS (*ibíd.*, p. 25–49). Harriet MARTINEAU no hizo menos al condensar e —inherentemente— interpretar a Auguste COMTE. Este es precisamente el tipo de trabajo académico reconocido que ha llevado a cabo más recientemente Stanislav ANDRESKI (1974) en su versión aún más abreviada de *Philosophie positive*.

Auguste COMTE admiraba tanto la traducción/condensación de Harriet MARTINEAU que consideró que ella debía compartir igualmente los logros atribuidos a la filosofía positiva. Él escribió al menos tres cartas de admiración a Harriet MARTINEAU y se dirigió a diferentes corresponsales manifestando su entusiasta admiración por la obra de Harriet MARTINEAU (Richmond Laurin HAWKINS, 1938, p. 21–2). Maria WESTON CHAPMAN (1877, p. 424), periodista amiga de Harriet MARTINEAU y biógrafa autorizada, cuenta que:

«Al recibir por primera vez su obra, el Sr. COMTE había escrito extensamente a Harriet MARTINEAU, expresando su

gratitud y admiración, afirmando que, al compartir ella los trabajos de él, ella se había convertido en partícipe de la fama del Sr. COMTE».

[p. XLVII] Algunos extractos del texto de la comunicación de Auguste COMTE a Harriet MARTINEAU dan los detalles que Maria WESTON CHAPMAN resumió. Auguste COMTE escribió (Frederic HARRISON, 1913, p. XVII–XVIII):

«Ya he leído el noble prefacio y el excelente índice, así como algunos capítulos decisivos. Y estoy convencido de que ha dado usted muestras de claridad de pensamiento, verdad y sagacidad en su larga y difícil tarea. La importante empresa que tan felizmente ha concebido y tan dignamente ha llevado a cabo, dará a mi «Filosofía Positiva» un público competente mayor del que yo podría haber esperado encontrar en mi propia vida. A usted se debe que el arduo estudio de mi tratado fundamental sea ahora indispensable para el pequeño número de quienes se proponen ser estudiantes sistemáticos de filosofía. Pero la mayoría de las personas lectoras, a las que la formación teórica solo pretende proporcionarles un buen sentido práctico, pueden ahora preferir, e incluso deberían preferir para el uso ordinario, su admirable condensación. Es la realización de un deseo mío que formé hace diez años. Y mirándolo desde el punto de vista de las generaciones futuras, estoy seguro de que su nombre estará ligado al mío, ya que ha ejecutado la única de esas obras que sobrevivirá entre todas las que mi tratado fundamental ha convocado».

Varios comentaristas, por razones que van más allá del alcance de este ensayo, han sido considerablemente menos generosos con la traducción de Harriet MARTINEAU que el propio Auguste COMTE<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> Un representante de los comentaristas posteriores es Jon Henry BRIDGES (1915, p. 212) quien observó que «*los errores no son numerosos en la versión de la señorita MARTINEAU, pero no están totalmente ausentes*». Ofrece una comparación, línea por línea, de Harriet MARTINEAU, basada en una traducción no abreviada de tres párrafos de Auguste COMTE. Y señala que a veces «*llevó la condensación tan lejos que dio una concepción errónea del significado de Auguste COMTE sobre un tema muy importante*» (*ibíd.*, p. 214). Robert Kieffer WEBB (1960, p. 305)

En cualquier caso, Harriet MARTINEAU, que nunca fue una discípula servil de ningún credo, no aprobó [p. XLVIII] plenamente la obra posterior de Auguste COMTE. Sea cual sea el veredicto de la crítica —o su posterior crítica a Auguste COMTE—, la edición de la *Philosophie Positive* de Harriet MARTINEAU sigue siendo un importante logro fundacional de la sociología.

## 6. Epistemóloga crítica

Durante su vida, Harriet MARTINEAU fue idolatrada por los círculos literarios, políticos y científicos ingleses. Como resultado, conoció personalmente a muchos —y fue amiga de algunos— de los grandes pensadores y pensadoras, así como de escritores y escritoras de su país, contemporáneos suyos. Algunos de estos personajes fueron Charles BABBAGE, Thomas CARLYLE, George ELIOT, Florence NIGHTINGALE, Charles DICKENS, Ralph Waldo EMERSON, Thomas MALTHUS, William WORDSWORTH, Charlotte BRONTË, Charles LYELL y Charles DARWIN. Sus comentarios sobre este último revelan la postura epistemológica de Harriet MARTINEAU en su apogeo.

Ella fue amiga de la familia DARWIN durante mucho tiempo y mantuvo una correspondencia frecuente con el hermano menos famoso de Charles DARWIN, Erasmus DARWIN. En 1860, escribió agradeciendo a Erasmus el envío de un ejemplar de *Origin of Species* [El origen de las especies]<sup>35</sup>:

«Bueno, pero lo que escribo es para agradecerte de nuevo el envío del libro de tu hermano. En cuanto a agradecerle el libro en sí, una podría decir «gracias» toda la vida sin dar idea de su sentido de la obligación. Ha sido un inmenso placer para María y para mí; y, no necesito añadir, mucho más que un placer. No pretendo hablar de la ciencia, aunque me imagino que sigo su argumento como una aprendiz. Si no pudiéramos seguir más, la revelación inconsciente del espíritu [p. XLIX] y de los hábitos de la verdadera mente científica sería la más provechosa y encantadora de las lecciones. Yo creía, y he descrito a menudo, en la calidad y la conducta de la

---

es más mordaz: «La prisa con la que se hizo el trabajo ayuda a explicar la torpeza y la confusión que a veces estropean una traducción mecánica». Los elogios de Auguste COMTE a la obra de Harriet MARTINEAU recibieron poco crédito por parte de estos críticos.

<sup>35</sup> Carta de Harriet MARTINEAU a Erasmus DARWIN de 2 de febrero de 1860. Referenciada en Elisabeth SANDERS ARBUCKLE (1983, p. 189).

mente de tu hermano; pero es una satisfacción indecible ver aquí la plena manifestación de su seriedad y sencillez, su sagacidad, su inteligencia y el paciente poder por el que ha recogido tal masa de hechos, para transmutarlos mediante un tratamiento tan sagaz en un conocimiento tan portentoso. Me gustaría mucho saber qué proporción de nuestros hombres científicos cree que han encontrado un camino sólido hacia las gamas superiores de la historia de la existencia organizada. No importa mucho, porque es la siguiente generación la que se beneficiará efectivamente de tales trabajos; pero sería agradable saber que un buen número de ellos sigue con la mente abierta».

Esta carta ilustra la tendencia de Harriet MARTINEAU a la modestia injustificada, una característica que algunos críticos posteriores interpretan como una autoestima perspicaz en lugar de humildad. Lo que es más importante: la carta también documenta su pleno y vigoroso aprecio y fomento de la lógica, la claridad y la meticulosa investigación empírica en el trabajo científico.

Además, siempre estuvo atenta a los peligros de la metafísica injustificada. Por ejemplo, se sentía incómoda con la dirección «religiosa» que tomó Auguste COMTE en su obra posterior. Charles DARWIN, por el que sentía una gran admiración, era un buen candidato, si también se pasaba de la raya. Un mes después de su elogio de *Origin of Species*, escribió a su amiga Fanny WEDGWOOD<sup>36</sup>:

«[p. L] Me pareció, después de haberle escrito [a Erasmus Darwin], que debería haber dicho una cosa más sobre el libro de C.D. [Charles Darwin], en aras de la honestidad: y las notas que he visto me lo han recordado desde entonces, más de una vez. Lamento que C.D. se haya desviado dos o tres veces (creo que no más) para hablar del «Creador» en el sentido popular de la Primera Causa; y también una vez acerca de la «causa final» de ciertos asuntos de los cucos [especies de aves]. Esto último es

---

<sup>36</sup> Carta de Harriet MARTINEAU a Fanny WEDGWOOD de 13 de marzo de 1860. Referenciada en Susan ARBUCKLE (1983, p. 189).

seguro que se malinterpretará, a la vista de todo el resto del libro; y el otro da ocasión para que la gente se aleje del argumento de una manera que no tenía por qué concedérsele .... Me parece que, habiéndonos llevado hasta el grupo más antiguo de formas, o hasta la única primitiva, él y nosotros/as no tenemos nada que ver con cómo esas pocas formas, o esa única, llegaron allí. Su tema es el «Origen de las Especies», y no el origen de la Organización; y parece una travesura innecesaria haber abierto esta última especulación».

Harriet MARTINEAU demuestra aquí un celo por la limpieza metafísica, en gran medida sin igual en la sociología hasta que el sociólogo austriaco Otto NEURATH se unió en 1929 con Hans HAHN y Rudolf CARNAP para escribir el manifiesto oficial del positivismo lógico para el Círculo de Viena (Otto NEURATH, 1973: 229–318; Joerguen JOERGENSEN, 1951; Michael HILL, 1981a). Harriet MARTINEAU fue, en el apogeo de sus facultades, una crítica y una pensadora ardiente que se abrió paso de forma independiente, a través de los rompecabezas de los descubrimientos científicos y la razón humana. Al final, basándose en que otro tipo de ingresos sesgarían y comprometerían sus [p. LI] escritos y críticas, rechazó los intentos de otras personas de asegurarle una pensión gubernamental (Harriet MARTINEAU: 1877b: I, 460–465, 587–594).

### 7. Legados sociológicos

La muerte de Harriet MARTINEAU en 1876 puso fin a la notable carrera de una escritora, activista e intelectual. Los comentaristas que abordan su obra —principalmente desde la historia, literatura, feminismo o filosofía— discernen legítimamente diferentes patrones, temas y legados en su extenso corpus publicado, mucho más de lo que se hace desde la sociología. Como mínimo, como dice Alice ROSSI (1973), Harriet MARTINEAU fue la primera mujer socióloga, y ahí radica un importante legado y un modelo a seguir para los y las estudiantes de hoy. Además, fue una pionera sociológica de gran talla.

La importancia de Harriet MARTINEAU como una gran socióloga se cimenta firmemente en varios logros, cualquiera de los cuales es



suficiente para obtener reconocimiento y respeto. Estos logros incluyen: *Society in America*, *How to Observe Morals and Manners* y *The Positive Philosophy of Auguste Comte*. A pesar de estos logros, todavía estamos a la espera de un análisis completo y detallado de la obra de Harriet MARTINEAU y de sus raíces intelectuales como socióloga.

La edición del sesquicentenario de HOMM celebra un triunfo de primer orden en lo que a sociología se refiere. HOMM es una obra de madurez, escrita a mitad de camino en la trayectoria epistemológica de su autora. Es el primer tratado sistemático y sustantivo sobre la metodología de la investigación sociológica. De forma cuidadosa, y a veces brillante, Harriet MARTINEAU trazó una guía comprehensiva para la observación. Exploró los problemas de sesgo, generalización apresurada, muestreo, reactividad, entrevistas [p. LII] de corroboración y técnicas de registro de datos. Explicó las principales instituciones sociales, como la religión, la educación, la familia, la cultura popular, los mercados y la economía, las prisiones, la policía, el gobierno, las bellas artes y la filantropía.

Concebido como un tratado de metodología, HOMM es también una perspicaz obra de teoría. Antes de Karl MARX, y décadas antes de Émile DURKHEIM y Max WEBER, Harriet MARTINEAU examinó sociológicamente la clase social, las formas de religión, los tipos de suicidio, el carácter nacional, las relaciones domésticas y la condición de la mujer, la delincuencia y la criminología, la represión y las intrincadas interrelaciones entre las instituciones sociales y el individuo. Harriet MARTINEAU se adentró con firmeza en sus temas de interés con resultados estimulantes. Las personas lectoras entendidas en sociología, de HOMM y de otros análisis de Harriet MARTINEAU sobre cuestiones sociológicas, no pueden dejar de sentir conmoción por su energía, su ingenio, su perspicacia y su tenaz búsqueda de la razón. Son legados que hay que recordar, venerar y replicar.

### Agradecimientos:

El autor y la traductora quieren mostrar su sincero agradecimiento a la profesora Fernanda H.C. ALCÂNTARA, de la Universidad Federal Juiz de Fora (UFJF), por su imprescindible apoyo y colaboración para hacer posible esta publicación en CSOnline.

## Bibliografía

### 1. De este ensayo

ABBOTT, Edith. Harriet Martineau and the Employment of Women in 1836. *Journal of Political Economy*, Chicago, nº 14, p. 614–26, 1906.

Disponible en: <https://www.jstor.org/stable/1819994>. Acceso: 16 ene. 2023.

ADDAMS, Jane. *The Long Road of Woman's Memory*. Nueva York: Macmillan, 1916.

ALBION, Robert G. *Square-Riggers on Schedule*. Princeton: Princeton University Press, 1938.

ANDRESKI, Stanislav. *The Essential Comte*. Londres: Croom Helm, 1974.

ASHTON, Rosemary. *Society for the Diffusion of Useful Knowledge* [en línea]. Oxford Dictionary of National Biography, 2008.

Disponible en: <https://doi.org/10.1093/ref:odnb/59807>. Acceso: 05 ene. 2023.

ATKINSON, Henry George; MARTINEAU, Harriet. *Letters on the Laws of Man's Nature and Development*. Boston: Josiah P. Mendum, 1851.

AVEZAC-LAVIGNE, Charles. *La Philosophie positive d'Auguste Comte, condensée par Miss Harriet Martineau*. 2 vols. Burdeos: Feret et Fils, 1871–1872.

BECHE, Henry Thomas de la. *How to Observe Geology*, 2ª ed. Londres: Charles Knight, 1836. Originalmente publicado en 1835.

BONSER, Helen A. Illustrations of Political Economy: An Early Example of the Case Method. *The Social Service Review*, Chicago, nº 3, p. 243–251, 1929. Disponible en:

<https://www.jstor.org/stable/30009332>. Acceso: 16 ene. 2023.

BRIDGES, John Henry. *Illustrations of Positivism*. 2ª ed. Chicago: Open Court, 1915.

DEEGAN, Mary Jo. *Jane Addams and the Men of the Chicago School, 1892–1918*. New Brunswick: Transaction Books, 1988.

GARLIN SPENCER, Anna. *Woman's Share in Social Culture*. Nueva York: Mitchell Kennerley, 1913.

Empirismo y razón en la sociología de Harriet Martineau

GIDDENS, Anthony. **Sociology: A Brief but Critical Introduction**. 2ª ed. San Diego: Harcourt Brace Jovanovich, 1987.

HARRISON, Frederic. Introduction. *In* **The Positive Philosophy of Auguste Comte, freely translated and condensed by Harriet Martineau**. Vol. I. Londres: G. Bell and Sons, 1913. p. v-xix.

HARVEY, David. **Explanation in Geography**. Londres: Edward Arnold, 1969.

HAWKINS, Richmond Laurin. **Positivism in the United States (1853-1861)**. Cambridge: Harvard University Press, 1938.

HILL, Michael R. Epistemology, Axiology, and Ideology in Sociology. **Mid-American Review of Sociology**, vol. 9, nº 2, p. 59-77, 1984a.

Harriet Martineau. *In*: DEEGAN, Mary Jo (ed.). **Women in Sociology. A Bio-bibliographical Sourcebook**. Westport: Greenwood Press, 1991.

Novels, Thought Experiments, and Humanist Sociology in the Classroom: Mari Sandoz and Capital City. **Teaching Sociology**, vol. 15, nº 1, p. 38-44, 1987. Disponible en: <https://www.jstor.org/stable/1317816>. Acceso: 16 ene. 2023.

Positivism: A 'Hidden' Philosophy in Geography. *In*: HARVEY, Milton E. y HOLLY, Brian P. (eds.). **Themes in Geographic Thought**. Londres: Croom Helm. 1981a. p. 38-60.

Tourism, Authenticity, and Cuba. **Sociologist for Women in Society**, vol. 12, nº 8, p. 19, 1981b.

**Walking, Crossing Streets, and Choosing Pedestrian Routes: A Survey of Recent Insights from the Social/Behavioral Sciences**. Lincoln: University of Nebraska, 1984b.

HILL, Michael R.; DEEGAN, Mary Jo. The Female Tourist in a Male Landscape. **CELA Forum (Council of Educators in Landscape Architecture)**, vol. 1, nº 2, p. 25-29. 1982.

JACKSON, Abraham Willard. **James Martineau: A Biography and Study**. Boston: Little, Brown, and Company, 1901.

JACKSON, John Brinckerhoff. The Stranger's Path. **Landscape. Human Geography of the Southwest**, vol. 7, nº 1, p. 11-15, 1957.

JOERGENSEN, Joergen. **The Development of Logical Empiricism**. Chicago: University of Chicago Press, 1951.

Empirismo y razón en la sociología de Harriet Martineau

KER, Charles Henry Bellenden. **A Vindication of the Enquiry into Charitable Abuses**. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, 1819.

**On the Reform of the Law of Real Property**. Londres: V. and R. Stevens, 1853.

**Sir Christopher Wren**. Londres: Society for the Diffusion of Useful Knowledge, 1833.

KNIGHT, Charles. **Passages of a Working Life**. 3 vols. Londres: Bradbury & Evans, 1864.

KOSSEW PICHANICK, Valerie. **Harriet Martineau: The Women and Her Work, 1802–76**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1980.

LASKI, Marghanita. Harriet Martineau. *In*: PACHTER, M; WEIN, F. **Abroad in America: Visitors to the New Nation 1776–1914**. Reading: Addison–Wesley, 1976. p. 62–71.

LIPSET, Seymour Martin. Harriet Martineau's America. *In*: LIPSET, Seymour Martin (ed.): **Society in America, by Harriet Martineau**. Gloucester: Peter Smith, 1968. Originalmente publicado en 1962.

LOGAN, Deborah Ann. "I Am, My Dear Slanderer, Your Faithful Malignant Demon": Harriet Martineau and the Westminster Review's Comtist Coterie. **Victorian Periodicals Review**, vol. 42, nº 2, p. 171–191, 2009. Disponible en: <https://www.jstor.org/stable/27760219>. Acceso: 16 ene. 2023.

MACCANNELL, Dean. **The Tourist: A New Theory of the Leisure Class**. Nueva York: Schocken Books, 1975.

MARTINEAU, Harriet. An Autobiographical Memoir. *In*: WESTON CHAPMAN, Maria (ed.). **Memorials of Harriet Martineau**. Boston: James R. Osgood and Company, 1877a. p. 562–573. Publicado dentro de los dos volúmenes de *Harriet Martineau's Autobiography*.

**Deerbrook**. 2 vols. Nueva York: Harper and Brothers, 1839.

**Eastern Life, Present and Past**. Philadelphia: Lea and Blanchard, 1848.

**England and Her Soldiers**. Londres: Smith, Elder, and Company, 1859.

**Forest and Game–Law Tales**. 3 vols. Londres: Edward Moxon, 1845a.

Empirismo y razón en la sociología de Harriet Martineau

**Harriet Martineau's Autobiography.** 2 vols. Boston: James R. Osgood and Company, 1877b. Publicado junto a *Memorials of Harriet Martineau* de Maria WESTON CHAPMAN.

**Health, Husbandry, and Handicraft.** Londres: Bradbury, 1861.

**How to Observe Morals and Manners.** Filadelfia: Lea and Blanchard, 1838b.

**Illustrations of Political Economy,** 6 vols. Londres: Charles Fox, 1832–1834.

**Letters on Mesmerism.** Londres: Edward Moxon, 1845b.

**Miscellanies.** 2 vols. Boston: Hilliard, Gray and Company, 1836.

**Poor Laws and Paupers Illustrated.** Londres: Charles Fox, 1833c.

Preface. *In:* MARTINEAU, Harriet. **The Positive Philosophy of Auguste Comte, freely translated and condensed by Harriet Martineau.** Vol. I. Londres: G. Bell and Sons, 1858. p. 3–11. Originalmente publicado en 1853.

**Providence as Manifested through Israel.** Boston: Leonard C. Bowles, 1833b.

**Retrospect of Western Travel.** 2 vols. Londres: Saunders and Otley, 1838a.

**Society in America.** 3 vols. Londres: Saunders and Otley, 1837.

**The Essential Faith of the Universal Church: Deduced from the Sacred Records.** Boston: Leonard C. Bowles, 1833a.

**The Playfellow.** London: George Routledge. Mills, C. Wright. 1959.  
*The Sociological Imagination.* Londres: Oxford University Press, 1941.

NEURATH, Otto. **Empiricism and Sociology.** Boston: D. Reidel, 1973.

REINHARZ, Shulamit. **On Becoming a Social Scientist: From Survey Research and Participant Observation to Experiential Analysis,** 2ª ed. New Brunswick: Transaction Books, 1984.

RIVLIN, Joseph B. **Harriet Martineau: A Bibliography of Her Separately Printed Books.** Nueva York: New York Public Library, 1947.

ROSSI, Alice S. 1973. The First Woman Sociologist: Harriet Martineau (1802–1876). *In:* ROSSI, Alice S. (ed.). **The Feminist Papers: From Adams to de Beauvoir.** Nueva York: Bantam Books, 1973. p. 118–24.

Empirismo y razón en la sociología de Harriet Martineau

RYALL, Anka. Medical Body and Lived Experience: The Case of Harriet Martineau. *Mosaic: An Interdisciplinary Critical Journal*, vol. 33, n° 4, p. 35–53, 2000. <https://www.jstor.org/stable/44029707>.

Acceso: 16 ene. 2023.

SANDERS ARBUCKLE, Elisabeth (ed.). *Harriet Martineau's Letters to Fanny Wedgwood*. Stanford: Stanford University Press, 1983.

SCHUTZ, Alfred. The Stranger. An essay in Social Psychology. *American Journal of Sociology*, n° 49, p. 499–507. 1944. Disponible en: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/219472>.

Acceso: 16 ene. 2023.

SIMMEL, Georg. 1908. The Stranger. pp. 402–8. *In*: Wolff, Kurt (ed.). *The Sociology of Georg Simmel*. Nueva York: The Free Press, 1950.

SUPPE, Frederick. *The Structure of Scientific Theories*, 2ª ed. Urbana: University of Illinois Press, 1977.

TERRY, James L. Bringing Women ... In. A Modest Proposal. *Teaching Sociology*, n° 10, p. 251–261. 1983. Disponible en:

<https://www.jstor.org/stable/1317115>. Acceso: 16 ene. 2023.

WALLER, Willard. *The Sociology of Teaching*. Nueva York: John Wiley and Sons, 1932.

WEBB, Robert K. *Harriet Martineau: A Radical Victorian*. Nueva York: Columbia University Press, 1960.

WESTON CHAPMAN, Maria. *Memorials of Harriet Martineau*. Boston: James R. Osgood and Company, 1877. Publicado formando parte de los dos volúmenes de *Harriet Martineau's Autobiography*.

YATES, Gayle Graham. *Harriet Martineau on Women*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1985.

## 2. Para ampliar la figura de Harriet MARTINEAU

CONWAY, Brian; HILL, Michael R. Harriet Martineau and Ireland. SÍOCHÁIN, Séamas Ó (ed.): *Social Thought on Ireland in the Nineteenth Century*. Dublin: University College Dublin Press, 2009.

HILL, Michael R. (ed.) *An Independent Woman's Lake District Writings, by Harriet Martineau*. Amherst: Humanity Books, 2004.

Harriet Martineau. *In* DEEGAN, Mary Jo. *Women in Sociology: A Bio-Bibliographical Sourcebook*. New York: Greenwood Press, 1991. p. 289–297.

Empirismo y razón en la sociología de Harriet Martineau

Harriet Martineau: The Founding and Re–Founding of Sociology. *In*: SANDERS, Valerie; WEINER, Gaby (eds.). **Harriet Martineau and the Birth of Disciplines: Nineteenth–Century Intellectual Powerhouse**. Londres: Routledge, 2017.

**Looking Backward, Looking Forward: Personal Reflections on Harriet Martineau and the History of Women in Sociology**. 1 vídeo (2 horas). Sociedad Brasileña de Sociología (SBS), 19 sep. 2022. Canal de YouTube de la SBS. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=eFK3ELFTP-c>. Acceso: 10 ene. 2023.

On Edward Lombe, Translating Comte, and the Liberal English Press: A Previously Unpublished Letter. **Sociological Origins**, vol. 3, n° 2, p. 100–102, p. 120. 2005. Disponible en: <https://www.proquest.com/docview/204724006>. Acceso: 13 ene. 2023.

Proceedings of the Harriet Martineau Sociological Society Bicentennial Seminar (número especial). **Sociological Origins**, vol. 3, n° 2, p. 66, p. 120. 2005. Disponible en: <https://www.proquest.com/docview/204723782>. Acceso: 17 ene. 2023.

HILL, Michael R.; HOECKER–DRYSDALE, Susan (eds.). **Harriet Martineau: Theoretical and Methodological Perspectives**. Nueva York: Routledge, 2002.

HILL, Michael R.; LOGAN, Deborah Ann (eds.). The Harriet Martineau Sociological Society’s Fourth International Working Seminar: A Report from Maynooth, Ireland. **Sociological Origins**, vol. 5, n° 2, p. 6–7, p. 47–48. 2008. Disponible en: <https://www.proquest.com/scholarly-journals/harriet-martineau-sociological-societys-fourth/docview/204723015/se-2>. Acceso: 17 ene. 2023.

LOGAN, Deborah Ann (ed.). **Harriet Martineau. Further Letters**. Bethlehem: Lehigh University Press, 2011.

**The Collected Letters of Harriet Martineau**. Londres: Pickering and Chatto, 2007.

**Memorials of Harriet Martineau by Maria Weston Chapman**. Bethlehem: Lehigh University Press, 2015.

NAVARRO–FOSAR, María–Rocío. Harriet Martineau y Household Education. Ensanchando el canon sociológico histórico. **Atlánticas**.

**Revista Internacional de Estudios Feministas**, vol. 6, nº 1, p. 288–317. 2021. Disponible en: <https://doi.org/10.17979/arief.2021.6.1.8750>. Acceso: 17 ene. 2023.

SILLS, David L.; MERTON, Robert K. Selected quotations from Harriet Martineau. *In* SILLS, David L.; MERTON, Robert K. (eds.). **Social Science Quotations. International Encyclopedia of the Social Sciences**, vol. 19. Nueva York: MacMillan, 1991. p. 152.

TEXLER SEGAL, Marcia; DEMOS, Vasilikie (eds.). **Advancing Gender Research from the Nineteenth to the Twenty-First Centuries (Advances in Gender Research, vol. 12)**. Bingley: Emerald Group Publishing, 2008. Incluye las ponencias de la tercera conferencia de trabajo de la *Harriet Martineau Society*, celebrada el 24 de mayo de 2005 en Mammoth Cave, Kentucky. p. 1–77.

SANDERS ARBUCKLE, Elisabeth. **A Nineteenth-Century Woman's Engaging with her Times: Harriet Martineau (1802–1876)**. Web de la Martineau Society. Norwich, 2019. Disponible en: <https://martineausociety.co.uk/publications/harriet-martineau-a-new-biography/>. Acceso: 17 ene. 2023.

### 3. Para ampliar información sobre sociólogas clásicas

DEEGAN, Mary Jo. Annie Marion MacLean and Sociology at the University of Chicago and Hull House. *In* CONNER, Christopher T.; BAXTER, Nicholas M.; DICKENS, David R. (eds.). **Forgotten Founders and Other Neglected Social Theorists**. Lanham: Lexington Books, 2019. p. 27–43.

Introduction. *In* DEGAN, Mary Jo (ed.). **Women in Sociology: A Bio-Bibliographical Sourcebook**. Nueva York: Greenwood, 1991. p. 1–28.

Les femmes, la sociologie et l'Association américaine de sociologie (1907–1931): Prologue, rétrospective et perspective. **Zilsel**, nº 10, p. 363–391, 2022. Disponible en : <https://www.cairn.info/revue-zilsel-2022-1-page-363.htm>. Acceso : 16 ene. 2023.

Pandita Ramabai Dongre Medhavi Saravati, 1858–1922: Founding International Sister of Sociology. **Victorians: A Journal of Culture and Literature**, nº 142, p. 1–10, 2022. Disponible en: <https://muse.jhu.edu/pub/30/article/862273/pdf>. Acceso: 16 ene. 2023.

Processes of Invisibility: Case Studies of Women in Sociology. *In* TEXLER SEGAL, Marcia; DEMOS, Vasilikie (eds.). **Gender Visibility and Erasure. Advances in Gender Research**, vol. 33. Bingley: Emerald



Empirismo y razón en la sociología de Harriet Martineau

Group Publishing, 2022. p. 15–30. Disponible en: <https://doi.org/10.1108/S1529-12620220000033009>. Acceso: 18 ene. 2023.

Textbooks, the History of Sociology, and the Sociological Stock of Knowledge. **Sociological Theory**, vol. 21, n° 3, p. 298–307, 2003.

Transcending a Patriarchal and Racist Past: African American Women in Sociology 1890–1920. **Sociological Origins**, vol. 2, p. 37–54, verano 2000. <https://www.proquest.com/scholarly-journals/transcending-patriarchal-racist-past-african/docview/204761361/se-2>. Acceso: 16 ene. 2023.

DUFOIX, Stéphane. Le canon rouillé. **Zilsel**, n° 10, p. 355–361, 2022. Disponible en: <https://www.cairn.info/revue-zilsel-2022-1-page-355.htm>. Acceso: 16 ene. 2023.

MCDONALD, Lynn. Sociological Theory: The Last Bastion of Sexism in Sociology. **The American Sociologist**, vol. 50, p. 402–413, 2019. Disponible en: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12108-019-9410-z>. Acceso: 16 ene. 2023.

# ENTRE JEAN-JACQUES ROUSSEAU E HARRIET MARTINEAU: DAS CRÍTICAS AOS RELATOS DE VIAGENS AO VISLUMBRE METODOLÓGICO

Breno Bertoldo Dalla Zen<sup>1</sup>

## Resumo

Neste artigo, buscamos sublinhar a investida crítica de Rousseau aos relatos de viagens que surgem a partir das grandes navegações, e que descreviam os costumes dos mais distantes povos. Tais críticas se desenvolvem de maneira tímida até o Século XVIII, até culminarem no método que é proposto pela socióloga Harriet Martineau, no início do XIX. Partindo desta problematização, buscamos responder às questões: o que é preciso para observar e descrever as maneiras do outro? Como desempenhar esta função quando estamos a tratar de costumes muito distintos, relativos a povos distantes? Para tal, entraremos em diálogo com as críticas e questionamentos dos relatos de viagens proferidos por Rousseau, sugerindo certas possibilidades de pesquisa. No entanto, é Martineau que propõe o mais completo projeto, ainda que experimental, para a observação e a descrição das morais e dos costumes. Entendemos que a partir de sua perspectiva, esta prática pôde se desenvolver de maneira mais completa, o que contribuiu também para o desenvolvimento metodológico das ciências sociais.

**Palavras-chave:** Harriet Martineau. Rousseau. Costumes. Relatos de viagens.

## Between Jean-Jacques Rousseau and Harriet Martineau: from the critique of travel reports to methodological insight

## Abstract

In this article, we aim to highlight Rousseau's critical response to the travel reports that emerged from the great navigations, which described the manners of the most distant populations. Such criticism develops in a timid way up to the 18th century, until it culminates in the method proposed by the sociologist Harriet Martineau in the beginning of the 19th century. Starting from this problematization, we aim to answer the questions: what does it take to observe and describe the manners of the other? How to perform this role when we are dealing with very different manners, related to distant populations? To this purpose, we will enter into dialogue with the criticisms and questionings of the travel accounts proffered by

---

<sup>1</sup> Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade de Caxias do Sul, pelo qual foi bolsista Prosuc/CAPES. Possui especialização em Antropologia e em Ciências Sociais pela Faculdade Unyleya e é graduado em Filosofia pela UCS.

Rousseau, suggesting certain research possibilities. However, it is Martineau who proposes the most complete experimental project for the observation and description of morals and manners. We understand that from his perspective, this practice was able to develop more comprehensively, which also contributed to the methodological development of the social sciences.

**Keywords:** Harriet Martineau. Rousseau. Manners. Travel reports.

### Entre Jean-Jacques Rousseau y Harriet Martineau: de la crítica de los relatos de viajes a la percepción metodológica

#### Resumen

En este artículo pretendemos subrayar el ataque crítico de Rousseau a los relatos de viajes surgidos de las grandes navegaciones, que describían las costumbres de los pueblos más lejanos. Dicha crítica se desarrolló de forma tímida hasta el siglo XVIII, hasta culminar en el método propuesto por la socióloga Harriet Martineau a principios del siglo XIX. A partir de esta problematización, tratamos de responder a las preguntas: ¿qué hace falta para observar y describir los costumbres del otro? ¿Cómo realizar esta función cuando se trata de costumbres muy distintas, relativas a pueblos lejanos? Para ello, entraremos en diálogo con las críticas y cuestionamientos de los relatos de viajes ofrecidos por Rousseau, sugiriendo ciertas posibilidades de investigación. Sin embargo, es Martineau quien propone el proyecto más completo, aunque sea experimental, de observación y descripción de la moral y las costumbres. Entendemos que, desde su perspectiva, esta práctica podría desarrollarse de forma más completa, lo que también contribuiría al desarrollo metodológico de las ciencias sociales.

**Palabras clave:** Harriet Martineau. Rousseau. Costumbres. Relatos de viaje.

## Introdução

O objetivo do presente artigo é realizar uma reflexão sobre a evolução do pensamento crítico acerca dos relatos de viagens e da observação dos costumes, a partir de um recorte bibliográfico protagonizado pelo genebrino Jean-Jacques Rousseau e pela socióloga inglesa Harriet Martineau. Rousseau possui um papel bastante importante no que se refere à crítica dos relatos de viagens e no anseio pelo aprimoramento da prática da observação e descrição dos costumes de povos distantes; apesar de não possuir uma obra específica sobre o assunto, desenvolveu importantes reflexões sobre o tema em seu *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, de 1755, e no *Emílio ou Da educação*, de 1762, obras que muito influenciou o desenvolvimento das ciências humanas, e sobretudo os estudos sobre a observação dos costumes nos séculos seguintes.

Martineau, por sua vez, na obra *Como observar: morais e costumes*, de 1838, protagonizou uma empreitada de observação e descrição dos costumes como nenhum havia realizado antes. A obra, menos difundida no meio acadêmico do que mereceria, se desempenha como uma espécie de manual, que pretende responder justamente às provocações de Rousseau, e que objetivamos neste texto: o que é preciso para observar e descrever as maneiras do outro? Como desempenhar esta função quando estamos a tratar de costumes muito distintos, relativos a povos distantes? Responder a estas perguntas é, também, encontrar maneiras de considerar diferentes costumes sem dar margem a possíveis preconceitos e parcialidades – noções sempre muito desafiadoras, quando se trata da pesquisa na área das ciências sociais.

Os relatos de viagens que aqui nos referimos surgem a partir das grandes navegações do Século XVI, e por se tratarem de histórias contadas por homens popularmente reconhecidos como aventureiros, e que milagrosamente voltaram sãos e salvos para as terras europeias após viagens muito difíceis, rapidamente esta literatura se tornou bastante difundida entre o povo europeu, que se interessava muito em conhecer os detalhes “pitorescos” das aventuras europeias no Novo Mundo, desde os frutos e animais

desconhecidos, até os costumes daqueles que tomavam por “selvagens” ou “bárbaros”, povos vistos com estranheza e receio. “Civilizado”, nesta época, era um estágio atribuído unicamente ao povo europeu<sup>2</sup>.

Os relatos compilavam informações sobre povos que viviam isolados em continentes distantes da civilização europeia, e não raramente tratam o povo observado de forma inferiorizada e muitas vezes, jocosa. Pela notável popularidade desses escritos, não demorou até que alguns pensadores fizessem críticas aos mesmos, propondo soluções para que a prática de observação e descrição dos costumes pudesse realmente contribuir para a formação de conhecimentos seguros sobre costumes tão distintos, e tão distantes. Rousseau é um inegável protagonista na difusão desta perspectiva crítica<sup>3</sup>.

Trata-se de um problema que nos dias de hoje está, ao menos a nível acadêmico, mais esclarecido, principalmente no que concerne a prática de pesquisa das ciências sociais; no entanto, foi preciso de muito empenho para que o esclarecimento eurocêntrico (e etnocêntrico) pudesse começar a ser questionado, e assim, práticas descritivas dos costumes pudessem se organizar a nível metodológico, evitando exercícios de inferiorização, preconceitos culturais e devaneios sobre costumes supostamente pitorescos.

Diante desta problematização, nosso texto pretende realizar reflexões sobre a prática de observação e descrição dos costumes, partindo das contundentes críticas do genebrino Jean-Jacques Rousseau, para então nos determos na análise de Harriet Martineau, que traz uma resolução mais cuidadosa para o problema, tendo dedicado uma obra inteira justamente à questão metodológica. Consideramos a contribuição de ambos os autores crucial para o desenvolvimento dos métodos que abarcam as ciências sociais, e prestamos este texto a traçar breves relações textuais entre os dois.

---

2 Este viés, que considera a história de forma linear e o desenvolvimento dos costumes por estágios civilizatórios, era bastante comum no pensamento dezoitista e só viria a ser problematizado com mais afinco ao final do Século XIX, ao mesmo passo em que as ciências sociais ganhavam autonomia.

3 A importância do autor para o desenvolvimento das ciências sociais, justamente a partir de suas críticas acerca dos relatos de viagens, é sublinhada pelo antropólogo Claude Lévi-Strauss no artigo *Jean-Jacques Rousseau, fundador das ciências do homem*.

## As críticas aos relatos de viagens

Antes do advento da antropologia, da sociologia e da arqueologia como ciências autônomas, a observação e a descrição de costumes de povos distantes ou isolados era algo bastante difundido, sendo, inclusive, uma literatura bastante popular nos terrenos europeus desde a Renascença. Na primeira metade do Século XIX, as ciências sociais estavam dando os primeiros passos para sua formação enquanto ciências autônomas. Sobretudo, ainda não haviam metodologias definidas que pudessem ditar formas de descrever os povos, as nações, seus costumes, suas formas de ser, seus aparatos políticos, o desenvolvimento e a expressão de suas morais. Essas noções metodológicas serão melhores desenvolvidas apenas no final do mesmo século, com a publicação de *As regras do método sociológico* de Émile Durkheim, em 1895, e no início do Século XX, com *Os argonautas do Pacífico Ocidental*, de Bronislaw Malinowski, publicação de 1922. Certamente há outras obras importantes para as questões de método, mas essas duas merecem ser citadas, pois se objetivam justamente o esclarecimento de possíveis regras de observação, tanto na perspectiva sociológica quanto antropológica.

Entretanto, em 1838, foi Harriet Martineau (2021, p. 25) que escreveu, de maneira clara e direta: “os poderes da observação podem ser treinados”. Rousseau havia preconizado algo semelhante em seu *Emílio* (2015, p. 672): “tudo o que se faz com razão deve ter suas regras. Consideradas como parte da educação, as viagens devem ter as suas”. Não podemos ter certeza de que Martineau bebeu diretamente das provocações rousseauianas<sup>4</sup>, mas é possível afirmar que o conjunto de afirmações de ambos os autores reserva inquestionável importância. Vejamos a explanação detalhada traçada por Martineau:

“O observador de homens e costumes permanece tão necessitado de preparação intelectual quanto qualquer outro estudante. Isto não

---

4 Na obra *Como observar* a autora faz uma breve citação do *Contrato social* de Rousseau, mas não se refere diretamente aos comentários do autor acerca dos relatos de viagem, presentes no *Discurso sobre a desigualdade* e no *Emílio*. Assim, não podemos afirmar diretamente a influência do mesmo sobre a autora, apenas presumir.

é, de fato, geralmente suposto, e uma multidão de viajantes age como se não fosse verdade. Do amplo número de turistas que anualmente navega de nossos portos, não existe provavelmente um que sonharia pretender fazer observações de qualquer assunto de pesquisa física, dos quais ele não entende nem mesmo os princípios. Se, sobre seu retorno do Mediterrâneo, o despreparado viajante fosse questionado sobre a geologia da Córsega, ou as construções públicas do Palermo, ele replicaria: “Oh, eu não posso contar-lhe nada sobre isso – eu nunca estudei geologia; eu não sei nada sobre arquitetura”. Mas poucos, ou nenhum, fazem a mesma confissão sobre a moral e os costumes da nação. Todo homem parece imaginar que ele pode entender os homens num relance; ele supõe que é suficiente estar entre eles para conhecer o que eles estão fazendo; ele pensa que olhos, ouvidos e memórias são suficientes para as morais, embora eles não se qualificariam para observação botânica ou estatística; ele se pronuncia com confiança sobre os méritos e a condição social das nações entre as quais ele viajou; nenhum receio sempre o leva a dizer, “Eu posso dar a você poucas informações gerais sobre as pessoas que eu tenho visto; eu não estudei os princípios morais; eu não sou juiz de costumes nacionais.” (MARTINEAU, 2021, p. 25)

Nesta célebre passagem, a autora chama atenção para uma questão que talvez estivesse latente até então: para que um viajante possa observar e descrever costumes, ele precisa, minimamente, se preparar para tal, como se prepara para o exercício de qualquer gênero das ciências e das artes. Martineau nos esclarece: observar é uma atividade técnica, que necessita de aprimoramentos; o observador precisa cuidar da “gradual expansão de seu conhecimento”, da “expansão de suas percepções”, da “maturidade de seus julgamentos” (MARTINEAU, 2021, p. 238). Rousseau, de seu lugar, chama atenção para os incontáveis preconceitos carregados pelos observadores:

“Para se instruir, não basta percorrer os países; é preciso saber viajar. Para observar, é preciso ter olhos e voltá-los para o objeto que se quer conhecer. [...] De todos os povos do mundo, o francês é o que mais viaja; mas, orgulhoso de seus costumes, confunde tudo o que se afasta deles.” (ROUSSEAU, 2015, p. 667)

No entanto, compreender os costumes alheios não é, de modo algum, uma tarefa simples; o que há por trás dos hábitos, morais e modos de vida de uma sociedade compreende uma série de objetos e funcionalidades que podem ser no mínimo confusos para aquele que os observa; o significado que reside por trás dos costumes estão emaranhados na vida ordinária dos sujeitos observados, ou seja, estão nas ações mais simples de cada indivíduo. Compreendê-los exige um regramento bastante específico, o que se trata de uma questão bastante complexa; não o fosse, teria sido mais fácil resolver os meandros metodológicos dos estudos em sociologia e antropologia que, até os presentes dias, ainda carregam certos desacordos.

A descrição de costumes é bastante antiga, e geralmente praticada por observadores comuns, que se prestaram a escrever sobre os mesmos sem realizar uma pesquisa adequada. Para uma breve exemplificação, podemos voltar rapidamente às raízes das descrições de costumes: ainda no Século I, temos a *História Natural* de Plínio, o velho, que se permite não só descrever costumes de nações pouco conhecidas, bem como criar *fantasias* a respeito delas:

“[...] há costumes que, em minha opinião, não devem ser omitidos; e mais particularmente, em relação aos povos que habitam a uma distância considerável do mar; entre os quais, não tenho nenhuma dúvida, alguns feitos parecerão de natureza assombrosa e, de fato, incríveis para muitos. Quem, por exemplo, poderia acreditar na existência dos Etíopes, caso jamais os tenham visto? E de fato, o que não parecerá maravilhoso quando conhecermos algo pela primeira vez? [...] mas de inestimável importância, quando o consideramos devidamente, é a existência de tantos modos de falar, de tanta variedade de expressões; que para outra pessoa, um homem que seja de um país diferente é quase como se não fosse mesmo um homem.” (PLÍNIO O VELHO, 2019, p. 10)

Como é possível averiguar a partir desta passagem, a curiosidade pela diversidade possível entre os costumes humanos parece ter acompanhado a prática descritiva dos mesmos, assim como o *exercício de inferiorização* que geralmente é praticado quando se



refere a costumes dados como “pitorescos” ou mesmo à aparência de um povo.

Citaremos brevemente alguns relatos modernos, para ilustrar certos posicionamentos que chamaram a atenção, tanto de Rousseau quanto de Martineau: temos, por exemplo, o aventureiro inglês Peter Carder, que em 1577 relatou suas aventuras vividas perto dos “cruéis selvagens” (CARDER in HUE; SÁ, 2020, p. 186) das terras brasileiras, ou mesmo o viajante William Davies, que constatou, a partir de uma viagem ao Brasil realizada em 1608, a respeito dos nativos, que “essa gente é muito engenhosa e habilidosa, e muito traiçoeira” (DAVIES in HUE; SÁ, 2020, p. 191). De modo geral, os povos do Novo Mundo são descritos de modo pejorativo, o que levou até o Conde de Buffon<sup>5</sup>, já no Século XVIII, a constatar, em sua *História natural*, que os povos ditos selvagens seriam “povos que se assemelham pela feiura, [...] sendo grosseiros, supersticiosos e estúpidos” (BUFFON, 2020, p. 310). Ora, estes relatos também podem ser concebidos como verdadeiros agentes intelectuais da difusão do preconceito cultural, isto é, de concepções xenofóbicas no solo europeu.

Como é possível constatar a partir dos pequenos trechos que aqui trouxemos, os relatos de viagens da modernidade mantiveram alguns devaneios semelhantes aos relatos da antiguidade, principalmente no que se refere a prática de inferiorização do outro. Cerca de 1500 anos após o texto de Plínio, as grandes navegações levaram viajantes europeus até terras desconhecidas, onde viviam povos também desconhecidos; e por mais que esta pudesse se configurar em uma oportunidade para que tais viajantes pudessem contar ao velho mundo quão diverso poderia ser o ser humano e seus costumes, e quão maravilhosa é esta diversidade, estes preferiram julgá-la, inferiorizando o povo observado, considerando-os seres atrasados no tempo, de falsas crenças, de gostos peculiares, que não podiam entender os “verdadeiros prazeres da vida”, assim presumidos pelos povos ocidentais.

---

5 Diferentemente dos ingleses Carder e Davies, o francês Buffon não era um viajante; no entanto, era ávido leitor desses relatos de viagens (como grande parte dos intelectuais de sua época), e os utilizou para tirar importantes conclusões de sua *História natural*.

Esta visão parcial e pejorativa percorreu os séculos, e passou pelos olhos de muitos europeus. No Século XVIII, os relatos de viagens ainda eram textos muito populares: na França, regularmente esses textos eram publicados no periódico *L'Histoire générale des voyages*, publicação que chegou até as mãos de diversos pensadores da época, entre eles, Jean-Jacques Rousseau, este, que desenvolveu talvez as mais contundentes provocações de sua época e contexto.

Contudo, Rousseau também desenvolve uma perspectiva crítica à sociedade europeia em sua obra. Para o autor, o homem moderno estaria repleto de vícios irrecuperáveis, entre eles, a vaidade. E é por meio dela que chegamos aos relatos de viagens: os autores de tais escritos seriam incapazes de considerar a diversidade diante deles sem inferiorizar aquele que observam; trata-se de um efeito do *amor-próprio*, sentimento que torna impossível que os homens se encarem em tom de igualdade. Entre indivíduos de nações distintas, este abismo tende a ser ainda maior. Desse modo, os viajantes não despendiam qualquer esforço para compreender a distinção por trás dos costumes que haviam observado; viam aqueles homens com certo desprezo, uma vez que se tratavam de *não-europeus*.

De acordo com Rousseau, a visão limitada dos viajantes europeus prejudicava substancialmente os relatos de viagens, que de forma alguma poderiam ser considerados como fontes seguras para se ler a respeito dos povos que ali eram descritos.

“Não se abre um livro de viagens que não contenha descrições de características e costumes. Porém, é de admirar que essas pessoas que tantas coisas descreveram apenas disseram o que todos já sabiam e não souberam perceber, na outra extremidade do mundo, mais do que poderiam notar sem sair de sua rua. [...] Daí o belo adágio moral, tão repetido pela turba filosofesca: o homem é o mesmo em toda parte; e, como em toda parte tem as mesmas paixões e os mesmos vícios, inútil tentar caracterizar os diferentes povos. É como dizer que não se podem distinguir Pedro e João porque ambos têm um nariz, uma boca e dois olhos.” (ROUSSEAU, 2020, p. 270)

Rousseau também critica o fato de que tais relatos, muito lidos em sua época, eram geralmente escritos por homens que carregavam a observação dos costumes como tarefa *secundária*, parcialmente desinteressada: “os particulares podem ir e vir, mas parece que a filosofia não viaja [...]. Pois há apenas quatro tipos de homens que fazem longas viagens: os marinheiros, os mercadores, os soldados e os missionários” (ROUSSEAU, 2020, p. 269). Sendo assim, era bastante comum que nativos fossem descritos como homens inferiores e imbecilizados. “Há uma grande diferença entre viajar para ver países e para ver povos. O primeiro objeto é sempre o dos curiosos; o outro é para eles apenas acessório. Deve ser exatamente o contrário para quem quer filosofar” (ROUSSEAU, 2015, p. 671). Rousseau sugere que se os filósofos se dedicassem a tal empreitada, esta produção textual teria condições completamente distintas:

“Suponhamos um Montesquieu, um Buffon, um Diderot, um Condillac, ou homens dessa têmpera, realizando, com o intuito de instruir seus compatriotas, a mais importante de todas as viagens, a que deve ser feita com mais cuidado, observando e descrevendo, como ninguém, [...] todas as regiões selvagens. Suponhamos que esses novos Hércules, ao regressarem dessas excursões memoráveis, escrevessem em seguida, com gosto, a história natural, moral e política do que tivessem visto: então, veríamos surgir de sua pena um mundo novo, e aprenderíamos a conhecer o nosso. Digo que, quando semelhantes observadores afirmassem que tal animal é um homem e outro é uma fera, seria preciso acreditar no que dissessem; mas é muito ingênuo proceder do mesmo modo com viajantes grosseiros, sobre os quais às vezes se é tentado a fazer a mesma pergunta que eles se metem a responder sobre outros animais.” (ROUSSEAU, 2020, p. 271)

Rousseau, por sua vez, não procedeu a viagem alguma, apenas instigou<sup>6</sup>. Mas a janela aberta pelo autor nos conecta diretamente ao ponto que pretendemos chegar nesta breve investigação: o que confere capacidade a um viajante na prática descritiva dos costumes? O que o tornaria capaz de manter-se livre dos

---

6 O autor sofria de problemas urinários, de difícil tratamento em sua época, o que lhe impedia de viajar: “nasci quase moribundo. Pouca esperança tinham de me salvar. Trazia o germe de um incômodo que os anos aumentaram e que agora só me dá tréguas para me fazer sofrer cruelmente de outra maneira” (ROUSSEAU, 2008, p. 31). Em nota desta passagem, a tradutora observa que “era uma retenção de urina quase contínua, produzida por um defeito de conformação da bexiga” (QUEIROZ apud ROUSSEAU, 2008, p. 31).

preconceitos que poderiam invadir sua escrita, e de pensamentos que inferiorizariam o outro, simplesmente por não partilhar de uma mesma realidade e esclarecimento? Seria possível promulgar uma espécie de *policiamento* da prática de observação e descrição dos costumes, e criar regras que pudessem isentar tais descrições de nossos preconceitos?

É refletindo sobre essas problematizações que voltaremos à importante afirmação de Martineau: “os poderes de observação podem ser treinados” (MARTINEAU, 2021, p. 25); a ideia nos remete precisamente a Rousseau, que além de trazer provocações referentes a observação e descrição dos costumes, também havia afirmado a importância da criação de regras que pudessem ser seguidas por viajantes em seus relatos (ROUSSEAU, 2015, p. 672). A autora, por sua vez, não só dedicou sua vida a viajar, observar e descrever costumes, como também se dedicou a explanar sua metodologia, deixando sugestões muito preciosas para viajantes futuros, também para a prática das ciências sociais.

### Por um aprimoramento da observação dos costumes

A inglesa Harriet Martineau, esta, reconhecida por muitos estudiosos das ciências sociais como uma importante autora para o advento da sociologia, lançou em 1837 a obra *Sociedade na América*, análise e relato de suas observações sobre os costumes e a condição social nos Estados Unidos naquele ainda breve Século XIX. A autora era bastante lida na época<sup>7</sup>, embora comumente não apareça entre os autores canônicos da sociologia, fato que se deve provavelmente ao caráter androcêntrico da cultura ocidental, que acompanha não só nossa vida ordinária, mas certamente faz parte de nossa história intelectual – e de tudo que foi omitido ou desconsiderado dela. Esta lamentável característica, reducionista e limitadora, deixou de fora do cânone das ciências sociais as ideias de muitas autoras de suma importância para os avanços teóricos e metodológicos desta área do conhecimento.

---

<sup>7</sup> Para mais informações sobre a popularidade e a presença da autora na imprensa e na leitura crítica de sua época, cf. o artigo *Harriet Martineau: circulação e influência no debate público na primeira metade do Século XIX*, de Luna Ribeiro Campos e Verônica Toste Daflon.

Se faz muito importante, portanto, que façamos os mais oportunos resgates da vida e obra de autoras como Martineau, e assim possamos minimamente contribuir para a introdução de sua produção textual em grupos de discussão dos círculos acadêmicos, que historicamente se mantiveram reféns de um viés patriarcal e excludente, certamente prejudicial para a fruição do conhecimento e de suas possibilidades.

Logo na introdução de seu estudo, a autora explicita muito claramente sua preocupação com a fruição metodológica da obra. Vejamos:

“Em busca por métodos pelos quais pudesse comunicar o que tenho observado em minhas viagens, sem oferecer qualquer pretensão de ensinar os ingleses ou julgar os americanos, dois expedientes me ocorreram; ambos os quais adotei. Um é comparar o estado da sociedade existente na América com os princípios sobre os quais professadamente está fundada; testando assim Instituições, Morais e Maneiras por um padrão incontestável, ao invés de um arbitrário, e assegurando-me o mesmo ponto de vista com meus leitores de ambas as nações.” (MARTINEAU, 2022, p. 22)

Desde o princípio, a autora carrega consigo a necessidade de sistematização das formas de observar<sup>8</sup>; para a época de seus escritos, parece-nos bastante inédita uma preocupação tão específica: as ciências sociais só foram consolidar metodologias mais precisas de descrição dos costumes em pleno Século XX, quando a sociologia e a antropologia já podiam gozar de certa autonomia nos centros acadêmicos.

A autora é também pioneira por ter posto em questão os esclarecimentos etnocêntricos que eram mantidos pelos intelectuais ocidentais, provocação que, antes dela, havia sido

---

8 Este texto abre, inclusive, com uma citação que consideramos bastante oportuna: “para capturar um caráter, mesmo que de um homem, em sua vida e mecanismo secreto, requer-se um filósofo; para delinear-lo com verdade e impressividade, é trabalho para um poeta. Como, então, deve um ou dois lustrosos tutores clericais, com um tanto quanto o escudeiro abatido pelo tédio, ou o especulativo capitão mal pago, dar-nos visões sobre tal assunto?” (HORN in MARTINEAU, 2022, p. 21). Este texto fora retirado de uma publicação do *Edinburgh Review* de 1827 (de autoria de Franz Horn, pelo que nos foi possível apurar – no texto de Martineau ela não cita o autor, apenas referencia o periódico). Estas afirmações nos remetem diretamente a Rousseau e sua implicância com os desinteressados autores dos relatos de viagens, pouco qualificados para tal função.

assumida por poucos, como Montaigne, Montesquieu e Rousseau<sup>9</sup>. No entanto, mais que tecer meras provocações, Martineau viajou até o continente americano e realizou observações sistemáticas, revelando que existiam incongruências entre o que falavam sobre a democracia americana, e o que de fato o povo estava a ver. Vejamos o comentário de Hill:

"Her methodological strategy confronted the problem of ethnocentrism. Rather than compare the United States with England, she identified the moral principles to which Americans claimed allegiance, and compared them with observable social patterns – a methodologically insightful distinction between rhetoric and reality. [...] Her systematic observations of society are directly relevant to historical and comparative sociologists who would unravel the complexities of Victorian England and nineteenth-century life generally. Martineau documented a wide chasm between extant institutional patterns and the values of democracy, justice, equality, and freedom that Americans claimed to cherish<sup>10</sup>." (HILL, 1991, p. 292)

Autores que tiveram a pretensão de organizar esta prática antes de Martineau, como o próprio Rousseau, apenas exerceram críticas pontuais; a autora, por sua vez, sistematizou aquilo que tinha a observar (e como deveria o fazer). As consolidações de seus intuitos metodológicos estão na obra publicada em 1838, *Como observar: morais e costumes*, provavelmente o mais completo guia de observação e descrição publicado em sua época<sup>11</sup>, preocupado justamente com o rigor do viajante que carregasse consigo pretensões para esta prática de observação e descrição.

---

9 E mais tarde pelo contemporâneo de Martineau, Alexis de Tocqueville.

10 "Sua estratégia metodológica enfrentou o problema do etnocentrismo. Em vez de comparar os Estados Unidos com a Inglaterra, ela identificou os princípios morais aos quais os americanos alegavam fidelidade e os comparou com padrões sociais observáveis – uma distinção metodologicamente criteriosa entre retórica e realidade. [...] Suas observações sistemáticas da sociedade são diretamente relevantes para os sociólogos históricos e comparativos que desvendariam as complexidades da Inglaterra vitoriana e da vida do século XIX em geral. Martineau documentou um grande abismo entre os padrões institucionais existentes e os valores de democracia, justiça, igualdade e liberdade que os americanos alegavam estimar" (tradução nossa).

11 É importante esclarecer: de acordo com Alcântara, tal empreitada não foi realizada de maneira isolada: "seu texto fazia parte de uma coleção sobre *Como observar*, escrita para viajantes acadêmicos ou leigos, sobre diversos conteúdos e Martineau foi a responsável pelo segundo volume da série: '*morals and manners*'" (ALCÂNTARA, 2022, p. 179).

“Enquanto viajantes generalizam sobre morais e maneiras tão precipitadamente quanto eles fazem, provavelmente será impossível estabelecer uma convicção geral de que nenhuma nação civilizada é melhor ou pior determinável do que alguma outra sobre este lado bárbaro, o campo inteiro de morais será tomado dentro da visão. Enquanto os viajantes continuam a negligenciar os significados seguros da generalização, os quais estão ao alcance de todos, e constroem teorias sobre as manifestações das mentes individuais, existe pouca esperança de inspirar homens com aquele espírito da imparcialidade, deferência mútua, e amor, os quais são os melhores iluminadores dos olhos e retificadores do entendimento. ”  
(MARTINEAU, 2021, p. 30)

Aqui fica bastante evidente que as generalizações compostas pelos viajantes, desqualificados para a função, carregam consigo o poder de promulgar noções distorcidas a respeito dos costumes observados, o que inclui também a generalização de comportamentos que podem pertencer a indivíduos isolados, e que não necessariamente deveriam representar uma nação ou um povo. Em uma palavra, podemos dizer que Martineau busca outorgar certas regras que providenciem um *supervisionamento* do observador em relação a suas descrições acerca de costumes.

E como fora bem observado por Hill, a perspectiva a ser superada é justamente o etnocentrismo, problema também enfrentado por Rousseau em suas críticas aos relatos de viagens. Neste viés percebemos que o ideário de Martineau e Rousseau parte de um mesmo lugar, uma vez que ambos precisam combater o erro cíclico daqueles que descrevem costumes sem possuir aptidão para tal. No artigo sobre o programa etnológico rousseauniano, Arco Junior traz um comentário que muito nos interessa citar:

“O erro apontado é o etnocentrismo, isto é, o observador acreditar na possibilidade de “julgar o gênero humano”, mesmo tendo tomado como ponto de partida uma má definição (contaminada ou parcial) de homem; diz respeito à cegueira e surdez do homem, particularmente do homem europeu, à sua incapacidade de se despir de seus costumes para ver e ouvir o outro e, deste modo, considerar o mundo para além das fronteiras nacionais que o encerram. ” (ARCO JUNIOR, 2019, p. 140)

Ora, nos parece evidente que o esclarecimento etnocêntrico que é criticado por Martineau – e que consta como uma das principais motivações para que a autora promulgue um método – seja bastante semelhante ao inimigo que é descrito por Rousseau: se o viajante vai descrever os povos sem distanciar o próprio olhar, seus relatos serão puro desserviço; a *visão de mundo* que é compartilhada por outros povos será deturpada, e só nos restará vê-los a partir dos olhos do preconceito, este véu limitador que só a verdadeira filosofia poderia combater. Martineau, por sua vez, é bastante perspicaz ao listar, entre as condições básicas para se observar as morais e costumes, a visão filosófica.

### Regrar a observação, aprimorar a descrição

Nesta seção, falaremos um pouco sobre a estrutura da obra de Martineau *Como observar*, sublinhando alguns pontos que nos parecem essenciais. Primeiramente, para que pudéssemos galgar generalizações seguras, que realmente digam a respeito de um povo enquanto tal, Martineau propõe certas premissas, primordiais para a observação, divididas em três categorias: a) requisitos filosóficos, b) requisitos morais e c) requisitos mecânicos.

Os primeiros, *requisitos filosóficos*, dizem a respeito de um regramento que possa proceder corretamente quanto às limitações da liberdade de julgamento: o observador precisa partir de uma compreensão ativa, e a partir dela intermediar os fatos individuais, criando, assim, condições seguras para a composição de generalizações, estas, que não representem possíveis deformidades dos fenômenos observados, e que possam realmente constituir em elos seguros entre o geral e o específico. De acordo com Martineau, “um viajante pode fazer melhor sem olhos, ou sem ouvidos, do que sem tais princípios, como existem evidências para provar” (MARTINEAU, 2021, p. 38)<sup>12</sup>. Um regramento filosófico

---

12 A autora carregava consigo uma deficiência auditiva, o que não a impediu de realizar as observações necessárias para o desenvolvimento de seu método. No entanto, isso não inibiu que críticos a atacassem de maneira preconceituosa. De acordo com Campos e Daflon, “na primeira edição de 1839, o *Quarterly* dedicou algumas páginas à resenha de *How to observe*. No entanto, o texto perde a chance de realizar uma crítica séria das ideias da autora para atacá-la de maneira irônica, maldosa e preconceituosa. O autor, anônimo, inicia seu texto ironizando a própria proposta do livro de ensinar ‘como observar’ ao dizer que o próximo volume seria sobre ‘como mamar’ (*how*



implicará, além disso, na capacidade de considerar a diferença sem implicações desnecessárias:

“O observador que parte com uma crença mais filosófica não apenas escapa da aflição de ver o pecado em qualquer lugar que ele vê a diferença, e evita o sofrimento de desprezo e alienação da sua espécie, mas, por estar preparado para o que ele testemunha, e consciente das causas, está livre da agitação de estar chocado e alarmado, preserva sua tranquilidade, sua esperança, sua simpatia; e está, então, muito melhor equipado para perceber, entender, relatar as morais e costumes das pessoas que ele visita. Sua mais filosófica crença, derivada de toda evidência e justa reflexão, é que cada sentimento de certo e errado do homem, ao invés de ter nascido com ele, cresce nele da influência para a qual ele é sujeitado.” (MARTINEAU, 2021, p. 44)

Ora, o recurso filosófico permite que o esclarecimento ainda reserve sua margem de dúvida, uma vez que não é função do observador esgotar as possibilidades de interpretação. Além disso, ele permite que tenhamos plena noção de que há uma característica convencional, de formação social, ou seja, o *caráter nacional* do povo que é objeto de estudo.

Aqui há um fator que nos mobiliza diretamente a Rousseau e sua constatação de que “os particulares podem ir e vir, mas parece que a filosofia não viaja” (ROUSSEAU, 2020, p. 269); segundo o autor, os relatos de viagens jamais puderam proporcionar conhecimentos seguros acerca dos povos observados, uma vez que jamais se solidarizaram com seu caráter nacional, analisando-os como se estivessem a falar de europeus mal instruídos ou “incompletos”, infelizes em suas concepções. Acerca deste caráter, Rousseau dá importância máxima: em seu *Projeto de constituição para a Córsega*, afirma que para conhecer um povo “a primeira regra que devemos seguir é o caráter nacional” (ROUSSEAU, 2022, p. 100). No entanto, os viajantes *viam o pecado onde havia diferença*, e

---

*to suck*) e ‘como falar’ (*how to talk*), dando a entender que a faculdade de observar, assim como a de sugar o leite materno ou falar, seria algo intrínseco do ser humano e não teria por que ser ensinado. O autor, ainda no primeiro parágrafo da resenha, ridiculariza a surdez da autora ao dizer que o volume de *how to talk* teria que ser escrito por um autor surdo e mudo para conseguir se comunicar com Martineau” (CAMPOS; DAFLON, 2022, p. 101). Esta crítica de baixo nível demonstra quão difícil se tratava a empreitada da autora, não só por se tratar de uma mulher no meio intelectual, mas por se dedicar a um assunto tão incomum para a época.

imprimiam relatos onde apenas pareciam lamentar quão distantes aqueles indivíduos estavam dos franceses, dos ingleses, dos espanhóis, etc. Martineau, inclusive, considera que as supostas certezas carregadas por viajantes despreparados constituem em verdadeiros riscos para a pesquisa empregada:

“Seja qual for sua filosofia de caráter individual, o observador reflexivo não pode viajar, com sua mente desperta, sem admitir que não pode existir nenhuma dúvida, exceto que o caráter nacional é formado, ou amplamente influenciado, pelas circunstâncias gigantescas, que, sendo o produto de nenhuma mente individual, são diretamente atribuíveis ao grande governo moral da raça humana.” (MARTINEAU, 2021, p. 56)

Em relação à segunda categoria instaurada por Martineau, os *requisitos morais*, estes dizem a respeito da intolerância que deve ser evitada pelo observador, uma vez que “todo preconceito, toda perversão moral, ofusca ou distorce o que quer que os olhos observam” (MARTINEAU, 2021, p. 61); trata-se, mais uma vez, de uma orientação que pode inspirar o viajante a despir-se de esclarecimentos viciados e parciais que possam deturpar descrições comportamentais de um povo observado.

“Nós não podemos, de repente, fazer-nos muito melhor do que nós temos sido, para um objeto como observar morais e costumes; mas, claramente averiguar o que é que mais comumente, ou o mais grosseiramente, vicia a observação estrangeira, nós podemos colocar em cheque nosso espírito de preconceito, e carregar conosco restauradores de temperamento e espírito, que podem ser de serviço essencial para nós em nossas tarefas.” (MARTINEAU, 2021, p. 61)

Estes “restauradores de temperamento” citados pela autora podem ser exemplificados pela *simpatia*, que é o que pode garantir certa proximidade entre o observador e o observado: “se um homem não tem simpatia, não existe ponto do universo [...] onde ele possa se encontrar com seu semelhante. Tal pessoa está, de fato, se debatendo no fundo do poço, com apenas as sombras de

homens sempre voando sobre ela" (MARTINEAU, 2021, p. 63). Nesta passagem parece haver um aceno à alegoria platônica, bastante conhecida, que imagina homens presos ao fundo de uma caverna, observando as sombras, sem se dar conta da realidade que lhes espera do lado de fora (PLATÃO, 2019, p. 323, §514a)<sup>13</sup>. Deste aceno, podemos sugerir que Martineau está a afirmar que o observador de costumes não pode se contentar em olhar para a sombra dos indivíduos, para a simples impressão do que seus costumes expressam; em suma, não pode simplesmente observar a partir de uma perspectiva que diz mais a respeito dos costumes daquele que observa. Ora, deve-se compreender a lógica *por trás* daquilo que observa – e a simpatia deve ser uma porta de acesso para que se configure uma proximidade mínima entre observador e observado.

Esta “quebra de tensão” que é sugerida pela simpatia se repete na terceira categoria que é pretendida pela autora, os *requisitos mecânicos* para se observar. Esta seção também trata da proximidade que o observador pode galgar com seus interlocutores: “alguma *familiaridade* deve ser alcançada antes que qualquer outra coisa possa ser feita” (MARTINEAU, 2021, p. 78, grifo nosso). A coleta de informações presume que o observador possa realizar conversações com o povo observado, e para esta atividade, deverá se deslocar de um local para outro; na sugestão dada por Martineau, deve-se evitar a todo custo qualquer amostra de imponência ou acanhamento, característica que, segundo a autora, os ingleses teriam de sobra (MARTINEAU, 2021, p. 74)<sup>14</sup>; o comportamento do observador irá, portanto, influenciar completamente a qualidade de seus relatos, pois modificará a informação coletada de cada indivíduo que conversar – e para tal, obviamente, é necessário uma “autoentrega para uma língua estrangeira” (MARTINEAU, 2021, p. 78), justamente para que haja entendimento entre observador e observado.

Para além dessas necessidades, a autora afirma que o viajante, quando estiver no território do povo a ser estudado, deve preferir

---

13 Rousseau, por sua vez, faz alusão às teorias platônicas ao citar a estátua de Glauco (2020, p. 160), que teria caído no fundo do mar e, quando resgatada, já ninguém mais a reconhecia.

14 Rousseau concordaria com a afirmação: “os ingleses também tem seus preconceitos nacionais; têm-nos até mais do que ninguém, mas tais preconceitos devem-se mais à ignorância do que à paixão. O inglês tem os preconceitos do orgulho, e o francês, os da vaidade” (ROUSSEAU, 2015, p. 668).

por seguir como um pedestre, evitando qualquer tipo de locomoção guiada por terceiros<sup>15</sup>; dessa forma, terá liberdade para seguir e parar quando quiser – no entanto, “uma jornada a pé pressupõe abundância de tempo” (MARTINEAU, 2021, p. 75) – e esta afirmação também sugere que o observador precisará dedicar muitos dias para desvendar os significados dos costumes que descreverá, uma vez que não está, de forma alguma, diante e objetos autoevidentes ou de fácil apreensão.

“Se fosse uma questão na qual se pudesse aprender a maioria de morais e costumes por viagem (o cavalheiro instruído em filosofia e aprendizagem, prosseguindo em sua carruagem, com um mensageiro) ou um simples turista pedestre, equipado apenas com a linguagem, e de que o pedestre retornaria mais familiarizado com seu assunto do que o outro. Se o rico escolarizado e o filósofo pudessem fazer a si mesmos um cidadão do mundo pelo tempo, e irem adiante a pé, descuidados do luxo, pacientes da fadiga, e sem medo da solidão, eles não seriam somente parte da elite dos turistas, mas um benfeitor do mais elevado tipo de ciência; e ele se tornaria familiarizado com o que poucos são acostumados – os melhores prazeres, transitórios e permanentes, de viajar. Aqueles que não podem perseguir esse método conseguirão mais ao deixar o status de lado, conversar com o povo com o qual se deparam, e divergir da estrada principal tanto quanto possível.” (MARTINEAU, 2021, p. 78)

Com esta série de sugestões acerca do deslocamento do pesquisador, a autora consolida os requisitos básicos para a observação. Aqui, podemos conjecturar que só com esta primeira parte já teríamos um método suficiente (e provavelmente eficiente) para que qualquer viajante que fosse descrever costumes pudesse se guiar, para então aprimorar suas práticas de observação, algo bastante único para a época. Entretanto, *Como observar* ainda carrega a segunda parte, *O que observar*, e a terceira parte, *Métodos mecânicos*<sup>16</sup>.

---

15 É bastante curioso perceber que alguns pequenos detalhes pareçam conectar a autora com Rousseau; o genebrino era um grande adepto das caminhadas, tendo dedicado sua última obra, *Devaneios de um caminhante solitário*, ao poder de reflexão que esta prática pode propiciar.

16 Esta terceira parte se dedica a comentar o uso das ferramentas utilizadas pelo observador: um diário, um caderno, as perguntas que ele deve carregar consigo, os desenhos ou descrições da paisagem; dedica-se também a sugerir em que momentos o observador deve tomar nota ou resguardar o que é observado em sua memória (outra ferramenta muito importante do observador).

Chamamos atenção para esta segunda parte que, bastante abrangente, é subdividida em seções relativas à *religião*, *noções morais gerais*, *estado doméstico*, *ideia de liberdade* e de *progresso*. Aqui podemos conferir que a abordagem de Martineau ganha um viés realmente mais sociológico, se afastando um pouco da propensão à antropologia: “a voz de um povo inteiro se eleva no trabalho silencioso de uma instituição” (MARTINEAU, 2021, p. 87); isto é, a autora faz provocações para que os relatos individuais realmente possam não só passar por um processo de generalização, mas que sejam identificadas noções gerais que englobem tudo que há de individual. Somente assim poderíamos sugerir o entendimento acerca de um povo, de uma nação, que até então desconhecíamos.

“Os registros de qualquer sociedade, sejam eles quais forem, se destroços arquitetônicos, epitáfios, registros cívicos, músicas nacionais, ou quaisquer outras das milhares de manifestações da mente comum, que podem ser encontrados entre todos os povos, proporcionam mais informações sobre morais em um dia do que uma conversa com indivíduos em um ano. [...] Indicações gerais devem ser procuradas, ao invés de generalizações sendo enquadradas dos costumes de indivíduos.” (MARTINEAU, 2021, p. 87)

Consideramos que nesta passagem encontramos uma espécie de objeto fulcral da teoria martineauiana, onde ela explicita seu rigor sociológico. Em primeiro lugar estão as noções gerais, e são justamente elas que explicitam os costumes observados, e o assim entendido caráter nacional.

Martineau parece antecipar, inclusive, o conceito de *fato social*, introduzido por Durkheim (1973, p. 389) no fim do século que ambos dividiram, termo muito importante para o primado sociológico. A autora utiliza uma série de outros termos que evocam significados semelhantes, como aqui é explicitado por Alcântara:

“Martineau não falava nem em *atos sociais*, nem em *fenômenos sociais*. Os termos de maior destaque em *Como observar* são *classes de fatos*, *fatos gerais*, *morais e costumes*, tendo citado, ainda, os *sistemas sociais*. Martineau alegava que costumes e morais não foram

apartados em seu texto porque “são inseparáveis” ou “deixam de ter significado quando separados”, já que os costumes seriam manifestações das morais. Ao mesmo tempo, afirmava que relatar costumes é uma ação de um não filósofo e não observador. Desse modo, para quem estuda “os princípios morais, “os costumes são um índice”.” (ALCÂNTARA, 2022, p. 180)

Martineau também fala de *fatos nacionais* (MARTINEAU, 2021, p. 227), e mesmo que ela não especifique detalhadamente o conceito, está justamente se referindo à exterioridade e à abrangência de fatores que perpassam os indivíduos, mas que dizem a respeito de um povo como um todo, ou seja, aquilo que exprime o caráter nacional – termo este, por sua vez, muito caro para os escritos políticos de Rousseau, e característica essencial para a prática descritiva dos costumes.

Muitos aspectos sugerem que Harriet Martineau realizou um trabalho importante no campo das ciências sociais. Em alguma altura, poderíamos insinuar que ela teria atendido diretamente às provocações inferidas por Rousseau em suas críticas aos relatos de viagens, quando este instiga pensadores a realizarem viagens para observar os costumes. Ora, mesmo que a socióloga tenha sido minimamente influenciada pelo filósofo, sua empreitada sociológica tem mérito próprio, e vai muito além de qualquer provocação. Ora, os objetivos do presente texto trafegam justamente entre a proximidade de Martineau e Rousseau em suas críticas à prática descritiva dos costumes, e a unidade que cada um deles possui.

### Considerações finais

Tratamos, nas páginas acima, de relacionar alguns pontos do pensamento de Jean-Jacques Rousseau e Harriet Martineau no que se refere aos relatos de viagens, seus problemas de análise e de conteúdo em relação aos costumes, e que caminhos eles deveriam tomar. Como foi possível identificar, Rousseau se demonstra um crítico voraz dos relatos de viagens, afirmando uma insuficiência de informações e a falta de critério dos viajantes em

sua composição; entre suas críticas, está a sugestão para que pensadores sérios pudessem tomar a posse de tais narrativas, para que elas pudessem garantir a legitimidade que mereceriam. Martineau, por sua vez, dá um passo além: não só se dispõe a uma análise crítica da prática de observação e descrição, como também vai a campo, se dedica a analisar as morais e costumes da sociedade estadunidense e, por fim, propõe um método de estudo.

Martineau parece ter seguido a provocação de Rousseau, que via como necessária a participação de filósofos e pensadores na execução desta prática, bastante problemática desde o início do processo de colonização das Américas e da expansão dos territórios europeus – o qual, devemos observar, pouquíssimos pensadores ousaram problematizar, ao menos até o final do Século XVIII. A verdade é que Martineau se desenvolve como a pensadora que o próprio Rousseau provavelmente gostaria de ter lido, e dispõe em seu método os recursos mais importantes para a filosofia: a pergunta, a curiosidade, e a simpatia pelo objeto investigado. Com isso, a autora prova-se não apenas uma pioneira da sociologia, detentora de um arrojado método para as ciências sociais, como também uma autora que desenvolveu textos muito preciosos para a filosofia.

Ao concluirmos nossa breve pesquisa, ainda longe de esgotar o assunto abordado, acreditamos que as aproximações sugeridas a partir do recorte bibliográfico da obra de Rousseau e de Martineau trazem contribuições efetivas para a pesquisa acadêmica, e também podem inspirar investigações futuras. A problematização dos relatos de viagens e a instauração de um método para a observação e a descrição dos costumes humanos repousam, sem dúvida, entre as mais profundas raízes das ciências sociais – sobretudo porque tais empreitadas também nos ajudam a ressignificar o olhar a respeito do outro, e a problemática perspectiva desenvolvida pelo ocidente desde o advento da modernidade, carregada por intolerância, preconceito e violência.

## Referências bibliográficas

ALCÂNTARA, F.H.C. *O nascimento da observação social sistemática com Harriet Martineau*. Teoria e Cultura, Juiz de Fora, v. 17, n. 1, p. 176–190, mai. 2022.

ARCO JUNIOR, M. D. B. *O olhar distanciado: o programa etnológico de Rousseau*. Revista Discurso, No. 49 (2), 2019, p. 137–153.

BUFFON. *História natural*. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

CAMPOS, L.R.; DAFLON, V.T. *Harriet Martineau: circulação e influência no debate público na primeira metade do século XIX*. Sociologias, Porto Alegre, ano 24, n. 61, p. 86–115, set-dez 2022.

DAFLON, V.T; CAMPOS, L.R. (org.). *Pioneiras da sociologia: mulheres intelectuais nos Séculos XVIII e XIX*. Niterói: Eduff, 2022.

DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. In: *Coleção Os Pensadores – XXXIII – Comte e Durkheim*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

HILL, M.R. Harriet Martineau (1802–1876). In: *Women in sociology: a bio-bibliographical sourcebook*. New York: Greenwood Press, 1991.

HUE, S. SÁ, V. K. L. *Ingleses no Brasil: relatos de viagem*. São Paulo: Chão Editora, 2020.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Jean-Jacques Rousseau, fundador das ciências do homem*. In: *Antropologia estrutural dois*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

MARTINEAU, H. *Como observar: morais e costumes*. Governador Valadares: Fernanda Henrique Cupertino Alcântara, 2021.

\_\_\_\_\_. *Sociedade na América: volume 1 – política*. Governador Valadares: Fernanda Henrique Cupertino Alcântara, 2022.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. In: *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MONTAIGNE, M. Ensaio – volume 1. In: *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

PLATÃO. *A república*. São Paulo: Edipro, 2019.

PLÍNIO O VELHO. *História natural: livro VII – o homem*. Curitiba: Antonionfontoura, 2019.

ROUSSEAU, J.J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. In: *Rousseau – Escritos sobre a política e as artes*. São Paulo: UBU Editora/Editora UNB, 2020.

\_\_\_\_\_. *Emílio ou da educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2014

\_\_\_\_\_. Projeto de constituição para a Córsega. In: *Textos de intervenção política*. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

\_\_\_\_\_. *Confissões*. Bauru: Edipro, 2008.



# Charlotte Perkins Gilman, pionera de la sociología: Un legado relacional para teorizar el género, cuerpos y artefactos

Olga Sabido Ramos<sup>1</sup>

## Resumen

El artículo recupera los aportes de Charlotte Perkins Gilman, pionera de la sociología feminista, para el análisis de los cuerpos y los artefactos en la simbolización y materialización del género. En el artículo se desarrollan tres categorías analíticas propuestas por Gilman: a) la noción de 'simbolismo', b) la categoría 'diferenciación sexual excesiva' (*excessive sex-distinction*) y, c) las 'condiciones mecánicas' (*mechanical conditions*) del vestido. Demuestro cómo la sociología propuesta por Gilman nos ofrece una lógica relacional que articula la dimensión *simbólica* y *material* del género. Sostengo cómo diversas reflexiones de la autora son precursoras de algunos de los debates contemporáneos en torno a los estudios de los cuerpos generizados, la sociología de la percepción y la relevancia de la materialidad para explicar lo social. Del mismo modo, destaco cómo Gilman señala que estos mecanismos sociales de expresión, materialización y *performance* del género están atravesados por cuestiones estructurales como la economía capitalista y la cultura androcéntrica.

**Palabras clave:** Gilman, pioneras, género, cuerpos, vestido, artefactos

**Charlotte Perkins Gilman, pioneer of sociology: her legacy for theorizing about gender, bodies, and artifacts.**

## Abstract

The article recovers Charlotte Perkins Gilman's contributions, a pioneer of feminist sociology, for analyzing bodies and artifacts in the symbolization and materialization of gender. The article develops three analytical categories

---

<sup>1</sup> Profesora-investigadora del Departamento de Sociología de la Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Azcapotzalco, México. Perteneció al Área de Investigación Teoría y Pensamiento Sociológico. Sus líneas de investigación son 1. Teorías sociológicas con énfasis relacional; 2. Cuerpo, género y afectividad; 3. Epistemologías feministas y pioneras de la sociología. Entre sus últimas publicaciones destacan: Sabido Ramos, O. (2023) Emotions and senses: experience, practice and sensory networks, *Emotions and Society*, Vol. XX, 1-18; y Sabido Ramos, O. (2022). Sociología y epistemologías feministas. Objetividad(es), emociones y pedagogía encarnada. *La Ventana. Revista de estudios de género*. Vol.6, n. 56, pp.106-140 Perteneció al Sistema Nacional de Investigadores e Investigadoras, Nivel 2 Clave ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5658-4792> Correo: [olgasara2003@gmail.com](mailto:olgasara2003@gmail.com)

## Charlotte Perkins Gilman, pionera de la sociología

proposed by Gilman: a) 'symbolism,' b) 'excessive sex-distinction' and c) the 'mechanical conditions' of clothing. I demonstrate how the sociology proposed by Gilman offers us a relational logic that articulates the symbolic and material dimensions of gender. I maintain that various reflections of the author are precursors of some of the contemporary debates around the studies of gendered bodies, the sociology of perception, and the relevance of materiality to explain the social. In the same way, I highlight how Gilman points out that these social mechanisms of expression, materialization, and performance of the gender are traversed by structural issues such as the capitalist economy and androcentric culture.

**Keywords:** Gilman, pioneers, gender, bodies, dress, artifacts

### Charlotte Perkins Gilman, pioneira da sociologia: seu legado para teorizar sobre gênero, corpos e artefatos.

#### Resumo

Desde a década de 1990, há um questionamento do cânone dos clássicos da sociologia. Grande parte da crítica destacou seu caráter androcêntrico e o apagamento deliberado dos fundadores da sociologia e da teoria social (Deegan, 1991; Lengermann & Niebrugge, 2019; Aldana, 2020; Aldana, et al. 2021). Além da necessidade de compensar essas injustiças epistêmicas, algumas questões que fundamentam esta revisão são: O que perdemos? O que podemos ganhar se incorporarmos as contribuições desses autores ao nosso léxico disciplinar? Que horizontes analíticos essa troca nos oferece? Onde e como eles nos ensinam a teorizar? Neste artigo, proponho responder a essas questões à luz das contribuições de Charlotte Perkins Gilman para o estudo de corpos e artefatos generificados. Interessa-me demonstrar como a sociologia proposta por Gilman permite compreender que a vestimenta e alguns artefatos que envolvem o corpo são uma expressão simbólica e material do gênero. Mostro como seus raciocínios são precursores de alguns debates contemporâneos. Da mesma forma, resgato como Gilman aponta que esses mecanismos sociais de expressão e atuação de gênero são atravessados pela economia capitalista e pelo patriarcado.

**Palavras-chave:** Gilman, pioneiras, corpo, gênero, artefatos.

## Introducción

En tiempos recientes se ha visibilizado cada vez más el cuestionamiento a la constitución del canon de los clásicos de la sociología. Gran parte de la crítica ha destacado su carácter androcéntrico y el deliberado borramiento de las fundadoras de la sociología y la teoría social (Deegan, 1991; Lengermann y Niebrugge, 2019; Aldana, 2020; Aldana, *et al.* 2021). Además de la necesidad de resarcir estas injusticias epistémicas, algunas cuestiones que subyacen a esta revisión son: ¿De qué nos hemos perdido? ¿Qué podemos ganar si incorporamos los aportes de algunas de estas autoras a nuestro léxico disciplinar? ¿Qué horizontes analíticos nos ofrece esta incorporación? ¿En dónde y cómo este legado nos enseña a teorizar? En este artículo propongo responder a estas preguntas a la luz de los aportes de Charlotte Perkins Gilman —pionera y fundadora de la sociología— al estudio sobre los cuerpos generizados y los artefactos<sup>2</sup> que los rodean y al mismo tiempo, los constituyen. Sostengo que la sociología propuesta por esta autora nos ofrece una lógica relacional que articula la dimensión *simbólica* y *material* del género.

La noción de *género* como categoría de análisis (Scott, 1996) hace referencia a un número significativo de dimensiones analíticas: relaciones, identidades, prácticas, performatividad, mandatos, tecnologías de género, exhibición de género (*gender display*), *habitus* por mencionar algunas.<sup>3</sup> En el caso de la autora que vamos a trabajar, dicha noción requiere una precisión aclaratoria. Coincido con Patricia Lengermann y Gillian Niebrugge (2019, p. 195) en que “en el corazón” de la sociología de Charlotte Perkins Gilman, está “el análisis de género”. Respecto a este punto, en el

---

<sup>2</sup> Sigo la noción de artefacto que deriva de los aportes de Bruno Latour (2008) para destacar la relevancia de los objetos o cosas en el curso de nuestras acciones. Sin embargo, recupero los aportes feministas de Ellen van Oost (2013), quien destaca cómo los artefactos suponen ‘guiones de género’ (*gender scripts*) inscritos en su materialidad.

<sup>3</sup> La posibilidad de pensar al género como categoría de análisis a la luz varios elementos relacionados la propone Joan Scott cuando señala cómo el género opera a nivel simbólico, normativo, institucional y de la identidad subjetiva (Scott, 1996, pp. 249-290). Para la historia de la conceptualización de la noción veáse la entrada del concepto “Género” de Marta Lamas en *Conceptos clave de los estudios de género. Vol. I* (2014, pp. 155-170); sobre la relación entre género, identidad y *habitus* veáse Cedillo, 2019.

Charlotte Perkins Gilman, pionera de la sociología

capítulo intitulado “Estructura social y género”<sup>4</sup> dedicado a la autora, explican: “A falta de la palabra «género», Gilman usa en su lugar la palabra «sexo», y la usa de tres maneras distintas pero interrelacionadas: sexo como una función en la reproducción biológica, sexo como rol y una disposición cultural en la sociedad, y sexo como sexualidad.” (p.206). La acepción que retomo a lo largo de este escrito, es el que Gilman atribuye al segundo uso, el cual remite a que: “Los seres humanos, dadas sus capacidades conceptuales, magnifican las distinciones de sexo secundarias y crean, a través de la construcción cultural de género, una «excesiva distinción de sexo» (*excessive sex-distinction*).” (Lengermann y Niebrugge, 2019, p. 206).

Como se aprecia, la definición propuesta por Gilman deriva en un razonamiento cercano a los debates contemporáneos sobre el problema del género, a saber, que la distinción masculino/femenino es una clasificación social que tiene funciones cognitivas para distinguir y jerarquizar ciertos cuerpos de otros.<sup>5</sup> Es decir, en este escrito tomo como referencia el término «diferenciación sexual excesiva» (*excessive sex-distinction*) de Gilman entendido como una “disposición cultural” (Lengermann y Niebrugge, 2019, p. 206) clasificatoria que se aplica excesivamente a los cuerpos de las personas. Este razonamiento se detalla ampliamente en varias secciones del segundo apartado. Propongo que, a casi más de un siglo de distancia, con dicho razonamiento la autora nos ofrece un potente horizonte analítico para pensar en una teorización del género en clave relacional y no sustancialista o inherente a la biología. Además, en la obra de esta autora es posible identificar razonamientos que apuntan a establecer cómo esta distinción se vuelve material en tanto también se aplica a los artefactos. Esto es, a los objetos y cosas que rodean los cuerpos (por ejemplo, vestidos, zapatos, telas, uniformes, bolsas, bolsillos, corbatas, abrigos, pantalones). Discusiones recientes en el feminismo han destacado que el uso de los artefactos contribuye a la motricidad de los

---

<sup>4</sup> “Gender and Social Structure” en la versión original.

<sup>5</sup> Así por ejemplo, una de las explicaciones de la noción de género como categoría de análisis la encontramos en Joan Scott para quien “el género es un elemento constitutivo de las relaciones sociales basadas en las diferencias que distinguen a los sexos y el género en una forma primaria de relaciones significantes de poder” (Scott, 1996, p. 272).

Charlotte Perkins Gilman, pionera de la sociología

cuerpos (Young, 1980; van Oost, 2013; Solnit, 2015) y a 'hacer género' (*doing gender*) (West y Zimmerman, 1987; Sabido Ramos, 2022). De este modo, esta autora se adelanta un siglo al incorporar la dimensión material al análisis simbólico de los cuerpos generizados. Incluso, en su empeño feminista por liberar a las mujeres de los mandatos de género que demandan el arreglo y estrictos códigos de vestimenta, también apuesta por otras formas de relación con la ropa y la industria de la moda, por lo que ha sido considerada precursora del ecofeminismo (Hill y Deegan, 2002, p. xii).

Con este horizonte de discusión de fondo, el objetivo de este artículo es destacar los aportes de esta autora a partir de solo una parte de su inmensa producción intelectual. Como estrategia metodológica me concentraré en *The Dress of Women. A Critical Introduction to the Symbolism and Sociology of Clothing*<sup>6</sup> ([1915] 2002a), *Mujeres y economía. Un estudio de las relaciones económicas entre hombres y mujeres como factor de la evolución social* ([1898] 2022)<sup>7</sup> y *The Man-Made World* ([1911] 2023). Del mismo modo haré énfasis en los esfuerzos de Gilman por ofrecer otras formas de registro y teorización no convencionales, como los que hace en algunos de sus cuentos y novelas. Por lo anterior, siguiendo a Hill y Deegan (2002, p.xii), tomaré en cuenta textos como *Matriarcadia (Herland)* ([1915] 2021) y *Si yo fuera hombre (If I Were a Man)* ([1914] 2018).

El artículo está dividido en tres partes. En la primera realizo un esbozo de la biografía intelectual de la autora, donde enfatizo los momentos clave de su trayectoria sociológica. En la segunda parte, desarrollo tres categorías propuestas por la autora que contribuyen a entender el carácter simbólico y material del género, a saber: a) la noción de 'simbolismo' que recupera creativamente del sociólogo norteamericano Thorstein Veblen; b) la categoría 'diferenciación sexual excesiva' (*excessive sex-distinction*) con la que aborda el mecanismo perceptivo por el cual distinguimos cuerpos femeninos/masculinos; y finalmente, c) las 'condiciones mecánicas' (*mechanical conditions*) del vestido, mediante la que

---

<sup>6</sup> En adelante me referiré a este trabajo como *The Dress of Women* ([1915] 2002a).

<sup>7</sup> En adelante me referiré a este trabajo como *Mujeres y economía* ([1898] 2022).

Charlotte Perkins Gilman, pionera de la sociología

se explica cómo los artefactos inciden en la motricidad de los cuerpos, y cómo ello nos permite concluir que, marcan al género en un sentido material y contribuyen al *performance* del mismo. Señalaré cómo esta socióloga estadounidense relaciona estos procesos y sus consecuencias con fenómenos estructurales como la economía capitalista y la 'cultura androcéntrica' (Gilman, [1911] 2023).

### Una biografía intelectual a contracorriente

Una forma de enmarcar la biografía de Gilman es desde la 'teoría del punto de vista' (*standpoint theory*) feminista (Smith, 2012). Esta perspectiva teórica plantea que el conocimiento deriva de la *experiencia* y la *posición* de las personas. Charlotte Anna Perkins Stetson Gilman<sup>8</sup> mejor conocida como Charlotte Perkins Gilman nació en 1860 en Hartford, Connecticut y se suicidó con una sobredosis de cloroformo en Pasadena, California en 1935. Vivió 75 años y voluntariamente acabó con su vida al enterarse que padecía un cáncer de mama incurable. Defensora de la muerte digna escribió (Gilman, 2011, p. 352): "[...] cuando una tiene la seguridad de una muerte inevitable e inminente, es el más simple de los derechos humanos elegir una muerte rápida y fácil en lugar de una lenta y horrible" (trad. a.). Durante su vida critica los mandatos de género de la época, incluso podemos decir que su biografía es la puesta en escena de una mujer a contracorriente desde su infancia temprana.

En su autobiografía la autora señala que aprendió a leer sola a los cinco años, pero recuerda que lo que más le llenó de orgullo fue su capacidad para abotonarse los vestidos por la espalda (2011, p.48). A esa misma edad, le enseñaron a coser pequeños

---

<sup>8</sup> A lo largo de su vida la autora usó tres apellidos diferentes. Perkins fue su apellido de soltera, Stetson su primer apellido de casada y finalmente, Gilman fue el apellido de su segundo esposo que adoptó a los cuarenta años y hasta sus últimos días (Davis, 2010, xi). Cynthia Davis (2011, xi) señala que ha sido polémico cómo nombrar a alguien que en su vida usó tres apellidos diferentes: "No existe una solución perfecta para este problema" (trad. a.). La autora se decanta por denominarla "Charlotte" (Davis, 2011, xii). En este artículo, cuando no retome su nombre completo emplearé el apellido que ella misma usó a partir de los cuarenta años y hasta su muerte.

cuadrados de *patchwork*<sup>9</sup> y ella misma diseñó estrategias de hilar. También narra cómo una de sus travesuras frecuentes consistía en rodar aros embarrados de lodo contra las voluminosas crinolinas de las damas transeúntes (Gilman, 2011, p.50). La insistencia en marcar la diferencia masculino/femenino a partir de la ropa era contraria al juego necesario de todo infante, por eso años más tarde va a reflexionar: “La niña más normal es el ‘marimacho’ [...] una criatura joven, humana hasta la médula, sin ser femenina hasta que le toca serlo” (2022, p. 48). Al parecer la ropa, la tela y su materialidad dejaron huellas significativas en su memoria, como veremos en *The Dress of Women* ([1915] 2002a).

La pequeña Charlotte crece en el seno de una familia progresista. Es sobrina de Harriet Beecher Stowe reconocida abolicionista y autora de la novela *La cabaña del tío Tom* [1852] (Lengermann y Niebrugge, 2019, p. 192) y de la sufragista Isabella Beecher Hooker (Álvarez, 2022, p. 7). A pesar de estar rodeada de capital cultural, cuando ella tiene apenas dos años, su padre les abandona. Dada la dependencia económica de las mujeres casadas de clase media, su familia entra en crisis económica y declive de *status* (Lengermann y Niebrugge, 2019, p. 192). Esta cuestión le interesará sociológicamente años más tarde en *Mujeres y economía* ([1898] 2022), donde va a señalar que la clave de la desigualdad social radica en que las mujeres dependen económicamente de los hombres. Solo la independencia económica podía liberar a las mujeres de su estado de subordinación.

La condición inestable de la familia, las incesantes mudanzas y cambios de domicilio, impidieron que tuviese una educación formal. Únicamente pasó un breve periodo en una Escuela de Diseño de Rhode Island (1878–1879) y si bien no llegó a graduarse, esta formación le fue útil para diseñar tarjetas comerciales que luego vendía para ganarse algo de dinero (Lengermann y Niebrugge, 2019, p. 192; Álvarez, 2022, p. 7).<sup>10</sup> Su carácter autodidacta la lleva a ejercer una escritura prolífica y el reconocimiento intelectual. Así por ejemplo, entre 1895 y 1897,

---

<sup>9</sup> Técnica de costura que consiste en coser pequeños cuadros de tela que van uniéndose hasta formar un diseño más grande.

<sup>10</sup> Pueden consultarse en línea: URL: <https://blogs.library.duke.edu/rubenstein/2016/07/08/soap-cards/>  
Última consulta 19 de junio del 2023.

## Charlotte Perkins Gilman, pionera de la sociología

cuando su identificación con la sociología es más marcada, llega a señalar con ironía (Citada en Davis, 2010, p. 179): “¡Cómo diablos llegué a ser una socióloga e igual a los hombres eruditos! Yo nunca estudié como ellos lo han hecho. Algunos nacen sabiendo, supongo” (trad. a.). Lo cierto es que Gilman fue autora de diversos libros teóricos de sociología y llegó a publicar en revistas como la *American Journal of Sociology*, la *American Sociological Review* y *Publications of the American Sociological Society* (Keith, 1991, p. 149).

En la Escuela de Diseño de Rhode Island Charlotte conoce a Charles Walter Stetson quien en 1882 le propone matrimonio. A contracorriente de los mandatos de género de la época, le responde con una negativa: “Charlotte no aceptó la oferta y en una carta semejante a la que Sor Juana le escribió a su confesor en 1682 [...] explica por qué se considera incapaz del matrimonio [...] ‘A pesar de que te amo enormemente, amo aún más el TRABAJO (*sic*)’.” (Citada en Glantz, 2002, p. 8). No obstante, en 1884 ambos contraen matrimonio y en 1885 nace su hija Katherine Beecher Stetson. La autora sufre lo que hoy día podemos clasificar como una fuerte depresión posparto. En esa época, acudió con el afamado neurólogo Silas Weir Mitchell quien era reconocido por tratar la neurastenia (Cotarelo, 2021, p. 7), la enfermedad de la vida moderna según Georg Simmel ([1903] 2016). El médico le recetó confinarse y no realizar ningún tipo de actividad intelectual. Dicho tratamiento resulta una tortura emocional que casi la hacen perder la razón (Glantz, 2002; Villeda, 2021).

En el marco de dicha experiencia escribe *El tapiz amarillo* ([1892] 2002b). Ahí narra la historia de una mujer que acaba de tener un hijo y que atraviesa por un estado nervioso alterado. Por recomendación del médico, el esposo la confina en una casa de campo. La mujer tiene una experiencia perceptiva frente al empapelado de color amarillo en su habitación que la lleva al borde de la locura. El texto tiene alcances significativos para pensar en la crítica a la romantización de la maternidad y la vigilancia del discurso biomédico sobre los cuerpos de las mujeres bajo la complicidad de los esposos (Villeda, 2021). El cuento también puede leerse como un análisis fenomenológico (Keith, 1991, p. 150) que narra la experiencia de las mujeres en una sociedad patriarcal



Charlotte Perkins Gilman, pionera de la sociología

y el impacto de ésta en la vida mental.<sup>11</sup> Por otro lado, la obra tienen un enorme significado para el feminismo, pues aporta una crítica sustantiva a la sociedad patriarcal y los mecanismos de confinamiento que este tiene hacia las mujeres.

En 1887 se separa de su primer esposo y en 1894 le cede la custodia de su hija Katherine, por lo que fue acusada de ser una “madre desnaturalizada” (Glantz, 2002, p. 11; Villeda, 2021). En ese sentido no es casual que reflexione sobre cómo uno de los temas que más se abordan desde el prejuicio es justamente el de la maternidad (2022, p. 114 y ss). Subraya cómo ésta no es algo dado e instintivo sino que también se aprende (Gilman, 2022, p. 127). Por otro lado, sus vínculos erótico-afectivos no fueron convencionales y en varias ocasiones se declara enamorada de otras mujeres (Álvarez, 2022, p. 7). A contracorriente de la noción hegemónica de maternidad y de la heterosexualidad obligatoria, Gilman será blanco de la prensa amarillista que cuestionaba su estilo de vida (Lengermann y Niebrugge, 2019, p.196).

Por otro lado, el nombre de Charlotte Perkins Gilman tuvo resonancia en diversos círculos intelectuales sufragistas, socialistas y reformistas. Su vida como gran conferencista y su prolífica escritura le dan un reconocimiento significativo. Durante toda su vida, la escritura fue imparable. Publicó más de dos mil escritos (ficción, poesía, sátira, ensayo, periodismo y sociología) y poco antes de morir escribió de sí misma: “El deber predominante de una es encontrar su tarea y hacerla, y me he esforzado extremadamente en ello” (Citada en Lengermann y Niebrugge, 2019, p. 189). Y en efecto, esta autora se esforzó durante toda su vida para ser escuchada y leída a pesar de sus constantes depresiones y recaídas.

Entre 1895 y 1900 emprendió varios viajes y conferencias. Durante ese periodo conoce a Jane Addams y de hecho en 1895 pasó tres meses en la Hull-House de Chicago (Keith, 1991, p. 149; Lengermann y Niebrugge, 2019, p. 197; Davis, 2010, p. 183). En esa misma época empieza una relación con George Houghton Gilman, con quien se casa en 1900 y se establecen en New York. No se separarán hasta

---

<sup>11</sup> Si Simmel (2016) estudia el impacto de la economía monetaria en la vida mental, Gilman analiza qué efectos tiene el patriarcado para ésta en el caso de las mujeres.

## Charlotte Perkins Gilman, pionera de la sociología

1934, cuando él muere súbitamente por un derrame cerebral. Entre 1900 y 1934 Charlotte atraviesa una etapa de mucha productividad y participación política. Enamorada de George le escribe en una carta de 1900: "Me encanta trabajar. Y este poder crece y crece. Estoy muy segura de que el amarte —y ser amada— ser feliz, contribuye enormemente a mi trabajo" (Citada en Lengermann y Niebrugge, 2019, p. 198). Durante este periodo publicará varios libros de sociología *Mujeres y economía* (2022 [1898]), *Concerning Children* (1900), *The Home* (1903), *Human work* (1904), *The Man-Made World or Our Androcentric Culture* (1911).

Gilman participó en varios movimientos intelectuales y políticos como el feminismo, darwinismo reformista, socialismo y nacionalismo (Hill y Deegan, 2002, p. xiii). Fue delegada en la convención de la Asociación Nacional Estadounidense por el Sufragio Femenino (Álvarez, 2022, p. 7). Si bien no se autodenominó "feminista", prefería designarse "socióloga" (Rossi, 1988, p. 568) tenía un fuerte compromiso con el "movimiento de las mujeres". Sin embargo, solo con un tipo de mujeres, las blancas de clase media como ella. Recordemos que en Estados Unidos de Norteamérica el voto para las mujeres blancas se alcanza en 1920 mientras que para las mujeres afroamericanas no se logra hasta 1967. Éste es quizá uno de los puntos ciegos más notables y controversiales de Gilman, a saber, la ausencia de un enfoque que considere la pluralidad de perfiles sociales de las mujeres y la intersección de otras variables que generan desigualdad como la raza y la clase. Además, en algunos de sus posicionamientos no solo no consideró a las mujeres afroamericanas sino que a ratos fue explícitamente racista (Lengermann y Niebrugge, 2019, p. 227; Deegan, 1991, p. 152).

En relación al vestir participó en el movimiento de reforma del vestido (Hill y Deegan, 2002, p. xiii) conformado por reformadoras feministas que criticaban el diseño del traje femenino del siglo XIX. Entre otras razones, criticaban lo insalubre y antihigiénico de la vestimenta: "[...] se decía que los corsés dañaban el bazo y los órganos internos, especialmente reproductores o eran antihigiénicos, las faldas recogían el barro, la porquería y el estiércol de los caballos que eran elementos constantes en las calles en las ciudades del siglo XIX" (Entwistle, 2002, p. 199). Gilman también va a cuestionar las condiciones mecánicas del vestido que impactan

Charlotte Perkins Gilman, pionera de la sociología

en la motricidad de los cuerpos. Un siglo después, feministas como Iris Marion Young (1980) y Rebecca Solnit (2015) van a señalar que el estilo corporal femenino (Young, 1980) y los confinamientos espaciales y de vestimenta (Solnit, 2015) tienen un impacto en la movilidad de los cuerpos de las mujeres.

Finalmente, cabe señalar que la orientación ideológica de la autora se enmarca en el socialismo utópico no-marxista (Lengermann y Niebrugge, 2019, p. 201). De hecho, participó en el Congreso Internacional Socialista de Obreros en Londres (el cuarto congreso de la II Internacional) (Álvarez, 2022, p. 7). Al final de su vida sus simpatías ideológicas se vuelven conservadoras. Después de la Segunda Guerra Mundial pasa de ser una pacifista a una acérrima defensora de la guerra y cada vez más racista (Lengermann y Niebrugge, 2019, p. 199). Esto último contrasta con autoras y autores de la misma época y contexto como Jane Addams, W.E.B. Du Bois, Anna Julia Cooper o Ida B. Wells-Barnett, cuyas posturas fueron abiertamente antirracistas. Sin embargo, si bien no escapa de sus propios límites y tensiones, es importante decir que a diferencia de sus escritos más personales “su teoría en sí misma no tiene el racismo o el clasismo como elemento fundacional” (Lengermann y Niebrugge, 2019, p. 227). Por lo cual el alcance de la obra de esta socióloga estadounidense ha quedado a la espera de revisión y reinvenición para las nuevas generaciones.

### **El vestido y la indumentaria como expresión simbólica y material del género**

En *The Dress of Women* ([1915] 2002a) Gilman plantea que la indumentaria y la ropa son una especie de epidermis: “una piel social” (2002a, p. 5) y también, un medio de expresión simbólica. Como señalan Hill y Deegan (2002, p. x) la autora se adelanta a muchos razonamientos que aparecerán más adelante en la obra de Erving Goffman como en *The Presentation of Self in Everyday Life* [1959] y *Gender Advertisements* [1979]. También es interesante la relación que puede establecerse con la “Digresión sobre una sociología del adorno” ([1908] 2014) o “Filosofía de la moda” ([1904] 2002) de Georg Simmel, pues Gilman aporta un enfoque de género que en el sociólogo alemán está ausente o resulta

Charlotte Perkins Gilman, pionera de la sociología

altamente cuestionable. Además, a diferencia del interaccionismo o una mirada exclusivamente micro-social, la autora posiciona el tema del vestir en el marco de un enfoque estructural y material. Es decir, para Gilman los significados, usos y exigencias en el vestir dependen de una estructura económica y cultura androcéntrica, en la que las mujeres tienen desventajas. Es por ello que *The Dress of Women* (2002 [1915]) ha de leerse en el marco de los argumentos de *Mujeres y economía* (2022 [1898]) y *The Man-Made World* ([1911] 2023).

En *Mujeres y economía* (2022 [1898]) argumenta que la relación entre los sexos es una relación de desigualdad económica. Es importante señalar que esta obra tiene influencia del evolucionismo. La autora se vio notablemente influida por el sociólogo norteamericano Lester Ward, quien era considerado un darwinista reformista y con quien simpatizaba intelectualmente. Como darwinista, Ward concebía a la humanidad como un proceso, es decir, bajo este horizonte analítico la evolución remite al crecimiento y desarrollo. En el caso de los seres humanos, el desarrollo no está determinado por las leyes de la naturaleza sino por el ingenio y la cultura (Davis, 2010, p. 190). En ese sentido, Ward criticaba el determinismo del evolucionismo spenceriano (Keith, 1991, p. 50). Del mismo modo, para Gilman la humanidad no es algo dado, sino algo en desarrollo y haciéndose (*in the making*) (2023, p. 7). Al igual que Ward, Gilman no coincidía con la idea de un determinismo hereditario, de ahí su interés por explicar y transformar las condiciones de desigualdad entre hombres y mujeres, las cuales eran estrictamente sociales y por lo mismo arbitrarias.

Por otro lado, Ward formuló la “teoría ginecocéntrica” que como su etimología lo indica, sostenía el origen femenino de la especie versus la teoría de la vida androcéntrica (Davis, 2010, p.190; Lengermann y Niebrugge, 2019, p. 201). Esta teoría resultó atractiva para la autora, pues desmentía la inferioridad ‘natural’ de las mujeres, y más bien sugería que eran razones sociales y no biológicas las que explicaban la desigualdad entre hombres y mujeres. Por lo anterior en *Mujeres y economía* (2022 [1898]) va a señalar que “Somos la única especie animal en que la hembra depende del macho para la comida, la única especie animal en que la relación entre los sexos es una relación económica” (2022,

Charlotte Perkins Gilman, pionera de la sociología

p. 19). Esta relación asimétrica no solo descansa en condiciones materiales como las económicas, sino también simbólicas. En *The Man-Made World* ([1911] 2023) va a recuperar nuevamente a Ward (2023, p.26), para definir la categoría 'cultura androcéntrica'. La cultura androcéntrica hace referencia a que en la especie humana (Gilman, 2023, p.7): "La historia, tal y como ha sido, fue hecha y escrita por los hombres" (trad. a.). Esta noción identifica al hombre como centro de la cultura, es decir, no alude a un hombre particular, sino a una conciencia común que ha definido nuestras estructuras cognitivas y nos ha hecho creer que (Gilman, 2023, p.7): "Hasta ahora, hemos vivido, sufrido y muerto en un mundo hecho por los hombres" (trad. a.).

Bajo la cultura androcéntrica no son las mujeres las que eligen a los hombres sino al revés. De este modo, la cultura androcéntrica define el deseo masculino, por lo que también contribuye a afianzar la heterosexualidad obligatoria (Lengerman y Niebrugge, 2019, p. 229). Así, la dependencia económica y la cultura androcéntrica van a tener un impacto tanto en la expectativa social respecto a cómo *deber verse* una mujer, así como en la industria que está detrás del fenómeno de la moda y sus patrones de consumo. En ese sentido, Gilman ofrece un análisis sociológico que permite entender las variables estructurales que subyacen a los mandatos de la femineidad en lo que concierne a la apariencia de los cuerpos, el consumo y la producción capitalista. La autora hace referencia a un ideal femenino acotado a la clase media blanca de finales del siglo XIX en Estados Unidos de Norteamérica. Sin embargo, sus alcances analíticos tienen un excedente significativo en tanto distinguen y articulan varias dimensiones de lo social. En lo que sigue planteo cómo va desarrollando y entrelazando su enfoque tanto simbólico como material del género.

### **Simbolismo, diferenciación sexual excesiva y valores de género**

En *The Dress of Women* ([1915] 2002a)<sup>12</sup> esta socióloga argumenta que los humanos somos animales vestidos, porque somos animales

---

<sup>12</sup> *The Dress of Women* [1915] es una compilación de textos que aparecieron en la revista mensual *The Forerunner* durante 1915 (Hill y Deegan, 2002, p. xii). Mary Jo Deegan y Michael Hill lo editan como libro en 2002 bajo el sello editorial Greenwood Press.

simbólicos (2002a, p. 33). En tanto representante del darwinismo social, es necesario destacar que la autora compara constantemente a la especie humana con otras especies (Lengermann y Niebrugge, 2019, p. 205). Por ello insiste en que los animales tienen un solo traje, mientras que las personas pueden poseer diversos atuendos (Gilman, 2002a, p. 3). En esta propuesta asocia esta capacidad expresiva con el tema de las emociones. Mientras el cuerpo puede expresar emociones con los gestos hasta cierto límite, con la ropa e indumentaria esta posibilidad se amplía (2002a, p. 4), como por ejemplo, con el vestido de luto. Por eso para la autora, la indumentaria, la ropa y el vestido son tejidos tanto materiales como sociales (Gilman, 2002a, p. 2). Destaca que los tejidos son una expresión de la sociedad y su materialidad refleja el tipo de sociedad a la que pertenecen (Gilman, 2002a, p.60): “Un trozo rico de encaje encontrado entre las reliquias excavadas de alguna cultura perdida probaría que es una cultura establecida desde hace tiempo” (trad. a.). Hay aquí una aproximación a la idea de cultura material, es decir, el registro de lo social en los objetos y cosas.

Según esta socióloga, son cinco los motivos por los cuales nos vestimos (2022a, p.7 y ss). En primer lugar, lo hacemos para protegernos. La sandalia surgió para cuidar la planta de los pies, así como el sombrero para proteger la cabeza. El segundo motivo es térmico, nos vestimos para regular la temperatura de nuestros cuerpos. En tercer lugar, nos vestimos para decorarnos ante la mirada de otros y otras. En ese sentido, señala que en el caso de los humanos, la decoración tiene un fin estético y no solo práctico. En cuarto lugar, nos vestimos por “modestia” (2002a, p. 10). Con ello se refiere principalmente a un mandato de género decimonónico asociado a cómo debe vestirse una mujer en Occidente y específicamente, cómo debe ocultar ciertas partes del cuerpo. Y finalmente, nos vestimos por un mecanismo social que denomina simbolismo. Para entender esta noción, recupera al sociólogo norteamericano Thorstein Veblen (Gilman, 2002a, p.13). El simbolismo está asociado a la noción de “consumo conspicuo” que hace referencia al consumo que se hace con fines de obtener *status* y reconocimiento.

Charlotte Perkins Gilman, pionera de la sociología

Veblen desarrolla la categoría de “consumo conspicuo” en alusión a una nueva clase social que surge durante el siglo XIX en Estados Unidos de Norteamérica y que el autor identificó como clase ociosa. Esta nueva clase expresaba su riqueza “haciendo alarde del consumo, el derroche y ocio” (Entwistle, 2002, p. 197). Basada en el argumento del consumo conspicuo, para Gilman el simbolismo está asociado a un mecanismo social que trasciende las necesidades prácticas y más bien, se asocia con el reconocimiento que se obtiene a partir de los significados que atribuimos al vestir y los adornos. Es decir, no se circunscribe solo a la ropa, sino que incluye otros rasgos de la indumentaria como el pelo, la piel, el olor o las uñas. Por ejemplo, la autora se refiere a las uñas largas de un mandarín que no son nada prácticas, sí en cambio, dan cuenta de su *status* como intelectual y no como trabajador manual (2002a, p. 13). El simbolismo es una noción que permite explicar cómo se atribuyen significados y valores al vestido y la indumentaria. Como veremos, en su análisis pondrá énfasis especial en los valores de género.

Como ya he mencionado al inicio de este artículo, Lengermann y Niebrugge nos recuerdan que Gilman no utiliza la palabra género en su obra, sino sexo (2019, p. 206). Específicamente acuña la categoría “diferenciación sexual excesiva” o “excesiva distinción por sexo” (*excessive sex-distinction*), entendida como el mecanismo social que exagera la diferencia entre los cuerpos femeninos y masculinos. Es en ese sentido que retomo su acepción pues tiene alcances significativos para una teorización del género en clave relacional. En tanto la cultura androcéntrica toma a los hombres como equivalentes de la humanidad (Gilman, 2023, p.9), son las mujeres las que tienen que ser distinguidas de forma exagerada o excesiva. Es decir, los hombres son el ‘tipo’ de lo humano, mientras que las mujeres son creaturas extrañas (Gilman, 2003, p. 8). Por lo anterior: “el cuerpo de la mujer, generalizado, manifiesta distinción sexual de manera sobresaliente” (2022, p. 41). O en otras palabras: “Ser distinguida como femenina es ser distinguida por el sexo” (Gilman, 2022, p. 39). En *Mujeres y economía* (2022 [1898]) señala:

“En las prendas cuyo principal propósito es anunciar su sexo sin espacio para la duda, con una tendencia a los ornamentos que

## Charlotte Perkins Gilman, pionera de la sociología

marca la exhuberancia [...] con su sensibilidad sobrecargada, su modestia prominente, su "eterno femenino", la hembra del *genus homo* es innegablemente sobre sexualizada" (Gilman, 2022, p. 47)

A partir de esta interpretación, la autora se adelanta a la idea de hipersexualización que se fomenta desde la niñez en nuestro días y que incluye a la vestimenta:

"Esta excesiva distinción se muestra otra vez en una marcada precocidad del desarrollo. Nuestros niños pequeños, nuestros bebés, muestran signos de ello cuando las crías de otros animales son serenamente asexuales en hábitos y apariencia. Nos emociona esta precocidad. Estamos orgullosos de ella. Cuidadosamente fomentamos con preceptos y ejemplos, esforzándonos por desarrollar este instinto sexual en niños pequeños" (Gilman, 2022, p. 47)

Al ser la niñez otro de sus temas de interés, insiste en la preocupación por el vestido desde los más tempranos procesos de socialización:

"Una de las primeras cosas que forzamos en la naciente conciencia de un niño es el hecho de que es un niño o una niña, y que, por ende, cada uno debe entender todo desde un punto de vista diferente. Deben ser vestidos diferentes, no por sus necesidades personales, que son exactamente similares en este periodo, pero de tal manera de que ni ellos, ni nadie que los vea, pueda por un momento olvidar la diferencia por sexo" (Gilman, 2022, p. 47)

A partir de esta inculcación de cuerpos diferenciados a través de la vestimenta, señala cómo también se instituyen formas de comportamiento y apariencia: "Que una niña *deba ser vestida de tal manera*, de requerir una diferencia en el cuidado y comportamiento, descansando exclusivamente en el hecho de que es una niña [...] Es una insistencia precoz en la distinción sexual" (Las cursivas son mías, Gilman, 2022, p. 48). En ese sentido, la apariencia prescribe comportamientos porque existe una idea de *deber ser*. En diálogo con sus predecesoras, Gilman recupera esta



Charlotte Perkins Gilman, pionera de la sociología

imagen: “Harriet Martineau debe esconder su escritura bajo su costura cuando vienen visitas, porque coser era un verbo femenino, y escribir, uno masculino” (2022, p.46). En un razonamiento similar al que expone Iris Marion Young (1980) al referirse a los estilos corporales femeninos que se inculcan desde la niñez, Gilman argumenta:

“Se espera de niños y niñas, también, que se comporten de manera diferente entre ellos y con el resto de la gente en general, un comportamiento que puede ser descrito brevemente en dos palabras. Al niño le decimos ‘haz’ y a la niña le decimos ‘no’.” (2022, p. 48).

A la luz de dicho razonamiento, subraya esta característica exclusiva de los animales humanos frente a los animales no humanos. Mientras que en los primeros se alude a calificativos del tipo “piernas femeninas” o “boca femenina”, en los segundos no distinguimos si una pata o un hocico es masculino o femenino. Esta idea resulta significativa para la sociología de la percepción con énfasis en los cuerpos generizados (Friedman, 2013; Sabido Ramos, 2016). Al respecto, Asia Friedman señala cómo todo aquello que percibimos —incluidos los cuerpos—, está mediado por la aplicación de ‘filtros’, que se convierten en expectativas sociales respecto a qué esperamos percibir (Friedman, 2013, p. 36). En ese sentido aplicamos ‘filtros’ a la percepción de los cuerpos para efectuar la distinción masculino/femenino. A partir de esa idea, Friedman señala que el género también opera a nivel cognitivo (2013, p. 36). Es decir, constantemente estamos aplicando ‘sexoexpectativas’ que nos hacen destacar ciertas partes del cuerpo y que nos informan a qué categoría sexual pertenece el cuerpo percibido (Friedman, 2013). Al mismo tiempo, Friedman señala que socialmente existen ‘prácticas de exhibición polarizantes’ que permiten exagerar estas diferencias, donde sin lugar a duda destaca la ropa, el maquillaje, el perfume, e incluso los tonos de voz.<sup>13</sup> La socialización orienta y prepara para realizar la

---

<sup>13</sup> Incluso esos filtros los aplicamos a los artefactos y a la ropa (Sabido Ramos y García Andrade, 2019).

Charlotte Perkins Gilman, pionera de la sociología

diferenciación masculino/femenino, y al mismo tiempo invisibiliza las similitudes corporales. Tal proceso de socialización perceptiva tiene efectos negativos para quien sale o transgrede esta clasificación social generizada. Y aunque esos filtros van cambiando según la época o la situación (Friedman, 2013), tanto Friedman como Gilman explican que existe un énfasis social por distinguir femenino/masculino de forma sobresaliente.

En el caso concreto de la propuesta de la autora, la distinción excesiva del sexo se marca en la ropa y la indumentaria: “Entonces, el hecho que entre nosotros las hembras manifiesten tales exhibiciones de asombrosos adornos es otro signo de diferenciación sexual excesiva” (Gilman, 2022, p. 47). La autora ofrece un ejemplo con la natación (Gilman, 2002a, p. 20), si bien se trata de realizar la misma actividad física, el tipo de vestimenta para hombres y mujeres está diferenciado. ¿A qué se debe esta asimetría? La autora responde: “Incluso hoy, cuando el atletismo se abre rápidamente a las mujeres [...] cuando otros deportes son posibles para ellas, los dos sexos están lejos de ser iguales en posibilidades de jugar” (Gilman, 2022, p. 187). Lo anterior se relaciona con una cultura androcéntrica que define a los hombres como humanos y a las mujeres como sexo, por ello estas últimas no deben olvidar que son mujeres y eso se marca en la ropa, para enfatizar que *ellas* son lo diferente y la anomalía en el campo del deporte (Moreno, 2011).<sup>14</sup>

Cada época, contexto cultural y situación social va ajustando las ‘sexoexpectativas’ de las que habla Friedman y la ‘diferenciación sexual excesiva’ a la que alude Gilman, no obstante, ambas categorías nos permiten ver cómo opera el mecanismo social que se aplica a la percepción de los cuerpos para distinguirlos genéricamente. Al igual que Friedman, Gilman se ubica en los aportes al problema del género en la dimensión cognitiva. No obstante, podemos razonar con esta socióloga y señalar que dicha operación clasificatoria no solo se aplica a los otros cuerpos, sino también a sus artefactos. Además, para Gilman el orden de género que subyace a los cuerpos vestidos está atravesado por un orden moral, pues a diferencia de las mujeres, los hombres no son juzgados

---

<sup>14</sup> Para un razonamiento contemporáneo sobre la masculinización del campo deportivo véase Moreno, 2011.

Charlotte Perkins Gilman, pionera de la sociología

por su manera de vestir (2002a, p. 54).<sup>15</sup> De este modo, la ropa e indumentaria simbolizan valores de género (definidos históricamente), que tienen efectos materiales en los cuerpos como destacará a continuación.

### Artefactos, género y materialidad (mecánica y económica)

En la misma época en la que vivió esta autora, los diseñadores de las bicicletas en Estados Unidos de Norteamérica vislumbraron en las mujeres a potenciales ciclistas. Sin embargo, comenzaron a cuestionarse qué tan viable era observar a mujeres vistiendo pantalones en lugar de faldas (Pinch y Bijker, 2013, p. 45). La solución técnica fue un diseño bastante incómodo de la bicicleta, pero que permitía a las mujeres ir sentadas de lado, con falda y sin la necesidad de abrir las piernas (Pinch y Bijker, 2013). En ese tiempo era más importante aplicar una solución técnica a dicho artefacto, que pensar en mujeres manejando una bicicleta con pantalón y las piernas abiertas. Lo anterior habría implicado transgredir los valores de la cultura androcéntrica. En el campo de los estudios de la ciencia y la tecnología Ellen van Oost (2013) ha demostrado que los artefactos no son neutros sino tienen guiones de género (*gender scripts*) que se expresan en el diseño, formas, colores e inclusive, olores, los cuales orientan ciertas formas de *hacer* o *no hacer*.

En la obra de esta socióloga estadounidense también encontramos elementos para destacar la relevancia de la materialidad física en los marcajes de género. En *The Dress of Women* ([1915] 2002a) se aprecia una atención peculiar por todos los artefactos que rodean los cuerpos y cómo éstos afectan la motricidad. Para la autora la vestimenta condiciona los movimientos de los cuerpos de las mujeres y los hace torpes, dóciles, lentos. Gilman dio cuenta de las “condiciones mecánicas” (*mechanical conditions*) del vestido diseñados para las mujeres y cómo éstas impactan en el movimiento de los cuerpos. La supuesta “debilidad” de los cuerpos femeninos o su “incapacidad” para hacer ciertas cosas, se debía en gran medida a las discapacidades mecánicas de la ropa, no

---

<sup>15</sup> En ese sentido no es casual que una de las demandas del actual movimiento feminista en América Latina descansa en frases incisivas como: “Nadie me preguntó cómo iba vestido mi agresor” o la estrofa del performance de Las Tesis “Y la culpa no era mía, ni dónde estaba, ni cómo vestía”.

Charlotte Perkins Gilman, pionera de la sociología

de los cuerpos (Gilman, 2002a, p. 32). Incluso hace referencia a cómo las mujeres embarazadas pueden hacer mucho más actividades que las que se espera socialmente de sus cuerpos. Señalamiento muy adelantado en su época si pensamos en las coordenadas de una moral victoriana.

Adelantándose un siglo a reflexiones sobre el significado sociológico de la falda (Bourdieu, 2000)<sup>16</sup> Gilman va a señalar (2002a, p. 33): “La falda, mecánicamente hablando, es solo un estorbo” (trad. a.). Por eso para la autora el andar femenino no tiene que ver con el sexo, sino con la ropa (2002a, p. 39): “Debido a su ropa y las actitudes y hábitos que van con ella, la mujer está comparativamente lisiada en acción” (trad.a.). En ese sentido, así como la ropa y la indumentaria expresan simbólicamente el género, también lo marcan materialmente. Este es el razonamiento de la autora:

“[...] la persona que normalmente usa corsé no siente esos males. Existen, seguro, los hechos están ahí y el cuerpo no es engañable, pero los nervios se han acostumbrado a esas sensaciones desagradables y han dejado de responder a ellas. La persona “no lo siente”. De hecho, el usuario se acostumbra tanto a esas sensaciones que, cuando se lo quitan (siguiendo con el corsé), hay una sensación distintiva de pérdida e incomodidad [...] Esto es igualmente verdadero en los hábitos de la especie.” (Gilman, 2022, p. 60).

La ilustración de este tipo de argumento también la encontramos en sus novelas y cuentos. Como otras pioneras de la sociología (Aldana, *et al.* 2021, p. 53), difundió sus ideas no solo en libros teóricos sino también a través de la literatura, particularmente en géneros como el ensayo, la novela y el cuento. Algo característico de su obra es que usó la ficción para enseñar ideas sociológicas y por ello pertenece a la “tradición de novelistas sociológicas” (Hill y Deegan, 2002, p. xii). En cuanto a la vestimenta, como sugieren Hill y Deegan resulta muy interesante leer sus reflexiones sociológicas a la luz de sus novelas como *Matriarcadia (Herland)* [1915], entre otras (2002, p. xvii). En esta historia considerada como una utopía

---

<sup>16</sup> Pierre Bourdieu (2000) señala que la falda es un recordatorio de cómo se estabiliza el sistema de oposición masculino/femenino en los cuerpos vía la ropa. La falda obstaculiza el movimiento de los cuerpos para ciertas actividades como correr, jugar o saltar.

Charlotte Perkins Gilman, pionera de la sociología

feminista, narra un mundo de mujeres al que llegan tres exploradores, por cierto uno de ellos es sociólogo. La referencia a la ropa, las telas y la indumentaria es constante. Como en *The Dress of Women* (2002a [1915]), en *Matriarcadia (Herland)* (2021 [1915]) señala cómo las telas son una vía para explorar la historia social a través de los objetos (Hill y Deegan, 2002).

Si consideramos las reflexiones de la autora sobre las condiciones mecánicas del vestido, no es casual que en *Matriarcadia (Herland)* (2021 [1915]) la comodidad de la ropa aparezca en varias ocasiones. En un momento de la novela en el que los tres exploradores son capturados por las mujeres, el sociólogo-narrador destaca la comodidad de la ropa y los zapatos con los que despiertan a la mañana siguiente, además se trata de una indumentaria que no hace diferencia con la que usan las mujeres (Gilman, 2021, p. 66). Por otro lado, las mujeres no aplican filtros perceptivos para distinguir hombre/mujer de forma sobresaliente, tal y como señala uno de los exploradores: “No parecen darse cuenta de que somos hombres [...] Nos tratan ...bueno, como se tratan unas a otras. Es como si el hecho de que seamos hombres fuese un incidente menor” (Gilman, 2021, p. 70).

En el cuento *Si yo fuera hombre (If I Were a Man)* (2018 [1914]) narra la historia de una mujer que se convierte en hombre.<sup>17</sup> Mollie Mathewson, una mujer que seguía a piejuntillas los mandatos de género de su época al ser una madre devota y buena esposa, despierta una mañana convertida en Gerald. Parte de su nueva experiencia corporal consiste en percatarse que el espacio ha sido diseñado para él:

“Todo encajaba ahora. Su espalda se ajustaba al respaldo del asiento, sus pies reposaban cómodamente en el suelo. ¿Qué pies? ¡Sus pies de hombre! Los estudió con detenimiento. Nunca, desde sus primeros días en el colegio, había sentido tanto confort y libertad en sus pies —se apoyaban firmemente en el suelo mientras caminaba, rápidos, flexibles, seguros”—. (Gilman, 2018, p. 39).

---

<sup>17</sup> Quizá este cuento sea uno de los deseos de Gilman que se traduce en ficción, sobre todo si se tiene en cuenta la carta que en alguna ocasión escribió a una de las mujeres de las que estuvo enamorada: “¡Es terrible ser un hombre por dentro y no poder casarte con la mujer que amas!” (Citada en Lengermann y Niebrugge, 2019, p. 191).

Por otro lado, Gerald descubre los bolsillos y lo que eso significa, mayor comodidad para la movilidad de los cuerpos y posesión de dinero:

“Los bolsillos fueron toda una revelación. Claro que ya sabía lo que eran, los había contado, se había reído de ellos, los había cosido y los había envidiado; pero ni siquiera en sus sueños se imaginaba lo que era tener bolsillos [...] se aseguraba de que lo necesario estaba a mano, todo ello accesible y dispuesto para emergencias. [...] las llaves, lápices, cartas, documentos, libreta, chequera y billetera, todo ello le apremiaba con una idea de orgullo y poder. Sintió lo que nunca había sentido en su anterior vida: el poseer dinero, su propio y bien ganado dinero, era suyo para poder entregarlo o quedárselo, no tendría que mendigarlo, ni rogarlo, ni sonsacarlo con halagos; era su dinero” (Gilman, 2018, p. 40).

La alusión al dinero nos hace recordar que para la autora la dimensión material del género no sólo se relaciona con la ropa como artefacto, sino también con la dimensión económica. En el capitalismo a la mujer se le considera: “Como la sacerdotisa del templo del consumo, como la inexhaustible demandante de cosas por usar” (Gilman, 2022, p. 83). De nueva cuenta, esta socióloga acude a su colega Veblen para explicar cómo el vestido e indumentaria de las mujeres tienen una gran responsabilidad en el despilfarro económico (2002a, p. 87). Este argumento también lo utiliza Werner Sombart en *Lujo y capitalismo* (1979 [1913]) para señalar cómo el lujo y las necesidades suntuarias femeninas habrían tenido que ver con el surgimiento del capitalismo moderno (1979, p. 121). Sin embargo, Gilman ofrece otra explicación de este hecho partiendo de la premisa en la que descansa su propuesta sociológica, a saber, la dependencia económica de las mujeres. En tanto exista esta dependencia las mujeres deben invertir en su apariencia, es decir, existe una presión social para el consumo que no está inscrita en una naturaleza inherente a las mujeres.

Gilman coincide con Simmel (2002, p. 365) al afirmar que la moda está relacionada con la economía capitalista. Sin embargo, va más allá de Simmel porque en *The Man-Made World* ([1911] 2023)

Charlotte Perkins Gilman, pionera de la sociología

argumenta que es la cultura androcéntrica la que exige a las mujeres determinado tipo de apariencia y por eso las convierte en vehículos de la moda (2003, p. 113). Como socióloga cuestiona la psicología de la moda y considera que a esta subyace un acto de sumisión. En ese sentido, no es banal alzarse al grito de (Gilman, 2002a, p. 128): “¡“Ya no seremos los maniqués andantes de estos vendedores ambulantes de telas”! (trad. a.). Sin embargo, plantea que el verdadero problema no es seguir o no los mandatos de la moda, sino preguntarse ¿por qué obedecemos órdenes? Para la autora lo relevante era salir de ese hábito de sumisión que obstaculiza la libre elección (Gilman, 2002a, p. 122). El horizonte feminista de esta pensadora apuesta por la emancipación económica de las mujeres, y al mismo tiempo, la colectivización de las labores del hogar y el cuidado. Es decir, tanto su propuesta teórica como práctica trascienden la dupla micro/macro (Lengermann y Niebrugge, 2019, p.8), pues su teorización apuesta por el entrelazamiento relacional entre los aspectos cotidianos y la organización societal a gran escala.

Gilman (2002a, p.120) también cuestiona la crueldad animal que conlleva la moda (por ejemplo, el uso de pieles o plumas). Frente a las reflexiones sobre la moda de Simmel, ella ilumina un punto ausente en este autor al destacar que el uso de los animales para estos fines se relaciona con el sufrimiento de otros seres vivos. Nuevamente acude a la noción de “consumo conspicuo” de Veblen (2002a, p.87) y señala cómo la adquisición de ciertas pieles y animales exóticos para demostrar capacidad adquisitiva y derroche, deviene en crueldad y matanza de otros seres vivos. Por eso la crueldad y el desperdicio generados por la industria de la moda son cuestiones que le preocuparon (2002a, p.86). Al respecto no está de más señalar que esta socióloga estadounidense es considerada como una fundadora del “pragmatismo ecofeminista” que anticipa muchos aspectos del ecofeminismo contemporáneo (Hill y Deegan, 2002, p. xii). Actualmente el costo de la moda para el medio ambiente (agua, contaminantes, desperdicios) y el maltrato hacia ciertos seres vivos que se utilizan para la fabricación de pieles, telas, maquillajes y otros productos cosméticos, reivindican las demandas pioneras de esta autora en este terreno.

Ahora bien, para comprender la sumisión a la moda e idear cómo salir de ella, la autora explica que el gasto de las mujeres en la ropa, los adornos y demás artefactos tiene un valor estratégico (Gilman, 2002a, p. 95). Un vestido o un sombrero, pueden asegurar la atención de un posible pretendiente. En ese sentido, no se puede llamar despilfarro o mero capricho a la compra de vestidos o accesorios extravagantes, si ellos mismos pueden asegurar y garantizar la subsistencia de una mujer (Gilman, 2002a, p. 95). Si bien existe cierta carga normativa en estas apreciaciones, el alcance crítico es sugerente. Desde los razonamientos de esta pionera de la sociología podemos leer críticamente la noción de 'capital erótico' (Hakim, 2012) entendido como una disposición inherente al físico y belleza de las personas, que es usado para un mejor posicionamiento social. Gilman era consciente de cómo 'cultivar la belleza' suponía una inversión económica en el sentido que plantean Moreno y Bruquetas (2016) y que la coquetería no era una disposición esencialmente femenina (Simmel, 1988), sino una estrategia de las mujeres en el marco de una sociedad capitalista y androcéntrica. Romper con esa lógica supone la emancipación económica de las mujeres.

Otro argumento crítico de la autora consiste en subrayar que las mujeres no solo son consumidoras sino también son productoras y ello es así porque además de haberse incorporado al ámbito laboral, su trabajo en el hogar y los cuidados produce riqueza (Gilman, 2022, p. 23). Sin embargo, la poca valoración de estas formas de trabajo se traduce en la nula inversión de la ropa del ama de casa, pues socialmente existe poca valoración de su cuerpo. La ropa se moja, se empolva y además no es cómoda para todos los movimientos que tiene que hacer una mujer en el trabajo del hogar. Señala que ciertas telas son especialmente inflamables cuando tienen contacto con la grasa de la comida y la flama de la estufa. Cuando se queman no solo se incendian sino producen una cantidad de humo que puede provocar la asfixia por inhalación. Por ello, ha habido gran cantidad de accidentes y muertes, en cambio Gilman, 2002a, p.17): "Cuan raramente oímos hablar de hombres que mueren porque su ropa de trabajo está en llamas" (trad.a.). Sin duda para esta pensadora la salida no era cambiar los objetos, sino las relaciones sociales que subyacen a



Charlotte Perkins Gilman, pionera de la sociología

éstos, en este caso la desigualdad económica de las mujeres, así como la colectivización y profesionalización de los cuidados y labores en el hogar.

## Conclusiones

Como he mostrado en este escrito, la biografía intelectual de esta autora encarna lo que Smith (2012) definió como una voz que se enuncia “desde el punto de vista de las mujeres”. En ese sentido su legado se inscribe en el linaje de sociólogas feministas cuyas obras no sólo pretendían explicar la desigualdad entre hombres y mujeres sino también transformarla. También he mostrado cómo su propuesta no se da aisladamente sino en diálogo e intercambio conceptual con otros sociólogos y sociólogas de su época. Específicamente, en este artículo demuestro que la sociología que esta autora propone articula dimensiones analíticas que relacionan la dimensión simbólica y material del género.

Aunque no utiliza la palabra género en su obra, el término “diferenciación sexual excesiva” (*excessive sex-distinction*) permite pensar en una teorización del género en la dimensión cognitiva o clasificatoria, donde masculino/femenino se convierten en esquemas que se aplican no solo a otros cuerpos sino también a la materialidad. En ese sentido, di cuenta de cómo desde sus razonamientos se concluye que el vestido y los artefactos que rodean los cuerpos son mecanismos sociales de expresión, materialización y *performance* del género. Específicamente, ofrece una teorización relacional para el análisis de los significados y usos de la ropa e indumentaria, así como de la estructura económica y la cultura androcéntrica en la que éstos se inscriben.

Al mismo tiempo, he demostrado que en la obra utilizada de esta socióloga también encontramos elementos para dar cuenta de cómo los procesos cognitivos que distinguen a los cuerpos generizados se refuerzan a partir de la materialidad de los artefactos. La ropa e indumentaria también *performan* al género, es decir, tienen efectos materiales en los cuerpos a fuerza de convertirse en hábitos, formas de actuar y moverse. En ese sentido, Gilman anticipa que también es posible el análisis de lo social a través de los objetos y las cosas. Por otro lado, la dimensión material

Charlotte Perkins Gilman, pionera de la sociología

del género no solo se relaciona con la idea de la ropa e indumentaria en tanto artefactos sino también con la economía capitalista relacionada con la cultura androcéntrica. La presión por cierto tipo de apariencia deriva de la cultura androcéntrica que obliga a las mujeres a cultivar una noción hegemónica de belleza a partir del consumo. Este tipo de consumo no es caprichoso o inherente a la 'naturaleza femenina' sino es estratégico, en tanto existe una dependencia económica de las mujeres.

La propuesta analítica de esta socióloga resulta sugerente para explicar cómo en sociedades caracterizadas por la imposibilidad de ascenso social, la explotación de ciertos rasgos corporales — que requieren inversión e incluso sufrimiento físico (cirugías, dietas, alimentación, medicamentos, acondicionamiento físico, intervenciones corporales)— se articulan con la economía capitalista y la cultura androcéntrica. Las consecuencias no concluyen con el sufrimiento de las mujeres sino también alcanzan la explotación y sufrimiento animal. Gilman critica la crueldad y asesinato de otras especies para la fabricación de objetos asociados al cultivo de la belleza, de ahí el carácter precursor de su ecofeminismo. En suma, la autora no solo ofrece razonamientos sociológicos en clave relacional, sino categorías específicas que es posible operacionalizar para la investigación tales como simbolismo, diferenciación sexual excesiva y condiciones mecánicas del vestido, entre otras.

El borramiento de voces como la de Charlotte Perkins Gilman no solo deja de lado categorizaciones y problematizaciones fecundas para la investigación, sino también desdibuja el alcance de un tipo de narrativa sociológica. La exposición de escenas de la vida cotidiana y la descripción de los detalles la hacen merecer el mismo espacio que autores como Georg Simmel o Erving Goffman. Por otro lado, el uso de la ficción como otro registro del razonamiento teórico es algo sumamente sugerente para enseñar a teorizar. Del mismo modo, su interés por la articulación analítica la ubican en los esfuerzos de la sociología relacional, pues su propuesta desdibuja la dupla micro/macro y se inscribe en un estilo de teorización que apuesta por "flujos de relaciones que van desde las interacciones entre los actores tipificados a través del conglomerado de la existencia institucional y social de vuelta a las

Charlotte Perkins Gilman, pionera de la sociología

interacciones tipificadas individualmente" (Lengermann y Niebrugge, 2019, p.203). De ahí su capacidad para relacionar el tamaño de los bolsillos en la ropa con la economía capitalista y la cultura androcéntrica.

Si revaluamos los aportes de esta pensadora en clave de la diversidad de expresiones e identidades género y femineidad que existen actualmente, su alcance sería sin duda limitado dada la pluralización y cruces entre formas de femineidad y masculinidad, e incluso el borramiento de ese binario (Cedillo, 2019). Sin embargo, su argumentación hace explícita la arbitrariedad que subyace a la expresión de género construida socialmente tanto de forma simbólica como material. Dicho razonamiento tiene alcances heurísticos para la investigación empírica con gran potencial analítico. No obstante, a pesar del gran aporte que implica explicar la desigualdad entre hombres y mujeres a partir de criterios sociales y no biológicos o metafísicos, uno de los puntos ciegos de la propuesta de esta socióloga está relacionado con cierta homogeneización de la categoría mujer. Su obra no ofrece un análisis sobre las diferencias de posición y *status* entre las mujeres. Si bien hace alusión a mujeres obreras, no calificadas, de negocios, pobres, científicas, artistas, literatas, profesionistas (2022, p. 151) coincide en que la emancipación económica ofrece la salida a la subordinación social en términos generales.

En su propia época la tesis de la autora fue cuestionada por otras sociólogas como Marianne Weber quien si bien se refiere a *Mujeres y economía* ([1898] 2022) como el "libro intelectualmente agudo de nuestra compañera de armas americana Ch. Perkins-Gilman" (citada en Lengermann y Niebrugge, 2019, p.383), cuestiona el hecho de que todas las mujeres puedan emanciparse al participar en el empleo asalariado, ya que solo una minoría lograría un trabajo bien pagado y gratificante (Lengermann y Niebrugge, 2019, p.359). La ausencia de variables como la clase y la raza, es una de las debilidades más notables de la propuesta de Gilman para estudiar el género a secas, sin todas las intersecciones que lo complejizan. Sin pasar por alto las críticas a posturas veladas o abiertamente racistas en algunos de sus posicionamientos políticos. Sin embargo, su estilo de teorización relacional resulta un gran aporte para la disciplina y puede ser recuperado *con y más allá* de ella.

Charlotte Perkins Gilman, pionera de la sociología

## Referencias bibliográficas

ALDANA, Selene. La historia de la sociología: si no te la contaron violeta, no te la contaron completa. *Acta sociológica*, 51(83), 59–95. 2020. <http://dx.doi.org/10.22201/fcpys.24484938e.2020.81.77669>

ALDANA, Selene., CRISÓSTOMO, Mariana., MORENO, Itzuri., VÁZQUEZ, Katya., VOLLBERT, Amanda. *Cuaderno de trabajo. La participación femenina en la sociología clásica*. México: UNAM, 2021.

ÁLVAREZ, Ana María. Prólogo: El feminismo utópico de Charlotte Perkins Gilman. In: GILMAN, Charlotte. *Mujeres y economía. Un estudio de las relaciones económicas entre hombres y mujeres como factor en la evolución social*. Santiago de Chile, Alquimia Ediciones, 2022 [1898].

BOURDIEU, Pierre. Existir para la mirada masculina: la mujer ejecutiva, la secretaria y su falda. Entrevista, *Letra S. La Jornada*. <https://www.jornada.com.mx/2000/05/04/ls-bourdieu.html>, 2000.

CEDILLO, Priscila. El género en clave sensorio–afectiva. Aportes de la sociología disposicional y los estudios sobre la percepción. In: SABIDO RAMOS, Olga (Coord). *Los sentidos del cuerpo: Un giro sensorial en la investigación social y los estudios de género*. Centro de Investigaciones y Estudios de Género, UNAM, México, 2019.

COTARELO, Ramón. Prólogo. Una utopía feminista. In: GILMAN, Charlotte. *Matriarcadia*. Madrid: Akal, 2021.

DAVIS, Cynthia. *Charlotte Perkins Gilman: A Biography*. Stanford, California Stanford University Press, 2010.

ENTWISTLE, Joanne. *El cuerpo y la moda*. Barcelona: Paidós, 2002.

FRIEDMAN, Asia. *Blind to Sameness. Sexpectations and the Social Construction of Male and Female Bodies*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2013.

GARCÍA DAUDER, Dau. El servicio doméstico desde las pioneras científicas sociales más allá de “una industria atrasada”. *European Journal of Pragmatism and American Philosophy* XIII–2 | 2021, DOI: <https://doi.org/10.4000/ejpap.2612>

Charlotte Perkins Gilman, pionera de la sociología

GILMAN, Charlotte Perkins. *El tapiz amarillo*. México: Siglo XXI, 2002b [1892].

GILMAN, Charlotte Perkins. *Matriarcadia*. Madrid: Akal, 2021, [1915].

GILMAN, Charlotte Perkins. *Mujeres y economía. Un estudio de las relaciones económicas entre hombres y mujeres como factor en la evolución social*. Santiago de Chile, Alquimia Ediciones, 2022 [1898].

GILMAN, Charlotte Perkins. *Si yo fuera un hombre*. Madrid: Uve Books, 2018, [1914].

GILMAN, Charlotte Perkins. *The Dress of Women. A Critical Introduction to the Symbolism and Sociology of Clothing*, USA: Greenwood Press, 2002a [1915].

GILMAN, Charlotte Perkins. *The Living of Charlotte Perkins Gilman: An Autobiography*, New York: Zona Gale, 2011, [1935].

GILMAN, Charlotte Perkins. *The Man-Made World*. USA: Coppel, 2013 [1911].

GLANTZ, Margo. Prólogo. In: GILMAN, Charlotte. *El tapiz amarillo*. México: Siglo XXI, 2002, [1892].

HAKIM, Catherine. *Capital erótico. El poder de fascinar a los demás*. Buenos Aires: Random House Mondadori, 2012.

HILL, Michael y DEEGAN, Mary Jo. Introduction: Charlotte Perkins Gilman on the Symbolism and Sociology of Clothing. In GILMAN, Charlotte. *The Dress of Women. A Critical Introduction to the Symbolism and Sociology of Clothing*, USA: Greenwood Press, 2002 [1915].

KEITH, Bruce. Charlotte Perkins Gilman (1860–1935). In DEEGAN, Mary Jo. *Women in Sociology: A Bio-Bibliographical Sourcebook*, USA: Greenwood Press, 1991.

LAMAS, Marta. Género, en Moreno, Hortensia y Eva Alcántara (Eds.) *Conceptos clave en los estudios de género*. (Vol. 1), México: PUEG, pp. 155–170, 2016.

LATOURETTE, Bruno. *Reensamblar lo social. Una introducción a la teoría del actor-red*. Buenos Aires: Manantial, 2008.

Charlotte Perkins Gilman, pionera de la sociología

LENGERMANN, Patricia y NIEBRUGGE, Gillian. Charlotte Perkins Gilman (1860–1935) Estructura social y género. In LENGERMANN, Patricia y NIEBRUGGE, Gillian (Ed). *Fundadoras de la sociología y la Teoría social 1830–1930*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2019.

MORENO, Hortensia. *Orden discursivo y tecnologías de género en el boxeo*. México–INMUJERES, 2011.

MORENO, José Luis y BRUQUETAS, Carlos. Sobre el capital erótico como capital cultural. en *R/S*. 74 (1), 2016: e024.  
doi: <http://dx.doi.org/10.3989/ris.2016.74.1.024>

PINCH, Trevor y BIJKER, Wiebe. La construcción social de hechos y de artefactos: o acerca de cómo la sociología de la ciencia y la sociología de la tecnología pueden beneficiarse mutuamente. En THOMAS, Hernán y BUCH, Alonso (coords.), *Actos, actores y artefactos. Sociología de la tecnología*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2013.

ROSSI, Alice. The 'Militant Madonna'. Charlotte Perkins Gilman (1860–1935). In: ROSSI, Alice. *The Feminist Papers: From Adams to de Beauvoir*. Boston: Northeastern University Press, 1998.

SABIDO RAMOS, Olga. Cuerpo y sentidos: el análisis sociológico de la percepción. *Debate Feminista*, 51, 2016,  
<https://doi.org/10.1016/j.df.2016.04.002>

SABIDO RAMOS, Olga y GARCÍA ANDRADE, Adriana. El amor corporeizado y el giro sensorial. Espacios, sonidos y artefactos en la percepción sensorial del cuerpo amado. In: SABIDO RAMOS, Olga (Coord). *Los sentidos del cuerpo: Un giro sensorial en la investigación social y los estudios de género*. Centro de Investigaciones y Estudios de Género, UNAM, México, 2019.

SABIDO RAMOS, Olga. Reensamblar los sentidos del cuerpo. Aportes de la TAR al análisis relacional y material de la sensorialidad. In: RODRÍGUEZ, Leandro, POZAS, María y GIROLA, Lidia (Eds). *La teoría del actor red desde América Latina*, México: El Colegio de México, 2022.

Charlotte Perkins Gilman, pionera de la sociología

SCOTT, Joan. El género. Una categoría útil para el análisis histórico. In: LAMAS, Marta. (Comp.). *El género. La construcción cultural de la diferencia sexual*. México, UNAM, 1996.

SIMMEL, Georg. Filosofía de la moda. In SIMMEL, Georg. *Sobre la individualidad y las formas sociales. Escritos escogidos*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2002 [1904].

SIMMEL, Georg. *Sociología. Estudio sobre las formas de socialización*. México: Fondo de Cultura Económica, 2014 [1908].

SIMMEL, Georg. *Sobre la aventura. Ensayos filosóficos*. Barcelona: Península, 1988 [1911]

SIMMEL, Georg. *Las grandes ciudades y la vida intelectual*. Buenos Aires: Hermida, 2016 [1903].

SMITH, Dorothy. El punto de vista (*standpoint*) de las mujeres: conocimiento encarnado versus relaciones de dominación. *Tema de mujeres*, 8(8), 5-27, 2012.

SOLNIT, Rebecca. *Wanderlust. Una historia del caminar*. Santiago de Chile: Hueders, 2015.

SOMBART, Werner. *Lujo y capitalismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1979 [1913].

VAN OOST, Ellen. Materialized Gender: How Shavers Configure the User's Femininity and Masculinity. In OUDSHOORN, Nelly y PINCH, Trevor (Eds.). *How Users Matter. The Co-Construction of Users and Technology*. Cambridge y London: The MIT Press, 2013.

VILLEDA, Karen. Malas madres y maternidades antinaturales: Charlotte Perkins Gilman. *Revista Nexos*, Mayo 9, 2021: URL: <https://discapacidades.nexos.com.mx/malas-madres-y-maternidades-antinaturales-charlotte-perkins-gilman>

WEST, Candance y ZIMMERMAN, Don. Doing gender. *Gender & Society*, (1): 125-151. 198

# Mulheres e classe na análise sociológica: um olhar sobre o pensamento de Alexandra Kollontai (1872–1952)

Nathalia de Carvalho Terra<sup>1</sup>

## Resumo

O artigo busca resgatar algumas contribuições de Alexandra Mikháilovna Kollontai para a teoria sociológica clássica, especialmente as análises sobre as mulheres trabalhadoras nas questões sobre luta de classes, maternidade, família e meios de libertação. Para tanto, o trabalho se divide em três partes, onde se discute o apagamento feminino em posições canônicas para a Sociologia, elementos da biografia de Kollontai e o uso criativo das variáveis "sexo" e "classe" nas análises feitas pela a autora. O objetivo da pesquisa não é esgotar todos os elementos analíticos do pensamento de Kollontai, mas evidenciar a sua criatividade interpretativa nos temas selecionados, destacando a originalidade e especificidades de sua obra. Trata-se de uma contribuição aos esforços contemporâneos, no campo sociológico, de reabilitação de obras femininas e feministas no interior da teoria clássica, assim como de temas marginalizados nesse período, como a família, a intimidade e a subordinação das mulheres. Por outro lado, o retorno às obras de Kollontai fornece respostas críticas aos feminismos sobre as posições periféricas que a situação das mulheres ocupava nas análises marxistas, salientando a centralidade da libertação feminina para a revolução proletária.

**Palavras-chave:** Alexandra Kollontai; Sociologia clássica; Mulheres trabalhadoras; Marxismo.

## Women and class in sociological analysis: a look at the thought of Alexandra Kollontai (1872–1952)

### Abstract

The article seeks to rescue some of Alexandra Mikhailovna Kollontai's contributions to classical sociological theory, especially the analyzes of working women in the issues of class struggle, motherhood, family and means of liberation. Therefore, the work is divided into three parts, where the female erasure in canonical positions for Sociology, elements of Kollontai's biography and the creative use of the variables "sex" and "class" in the analyzes made by the author are discussed. The objective of the research is not to exhaust all the analytical elements of Kollontai's thought, but to highlight her interpretative creativity in the selected themes, accentuating the originality and specificities of her work. It is a contribution to

---

<sup>1</sup>Mestranda em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense. Integrante do Grupo de Pesquisa "Sexualidade, Democracia e Direitos (SDD/UFF)" e bolsista da CAPES. E-mail: nathalia\_terra@id.uff.br



contemporary efforts, in the sociological field, to rehabilitate women's and feminist works within classical theory, as well as themes that were marginalized in this period, such as the family, intimacy and women's subordination. On the other hand, the return to the works of Kollontai provides critical responses to feminisms about the peripheral positions that the situation of women occupied in Marxist analyses, emphasizing the centrality of women's liberation for the proletarian revolution.

**Keywords:** Alexandra Kollontai; Classical sociology; Working women; Marxism.

### Mujer y clase en el análisis sociológico: una mirada al pensamiento de Alexandra Kollontai (1872–1952)

#### Resumen

El artículo busca rescatar algunos aportes de Alexandra Mikháilovna Kollontai a la teoría sociológica clásica, con especial énfasis en el análisis de la mujer trabajadora pasando por cuestiones de lucha de clases, maternidad, familia y medios de liberación. De esta forma, el trabajo se divide en tres partes, donde se discute el supresión femenina en posiciones canónicas para la Sociología, los elementos de la biografía de Kollontai y el uso creativo de las variables "sexo" y "clase" en los análisis realizados por la autora. El objetivo de la investigación no es agotar todos los elementos analíticos del pensamiento de Kollontai, sino resaltar su creatividad interpretativa en los temas seleccionados, destacando la originalidad y especificidades de su obra. Es una contribución a los esfuerzos contemporáneos, en el campo sociológico, por rehabilitar obras de mujeres y feministas dentro de la teoría clásica, así como temas que fueron marginados en este período, como la familia, la intimidad y la subordinación de las mujeres. Por otro lado, el retorno a las obras de Kollontai brinda respuestas críticas a los feminismos sobre las posiciones periféricas que ocupaba la situación de la mujer en los análisis marxistas, destacando la centralidad de la liberación de la mujer para la revolución proletaria.

**Palabras-clave:** Alexandra Kollontai; sociología clásica; Mujer trabajadora; Marxismo.

### Introdução

O processo de consolidação do capitalismo no século XIX, impulsionado pela “dupla revolução” – a revolução política, na França, e a revolução econômica, na Inglaterra – constitui a maior transformação da história humana desde a descoberta da agricultura. Seus impactos mudaram profundamente as sociedades com desdobramentos sobre a estrutura social, a organização política e as relações de poder, a forma de produção da vida material, as relações sociais, mas também afetando a dinâmica das cidades, os meios de comunicação e transporte, a ciência, a difusão do saber e a forma de compreender a história. Segundo Hobsbawm (1979), as ciências também refletiram as transformações produzidas pela “dupla revolução”, provocadas por novas e específicas exigências, beneficiadas por novas possibilidades ou em confronto com novos problemas (HOBBSAWM, 1979, p. 301).

No campo das ciências sociais, o desenvolvimento da economia política e da história como movimentos que buscam a compreensão científica da realidade social constituem os precedentes basilares da constituição da sociologia como uma ciência que se organiza a partir das críticas ao capitalismo (Ibidem, p. 308). As mudanças históricas trazidas pela modernidade deram corpo ao movimento intelectual que acena com a consciência histórica de pertencimento a uma época específica, marcada pela expansão da sociedade urbano-industrial como modelo de organização social, mas que não é apenas consciência histórica, é também compreensão e anseio da capacidade de intervir sobre o mundo, para fortalecer a coesão de sua ordem social ou para transformá-la.

Segundo Giddens, a sociologia nasce da consciência de que a sociedade moderna é caracterizada por uma ordem social marcada pela “descontinuidade” e “mudança”. Descontinuidade em relação às sociedades de épocas anteriores e a mudança como ímpeto dessa organização social. Tanto Marx, quanto Durkheim e Weber, considerados os clássicos fundadores da Sociologia, envidaram esforços na compreensão das transformações engendradas pela moderna sociedade capitalista, posicionando-se criticamente em relação a muitos de seus desdobramentos, como a exploração dos trabalhadores, as

condições degradantes nas cidades industriais, a lógica mercantil como base das relações sociais (GIDDENS, 1990, p. 16–17). Nesse quadro, a compreensão da realidade social envolvida pelas contradições produzidas pela modernidade capitalista constitui o movimento de consolidação de uma ciência social. Segundo Sell, atravessados pela modernidade, os autores cânones da sociologia conjugam as dimensões teórico–empíricas, teórico–analíticas e a dimensão teórico–política, refletindo na elaboração de uma teoria sociológica sobre a modernidade, mas tangenciando também uma perspectiva política (SELL, 2009, p. 26–27). Ainda que a consolidação do capitalismo tenha impulsionado a constituição de um campo do saber dedicado a compreender cientificamente a realidade social, a partir de suas contradições, agravadas ao longo do século XIX, as reflexões produzidas pelos fundadores da sociologia não ficaram imunes às contradições produzidas pela própria modernidade capitalista.

Nesse sentido, o objetivo do trabalho é resgatar a contribuição de mulheres para a sociologia clássica, especialmente a obra de Alexandra Kollontai. Para isso, estabelecemos algumas discussões sobre a consagração de autores como cânônicos e as responsabilidades políticas desse processo. Em um segundo momento, apresentaremos alguns elementos da vida revolucionária de Kollontai, com o intuito de pontuar algumas questões relevantes para a produção política e acadêmica da autora. Por fim, analisaremos as contribuições de Kollontai para as relações entre classe e gênero, sobretudo as discussões sobre família, maternidade e domínio ideológico da sexualidade.

### **Mulheres na sociologia: pensando os “cânones”**

A modernidade ocidental engendrou uma série de transformações em nossas formas de socialização e nos meios de compreendê-las. Todas as escalas da sociabilidade humana foram revolucionadas. A sociologia é constituída nesse contexto como um esforço para compreender as crises e transformações provocadas pelo desenvolvimento da sociedade civil, da industrialização e os seus desdobramentos. Quando pensamos em seus cânones, três grandes análises se sobressaem: Karl Marx, Émile Durkheim e Max

Weber. Embora tenham perspectivas bem diferentes sobre a realidade social, os trabalhos desses autores compartilham um traço comum. A situação das mulheres ante à sociedade ocidental não é mencionada em nenhuma dessas análises, quando é mencionada encontra-se subordinada à análise principal. Também é curioso que os “pais fundadores” da Sociologia sejam exclusivamente homens.

Em defesa dessa posição sobre os cânones, seria possível argumentar que a condição de subordinação e opressão das mulheres durante o período de consolidação da sociologia enquanto ciência as afastou dos meios necessários à produção e difusão do conhecimento. Nesse sentido, a ausência de mulheres entre os clássicos se justificaria pelo seu confinamento às posições de mães, esposas e trabalhadoras precarizadas. Portanto, a ausência de produções científicas de mulheres nesse período seria um simples desdobramento de sua condição como excluída da história (PERROT, 1988; DAFLON; SORJ, 2021). Uma outra resposta a questão poderia sinalizar o fato de que as mulheres que formularam análises no período não desenvolveram contribuições relevantes à sociologia, isto é, sobre o debate acerca da epistemologia das ciências sociais, industrialização, divisão social do trabalho, etc. Nesse argumento está implícita a pré-concepção de que tais autoras se debruçaram sobre as particularidades da condição feminina, temas que eram considerados “secundários” ante as transformações sociais em curso no século XIX (DAFLON; SORJ, 2021).

As duas respostas orientaram a falsa compreensão de que as transformações sociais incidiriam uniformemente sobre os indivíduos de determinada sociedade e, onde o apagamento da produção científica das mulheres seria somente um reflexo das infelizes desigualdades sociopolíticas existentes ou que as particularidades femininas não eram parte integrante do tecido social. O objetivo do trabalho não é incorrer em anacronismos através do questionamento feminista sobre a relevância e imprecisões nos trabalhos de Marx, Durkheim e Weber, mas reafirmar a importância das análises e teorias sociais formuladas por mulheres e para mulheres. Não se trata de defender uma postura particularista no universo acadêmico, mas de reatualizar às bases epistemológicas sobre as quais o conhecimento sociológico está sendo construído por meio de correção de vieses de gênero, classe, raça e orientação sexual (SCHIEBINGER, 2001; GROSFUGUEL, 2016).

Nesse sentido, o resgate das contribuições de mulheres do século XIX se mostra relevante para reposicionarmos as reflexões originais sobre a vida privada, intimidade, casamento, divisão sexual do trabalho e posição social da mulher no escopo geral da sociologia. Além dos estudos específicos da condição feminina, algumas dessas autoras formularam interpretações criativas e sistemáticas sobre temas considerados fundamentais para a consolidação da sociologia, como a origem e a natureza da modernidade emergente de sua época (DAFLON; SORJ, 2021). Mulheres como Flora Tristán (França/Peru), Nísia Floresta (Brasil), Ana Julia Cooper (Estados Unidos) Marianne Weber (Alemanha) e Alexandra Kollontai (Rússia) são algumas dessas autoras que estavam pensando e escrevendo análises perspicazes no cenário vibrante da constituição da sociologia enquanto saber científico.

Ainda assim, nos deparamos com uma seleção de “cânones” que se constituiu e se mantém exclusivamente masculina. Portanto, a tarefa de questionar os autores clássicos sob uma epistemologia feminista possibilita que se corrijam vieses de gênero que existem no campo sociológico, de modo a construir uma ciência social mais sensível e representativa com a produção acadêmica de mulheres. Sorj destaca que

“O cânone tem uma função simbólica para uma disciplina. Cria um sentido comum a sua própria história, confere unidade e coerência, fortalece sua identidade e permite tornar mais ostensivas as fronteiras que a separam de outras disciplinas afins. É justamente por deter esse poder de definição de uma área do conhecimento e transmiti-lo para as sucessivas gerações que se torna necessária uma constante reavaliação, do ponto de vista sociológico, da sua formação e composição. Longe de ser um dado evidente em si mesmo, o processo de consagração de autores como canônicos decorre de lutas entre posições e agentes que disputam autoridade e legitimidade científica” (SORJ, 2022, p. 15).

Partindo dessa perspectiva, é possível entender os atravessamentos políticos e sociais que envolvem a consagração de autores como canônicos e permite que avancemos coletivamente na construção do conhecimento sociológico, entendendo como o sexismo moldou a produção científica nas ciências sociais. Paralelamente, é necessário destacar que o resgate da produção de mulheres

extrapola a questão de seleção de cânones e se revela como um caminho para, através de suas obras, colocarmos em órbitas temas que não são contemplados pela Sociologia clássica atualmente, como família, divisão sexual do trabalho, casamento e sexualidade (DAFLON; CAMPOS, 2022).

Essas observações indicam a importância que devemos conferir às interpretações e análises formuladas pelas pensadoras do período, posicionando-as no seu lugar na Sociologia clássica e também conferindo relevância aos temas estudados por elas. Como mencionado, existe um universo criativo e diverso de análises sociais formuladas por mulheres no cenário de constituição da sociologia enquanto ciência que não pretende ser esgotado neste trabalho. Uma proposta nesse sentido demandaria um espaço temporal maior de pesquisa e escrita acadêmica que extrapolam a proposta de um artigo.

Assim, o trabalho se concentra na análise sobre o pensamento de Alexandra Kollontai, especialmente nas suas compreensões sobre a relação entre os sexos e a luta de classes, a maternidade, a família "tradicional" e os meios de libertação das trabalhadoras. O objetivo não é esgotar todos os elementos analíticos do pensamento de Kollontai, mas evidenciar suas interpretações criativas sobre os temas selecionados. Antes de nos debruçarmos sobre essa tarefa, é necessário a apresentação de alguns elementos da biografia e do contexto em que está inserido o pensamento de Kollontai, para compreendermos as especificidades e a originalidade de suas obras.

### **Alexandra Kollontai: elementos de uma vida revolucionária**

Nascida em 1872 em São Petersburgo, Alexandra Mikháilovna Kollontai foi uma das principais revolucionárias no socialismo russo e uma militante fervorosa pela libertação das mulheres trabalhadoras. Oriunda de uma família aristocrática e detendo uma posição social privilegiada, teve meios de se dedicar aos estudos desde sua infância e dominava diversos idiomas, como francês, inglês e alemão. Sua paixão pela leitura a aproximou do pensamento socialista russo, alemão e francês. Casou-se aos 21 anos com Vladimir Kollontai, engenheiro fabril e, com ele, teve um

filho. Entretanto, a vida doméstica e o casamento se tornaram fonte de angústias, considerada uma “jaula” por ela. Esses fatores a levaram a concentrar os seus interesses na classe trabalhadora na Rússia e na crescente popularização do marxismo no país” (KOLLONTAI, 2007).

Com o desejo de explorar alternativas além do ambiente familiar, começou a dar aulas noturnas para os trabalhadores em 1894. Nesse período, o cenário vibrante de São Petersburgo, capital da Rússia czarista e um dos principais polos industriais do país, assistia um crescente movimento sindical, com greves constantes e uma intensa repressão aos militantes (ARAÚJO, 2022). Em sua autobiografia, Kollontai descreve que “uma visita à grande e famosa fábrica têxtil Krengolm, que empregava doze mil trabalhadores de ambos os sexos, decidiu minha sorte. Eu não poderia levar uma vida feliz e pacífica enquanto a classe trabalhadora estava tão terrivelmente escravizada” (KOLLONTAI, 2007, p. 35). A insatisfação com a vida familiar e a ansiedade para desbravar o contexto sociopolítico do período, motivaram Alexandra a ir para a Suíça, em 1898, e estudar Economia. Como destacam Daflon e Sorj, Kollontai

“(...)decidiu deixar o marido e o filho e viajar para o exterior, passando então a estudar a história do movimento operário, a organizar mulheres trabalhadoras de vários países da Europa, a combater o feminismo de classe média e o conservadorismo nas organizações socialistas em relação às questões de gênero” (DAFLON; SORJ, 2021, p. 172-173).

No ano seguinte, Kollontai decide se filiar ao Partido Operário Social-Democrata Russo (POS DR), uma organização partidária que reunia diversas organizações revolucionárias de inspiração socialista-marxista. Em 1903, o partido sofre uma ruptura interna e se divide em duas grandes alas: os mencheviques, com posições reformistas voltadas à política institucional, e os bolcheviques, que defendiam uma revolução proletária na Rússia. Sobre a posição de Kollontai diante desse conflito, Araújo destaca que “(...) Alexandra atuou nas duas facções, pendendo de uma à outra em diferentes momentos, até se estabelecer como bolchevique” (ARAÚJO, 2022, p. 259). Entretanto, as especificidades das mulheres trabalhadoras

e militantes ainda não eram apreendidas pelas suas análises até os acontecimentos de 1905, especialmente o Domingo Sangrento<sup>2</sup> (SCHNEIDER, 2017; SILVA, 2018).

Como reação ao Domingo Sangrento, uma onda de greves de diversas categorias, protestos estudantis, passeatas e rebeliões camponesas tomaram conta do país. As mulheres participaram ativamente desses levantes populares, organizando sindicatos, participando de greves e atuando como delegadas nos sovietes (CLEMENTS, 2012). A presença das mulheres trabalhadoras foi tão significativa que conseguiram anexar às suas demandas mais nitidamente nos documentos grevistas, como licença-maternidade paga, tempo para amamentação no local de trabalho, igualdade salarial e creches nas fábricas. Kollontai esteve presente no Domingo Sangrento e acompanhou diversas greves e manifestações, acompanhando de perto o potencial de organização das operárias. Para ela, os eventos de 1905 mostraram a importância dos esforços para organizar as mulheres trabalhadoras. Em sua biografia, ela descreve que

“nessa época tomei pela primeira vez consciência do quão pouco o nosso partido se interessava pelo destino das mulheres trabalhadoras e pela libertação da mulher. Na Rússia, já havia um feminismo burguês bastante forte; mas minha concepção marxista do mundo me indicava com absoluta clareza que a libertação da mulher só poderia ocorrer como resultado de uma ordem social nova e um sistema econômico distinto. Assim, intervi diretamente na luta entre defensoras dos direitos da mulher russa, procurando fazer, com todas as minhas forças, com que o movimento operário assumisse também o problema da mulher como objetivos de luta e de seu programa” (KOLLONTAI, 1980, p.18 *apud* SILVA, 2018, p. 33)

Nesse momento, torna-se imprescindível traçar uma distinção político-ideológica que se tornou obscura nos feminismos contemporâneos, mas que era um obstáculo intransponível nesse contexto. Trata-se da oposição entre o feminismo (burguês) e as

---

<sup>2</sup> Na ocasião, a manifestação pacífica de trabalhadores e suas famílias, sob liderança do padre Gapon, caminhou até o Palácio de Inverno para apresentar uma petição ao czar solicitando melhores condições de trabalho, jornada de trabalho de 8 horas diárias, aumento de salários, sufrágio universal, fim da guerra e a elaboração de uma constituição. A passeata foi recepcionada com uma repressão brutal, vitimando 3 mil trabalhadores, mulheres e crianças desarmadas (SILVA, 2018).



mulheres socialistas<sup>3</sup>. Kollontai até estabeleceu contatos e alianças estratégicas com as entidades feministas russas, mas seus objetivos sempre estiveram voltados à união entre o projeto marxista e a emancipação das mulheres. Não obstante, ainda em 1907, Kollontai escreve o trabalho “Os fundamentos sociais da questão feminina”, onde estabelece um debate com o movimento feminista, externando o conteúdo de classe e as infiltrações burguesas existentes. Para ela,

“O instinto de classe – digam o que disserem, as feministas – sempre prova ser mais poderoso do que o nobre entusiasmo de políticas “acima das classes”. Enquanto as mulheres burguesas e as mulheres operárias são iguais em sua desigualdade, as primeiras podem, com toda a sinceridade, fazer grandes esforços para defender os interesses gerais das mulheres. Mas uma vez que superadas essas barreiras e mulheres burguesas ganharem acesso à atividade política, as defensoras atuais dos “direitos de todas as mulheres” vão se tornar defensores entusiastas dos privilégios da sua classe, se contentarão em deixar as trabalhadoras, sem quaisquer direitos. Então, quando as feministas falarem com as mulheres trabalhadoras sobre a necessidade de uma luta comum para obter algum princípio “geral das mulheres”, as mulheres da classe trabalhadora estão naturalmente desconfiadas” (KOLLONTAI, 1907).

No panfleto “A mulher trabalhadora na sociedade contemporânea” (1908), publicado no ano seguinte, ela observa que os objetivos do movimento feminista estavam muito distantes da realidade da trabalhadora. Elementos como “direitos e justiça”, centrais ao feminismo russo, ocupavam uma posição secundária nas vidas das mulheres proletárias que, antes de tudo, reivindicavam condições dignas de subsistência, como segurança alimentar, e condições menos desiguais de trabalho. No intuito de evitar ambiguidades de sentido ao longo do trabalho, utilizaremos a diferenciação entre feminismo, entendido como um movimento

---

<sup>3</sup> É necessário estabelecer essa oposição entre a posição feminista, compreendida enquanto um desdobramento dos valores liberais, e a posição de socialistas sobre a questão da mulher. Em primeiro lugar, o termo feminismo até a metade do século XX era designado quase exclusivamente para designar o feminismo liberal, as mulheres ligadas ao socialismo e ao marxismo, utilizavam termos como a questão da mulher para expressarem suas correntes teóricas e para se desvincular desse tipo de feminismo. Contudo, isso não significa um repúdio ao movimento organizado de mulheres, mas tão somente o repúdio das mulheres revolucionárias ao liberalismo presente nas reivindicações das burguesas, que, na maioria das vezes, era contrário ao interesse das mulheres trabalhadoras. Para compreender esse debate, ver: ARRUIZZA, Cinzia. “Ligações Perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo”. São Paulo: Usina, 2019.

feminino liberal, e a questão da mulher, voltado aos argumentos socialistas sobre as trabalhadoras, na tentativa de fornecer inteligibilidade ao pensamento de Kollontai e desviar de análises superficiais que tendem a classificá-la como anti-feminista.

Curiosamente, a oposição entre o feminismo russo e movimento socialista possibilitou que os debates sobre a questão da mulher encontrasse respostas além do escopo de reivindicações dos feminismos euro-americanos, como a atenção à aspectos reprodutivos, socialização dos trabalhos domésticos e de cuidados, estruturas de apoio à amamentação e à maternidade no local de trabalho, etc. Segundo Silva,

“Ainda que com divergências entre si, a existência do movimento feminista (e dos debates sobre a mulher em geral) pressionava as/os socialistas a responderem de forma superior às problemáticas colocadas pelos mesmos, impulsionando o processo tese-antítese-síntese fundamental para as concepções materialistas/socialistas sobre a opressão da mulher, e das políticas revolucionárias e de Estado sobre a mulher e a família” (SILVA, 2018, p. 34)

Entretanto, torna-se necessário salientar que a aceitação do POSDR às análises de Kollontai sobre a questão da mulher não foi linear e encontrou resistência de diversos quadros do partido que entendiam como um elemento desagregador das lutas dos trabalhadores em geral. Chegou até ser repreendida por participar das reuniões organizadas por entidades feministas russas (SILVA, 2018). Ainda assim, não desanimou ou suavizou os seus argumentos em defesa das operárias, entendia que era imprescindível mostrar ao proletariado masculino que as reivindicações femininas eram parte integrante do movimento operário como um todo, e que possuíam uma vinculação orgânica com a luta revolucionária. Para ela, “a história da luta das trabalhadoras por melhores condições de trabalho, por uma vida tolerável, é a história da luta do proletariado por sua libertação” (KOLLONTAI, [1908] 2017, p. 153).

Considerando a influência crescente do feminismo entre as trabalhadoras, Kollontai percebeu a emergência de construir caminhos alternativos para as operárias no partido. Seu objetivo era organizar um movimento de mulheres no interior do partido e o fez, em 1906, sem muito apoio. No ano seguinte, atuou como

representante russa do I Congresso Internacional de Mulheres Socialistas, organizado por Clara Zetkin, que se tornaria uma grande companheira nessa batalha (KOLLONTAI, 2007; SCHNEIDER, 2017; ARAÚJO, 2022). Em 1908, Kollontai é exilada em função de uma publicação em que conclamava os finlandeses a resistirem contra a ocupação russa, quando passou a residir na Alemanha, onde aprofundou suas relações com o movimento socialista alemão.

Após a queda do czar em 1917, Kollontai retorna a Rússia e estreita as suas relações com Vladimir Lênin, um importante ator político que havia conhecido em 1905. Passou alguns meses presa, após ser acusada de ser uma espiã do governo alemão (ARAÚJO, 2022). Sua situação mudou expressivamente quando os bolcheviques chegaram ao poder. Kollontai é nomeada como comissária de Assistência Pública, um cargo equivalente a um Ministério da Saúde e Assistência Social no contexto brasileiro. Tornou-se a única mulher a integrar o Comitê Central do governo e, durante o seu período na estrutura estatal soviética, contribuiu para a aprovação de políticas públicas e legislações extremamente avançadas para a sua época, como licença-maternidade remunerada de 16 semanas, redução da jornada de trabalho de mulheres lactantes e a criação de creches no interior das fábricas (SCHNEIDER, 2017; ARAÚJO, 2022).

Os primeiros anos da Revolução de 1917 foram marcados por instabilidade e debates acalorados no partido, especialmente sobre o papel dos sindicatos e dos soviets dentro do Estado (SERRA, 2016). Nesses anos, a postura crítica de Kollontai demonstrava as insatisfações com a política soviética, onde começou um trabalho de oposição interna após entregar o seu cargo no comissariado. Em 1919, torna-se diretora do Departamento de Mulheres Trabalhadoras e Mulheres Camponesas do Partido Bolchevique, o Zhenotdel. Sua atuação nesse órgão envolvia a criação de cozinhas e lavanderias coletivas, creches públicas, bem como a mobilização política entorno da legalização do aborto, posteriormente revogado no período stalinista (GOLDMANN, 2014). Em 1923, inicia a sua carreira diplomática, considerada uma forma de exílio com o intuito de minimizar o impacto produzido pelas suas oposições. Foi uma das primeiras mulheres a ocupar posições em embaixadas e na diplomacia. Retornou à Rússia em 1945, onde viveu até a sua morte em 1952, às vésperas do seu aniversário de 80 anos (ARAÚJO, 2022).

Para além de uma vida revolucionária dedicada à emancipação das mulheres, Alexandra Kollontai produziu um conjunto de análises e observações perspicazes a partir do marxismo, onde compreende a artificialidade das relações entre os sexos, as insuficiências da estrutura familiar patriarcal, as transformações no mundo do trabalho que tornaram as mulheres russas uma fração altamente precarizada no proletariado nacional, assim como traçou críticas ácidas aos companheiros de partido e denunciou um certo descaso de setores socialistas com a libertação da mulher. Suas obras anteciparam questões que só viriam a ser suscitadas no Ocidente nos anos de 1960, com a ascensão de vertentes radicais nos feminismos euro-americanos. Assim, torna-se importante resgatar suas compreensões sobre a relação entre os sexos e a luta de classes, família, maternidade e formas de libertação das trabalhadoras.

### **Utilizando sexo e classe como variáveis na análise sociológica: revelando nuances entre o micro e o macrossocial**

Como mencionado, a situação das mulheres na sociedade contemporânea foi um dos temas de preocupação de Kollontai, especialmente diante do seu protagonismo político nos eventos de 1905 na Rússia e da infiltração do feminismo burguês entre as trabalhadoras. Para ela, havia uma nítida incongruência entre os interesses do movimento de mulheres burguesas e das trabalhadoras, sobretudo no que diz respeito aos interesses de classe que distanciava os dois grupos. Mais do que direitos civis e políticos, as demandas das trabalhadoras as orientava em questões cruciais a sua própria subsistência e de seus filhos, como alimentação, moradia, coletivização dos trabalhos domésticos e de cuidados, condições dignas de trabalho e superação das antigas relações sexuais. Não obstante, a expropriação dos meios de produção da trabalhadora, produziu uma distorção singular em suas condições de vida, empurrando-as à prostituição como forma de sustentarem a si e a sua família (KOLLONTAI, [1908] 2017).

As diferenças de níveis de desigualdade que atingiam a mulher russa também foi um dos temas estudados por Kollontai. Em “Mulher Trabalhadora e Mãe” (1916), Alexandra conta a história de quatro

mulheres que compartilham o mesmo nome (Mashenka/Masha), mas que pertencem a camadas distintas da sociedade. A partir desses casos, refletiu sobre como as desigualdades materiais impactavam as vidas femininas, modificando as formas que a maternidade era compreendida em diferentes contextos sociais.

Alguns anos mais tarde, na obra "Relações entre os sexos e a luta de classes" (1919), Kollontai argumenta que "a questão sexual" seria um dos produtos das transformações sociais provocadas pelo modo de produção capitalista, onde o código moral vigente se mostra incompatível com os novos valores e ideais morais. No período de acumulação primitiva de capital, ela observa a existência de dois códigos sexuais distintos que orientariam, posteriormente, a classe trabalhadora e a burguesia a sentidos interpretativos antagônicos sobre a crise sexual.

O modo de vida clânico, constituído a partir de bases autoritárias e da coletivização da economia familiar, teria forjado uma ética sexual em que a estrita individualização dos desejos de membros da família não seria considerado, isto é, os interesses coletivos da família se sobressaem sobre os interesses individuais dos seus membros. Por outro lado, a moral sexual burguesa teria se constituído a partir de princípios diametralmente opostos às bases morais do código feudal, ao invés do princípio clânico, seria regida pela estrita individualização e pela delimitação de uma "pequena família" fechada. Enquanto o primeiro código teria se organizado através da cooperação, o segundo adotaria o princípio da concorrência. O tensionamento entre as duas formas de codificar a sexualidade estava, na transição entre o mundo feudal e burguês, circunscrito às classes mais altas da sociedade. Os camponeses, por outro lado,

"(...) continuaram atendo-se firmemente às normas já testadas das tradições clânicas herdadas de seus antepassados. Apenas sobre a pressão de uma necessidade extrema eles modificavam, atenuavam e adaptavam às novas condições de vida econômica o código da moral sexual clânico congelado" (KOLLONTAI, [1919] 2017, p. 178).

Kollontai destaca que, nesse contexto, a crise sexual não ocupava um espaço social tão abrangente como nos dias atuais. Para ela, as transformações socioeconômicas externas e a vigência de uma

“psique individualista refinada”, cultivada pela ideologia burguesa, seriam elementos fundamentais para o caráter sistêmico que ela adotaria na modernidade. Uma resposta alternativa à crise deveria se empenhar na reforma radical sobre a afetividade e sexualidade humana, de modo que seja possível direcionar as transformações sexuais em curso para a constituição de relações mais felizes. A tarefa da classe trabalhadora consistiria em definir essa moral em desenvolvimento, buscando captar o contorno dos princípios que correspondem ao espírito revolucionário no caos das normas sexuais incoerentes da modernidade (KOLLONTAI, [1919] 2017).

Ao discorrer sobre a “desigualdade dos sexos” no âmbito da psicofisiologia, Alexandra observa a existência de um critério duplo para traduzir e julgar o mesmo ato cometido pelos representantes de ambos os sexos. Para exemplificar a incidência desse critério, ela analisa a situação da família burguesa, destacando que “a sociedade não consegue destacar a mulher da célula familiar e considerá-la uma personalidade significativa por si só, fora do círculo fechado das virtudes e obrigações domésticas” (KOLLONTAI, [1919] 2017). É interessante notar que a autora vincula o funcionamento desse critério à manutenção da subordinação feminina na mentalidade burguesa, somente com a mudança na posição econômica da mulher e sua inserção no mercado de trabalho independente podem contribuir para o enfraquecimento dessa ideologia e para o despertar da consciência política das mulheres. Os limites desse processo esbarram com as próprias limitações às capacidades humanas impostas pelo modo de produção capitalista, que só conseguem atingir a integralidade da emancipação feminina com a superação do capitalismo. Nesse sentido, um dos deveres da classe trabalhadora seria cultivar as novas relações entre os sexos, estreitamente relacionadas com as suas tarefas sociais e de classe.

As transformações das relações socioeconômicas que estão modificando o papel social das mulheres e minando os fundamentos da moral sexual burguesa produzem dois fenômenos que, à primeira vista, são contraditórios. Por um lado, há constantes tentativas de adaptar as antigas convenções sexuais às novas condições socioeconômicas, seja as apresentando com um conteúdo inédito ou, ao contrário, aceitando as novas formas, mas introduzindo nelas elementos da moral sexual burguesa. Nessa situação, seria possível mencionar a manutenção da instituição do

casamento monogâmico e indissolúvel no primeiro caso, e a emergência das “uniões livres” no segundo. Para Kollontai, a segunda situação seria ainda mais destrutiva para as relações humanas, uma vez que “(...) o princípio da propriedade forçada de um cônjuge sobre outro supera os limites até dos casamentos legais” (KOLLONTAI, [1919] 2017, p. 186). Por outro, aconteceria uma delimitação lenta porém contínua de formas renovadas de contato entre os sexos, renovadas não só em aparência, mas também em princípios estruturantes. Nesse caso, a contradição entre a materialidade da classe trabalhadora e as transformações socioeconômicas possibilitariam caminhos inéditos para a relação entre os sexos. Segundo Kollontai,

“E aqui, na classe trabalhadora, sob pressão das difíceis condições econômicas, sob o jugo da exploração sempre intensa do capital, podemos observar o processo do qual acabamos de falar: a adaptação passiva e de resistência ativa à realidade. A influência destruidora do capitalismo, que mina as bases da família trabalhadora, faz o proletariado “se adaptar” instintivamente às condições existentes e acarreta uma série de fenômenos no âmbito das relações entre os sexos, análogo ao que acontece em outras classes da população. (...) Esse tipo de fenômeno entra na área da “adaptação passiva” da classe trabalhadora às condições desfavoráveis da sua existência. (...) O divisor de águas começa apenas onde entram em vigor os princípios artísticos vivos, onde acontece não uma adaptação, mas sim uma resistência à realidade opressora, onde são concebidos e se manifestam novos ideais, onde se formam tentativas tímidas de novas relações entre os sexos. esse processo de resistência ativa está se delineando apenas na classe trabalhadora” (KOLLONTAI, [1919] 2017, p. 187-188).

O protagonismo dos trabalhadores na constituição de novas relações entre os sexos não significa que as demais classes e camadas da população não assimilem os novos elementos criados e cultivados pelo proletariado. Entretanto, os resultados dessa assimilação possuem desdobramentos diferenciados entre a burguesia e o proletariado. Enquanto para o segundo a moral sexual produzida pelas demandas dos trabalhadores se constitui como arma em sua luta social, as incorporações das “novidades” pela burguesia acabam minando as bases do seu domínio social. Para Kollontai, encontrar o principal critério da moral gerado pelos interesses específicos da classe trabalhadora e adequá-lo às

normas sexuais em formação constituiria a tarefa a ser resolvida pelos ideólogos do proletariado (KOLLONTAI, [1919] 2017).

Além das dimensões ideológicas das relações sexuais, Kollontai buscou associá-las a fatores estruturais da sociedade, associando as manifestações micro e macrosociais das relações entre gênero e classe. Como observam Daflon e Sorj, “o movimento realizado é sociológico: para ela, buscar apenas nas individualidades e na psicologia individual a explicação e a solução para os problemas da sociedade seria um equívoco” (2021, p. 188). Para transformar essas relações, seria necessário também mexer nas bases materiais que organizam a vida de homens e mulheres. Em “Comunismo e a família” (1920), Kollontai apresenta análises importantes sobre a história e as mudanças sociais nas famílias, buscando nas próprias contradições históricas um movimento dialético de mudança (DAFLON; SORJ, 2021). Ao analisar o lugar da mulher na produção e os efeitos desse fenômeno na família, Kollontai salienta que

“A mulher que é esposa, mãe e trabalhadora precisa usar toda a sua energia para completar essas tarefas. Ela precisa trabalhar durante as mesmas horas que o marido em alguma fábrica, gráfica ou estabelecimento comercial; então, além disso tudo, ela precisa encontrar tempo para estar com o marido, e cuidar das crianças. O capitalismo colocou um fardo pesado sobre os ombros da mulher: fez dela uma assalariada sem reduzir suas tarefas com cuidado da casa ou como mãe” (KOLLONTAI, [1920] 2021, p. 189)

Sua observação expressa uma incompatibilidade entre as mudanças socioeconômicas e as estruturas familiares patriarcais, salientando que a família agora atua somente como uma “unidade econômica primária” da sociedade capitalista, onde reside o apoio financeiro e educacional para as crianças. Essa “velha família” deixou de ser necessária para todos os seus membros, e tudo que antes era produzido no seio da família tornou-se mercadoria produzida em grandes escalas (KOLLONTAI, [1920] 2021). Entretanto, o enfraquecimento do poder familiar não correspondeu a uma reestruturação da divisão sexual do trabalho, mantendo as mulheres encarregadas dos trabalhos domésticos e de cuidados com as crianças.



Para Kollontai, seria imprescindível que a sociedade comunista se dedicasse à questão da coletivização dos trabalhos domésticos, como uma alternativa à emancipação das mulheres. E a educação das crianças deveria se tornar um elemento fundamental dessa sociedade. O objetivo do Estado operário seria apoiar financeiramente todas as mães, criar políticas públicas de apoio à mulher, a fim de proporcionar às mulheres a oportunidade de combinar o trabalho e a maternidade (KOLLONTAI, [1920] 2021). As análises de Kollontai se revelam como um grande esforço de fornecer respostas específicas às mulheres, deslocando os vieses oriundos do liberalismo para um olhar marxista sobre a situação das mulheres trabalhadoras, valorizando sobretudo uma análise concreta da realidade material.

### Considerações finais

Utilizando o arcabouço teórico do marxismo e do socialismo utópico, Kollontai formulou uma série de interpretações instigantes sobre a posição das mulheres proletárias no capitalismo. Além de suas elaborações analíticas, adotou como objetivos de vida a defesa da classe trabalhadora, e a vinculação entre as lutas comunistas e a emancipação da mulher. Suas intervenções políticas e acadêmicas causaram profundo desconforto entre alguns companheiros de partido e entre a militância feminista, ainda assim, se manteve firme em suas considerações até o fim da vida.

O modo como Kollontai relacionou o sistema capitalista, a deterioração das famílias “tradicionais” e a relação entre os gêneros é vanguardista, abre caminhos interessantes à análise sociológica, revelando algumas das nuances microssociais das transformações econômicas. Particularmente no campo do marxismo, Kollontai revela a outra face da classe trabalhadora, ainda mais explorada e sobrecarregada pelo modo de produção capitalista: a mulher proletária. Em suas obras e panfletos se encontram elementos germinais de análise sobre a divisão sexual do trabalho e autonomia reprodutiva, temas incontornáveis para as vertentes mais críticas do feminismo e as análises marxistas sobre a teoria da reprodução social.

Esses fatores indicam a importância e originalidade da obra de Alexandra Kollontai que foram esquecidos pela sociologia clássica e que precisa ser recuperada, para que consigamos construir formas de conhecimento social comprometidos com a igualdade de gênero e com a produção acadêmica de mulheres. Como mencionado, o objetivo do artigo não foi “encontrar” análises sobre a situação feminina nos escritos de autores canônicos à Sociologia, mas demonstrar que existiam pensadoras preocupadas com a temática entre os séculos XIX e XX que ainda não são reconhecidas nesta área do conhecimento. Ademais, iluminar essa lacuna existente na sociologia clássica se desdobra como um compromisso político de democratização do conhecimento científico e valorização das pesquisas de mulheres para mulheres.

### Referências bibliográficas

ARAÚJO, Anna Bárbara. Alexandra Kollontai. In: DAFLON, Verônica T.; CAMPOS, Luna R (orgs.). *Pioneiras da sociologia: mulheres intelectuais nos séculos XVIII e XIX*. 1ª ed. Niterói: Eduff, 2022, p. 257–269.

CLEMENTS, Barbara. *A history of women in Russia: from earliest times to the present*. Bloomington, Indiana University Press, 2012.

DAFLON, Verônica T.; CAMPOS, Luna R. Introdução. In: DAFLON, Verônica T.; CAMPOS, Luna R (orgs.). *Pioneiras da sociologia: mulheres intelectuais nos séculos XVIII e XIX*. 1ª ed. Niterói: Eduff, 2022.

DAFLON, Verônica T.; SORJ, Bila. *Clássicas do pensamento social: mulheres e feminismos no século XIX*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1990.

GROSFUGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. In: *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, nº 1, jan/abr de 2016.

HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções: Europa (1789–1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* 1ª ed. Bauru: EDUSC, 2001.

SCHNEIDER, Graziela (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

SELL, Carlos E. *Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber*. Petrópolis: Vozes, 2009.

SILVA, Danielle Jardim da. *Avanços e limites da contribuição soviética para a libertação das mulheres: apontamentos a partir do pensamento de Alexandra Kollontai*. Orientador: Marcelo

Badaró Mattos. 247 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

SORJ, Bila. Apresentação. In: DAFLON, Verônica T.; CAMPOS, Luna R (orgs.). Pioneiras da sociologia: mulheres intelectuais nos séculos XVIII e XIX. 1ª ed. Niterói: Eduff, 2022, p. 15–16.

– **Alexandra Kollontai:**

\_\_\_\_\_. A mulher trabalhadora na sociedade contemporânea (1908). In: SCHNEIDER, Graziela (org.). A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p.150–159.

\_\_\_\_\_. Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada. 1ª ed. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

\_\_\_\_\_. Mulher Trabalhadora e Mãe (1916). Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1916/mes/90.htm> / Acesso em 20/08/22.

\_\_\_\_\_. Os fundamentos sociais da questão da mulher (1907). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1907/mes/fundamentos.htm> / Acesso em 20/08/22.

\_\_\_\_\_. Relações entre os sexos e a luta de classes (1919). In: SCHNEIDER, Graziela (org.). A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 176–190.

# FUNDAMENTOS SOBRE ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA: UMA REFLEXÃO TEÓRICA A PARTIR DE GRAMSCI

Danuta Estrufika Cantoia Luiz<sup>1</sup>

Kelen Koupak<sup>2</sup>

## Resumo

O presente artigo objetiva apresentar o tema das relações entre Estado e sociedade civil com base nas formulações de Antonio Gramsci, defendendo, a partir disso, a perspectiva de uma democracia participativa, com a ampla e constante participação dos diferentes segmentos sociais na gestão estatal. Trata-se de pesquisa de caráter exploratório, que metodologicamente se desenvolveu através pesquisa bibliográfica. Os resultados apontam para o fato de que no âmbito do Estado moderno não se pode excluir as categorias sociedade civil, democracia e participação, uma vez que estão interligadas. A teorização de Gramsci fornece bases importantes para se pensar no estabelecimento de relações mais democráticas entre Estado e sociedade civil.

**Palavras-chave:** Estado. Sociedade Civil. Democracia. Participação.

## Foundations on the State, civil society and participatory democracy: a theoretical reflection from Gramsci

## Abstract

This article aims to present the theme of relations between State and civil society based on Antonio Gramsci's formulations, defending, from this, the perspective of a participatory democracy, with the wide and constant participation of different social segments in state management. This is an exploratory research, which methodologically was developed through bibliographic research. The results point to the fact that within the scope of the modern State one cannot exclude the categories civil society, democracy and participation, since they are interconnected. Gramsci's theorization provides important bases for thinking about the establishment of more democratic relations between the State and civil society.

**Keywords:** State. Civil Society. Democracy. Participation.

---

<sup>1</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é Professora associada da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

<sup>2</sup> Bacharela em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; Pós-graduada em Direito Processual Civil pelo Centro Universitário UniDomBosco e em Direito Administrativo pelo Gran Centro Universitário. Advogada.

## Fundamentos del Estado, sociedad civil y democracia participativa: una reflexión teórica a partir de Gramsci

### Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar el tema de las relaciones entre el Estado y la sociedad civil a partir de las formulaciones de Antonio Gramsci, defendiendo, desde allí, la perspectiva de una democracia participativa, con la participación amplia y constante de diferentes segmentos sociales en la gestión estatal. Se trata de una investigación exploratoria, que metodológicamente se desarrolló a través de una investigación bibliográfica. Los resultados apuntan que en el ámbito del Estado moderno no se pueden excluir las categorías sociedad civil, democracia y participación, ya que están interconectadas. La teorización de Gramsci brinda bases importantes para pensar en el establecimiento de relaciones más democráticas entre el Estado y la sociedad civil.

**Palabras clave:** Estado. Sociedad Civil. La democracia. Participación.

## Introdução

O tema da relação entre Estado sociedade civil foi objeto de várias abordagens teóricas ao longo dos diferentes períodos históricos. Dentre essas abordagens, a sociedade civil pode ser concebida como figura independente do Estado, como substituta das responsabilidades sociais do Estado ou então como parte próxima e integrante do Estado.

O presente estudo adota esta última concepção com base na teoria de Gramsci. Para o autor, a sociedade política ou Estado em sentido estrito e a sociedade civil não são figuras contrapostas, mas componentes de uma mesma totalidade. Isso porque, Gramsci situa a sociedade civil como constituinte da estrutura estatal, dando origem a teoria do Estado Ampliado ou Estado Integral.

Este não é um assunto esgotado ou encerrado dadas as configurações do neoliberalismo e o seu projeto de minimização do Estado, que não deu conta das mazelas da sociedade contemporânea, pelo contrário, o que fez foi aprofundar as desigualdades econômicas e sociais, colocando muitos segmentos da sociedade civil em condição de subalternidade.

Assim, o Estado Ampliado gramsciano é um fundamento para se pensar as relações entre Estado e Sociedade Civil na contemporaneidade, não preconizando a ausência do Estado, mas o desenvolvimento e ampliação do seu papel de proteção, gestão da vida social e econômica de um país.

Ademais, a teorização de Gramsci a respeito das relações entre Estado e sociedade civil, fundamenta o ideal de uma democracia participativa, na qual os diferentes sujeitos sociais possuem possibilidades de participar dos processos decisórios, ocupando os espaços nos quais são discutidos e decididos os interesses da coletividade.

De cunho exploratório e desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, o presente artigo é composto por três tópicos. O primeiro trata-se das relações entre Estado e Sociedade Civil, sob a perspectiva de Gramsci, apontando antes, sinteticamente, como estas foram compreendidas por teóricos que o antecederam, no âmbito da era moderna. O segundo tópico, a partir das formulações de Gramsci, aborda a democracia participativa sob a ótica de autores referenciais na temática. Já o último tópico

apresenta a categoria participação, considerando que é o elemento central no âmbito de uma democracia participativa.

### **As relações entre estado e sociedade civil em Gramsci**

Montaño e Duriguetto (2010) destacam que no pensamento moderno as concepções de Estado e sociedade civil têm origem nas teorias contratualistas do jusnaturalismo, desenvolvidas no processo de transição para o capitalismo. Embora cheguem a conclusões diferentes, os contratualistas, em especial Hobbes, Locke e Rousseau, afirmavam que a origem do Estado e/ou sociedade civil está num contrato social: anteriormente, os indivíduos viveriam em um estado de natureza sem poder e organização, mas por meio do pacto firmado entre eles estabelecem as regras de convívio social e de subordinação política (WEFFORT, 2000).

Para Hobbes e Locke, a sociedade civil contrapõe-se a sociedade natural, sendo sinônimo de sociedade política como instância civilizada e, portanto, de Estado. Já para Rousseau, a sociedade civil possui um sentido único de sociedade civilizada, que só se torna política após o surgimento do contrato (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998).

Em contraposição aos contratualistas e do ponto de vista teórico, Hegel foi quem primeiro concebeu a sociedade civil como sendo distinta e separada do Estado político, coexistindo com este (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010). De acordo com Weffort (2000, p. 105-106), na filosofia hegeliana a sociedade civil é vista como “[...] esfera dos interesses privados, econômico-corporativos e antagônicos entre si.” Por sua vez, o Estado político caracteriza-se como “[...] a esfera dos interesses públicos universais, na qual aquelas contradições estão mediatizadas e superadas.” Assim, o Estado é o espaço em que se expressa a vontade universal, construída a partir das vontades particulares e contraditórias presentes na sociedade civil.

É a partir dos postulados de Hegel que Marx desenvolve sua teorização a respeito da natureza do Estado moderno e de sua relação com a sociedade civil. Em linhas gerais, em uma posição crítica e invertida da proposta hegeliana, Marx afirma que é a sociedade civil que cria e legitima o Estado, e não o contrário como supunha Hegel (DURIGUETTO, 2007).



Na obra “A Ideologia Alemã” (1845–1846), escrita com Engels, Marx concebe a sociedade civil como a esfera da produção material, constituindo a estrutura econômica. Essa sociedade civil é o cenário da história, de onde emergem as instituições jurídicas, políticas, sociais e culturais que formam o Estado, caracterizado como superestrutura (MARX; ENGELS, 2002).

Para Marx e Engels, o Estado não é a expressão do interesse coletivo, mas “[...] emerge das relações de produção e expressa os interesses da estrutura de classe inerente às relações de produção.” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 36). No Manifesto do Partido Comunista, de 1848, os autores afirmam que o Estado se configura como um comitê responsável por gerir unicamente os interesses da burguesia e suas formas institucionais se utilizam da coerção ou da opressão para exercer o domínio de classe burguês (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010)

Duriguetto (2007) destaca que a dinâmica e a estrutura do Estado delineadas por Marx e Engels em 1848, no Manifesto do Partido Comunista, correspondiam à realidade daquele momento histórico. Contudo, desde então surgiram novos fenômenos, ocorrendo especialmente transformações nos campos da economia e da política, a partir da segunda metade do século XIX, que alteraram o aspecto da representação dos interesses na esfera estatal, bem como as circunstâncias e estratégias de expressão da luta de classes. De fato, houve a conquista do sufrágio universal, o surgimento de sindicatos e partidos operários de massa que passaram a possibilitar a participação política das classes subalternas. Além disso, verificou-se uma progressiva conquista de direitos sociais, que demandou ao Estado incorporar também interesses da classe trabalhadora. Diante disso, a relação entre Estado e sociedade civil se tornou mais complexa e, embora o Estado não tenha perdido seu caráter classista burguês, já não podia mais ser identificado unicamente como um simples comitê da burguesia, pois passou a absorver demandas populares para, contraditoriamente, se legitimar enquanto Estado gestor da sociedade como um todo.

Ainda de acordo com Duriguetto (2007), apesar deste novo cenário ter sido identificado pelos próprios Marx e Engels em obras posteriores ao Manifesto e também por outros autores marxistas, foi

o italiano Antonio Gramsci quem formulou uma nova teoria marxista do Estado.

Ao teorizar o Estado, Gramsci parte das contribuições de Marx, Engels e Lênin, as quais foram decisivas para identificar a feição classista do Estado, suas contradições e reprodução no seio da sociedade. No entanto, ao contrário dos teóricos citados, Gramsci vive em outro contexto histórico e geográfico, elaborando seu conceito de Estado a partir das transformações econômico-sociais e políticas ocorridas após a Primeira Guerra Mundial. Nesse contexto, questiona a crise do Estado liberal e a hegemonia do capitalismo (SIMIONATTO, 2008).

Esse período permitiu a Gramsci visualizar uma crescente socialização da política, “[...] processo pelo qual se cria um número cada vez maior de sujeitos políticos coletivos” (COUTINHO, 2006, p. 33), e a conseqüente ampliação do Estado. Com efeito, Gramsci compreende que na sociedade capitalista moderna complexificaram-se as relações de poder, o que fez emergir uma nova esfera social, denominada sociedade civil. Assim, “a esfera ‘restrita’ [...] cede progressivamente lugar a uma nova esfera pública ‘ampliada’, caracterizada pelo protagonismo político de amplas e crescentes organizações de massa.” (COUTINHO, 1987, p. 65).

No âmbito do Estado Ampliado gramsciano, a sociedade civil, assim como a sociedade política, pertence ao momento da superestrutura, diferentemente de Marx que identifica a sociedade civil com a estrutura econômica. Todavia, essa alteração operada por Gramsci não significa uma substituição da esfera econômica pela esfera política, não havendo em sua teoria “[...] uma rejeição da economia ou da esfera estrutural, mas um diagnóstico das novas determinações do capitalismo, dos problemas em jogo e da busca de soluções para enfrentá-los.” (SIMIONATTO, 2008, p. 17). Inclusive, retomando Marx, Gramsci (1999, p. 157) ratifica que o conjunto “[...] das relações de produção formam a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas sociais de consciência social.” Na mesma linha de raciocínio, em outra passagem, Gramsci (1999, p. 250) cita que “a estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’,

isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas são o reflexo do conjunto das relações sociais de produção.”

Portanto, Gramsci não nega as formulações apontadas por Marx, mas apenas as amplia, colocando ao lado dos aparelhos da sociedade política os aparelhos próprios da sociedade civil, sendo que “[...] o conceito de sociedade civil é precisamente o meio privilegiado através do qual Gramsci enriquece, com novas determinações, a teoria marxista do Estado.” (COUTINHO, 2006, p. 31).

Daí deriva a teoria ampliada de Estado, onde “[...] entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)” (GRAMSCI, 2007, p. 244). Segundo Gramsci (2006, p. 20-21):

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes 'planos' superestruturais: o que pode ser chamado de 'sociedade civil' (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como 'privados') e o da 'sociedade política ou Estado', planos que correspondem, respectivamente, à função de 'hegemonia' que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de 'domínio direto' ou de comando, que se expressa no Estado e no governo 'jurídico'.

De acordo com Coutinho (1999), no Estado Ampliado a sociedade política – ou Estado em sentido estrito – é constituída pelo conjunto dos mecanismos por meio dos quais a classe dominante possui o monopólio legal da repressão e da violência, identificando-se com os aparelhos de coerção, sob comando das burocracias executivas e policial-militar. Já a sociedade civil é composta pelo conjunto das organizações ou aparelhos privados de hegemonia, responsáveis por elaborar ou difundir as ideologias, abrangendo os partidos políticos, as Igrejas, os sindicatos, o sistema escolar, os meios de comunicação etc.

A designação “privados” não significa uma contraposição ao que é público, nem contesta o caráter de classe das organizações da sociedade civil, uma vez que está não é homogênea, mas envolta de contradições (SIMIONATTO, 1998). Logo, a sociedade civil não é um espaço universal, organizada somente por bons valores e interesses justos como uma extensão mecânica da vida democrática. Pelo contrário, ela também é permeada por

interesses escusos e egoístas, de modo que em seu âmbito podem até mesmo se desenvolver atitudes incivis (NOGUEIRA, 2005). A respeito dos contrastes existentes na sociedade civil, Simionatto (1998, p. 53–54) menciona que nela:

[...] estão organizados tanto os interesses da classe burguesa, que exerce sua hegemonia por meio de seus aparelhos “privados”, reprodutores de sua ideologia, representados hoje quer pelos meios de comunicação quer pelo domínio dos aparatos do Estado e dos meios de produção; quanto os interesses das camadas das classes subalternas, que buscam organizar-se para propor alternativas que se contraponham às parcelas minoritárias detentoras do poder, afirmando a prioridade do público sobre o privado, do universal sobre o particular, da vontade coletiva sobre as vontades particulares.

Duas questões caracterizam a diferenciação entre a esfera da sociedade civil e a esfera da sociedade política. A primeira refere-se à “[...] diferença na função que exercem na organização da vida social, na articulação e reprodução das relações de poder.” (COUTINHO, 1999, p. 127). Enquanto na sociedade civil o exercício do poder ocorre através de uma relação de hegemonia, construída pela direção política e pelo consenso, na sociedade política o exercício do poder se dá por meio de uma ditadura, ou seja, de uma dominação por intermédio da coerção. A segunda diferença diz respeito a materialidade (socioinstitucional) de cada uma das esferas. Ao passo que os portadores materiais da sociedade política são os aparelhos repressivos do Estado, cujo controle é feito pelas burocracias executiva e policial-militar, os portadores materiais da sociedade civil são denominados por Gramsci de aparelhos privados de hegemonia, isto é, organismos sociais coletivos voluntários que possuem certa autonomia em relação a sociedade política (COUTINHO, 1999).

Embora trate da diversidade estrutural e funcional das duas esferas da superestrutura, Gramsci não deixa de lado seu momento unitário, na medida que entre essas esferas há somente uma distinção metodológica, pois na realidade elas se inter-relacionam de forma dialética, já que “[...] a articulação de consenso e coerção garante a supremacia dum grupo sobre toda a sociedade e a verdadeira estruturação no poder.” (SEMERARO, 1999, p. 74).

A relação dialética entre a esfera da sociedade civil e da sociedade política é assim explicada por Gramsci (2002, p. 62):

A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como 'domínio' e como 'direção intelectual e moral'. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a 'liquidar' ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados.

Dessa forma, não é possível separar Estado e sociedade. O Estado não pode ser visto apenas como aparelho burocrático-coercitivo, pois suas dimensões também abrangem “[...] a multiplicidade dos ‘organismos’ da sociedade civil, onde se manifestam a livre iniciativa dos cidadãos, seus interesses, suas organizações, sua cultura e valores, e onde praticamente se enraízam as bases da hegemonia.” (SEMERARO, 1999, p. 75).

De acordo com Semeraro (1999, p. 75), o Estado na ótica de Gramsci é composto de “[...] elementos políticos e sociais; da força das instituições e da liberdade dos organismos privados; da inter-relação entre estrutura e superestrutura; da compenetração do aparelho estatal com a sociedade civil organizada”. Justamente por isso, Gramsci (2007) entende o Estado como um complexo de atividades práticas e teóricas por meio das quais a classe dominante justifica e mantém seu domínio, mas também obtém o consenso dos governados.

Referido consenso forma-se na sociedade civil, local onde ocorrem as disputas entre projetos de classe, sendo ainda o espaço de elaboração da hegemonia. Na visão de Gramsci, o exercício da hegemonia está ligado a uma ideia de relação entre o consenso e a força, “[...] que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria [...]” (GRAMSCI, 2007, p. 95). Corroborando essa afirmação, Acanda (2006, p. 178) leciona que:

O conceito de hegemonia em Gramsci ressalta a capacidade da classe dominante de obter e manter seu poder sobre a sociedade pelo controle que mantém sobre os meios de produção econômicos e sobre os instrumentos de repressão, mas, principalmente, por sua capacidade de produzir e organizar o consenso e a direção política, intelectual e moral dessa sociedade. A hegemonia é, ao mesmo tempo, direção ideológico-política da sociedade civil e combinação de força e consenso para obter o controle social.

De acordo com Gruppi (1978, p. 3), o conceito de hegemonia é apresentado por Gramsci de forma ampla, ou seja, “[...] como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer.”

Afirmar-se como classe hegemônica significa construir interesses comuns e “[...] tornar-se protagonista das reivindicações que são de outros estratos sociais [...] de modo a unir em torno de si esses estratos, realizando com eles uma aliança [...]” (GRUPPI, p. 1978, p. 59). Nesse sentido, Duriguetto (2007) aponta que a aquisição gradativa de uma unidade política-ideológica ou direção de classe demanda que se busque o consenso dos grupos aliados, de modo a superar seus limites corporativos através do alargamento e articulação de seus interesses e necessidades.

Esse é o processo denominado por Gramsci de “catarse”, ou seja “[...] a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens.” (GRAMSCI, 1999, p. 314). O movimento catártico significa, então, superar os interesses particularistas e corporativos para elevar-se a uma nova consciência ético-política universal. A noção de catarse é a síntese do projeto político de Gramsci e é o que atribui concretude à ideia de hegemonia (DURIGUETTO, 2007). Se uma classe não conseguir concretizar essa catarse, não pode converter-se em uma classe nacional representante dos interesses universais e, por consequência, não pode ocupar uma posição hegemônica na sociedade (COUTINHO, 2000).

Campione (2003, p. 53) afirma que a hegemonia, na perspectiva gramsciana, possui uma multiplicidade de dimensões, sendo uma destas “[...] a possibilidade de que se produza uma hegemonia alternativa, ou contra-hegemonia, por parte dos grupos subalternos.” Realmente, Gramsci tem uma preocupação com a elevação das classes subalternizadas e com sua inserção no cenário histórico, de forma que nesse sentido, a hegemonia não expressa somente a sujeição de uma classe em relação à outra, “[...] mas a capacidade das classes na construção de uma visão de mundo, ou seja, de efetivamente elaborar ‘uma reforma intelectual e moral’” (SIMIONATTO, 2008, p. 23).

A mencionada “reforma intelectual e moral” com vistas a construção de uma contra-hegemonia pelas classes subalternas perpassa pelo plano da cultura, pois “a elevação cultural das massas assume importância decisiva [...] como instrumento de libertação da pressão ideológica das classes dirigentes.” (SIMIONATTO, 2008, p. 24). A cultura apresenta-se como requisito necessário para a emancipação dos grupos subalternos, bem como para que estes realizem o processo catártico, passando do plano econômico-corporativo ao ético-político, mormente pelas condições de inferioridade e exclusão a que foram historicamente submetidos. Entretanto, a hegemonia, como “reforma intelectual e moral”, não se limita ao âmbito da cultura, mas abrange também o terreno da economia e da política, pois de acordo com Gramsci (2007) não é possível haver reforma cultural, com a elevação das classes mais baixas da sociedade, sem antes ocorrer uma reforma econômica com modificação na posição social.

Para Gramsci, em conjunto com a economia e a política, o campo da cultura, enquanto espaço onde se prepara e eleva a consciência crítica das massas, é elemento fundamental para a gestação de uma nova sociabilidade. Nessa perspectiva, Duriguetto (2007, p. 63) expõe que:

[...] a hegemonia como “direção intelectual e moral” incorpora uma dimensão educativa na medida em que desencadeia um processo que aspira construir sujeitos historicamente ativos que buscam formas para romper com a submissão e subalternidade, preparando-os para a participação na construção do consenso e para a superação da relação entre governantes e governados. Assim, em Gramsci, a formação de uma consciência crítica, assim como a participação ativa são os alicerces de uma ação política que procura conquistar a hegemonia [...].

Diante do fenômeno da ampliação do Estado, Gramsci defende que o processo de luta pela hegemonia deve ocorrer através da “guerra de posição”, ou seja, “[...] conquistas progressivas ou ‘processuais’ de espaços de direção político-ideológica e de formação de um consenso organizado e participativo no vasto campo da sociedade civil.” (DURIGUETTO, 2007, p. 58-59). Exatamente por isso Gramsci (2002) afirma que uma classe social

que pretende obter a hegemonia deve ser dirigente antes de ser dominante.

É no seio de uma sociedade civil heterogênea que se trava a estratégia da guerra de posição, a qual não se dá através de um único e radical acontecimento, pois, pelo contrário, é processual e prolongada no tempo, marcada por avanços e retrocessos. Assim, é resgatado o conceito de revolução, mas sob a forma de um processo trabalhoso que não acontece de uma única vez e nem é irreversível, além de não ser “[...] limitado ao poder político às relações sociais de produção fundamentais, mas aberto à ruptura de todas e de cada uma das relações marcadas pela opressão e pela desigualdade.” (CAMPIONE, 2003, p. 54).

De acordo com Luiz (2008), a guerra de posição constitui-se como uma estratégia da classe subalterna para romper com as relações de dominação, representando uma oposição ideológica à hegemonia capitalista. Para a autora:

Essa estratégia consiste no exercício pedagógico de socialização da política por diferentes sujeitos sociais, na ocupação de posições estratégicas, na propagação de valores culturais diferenciados dos dominantes, na absorção processual destes pela massa num movimento histórico de constituição de um pensamento crítico e elevação do senso comum. (LUIZ, 2008, p. 47).

É por meio da guerra de posição que se vislumbra a possibilidade de um projeto contra-hegemônico, com o estabelecimento de novas relações entre Estado e sociedade civil e o rompimento com a ideologia dominante. Luiz (2008) adverte que esse não é um processo que se dará de forma mágica, mas pela participação e inserção crítica de sujeitos concretos na prática social. Desse modo, verifica-se a existência de uma relação orgânica entre hegemonia e democracia, posto que a construção de uma nova hegemonia pressupõe uma progressiva democratização, com a “[...] conquista de espaços políticos e de participação popular crítica e organizada nos espaços da sociedade civil [...]” (DURIGUETTO, 2007, p. 61).

As formulações de Gramsci no que tange às relações entre Estado e sociedade civil dão margem e nos subsidiam para pensar em



uma democracia participativa. O próximo tópico apresenta a categoria a partir de autores referenciais na temática.

### **Democracia participativa: uma aproximação teórica**

Primeiramente, cabe destacar que a democracia participativa pode ser entendida como “[...] um sistema de tomada de decisões sobre assuntos públicos no qual os cidadãos estão diretamente envolvidos [...]” (HELD, 1987, p. 4). Nessa concepção, o exercício da democracia não se limita a manifestação eleitoral, mas pressupõe uma participação mais efetiva e constante dos cidadãos nos diferentes espaços onde se discutem e se decidem questões de interesse público. Sintetizando essa ideia, Pereira (2007, p. 426) explicita que:

Em contraponto ao modelo liberal representativo, o modelo participativo se desenvolve com o intuito de promover uma visão maximalista da democracia procurando levar a ideia de participação para além do voto eleitoral periódico, buscando encontrar novos espaços, institucionalizados ou não, de participação política além da busca por um maior controle das decisões estatais através de mecanismos de prestação de contas.

Ao tratar dos modelos de democracia, Held (1987) aponta três autores como representantes da democracia participativa, a saber: Poulantzas (1980), Crawford Brough Macpherson (1978) e Carole Pateman (1992). Para Pereira (2007), embora referidos autores tenham pensado a democracia em países desenvolvidos, foram essenciais para o desenvolvimento das ideias básicas do modelo participativo em cenários contemporâneos.

Para Poulantzas (1980), o ideal da democracia participativa envolve a articulação entre a transformação do Estado e o desenvolvimento de uma democracia direta de base, o que exige o apoio decisivo e contínuo de um movimento de massa que tenha por base amplas alianças populares.

Mas, para o autor, as instituições de democracia direta ou de autogestão não podem substituir o Estado, pois isso deixaria um vácuo de coordenação que seria preenchido pela burocracia. O que Poulantzas defende é a democratização do Estado de forma a tornar o parlamento, as burocracias estatais e os partidos políticos mais abertos e responsáveis e, ao mesmo passo, a democratização

da sociedade, através de novas formas de lutas a nível local, multiplicando, assim, as instâncias de poder (HELD, 1987).

A concepção de democracia participativa em Macpherson (1978), perpassa por um sistema piramidal com democracia direta na base e democracia por delegação nos níveis acima, combinado ainda com um sistema partidário. O autor destaca que haveria democracia direta ao nível da fábrica ou vizinhança e eleição de delegados que comporiam uma comissão no nível seguinte, que poderia ser, por exemplo, um bairro urbano. Esses delegados deveriam ser instruídos por aqueles que os elegeram, bem como responsáveis para com eles, tomando decisões em nível de conselho de forma democrática. Assim se sucederia até o vértice da pirâmide, que seria “[...] um conselho nacional para assuntos de interesse nacional, e conselhos locais e regionais para questões próprias desses segmentos territoriais.” (MACPHERSON, 1978, p. 111). Entretanto, o problema principal para Macpherson (1978) não é o de como deve ser a atuação de uma democracia participativa, mas o de como atingi-la. Por isso, inicialmente teoriza sobre quais mudanças deveriam acontecer na sociedade como requisitos para que tal modelo democrático se torne possível. Em primeiro lugar, o autor aponta a necessidade de uma mudança na consciência dos indivíduos, que devem superar a condição de meros consumidores por uma atuação mais ativa, voltada para o desenvolvimento de suas capacidades individuais e também coletivas, no sentido de alimentar um senso de comunidade. A segunda mudança diz respeito à diminuição das desigualdades sociais e econômicas, pois estas impedem a participação ativa dos indivíduos. Isso gera o que Macpherson denomina de círculo vicioso, pois não é possível obter mais participação democrática sem antes haver uma mudança da desigualdade social e sua consciência, mas, por outro lado, também não é viável operar as mudanças da desigualdade social e na consciência sem um prévio aumento da participação democrática.

A saída indicada por Macpherson (1978) seria adotar uma perspectiva pelas qual esses requisitos fossem paulatina e reciprocamente alcançados. Nesse sentido:

Argumenta que as contradições estruturais do capitalismo geram, por si só, uma nova consciência social e essa, por sua vez, seria propulsora de uma pressão maior e mais qualitativa contra as formas de gestão capitalista de bens de 'consumo' produzindo, dessa forma, os 'novos

movimentos sociais' que impulsionariam a expansão de mais participação política, o que, de sua parte, acarretaria a expansão da consciência social e assim por diante. A completa realização da democracia e o exercício pleno das capacidades e potencialidades humanas se efetivariam quando essas mudanças progressivas atingissem uma significativa diminuição das desigualdades sociais e econômicas [...] (DURIGUETTO, 2007, p.126-127).

Por sua vez, Pateman (1992) em seu livro "Participação e Teoria Democrática" questiona a tradição elitista da democracia que se desenvolveu desde "Capitalismo, Socialismo e Democracia" (1943) de Joseph Schumpeter. A corrente do elitismo democrático defende a restrição da participação política ao voto eleitoral, através do qual o povo escolheria os governantes dentre as elites. A teoria participativa de Pateman justamente contrapõe-se a essa noção da prática democrática restrita à participação eleitoral (PEREIRA, 2007).

É com base nas formulações dos teóricos Jean Jacques Rousseau, John Stuart Mill e George Douglas Howard Cole que Pateman (1992) constrói uma teoria da democracia participativa.

Na obra "O Contrato Social" Rousseau fornece as bases da democracia participativa, já que de acordo com Pateman (1992) toda sua teoria política sustenta-se na participação de cada cidadão nas decisões políticas. A autora destaca também que apesar de Rousseau ter formulado suas ideias em um período anterior ao desenvolvimento das instituições modernas da democracia e ainda que seu ideal de sociedade fosse uma cidade-Estado não industrial, é em sua teoria que se encontram as hipóteses básicas relativas à função da participação no âmbito de um Estado democrático.

Rousseau considerava que alguns requisitos eram imprescindíveis para se atingir o sistema participativo ideal. Em primeiro lugar, afirmava que determinadas condições econômicas eram fundamentais, devendo haver uma sociedade caracterizada pela igualdade e pela independência econômica, em que cada homem fosse detentor de alguma propriedade para, assim, não ser dependente de outrem (PATEMAN, 1992). O desejável era a existência de uma situação em que "[...] nenhum cidadão seja assaz opulento para poder comprar um outro, e nem tão pobre para ser constrangido a vender-se." (ROUSSEAU, 2002, p. 73).

Uma vez existindo essas condições, os cidadãos poderiam se agrupar como indivíduos iguais e independentes, mas também

interdependentes, pois para que seja possível realizar qualquer coisa é necessário a cooperação de todos ou da maioria. Assim, todos os indivíduos enquanto coletividade são vistos como o soberano, sendo que, sob essa ótica, o papel da participação liga-se ao fato de que o governo dos homens deve se dar “[...] pela lógica da operação da situação política que eles mesmos criaram, e que essa situação constitui-se de tal forma que impossibilita ‘automaticamente’ a existência de governantes individuais.” (PATEMAN, 1992, p. 36).

Segundo Pateman (1992), a operação do sistema participativo rousseaiano baseia-se no fato de que a participação ocorre no processo de tomada de decisões e que ela protege os interesses individuais, bem como assegura um bom governo.

Talvez a contribuição mais importante de Rousseau para o debate da democracia participativa esteja relacionada às funções da participação que são por ele indicadas. A primeira e principal função é a educativa, visto que durante o processo participativo:

[...] o indivíduo aprende que a palavra ‘cada’ aplica-se a ele mesmo; o que vale dizer que ele tem que levar em consideração assuntos bem mais abrangentes do que os seus próprios e imediatos interesses privados, caso queira a cooperação dos outros; e ele aprende que o interesse público e privado encontram-se ligados. [...]. Como resultado de sua participação na tomada de decisões, o indivíduo é ensinado a distinguir entre seus próprios impulsos e desejos, aprendendo a ser tanto um cidadão público quanto privado (PATEMAN, 1992, p. 38-39).

A segunda função da participação na proposta de Rousseau é que ela possibilita que as decisões coletivas sejam aceitas com mais facilidade pelo indivíduo e, uma terceira função, denominada como a de integração, fornece a sensação de pertencimento de cada cidadão à sua comunidade (PATEMAN, 1992).

Outra referência na discussão da democracia participativa abordada por Pateman (1992) é John Stuart Mill, o qual reafirma as funções da participação apontadas por Rousseau, mas seu mérito consiste no reforço que conferiu à função educativa da participação, acrescentando a dimensão da participação local e a importância das instituições políticas locais. O autor defende que o indivíduo deve ser preparado para a participação em nível local, pois é neste nível que se aprende o autogoverno e a democracia, sendo que sem essa condição de nada adianta o sufrágio universal

e a participação em âmbito nacional. Em outras palavras, para que os indivíduos “[...] sejam capazes de participar efetivamente do governo da ‘grande sociedade’, as qualidades necessárias subjacentes a essa participação devem ser fomentadas e desenvolvidas a nível local.” (PATEMAN, 1992, p. 46). É no espaço local que se realiza a verdadeira função educativa da participação, onde os indivíduos têm a possibilidade de decidir sobre as questões que afetam de forma direta sua vida cotidiana. Para Pateman (1992), o ponto mais relevante da teoria de Mill, é a ampliação do efeito educativo da participação para uma nova esfera da vida social moderna, qual seja, a indústria. Da mesma forma que a participação em nível local é requisito para a participação em nível nacional, ante seu efeito educativo, também a participação na direção do local de trabalho promove esse impacto, capacitando os indivíduos para as atividades públicas. Pateman (1992, p. 51) argumenta que as formulações de Mill quanto ao “[...] efeito educativo da participação no governo local e no local de trabalho poderia ser generalizado de maneira a englobar o efeito da participação em todas as estruturas de autoridade ou sistemas políticos das ‘esferas inferiores’”.

O último autor analisado por Pateman como integrante da corrente participativa da democracia é George Cole, sendo que sua teoria, assim como a de Mill, se insere no cenário de uma sociedade moderna e industrializada. Cole concorda com a maioria das teses de Rousseau e Mill, tais como a função educativa da participação, a igualdade política e econômica, a participação a nível local e no espaço da indústria. Sua contribuição diferenciada refere-se ao desenvolvimento de uma teoria das associações (PATEMAN, 1992). A partir da compreensão de que os homens agem por meio de associações, Cole afirma que para um indivíduo ser autogovernado ele deve participar dos processos decisórios em todas as associações das quais é integrante. Essas associações devem ser livres para exercer controle sobre seus próprios assuntos e iguais na questão no que se refere ao poder político (PATEMAN, 1992).

Apesar de reconhecer que o governo representativo é necessário à maioria das associações, Cole aduz que as formas de representação são enganosas, devido ao fato de suporem que ao invés de ser representado apenas em relação a determinada função, o indivíduo possa ser representado para todos os fins e também porque, no seio das instituições representativas, o eleitor não escolhe realmente seu representante nem exerce controle

sobre ele. Na acepção de Cole, o princípio democrático deve se aplicar a todos os campos da sociedade, incluindo além da esfera política, a esfera econômica e o espaço da indústria (PATEMAN, 1992).

A partir das ideias destes três autores – Rousseau, Mill e Cole – Pateman (1992) estabelece uma teoria da democracia participativa. A premissa central está no fato de que é impossível considerar os indivíduos e suas instituições de forma isolada. A existência de instituições representativas em âmbito nacional não é suficiente para a democracia uma vez que a participação deve acontecer em todas as esferas da organização social, para que possam ser desenvolvidas as atitudes e qualidades psicológicas necessárias. Referido desenvolvimento se dá através do próprio processo de participação, sendo que sua principal função é educativa “[...] tanto no aspecto psicológico quanto no de aquisição de prática de habilidades e procedimentos democráticos.” (PATEMAN, 1992, p. 61). Por esse motivo, o sistema participativo é estável, já que ele se autossustenta através do efeito educativo da participação, a qual “[...] promove e desenvolve as qualidades que lhe são necessárias; quanto mais os indivíduos participam, melhor capacitados eles se tornam para fazê-lo.” (PATEMAN, 1992, p. 61).

Para Pateman (1992), a existência de governo democrático requer uma sociedade participativa, caracterizada pela democratização dos sistemas políticos e pela socialização de todos os espaços, em especial da esfera do trabalho, que é onde os indivíduos despendem grande parte de suas vidas. Sistematizando os argumentos de Pateman, Held (1987, p. 233) aponta que:

[...] a democracia participativa engendra o desenvolvimento humano, aumenta o senso de eficácia política, reduz o senso de distanciamento dos centros de poder, nutre uma preocupação com problemas coletivos e contribui para formação de um corpo de cidadãos ativos e conhecedores, capazes de ter interesse mais agudo nos assuntos governamentais, [...] fazendo-se com que a democracia seja algo importante na vida diária das pessoas, ou seja, estendendo-se a esfera do controle democrático àquelas instituições-chave nas quais a maioria das pessoas vivem suas vidas.

Destaca-se que os teóricos da democracia participativa não preconizam a substituição total das instituições de democracia

representativa, mas sim a conjugação dos espaços de participação direta com a representação política. Há o reconhecimento de que não é possível abrir mão de muitos elementos da democracia liberal representativa, tais como o voto periódico, os partidos e os representantes políticos. Mas acredita-se que a participação aliada a competição entre partidos e grupos de interesse nas questões políticas podem concretizar os princípios da democracia participativa de uma forma mais realista (HELD, 1987).

Uma verdadeira democracia como governo do povo requer uma participação permanente e contínua da sociedade civil nos processos decisórios e nas atividades estatais. Como já abordado, sob a égide da concepção gramsciana de Estado ampliado, adotada nesta pesquisa, a sociedade civil também é parte constituinte do Estado e, dessa maneira, nada mais justo que tenha amplas possibilidades de intervir e atuar em seu interior em um processo de crescente socialização da política e do poder. Daí a importância de uma articulação entre democracia representativa e democracia participativa, com a institucionalização de espaços nos quais a sociedade civil possa atuar em conjunto com a sociedade política, debatendo e decidindo de forma constante sobre as questões de interesse público, que a todos dizem respeito. Nessa mesma direção, Coutinho (2008, p. 23) destaca que para a existência efetiva de uma democracia é necessário a integração entre os organismos populares de democracia de base e os mecanismos tradicionais de representação indireta, a exemplo dos parlamentos, sendo que estes podem adquirir uma nova função se permanecerem abertos à pressão daqueles organismos populares, qual seja, “[...] podem ser o local de uma síntese política das demandas dos vários sujeitos coletivos, tornando-se assim a instância institucional decisiva da expressão da hegemonia.”

### **Participação: categoria central na democracia participativa**

No âmbito da democracia participativa, importa também discutir a categoria participação, visto que esta possui diferentes conceitos e definições. Bordenave (1983, p. 22) explica que a palavra participação deriva de parte, de forma que participar é “[...] fazer parte, tomar parte ou ter parte.” No mesmo sentido, Teixeira (2001, p. 27) aponta que independentemente das formas que possa apresentar, participação significa a tomada de parte em um ato ou em um processo, em uma atividade pública ou coletiva, sendo

que: “referir ‘a parte’ implica pensar o todo, a sociedade, o Estado, a relação das partes entre si e destas com o todo [...].”

Nogueira (2005, p.130) distingue quatro modalidades de participação, que coexistem e se combinam de diferentes maneiras, bem como expressam “[...] os diferentes graus de consciência política coletiva, traduzindo à maior ou menor maturidade, homogeneidade e organicidade dos grupos sociais.”

1) Participação assistencialista: possui natureza filantrópica ou solidária, abrangendo, por exemplo, práticas de auxílio mútuo e de mutirão. Essa modalidade de participação foi dominante nas fases anteriores à afirmação dos direitos de cidadania. “Ela também tende a predominar nos estágios de menor maturidade e organicidade dos grupos sociais ou de menor consciência política coletiva [...].” (NOGUEIRA, 2005, p. 130–131);

2) Participação corporativa: destinada a defesa de interesses específicos de determinados grupos sociais ou categorias profissionais. É um modelo fechado em si em que ganham somente os que integram o grupo ou a associação. Essa participação esteve na origem do sindicalismo moderno. Assim como a participação assistencialista, esta é uma modalidade universal de participação e ambas integram uma dimensão pré-política, na qual os grupos entendem que é necessário unir-se em defesa de seus interesses;

3) Participação eleitoral: insere-se no campo político propriamente dito. Não objetiva somente a defesa de interesses particulares, mas interfere na governabilidade e afeta toda a coletividade. Aqui, o cidadão está mais maduro, afirmando-se tanto em relação a si próprio quanto em relação aos outros. Porém, esse modelo de participação tem seus limites, não promovendo, necessariamente, uma reorganização do Estado ou do poder político. Além disso, o voto limita o envolvimento dos cidadãos;

4) Participação política: “[...] inclui, complementa e supera tanto a participação eleitoral, quanto a participação corporativa.” Realiza-se levando em conta a comunidade como um todo, a organização da vida social em seu conjunto, isto é, o Estado. Relaciona-se “[...] tanto com a questão do poder e da dominação quanto com a questão do consenso e da hegemonia, tanto com a força quanto com o consentimento [...]”. Através da participação política, indivíduos e grupos podem interferir para explicitar diferenças e interesses num espaço comum organizado por leis e instituições, assim como para promover a democratização e o compartilhamento do poder. “É essa participação, em suma, que



consolida, protege e dinamiza a cidadania e todos os variados direitos humanos.” (NOGUEIRA, 2005, p. 132-133).

Relembrando Gramsci, pode-se afirmar que é através da inserção crítica na vida social, ou seja, da participação política, que as forças populares podem ocupar espaços e posições (guerra de posição) importantes para a construção de uma nova hegemonia, caracterizada por relações de igualdade entre Estado e sociedade civil, onde esta não seja relegada a um segundo plano nas decisões políticas. É por intermédio da participação política que se torna possível a “[...] passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente” (GRAMSCI, 2007, p. 287), concretizando o ideal de uma maior efetivação da democracia.

Ao longo do século XX, diversas combinações entre essas modalidades de participação colocaram em xeque o instituto da representação. Pode-se citar como exemplos, a instituição de conselhos, conferências, comitês, audiências públicas, entre outros espaços que contam com a participação de segmentos da sociedade civil, os quais contribuem nas discussões, deliberações e no controle social de políticas públicas no Brasil.<sup>3</sup>

Conforme Nogueira (2005, p. 134): “Aos poucos, a democracia representativa liberal foi mostrando seus limites e sua dificuldade de conviver com sociedades mais pluralistas, complexas, fragmentadas e solicitantes.”

A democracia participativa torna-se uma referência que não pode ser ignorada, de modo que qualquer tentativa de “[...] interpretar a sociedade moderna e seus desafios não tem como colocar a democracia representativa e a democracia direta em relação de antagonismo excludente [...]” (NOGUEIRA, 2005, p. 137), até porque elas “[...] não são dois sistemas alternativos (no sentido de que onde existe uma não pode existir a outra), mas são dois sistemas que se podem integrar reciprocamente.” (BOBBIO, 2000, p. 65).

### Considerações finais

A noção de Estado Ampliado ou Estado Integral, nos termos defendidos por Gramsci, nos mostra que a sociedade civil, ao lado da sociedade política, também é parte integrante do Estado. Assim,

---

<sup>3</sup> Sobre a temática consultar o site “Participação em Foco” do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, disponível no endereço <https://www.ipea.gov.br/participacao/>, no qual consta várias publicações sobre a multiplicidade de experiências de participação social que complementam a modalidade de representação política no Brasil.

tais figuras não são contrapostas, mas estão em relação de proximidade como constituintes do Estado em sentido amplo.

Isso implica que a sociedade civil também deve participar das decisões atinentes à gestão do Estado, inclusive como forma de romper com relações de dominação e subalternidade. Ou seja, importa que sociedade política e sociedade civil, enquanto constituintes da estrutura estatal, estejam em situação de igualdade no que atine à tomada de decisões a respeito da gestão pública.

Sob essa perspectiva se inserem os preceitos de uma democracia participativa, na qual é elementar a constante participação da sociedade civil nos diferentes espaços decisórios, não se dando apenas no momento do voto eleitoral.

Portanto, no âmbito do Estado moderno, não se pode excluir as categorias sociedade civil, democracia e participação, posto que estão interligadas. O estabelecimento de relações democráticas entre Estado e sociedade civil, nos moldes do Estado ampliado gramsciano, perpassa por uma democracia participativa, com ampla participação dos segmentos sociais, num processo de socialização da política e do poder.

## Referências Bibliográficas

- ACANDA, Jorge Luís. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução de Carmem C. Varriale et al. v. 1. 11. ed. Brasília: UnB, 1998.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 10. ed. São Paulo: Paz e terra, 2000.
- BORDENAVE, Juan Enrique Diaz. **O que é participação**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense.
- CAMPIONE, Daniel. Hegemonia e contra-hegemonia na América Latina. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 51–66.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Democracia: um conceito em disputa. In: COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). **Intervenções: o marxismo na batalha das ideias**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 13–27.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Dualidades de poderes**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade Civil e democracia: um debate necessário**. São Paulo: Cortez, 2007.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere: Introdução ao estudo da filosofia de Benedetto Croce, v.1**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere: Maquiavel – notas sobre o Estado e a Política. v. 3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: Os Intelectuais e o Princípio Educativo.** Jornalismo. v.2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere: O Risorgimento.** Notas sobre a história da Itália. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

HELD, David. **Modelos de democracia.** Belo Horizonte: Paideia Ltda, 1987.

LUIZ, Danuta Estrufika Cantoia. Orientações clássicas do pensamento gramsciano para pensar a sociedade contemporânea. In: COSTA, Lucia Cortes da. (Org.). **Estado e democracia: pluralidade de questões.** Ponta Grossa: UEPG, 2008, p. 35-54.

MACPHERSON, C. B. **Teoria política do individualismo possessivo de Hobbes até Locke.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática.** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática.** Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, Marcus Abílio Gomes. Modelos democráticos deliberativos e participativos – similitudes diferenças e desafios. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Orgs.). **Democracia, sociedade civil e participação.** Chapecó: Argos, 2007.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo.** Rio de Janeiro: Edições Geral, 1980.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social: ensaio sobre a origem das línguas.** Tradução de Lourdes Santos machado. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia.** 2. ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 1999.

SIMIONATTO, Ivete. A contribuição de Gramsci para a análise do Estado. In: COSTA, Lucia Cortes da. (Org.). **Estado e democracia: pluralidade de questões**. Ponta Grossa: UEPG, 2008, p. 13-34.

SIMIONATTO, Ivete. O social e o político no pensamento de Gramsci. In: AGGIO, Alberto (Org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: UNESP, 1998, p. 37-64.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadão**. São Paulo: Cortez, 2001.

WEFFORT, Francisco. **Os Clássicos da Política**. v. 1. São Paulo: Ática, 2000.

# *No coração dessa tragédia se encontra a raça: relações de gênero, masculinidades negras e as narrativas sobre o preconceito e discriminação na escola*

Beatriz Guigliani<sup>1</sup>

## Resumo

O presente artigo é um recorte de uma pesquisa de doutorado de abordagem antropológica crítico-interpretativa para compreender o fenômeno da defasagem escolar dos rapazes em relação às moças na etapa do ensino médio em uma escola pública do Recôncavo Baiano. A investigação recorreu à produção de estratégias e métodos preponderantemente qualitativos na intenção de identificar e analisar os processos que têm levado esses sujeitos deixarem para trás a escola, interromperem seus estudos por meio da evasão ou do abandono, bem como as formas cotidianas de resistência dos que frequentam, e através delas, perceber a maneira como negociam e interpretam sua posição de sujeito frente a esse desafio escolar. A análise particular desse artigo parte das próprias singularidades e complexidades cotidianas desses rapazes frente aos valores da masculinidade hegemônica, das suas próprias reflexões e discussões sobre a construção das masculinidades racializadas e das relações de gênero estabelecidas no sistema escolar. Em contexto estruturado socialmente como a escola, as práticas de gênero têm um aspecto determinante posto que lidamos com as diferenças de maneira hierarquizada e desigual. Em verdade, desde a colônia até hoje, o sistema de classificação social está baseado em uma hierarquia racial e sexual, e na formação e distribuição de identidades sociais de superior a inferior, com o branco masculino no topo da pirâmide e os indígenas e negros na sua base. Ao contrário do discurso segundo o qual a escola é a base para a transformação social, na verdade, ela é o núcleo por excelência de manutenção do *status quo* dominante na sociedade. Em geral, os processos pedagógicos permitem/provocam um apagamento da subjetividade do estudante, uma acomodação dele como ser político atuante e potencial transformador da realidade. Os sujeitos dessa investigação ocupam propriamente uma posição única e incomunicável, posto que a escravidão póstuma faz com que convivam com a violência gratuita e estrutural perpetuamente, posto que estão situados fora da trama da sociedade civil e da Humanidade; posto que a violência não depende de sua própria transgressão, mas por causa de quem são.

**Palavras-chave:** Racismo. Ensino Médio. Relações de Gênero. Desigualdade Escolar. Masculinidades Negras.

---

<sup>1</sup> Antropóloga Social. Doutora em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia /POSAFRO (2019), Mestre em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (2013). Graduada em Licenciatura em Música pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1979). Membro colaboradora/pesquisadora do Grupo de Pesquisa Territorialidade, Patrimônio e Violência no Recôncavo da Bahia da Universidade do Recôncavo da Bahia, coordenado pelo Prof. Dr. Osmundo Pinho. Principais atuações na área da Antropologia das Populações Afro-brasileiras, com ênfase nos temas: educação das relações étnico-raciais, desempenho escolar, relações de gênero e raça, desigualdade escolar, desigualdade racial e desigualdade de gênero. [bjguigliani@yahoo.com.br](mailto:bjguigliani@yahoo.com.br) ORCID <https://orcid.org/0000-0003-3032-675X>

## NO CORAÇÃO DESSA TRAGÉDIA SE ENCONTRA A RAÇA

*En el centro de esta tragedia está la raza: las relaciones de género, las masculinidades negras y las narrativas sobre el prejuicio y la discriminación en la escuela*

### Resumen

Este artículo es un extracto de una investigación doctoral con enfoque antropológico crítico-interpretativo para comprender el fenómeno del retraso escolar entre chicos y chicas en la etapa de secundaria en una escuela pública del Recôncavo Baiano. La investigación recurrió a la producción de estrategias y métodos predominantemente cualitativos con el fin de identificar y analizar los procesos que han llevado a estos sujetos a dejar la escuela, interrumpir sus estudios mediante la deserción o el abandono, así como las formas cotidianas de resistencia de quienes asisten, y a través de ellas, percibir la forma en que negocian e interpretan su posición como sujeto frente a este desafío escolar. Este artículo específicamente parte de las singularidades y complejidades cotidianas de estos chicos frente a los valores de la masculinidad hegemónica, a partir de sus propias reflexiones y discusiones sobre la construcción de las masculinidades racializadas y las relaciones de género instauradas en el sistema escolar. En un contexto socialmente estructurado como es la escuela, las prácticas de género tienen un aspecto determinante ya que tratamos las diferencias de forma jerárquica y desigual. De hecho, desde la colonia hasta hoy, el sistema de clasificación social se basa en una jerarquía racial y sexual, y en la formación y distribución de identidades sociales de superior a inferior, con el varón blanco en la cúspide de la pirámide y el indígena y negros en la base. Contrariamente al discurso según el cual la escuela es la base de la transformación social, de hecho, es el núcleo por excelencia del mantenimiento del statu quo dominante en la sociedad. En general, los procesos pedagógicos permiten/provocan un borrado de la subjetividad del estudiante, una acomodación de él como ser político activo y potencial para transformar la realidad. Los sujetos de esta investigación ocupan una posición única e incommunicable, ya que la esclavitud póstuma los hace vivir con violencia gratuita y estructural a perpetuidad, ya que están situados fuera del tejido de la sociedad civil y de la humanidad; ya que la violencia no depende de su propia transgresión, sino por lo que son.

**Palabras-clave:** Racismo. Escuela secundaria. Relaciones de Género. Desigualdad escolar. Masculinidades negras.

*At the heart of this tragedy is race: gender relations, black masculinities and narratives about prejudice and discrimination at school*

### Abstract

The present article is a section of a doctoral research of critical-interpretative anthropological approach to understand the phenomenon of the school gap of boys in relation to girls in the stage of secondary education in a public school in the Recôncavo Baiano. The research resorted to the production of strategies and methods preponderantly qualitative in the intention of identifying and analysing the processes that have led these subjects to leave school behind, interrupt their

## NO CORAÇÃO DESSA TRAGÉDIA SE ENCONTRA A RAÇA

studies by means of dropping out or abandonment, as well as the daily forms of resistance of those who attend, and through them, perceive the way they negotiate and interpret their position as subjects in face of this school challenge. The particular analysis of this article starts from the very singularities and daily complexities of these boys against the values of hegemonic masculinity, from their own reflections and discussions about the construction of racialized masculinities and gender relations established in the school system. In a socially structured context like the school, gender practices have a determining aspect since we deal with the differences in a hierarchical and unequal way. In fact, since the colony until today, the social classification system is based on a racial and sexual hierarchy, and on the formation and distribution of social identities from superior to inferior, with the white male at the top of the pyramid and the indigenous and black at its base. Contrary to the discourse according to which the school is the basis for social transformation, in fact, it is the nucleus par excellence for the maintenance of the dominant status quo in society. In general, the pedagogical processes allow/provoke an erasure of the subjectivity of the student, an accommodation of him as an active political being and potential transformer of reality. The subjects of this investigation occupy a unique and incommunicable position, since posthumous slavery makes them live with gratuitous and structural violence in perpetuity, since they are situated outside the fabric of civil society and humanity; since violence does not depend on their own transgression, but because of who they are.

**Keywords:** Racism. High school. Gender Relations. School Inequality. Black Masculinities.



### Introdução

O título desse artigo – “No coração dessa tragédia se encontra a raça” –, frase de Achille Mbembe retirada da subseção “O espelho enigmático” do livro “Crítica da razão negra” (2018, p. 197), além de criar conexão com as discussões pretendidas, tem a intenção de nos levar ao próprio lócus da investigação da qual foi extraído o presente texto, ou seja, o quanto a raça e o racismo colonial perpetuam-se na fabricação de sujeitos raciais no “coração” do Recôncavo Baiano, em uma escola pública de ensino médio na cidade de São Félix entre os anos de 2015 e 2017.

A referida investigação foi trabalho de tese de doutorado que teve como objeto de pesquisa o abandono dos jovens homens negros do ensino médio na cidade de São Félix. Pretendeu-se analisar em perspectiva antropológica crítico-interpretativa, não só os processos cotidianos que levam os rapazes – jovens negros – a abandonarem a escola nessa etapa de ensino, mas também as maneiras como estes estudantes interpretam e negociam sua posição de sujeito frente ao desafio escolar a partir de diálogos possíveis com sujeitos da interação, nessa interlocução intersubjetiva no sentido social e político da antropologia feita com aqueles que estudamos. Os diálogos abordaram questões sobre “quem são nossos sujeitos”, o que dizem sobre suas trajetórias escolares, seus modos de vida e seus projetos de vida, o significado da escola para eles, quais são seus medos, anseios e interesses, com base em que parâmetros constroem suas masculinidades no cotidiano escolar e fora dele, considerando aqueles estudantes que frequentam a escola, os que já concluíram e os que interromperam os estudos.

Esse artigo pretende analisar alguns aspectos da investigação como a exclusão e a discriminação racial dos sujeitos investigados e também a desigualdade de gênero imposta historicamente pelas relações de poder a partir de suas próprias experiências sociais, culturais e políticas constituídas e produzidas em contexto escolar – mas não somente –, no interior da Bahia. Dito de outra forma, discriminação e desigualdade de gênero e de raça são questões associadas com a maioria da população. “Raça e racismos, não pertencem, portanto, somente ao passado. Têm também um futuro [...]” (Mbembe, 2018, p. 49), e esse futuro está aqui mesmo, no

coração do Recôncavo Baiano, região que “[...] concentrou traços gerais do processo de colonização do território brasileiro pelos portugueses iniciado no século XVI e erguido em torno do trabalho escravo e da cultura da cana de açúcar” (PINHO, 2014, p. 2). Por óbvio, e porque o aspecto colonial ou racializante das estruturas de dominação – no Brasil, em particular, e na América Latina, em geral – tem sido descrito como determinada colonialidade de poder. Em outras palavras, os efeitos estruturais e ideológicos do colonialismo não foram interrompidos com as emancipações nacionais do século XIX, mas substituídos por outro modo de subalternização “incorporadas na mística das raças, nas hierarquias sexuais, no patriarcado colonial” (PINHO, 2021, p. 82).

Nesse sentido, refletir sobre a juventude e seus modos de vida tem constituído uma maneira auspiciosa de perceber as relações raciais, de gênero, de poder e as transformações que se operam em um mundo globalizado. Ora, que relação os estudantes veem entre o trabalho que fazem em sala de aula e as vidas que levam fora dela em uma sociedade, levando em conta uma sociedade como a brasileira, cujas classes sociais têm cores de pele (URREA-GIRALDO; SAA, 2001, p. 1)<sup>2</sup>? Por isso, ainda foi preciso interrogar qual o significado da escola no entendimento desses jovens rapazes, qual a sua relação com ela, que lugar é esse no entendimento deles no interior da Bahia.

No Brasil, a década de 1980 foi um tempo de abertura política e redemocratização da sociedade. Assistimos, nesse período, a uma nova forma de atuação política dos negros (e negras) brasileiros. Novos movimentos sociais passaram a operar ativamente, particularmente os de caráter identitário, oferecendo outro conjunto de problematizações e novas formas de atuação e reivindicação política. O Movimento Negro, nesse momento, requer ao Estado que a questão racial deva ser compreendida como uma forma de opressão e exploração estruturante das relações sociais e econômicas brasileiras, acirrada pelo capitalismo e pela desigualdade social (GOMES, 2011, p. 111).

De acordo com a autora, a população negra se encontra, na sua grande maioria, representada de maneira precária e subalterna nos escalões do poder. A partir dos anos de 1980, a trajetória

---

<sup>2</sup> Para ver mais, sugiro a leitura do artigo de Fernando Urrea-Giraldo e Teodora Hurtado Saa (2001), intitulado “La Construcción de las Etnicidades en la Sociedad Colombiana Contemporánea: un caso ejemplar para una discusión sobre etnicidad y grupos raciales”.

política do Movimento Negro mergulhada nas múltiplas “[...] mudanças vividas pela sociedade brasileira [...], se dá de forma articulada com as transformações na ordem internacional, o acirramento da globalização capitalista e a construção das lutas contra hegemônicas” (GOMES, 2011, p. 112).

Apesar dessa trajetória de luta incessante do Movimento Negro e da sociedade organizada, as iniciativas públicas ainda são tímidas. As desigualdades acumuladas na experiência social da população negra nos processos de escolarização têm sido denunciadas como, por exemplo, o *fenômeno do abandono escolar mais acentuado entre rapazes negros*, objeto desta pesquisa.

### Relações de gênero em contexto escolar

A investigação, em sua concepção geral, além de enfrentar o desafio de entender os processos cotidianos que têm levado os jovens negros, a abandonarem os estudos no ensino médio em escola pública, buscou aprofundar o modo como a construção social da(s) masculinidade(s) condiciona suas trajetórias escolares, seus processos de subjetivação e experiências de vida, bem como reconhecer o padrão dominante de masculinidade que a própria escola constrói e desempenha. Ainda que no Brasil, meninos e meninas, tenham igual acesso à educação básica em termos de matrícula e conclusão, as meninas estão melhores que os meninos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009). Para mais, a diferença a favor das meninas é ainda mais importante quando se compara taxas de distorção idade-série.

Enquanto 22% dos meninos entre 10 a 14 anos não estão matriculados na série correta, apenas 15% das meninas estão na mesma situação (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009). No Nordeste rural, a área mais pobre do país, juntamente com o Norte rural<sup>3</sup>, Harbison e Hanushek (1992, p. 70) descobriram que as meninas são mais propensas do que os meninos a permanecerem na escola e serem aprovadas. Henriques (2002) também mostra que, para todos os grupos raciais, as meninas

---

<sup>3</sup> Entre 2004 e 2013, os índices de pobreza caíram de 20% para 9% da população e de 7% para 4% no caso da pobreza extrema. No entanto, os principais aspectos ou perfis da pobreza continuam os mesmos: ela está mais presente no meio rural e nas regiões Norte e Nordeste do Brasil – conclusão de estudo divulgado em abril de 2016 pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), vinculado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (NAÇÕES UNIDAS, 2016).

tendem a se matricular em maiores proporções e alcançar níveis mais altos de escolaridade que os meninos. Essa vantagem das meninas, reafirmada principalmente nos últimos 20 anos, faz com que alguns pesquisadores a concebam mais como um reflexo dos problemas específicos enfrentados pelos meninos no processo de escolarização, do que o fato de as mulheres estarem conquistando seu lugar na sociedade por meio da educação (ROSEMBERG, 2001; CARVALHO, 2004).

Na grande maioria dos casos, a sala de aula está dividida por sexo – moças de um lado da sala, rapazes de outro –, o que tende a sugerir um contexto espacial que organizaria minuciosamente os movimentos e os gestos, tornando a escola um território onde circulam relações de poder (COUTO, 2011, p. 117). Nessa lógica, como é possível inferir através da leitura dos textos de Guacira Louro (2004; 2003) e da nossa experiência de campo no Colégio Estadual Rômulo Galvão (CERG), a escola é produtora de diferenças, distinções e desigualdades. A interação das professoras ou dos professores é notadamente diferenciada segundo o sexo do estudante. Ou seja, na sala de aula, o rapaz, quando abordado pelo(a) professor(a) é para ficar em silêncio, terminar com a conversa. Já com as meninas, a abordagem é outra, requerem dela atenção para permanecer conectada com as tarefas.

Para Auad (2006, p. 144), isso acontece como se as meninas tivessem de ser “boas alunas” e coubesse aos meninos apenas não atrapalhar o bom desenvolvimento dos trabalhos. Como iremos ver a seguir no relato dos nossos interlocutores sobre o desempenho das meninas, e que “[...] apesar das demandas por disciplina diferenciadas para meninas e meninos e dos modos, por vezes distintos, de meninas e meninos se expressarem” (AUAD, 2006, p. 144), as meninas não são, de modo geral, um grupo mais acanhado, introvertido.

Tanto no que se refere às rotinas do cotidiano, quanto ao lazer ou à própria sexualidade, rapazes e moças parecem habitar mundos coexistentes, mas divididos, como aponta Pinho no artigo “A vida que vivemos: raça gênero e modernidade em São Gonçalo” (2006). Para o autor, “[...] o sistema dos gêneros determina com consistência os distintos universos de sentido para garotas e garotos” (PINHO, 2006, p. 189), e que poderia representar, muitas vezes, uma “guerra dos sexos”, porque mesmo que elas e eles, de

## NO CORAÇÃO DESSA TRAGÉDIA SE ENCONTRA A RAÇA

alguma maneira, estejam expostos a padrões socioculturais comuns, lidando com expectativas afins em relação ao trabalho ou ao consumo, por exemplo, as chances desses sonhos ou desejos parecem ser muito diferentes, afirma Pinho (2006, p. 189–190).

Portanto, não se pode reconhecer essas diferenças entre meninas e meninos como naturais, e sim, como efeitos do modo como as relações de gênero foram construídas na nossa sociedade ao longo do tempo. Além disso, a escola que a sociedade ocidental moderna herdou, separa adultos de crianças, ricos de pobres e meninos de meninas, como os estudantes aqui nos informam quando falam das meninas em Rodas de Conversa e entrevistas. Entretanto, Louro sublinha que os sujeitos não são passivos receptores de imposições externas. “Ativamente eles se envolvem e são envolvidos nessas aprendizagens – reagem, respondem, recusam ou as assumem inteiramente” (LOURO, 1997, p. 61).

Herdamos, e agora, de muitas maneiras, mantemos uma importante instância de fabricação de meninos e meninas, homens e mulheres. O trabalho de conformação que tem início na família encontra eco e reforço na escola, a qual ensina maneiras próprias de se movimentar, de se comportar, de se expressar e, até mesmo, maneiras de preferir. (AUAD, 2006, p. 147).

Em Grupo Focal com os rapazes do 2º ano do ensino Médio sobre desempenho escolar (abril/2016), os interlocutores dizem que mesmo quando a aula está “chata”, as meninas permanecem na sala de aula. Os rapazes, ao contrário, saem, ficam nos corredores. Menina tem mais paciência.

Ora, ser *corajoso* e sair da sala quando a aula está “muito chata”, tomar a iniciativa, infringir as normas da escola, corresponde a uma representação corrente do masculino, e de certa forma essa representação permanece em conformidade com os meandros de gênero culturalmente vigentes em nossa sociedade. “Ela tem mais paciência”, “o menino não”.

Ao final da atividade do Grupo Focal, Sérgio e Odair<sup>4</sup>, contudo, relatam que as meninas têm *um outro lado*, são elas que

---

<sup>4</sup> Nomes fictícios foram usados para identificar os sujeitos da pesquisa.

atrapalham a aula, que abusam<sup>5</sup>, até podem ser piores do que os meninos, “em vez dos meninos brigarem, eram elas que brigavam”. Em pesquisa realizada com crianças das classes populares em escola pública sobre a construção da subjetividade, Nara Bernardes (1992) comprova que as meninas não participam tão prontamente da bagunça porque sabem que isto não é considerado apropriado para elas, mas muito reservadamente o fazem sem chamar a atenção da professora. Embora seu repertório se mostre diferente do repertório de bagunças masculinas, as meninas também são bagunceiras, porém, de forma menos ostensiva e visível (BERNARDES, 1992). No caso da pesquisa em tela, o “canto tenebroso” onde as meninas “dão tudo de todo mundo”<sup>6</sup>, como descrito pelos rapazes, é feito, na maioria das vezes, de maneira reservada e dissimulada, sem conhecimento dos professores, a ponto de os rapazes salientarem isso com muita ênfase.

Já Marília Pinto de Carvalho (2009), aponta que a exigência feita para com os meninos, não costuma ser a disciplina em si, haja vista que as representações de masculinidades das professoras as incentivem a aceitar alguma dose de insubordinação como traço masculino. Na verdade, ao mesmo tempo que os meninos e meninas – rapazes e moças – se apropriam de princípios tradicionais de masculino e de feminino, por outro lado, também atravessam os padrões habituais em suas brincadeiras, jogos e atitudes, e exercitam novos modos de ser.

Conforme Auad (2006, p. 144), “é possível afirmar que, de diferentes maneiras, a escola parece utilizar, no caso das meninas, as habilidades produzidas pela educação fora da escola, como na família, de modo a facilitar o rendimento na sala de aula”. O papel de “boa aluna que ajuda os colegas” também é uma dessas demandas, com a qual as meninas angariam algum poder ao assumir diante das professoras e dos meninos, maior responsabilidade sobre o bom funcionamento da classe. No CERG, é comum observar os rapazes solicitarem os cadernos das meninas para atualizar, copiar conteúdo. Esse tipo de fenômeno pode ser percebido como reforço à tradicional socialização feminina e é um

---

<sup>5</sup> Abusar: Significa perturbar, encher o saco, ficar no pé. Muito utilizado entre os jovens baianos.

<sup>6</sup> “Dar tudo de todo mundo”: Significa contar pormenores da vida alheia, no caso, contar pormenores dos outros.

## NO CORAÇÃO DESSA TRAGÉDIA SE ENCONTRA A RAÇA

modo de perpetuar uma determinada divisão sexual do trabalho, como revela Claude Zaidman (1994, p. 91).

A despeito dos futuros adultos que esse tipo de conceito prepara, é imprescindível pensar nos efeitos desiguais causados por tais práticas aos alunos e alunas enquanto ainda são crianças. Afinal, o problema das práticas desiguais não reside apenas nos seus malefícios futuros, mas nas distinções e hierarquias que implementam no presente vivenciado pelas crianças (AUAD, 2006, p. 145).

Ora, como sabemos, o gênero surge como categoria de análise e se apoia na relação entre duas proposições: “[...] gênero tanto é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, quanto uma maneira primária de significar relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 34). A primeira ideia está conectada ao processo de construção das relações de gênero e sublinha a importância dos procedimentos de diferenciação pelos quais, em cada contexto histórico, são formuladas e reformuladas, em termos dicotômicos, os conteúdos aparentemente fixos e coerentes do masculino e do feminino. A segunda está relacionada à pertinência do gênero como categoria de compreensão histórica de outras relações de poder. Por isso, Joan Scott reforça uma utilidade analítica para o conceito de gênero para além de um simples instrumento descritivo, e chama a atenção para a necessidade de se pensar na linguagem, nos símbolos, nas instituições, desvencilhando-se do pensamento dual que recai no binômio homem/mulher, masculino/feminino (SCOTT, 1995). A autora desenhou, assim, uma nova maneira de se pensar gênero, a partir de uma crítica a outras concepções, inclusive a do sexo/gênero, defendida por Gayle Rubin (1975) que, em sua opinião, eram incapazes de historicizar a categoria sexo e o corpo.

Para os estudos de gênero “[...] não existe uma determinação natural dos comportamentos de homens e mulheres, apesar das inúmeras regras sociais calcadas em uma suposta determinação biológica diferencial dos sexos” (GROSSI, 1998, p. 4).

Com o exposto, podemos arguir que, desestabilizando a ideia normativa, e admitindo o questionamento de sistemas, instituições e práticas, é possível avançar, desse modo, para a compreensão de como o gênero é produzido e nomeado. O desafio, quem sabe,

seja considerar que não há posição imutável, que nenhuma é natural que não possa se mover e que ao mesmo tempo não está afastado de relações de poder, historicamente implicados neste processo.

Não existe, assim, uma forma de “ser homem” ou uma forma de “ser mulher”, como nos informam também nossos interlocutores: “elas brigam”, e muitas vezes são “piores que os meninos”, parece ficar demonstrado por parte dos rapazes, uma outra compreensão/aprendizado apoiada na pluralidade e na variabilidade dos significados produzidos nessa interação. Como pontua Pinho: “[...] a relação entre as práticas de gênero e o exercício da sexualidade parece clara e indica uma correlação entre os modos adequados de ser homem ou mulher, essencialmente vinculados aos lugares estruturais de gênero” (PINHO, 2006, p. 188). Nesse mesmo sentido, devemos imperiosamente evidenciar também o modo hierárquico e a clareza na expressão das diferenças irreduzíveis de gênero que nos remetem a um “[...] modo não precisamente moderno, ou mais precisamente individualista de relações de gênero” (PINHO, 2006, p. 190). E interrogaríamos junto com o autor:

Em que medida esse aspecto seria devido à determinada ‘demora cultural’ que faria com que grupos populares apresentassem esse enigmático déficit de modernidade? Tenderíamos a explicar essa diferença, que aparece como diferença cultural irreduzível, como o modo concreto de atuação de práticas de gênero em contextos estruturados socialmente, nos quais as condições materiais de existência têm aspecto determinante. (PINHO, 2006, p. 190).

Em suma, a diferença entre homens e mulheres é um fato anatômico que não teria nenhuma significação em si mesmo, não fossem os arranjos de gênero vigentes. O fato de reconhecer a diferença – e hierarquizá-la, transformando-a em desigualdade – é um ato social. A seguir, a percepção de um interlocutor sobre as relações de gênero nas práticas escolares.

*Às vezes tem meninas que se adaptam mais rápido, mas só que às vezes é o interesse. Elas têm um interesse assim, mais desenvolvido que o menino. Os meninos se preocupam mais com outras coisas, ou*



## NO CORAÇÃO DESSA TRAGÉDIA SE ENCONTRA A RAÇA

*parou de estudar. Hoje o menino vai até o [...] cada dia mais tá diminuindo, e as meninas tão crescendo já muito mais, conquistando espaço. Porque elas tão tendo interesse e a gente não. O homem foca numa coisa ali e esquece das outras, e a mulher não, ela é útil, ela faz muitas coisas. (Informação verbal)<sup>7</sup>.*

Quanto à questão do interesse, e para refletir um pouco sobre esse ponto trazido pelo Álvaro, nosso interlocutor do 3º ano, me parece pertinente citar pesquisas importantes nessa área das relações de gênero e desempenho (SILVA; HALPERN; BARROS; SILVA, 1999; BERNARDES, 1992; ROSEMBERG, 1990; ANYON, 1990; REZENDE; CARVALHO, 2012; CARVALHO, 2009) que reforçam a estreita relação de gênero e saber, na qual a vantagem do *interesse* delas está anexada com base nos princípios tradicionais de masculino e feminino.

Na fala, o interlocutor se refere, exatamente, a esses princípios tradicionais de masculino e feminino como esse, de os rapazes não encararem com muita facilidade dar conta de múltiplas tarefas (“o homem foca em uma coisa ali e esquece das outras”); as meninas, ao contrário, “ela faz muitas coisas”, “se adaptam mais rápido”.

Isso aponta para Connell (2000) no momento que ajusta suas críticas à teoria dos papéis sexuais. Apesar de partir do pressuposto de que aprendemos esses papéis, e de que eles são consequência de construções sociais, essa teoria se baseia em uma visão predeterminada do que vem a ser o papel masculino e o papel feminino. Além disso, a teoria dos papéis sexuais dificulta a percepção de diferenças do grupo de homens e do grupo de mulheres, porque trabalha com essas duas únicas possibilidades – o masculino e o feminino –, em tese, expressas em termos de “estereótipos sexuais”. Essa teoria não dá conta das relações de poder entre os sexos dentro dos grupos de cada sexo, isso porque trabalha com ideias de diferença e complementariedade, e não de desigualdade e subordinação, e, por fim, não fornece ferramentas para compreender as mudanças e a história das relações de gênero.

Como informa Cármen Silva, Fernando Barros, Silvia Halpern e Luciana Duarte da Silva (1999), a partir de estudo analítico e

---

<sup>7</sup> Texto extraído da transcrição do GF “Fui pra recuperação, mainha”, realizado na manhã do dia 7 de abril de 2016, no CEREG, pela autora. Horário: 9h00min – 10h05min.

## NO CORAÇÃO DESSA TRAGÉDIA SE ENCONTRA A RAÇA

interpretativo de dados estatísticos colhidos em quatro escolas da rede municipal de Pelotas (RS), meninos e meninas recebem educação muito diferente, apesar de estarem sentados na mesma sala, lendo os mesmos livros didáticos, vivenciando as mesmas experiências, ouvindo o mesmo professor. A pesquisa entrevistou os professores das escolas buscando investigar especificamente as representações sobre desempenho escolar através de seus discursos. Assim, o trabalho pôde indicar que o baixo rendimento estaria concentrado entre os estudantes negros do sexo masculino. Para os autores, as escolas atuariam como agências reprodutoras de uma sociedade que reserva às meninas o universo da obediência irrestrita, da passividade, da atenção e da aplicação – mas menos inteligentes que os meninos (SILVA; BARROS; HALPERN; SILVA, 1999). Esses últimos, por sua vez, tenderiam, portanto, a serem vistos como mais inteligentes, mas indisciplinados, malandros, sem hábitos de estudo, sem tempo para estudar em casa.

### Masculinidades negras em contexto escolar

Buscando ouvir os interlocutores sobre identidade negra, realizamos um Grupo Focal em abril de 2016. O objetivo foi desenvolver um diálogo sobre o “homem negro” *versus* [ou não] “negão”, identidades negras, masculinidades negras. A certa altura, indagamos os rapazes sobre a existência ou não de grupos diferenciados no colégio. Prontamente um rapaz responde:

*Na verdade, o caso nem é isso, porque... não vem da gente... vem das pessoas, né que... tipo, já estão mais avançadas que a gente. Tipo, mais velhos vem mais deles do que vem da gente. Tem gente que aprende com eles a... discriminar. 'Ah... aquele menino ali ó, andando daquele jeito ali, com aquele cabelo assim, é vagabundo'. Outra pessoa vê e diz, 'é vagabundo'. Aí começa. (Informação verbal)<sup>8</sup>*

Em seguida, o colega Igor revela que tem uma *aparência comum*, ou seja, não teria nenhuma alteração no corpo como tatuagem, não *cria cabelo*<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Texto extraído da transcrição do GF: “Identidade: Ser homem, ser negão”, realizado na manhã do dia 12 de abril de 2016, no CERG, pela autora, com apoio do pesquisador Júlio Araújo. Horário: 10h20min – 11h15min.

<sup>9</sup> Igor usa o cabelo cortado com máquina, rente à cabeça.

## NO CORAÇÃO DESSA TRAGÉDIA SE ENCONTRA A RAÇA

*Por exemplo, ele usa o cabelo de acordo com o estilo dele, que usa o cabelo 'de molinha'. E ele gosta do cabelo dele. É um direito dele que ele tem. Eu uso o meu assim porque eu quero [Igor tem o cabelo 'corte rente', quer dizer, quase raspado]. Cada um tem o direito de usar o cabelo como quer. (Informação verbal) <sup>10</sup>*

Luiz, por sua vez, nos informa que “pelo fato de ele (Igor) não ter um cabelo, ou seja, não criar cabelo, ele seria um *menino exemplar* (Informação verbal)<sup>11</sup>.

Aqui, o homem negro – o jovem estudante negro –, estaria sendo representado, ou “[...] produzido racialmente com o concurso agressivo dessas representações como estruturas de sustentação para práticas concretas de exclusão, marginalização e violência” (PINHO, 2004, p. 66). Excluído por não seguir exatamente as normas que o contexto impõe subliminarmente, os jovens nos informam uma outra categoria, a de menino exemplar. Então, o que seria para eles (exatamente) um menino exemplar?

*Um menino exemplar é aquele menino que é uma pessoa que não dá lugar a ninguém falar. Porque, mesmo você não dando lugar a ninguém, sempre falam. Aquele menino que sempre cumpre suas obrigações. Quer dizer, aqui o fato é esse. Pelo fato de você criar cabelo, você é discriminado, pelo fato de você fazer um corte na sobancelha, você é discriminado. (Informação verbal)<sup>12</sup>.*

O fato de ser uma pessoa que não dá lugar a ninguém falar – criticar, discriminar –, torna essa pessoa exemplar, nesse caso, um “menino exemplar”. O menino “não exemplar” também se mostra bem definido relacionado com o estilo de se vestir, que tem tatuagem, usa um cabelo de molinha. Sobre isso, Cássio declara:

*Acho que todo mundo tem que respeitar. É um estilo. Eu acho normal, mas tem gente que olha com outros olhares diferentes, entendeu? Já discriminando. Tipo assim, se eu não fizesse nada de errado que tivesse que levar uma suspensão, já era tipo como 90% de*

<sup>10</sup> Texto extraído da transcrição do GF: “Identidade: Ser homem, ser negão”, realizado na manhã do dia 12 de abril de 2016, no CERG, pela autora, com apoio do pesquisador Júlio Araújo. Horário: 10h20min – 11h15min.

<sup>11</sup> Texto extraído da transcrição do GF: “Identidade: Ser homem, ser negão”, realizado na manhã do dia 12 de abril de 2016, no CERG, pela autora, com apoio do pesquisador Júlio Araújo. Horário: 10h20min – 11h15min.

<sup>12</sup> Texto extraído da transcrição do GF: “Identidade: Ser homem, ser negão”, realizado na manhã do dia 12 de abril de 2016, no CERG, pela autora, com apoio do pesquisador Júlio Araújo. Horário: 10h20min – 11h15min.

## NO CORAÇÃO DESSA TRAGÉDIA SE ENCONTRA A RAÇA

*possibilidade de ser suspenso, já ele [aponta para o colega com a cabeça raspada] têm 10%. (Informação verbal)<sup>13</sup>*

E Márcio ainda complementa:

*O preconceito sempre vai existir! Em todas as partes. Na minha visão, mesmo a gente cuidando todos aqueles motivos pra não ser malvisto, sempre vai ter aquele que vai olhar você com... Independente de tudo aquilo que a gente tentar fazer pra melhorar... (Informação verbal)<sup>14</sup>.*

“Mesmo a gente cuidando todos aqueles motivos pra não ser malvisto, sempre vai ter aquele que vai olhar você com diferença, independente de tudo aquilo que a gente tentar fazer para melhorar”, fatalmente – como disse outra interlocutora em outro GF, “não tem o que fazer”. Declarações que falam que a “diferença” inscrita em seus corpos, suas “marcas no corpo” – tipos de cabelo [molinhas ou corte rente] e, implicitamente, pela cor da pele, modos de andar, “[...] converte-se em marcadores importantes para construção de subjetividades de homens negros e adoção de novos estilos corporais como signos políticos, da moda e da beleza” (SOUZA, 2010, p. 134).

Quando o nosso interlocutor Cássio fala da distinção, da “diferença”, da discriminação, dos que tem “marcas no corpo”, dos que não são meninos exemplares, isso tudo “não vem da gente... vem das pessoas, né, que... Tipo, [aquelas pessoas que] já estão mais avançadas que a gente”. Ora, a cultura constitui um sistema de significações hierarquizadas, tornando-se um processo de lutas entre grupos sociais cujo objetivo é manter distanciamentos distintivos entre classes sociais. Para Bourdieu (2005; 1983), a dominação cultural se expressa na fórmula segundo a qual a cada posição na hierarquia social corresponde uma cultura específica (elitista, média, de massa), caracterizadas de modo respectivo pela distinção, pela pretensão e pela privação.

---

<sup>13</sup> Texto extraído da transcrição do GF: “Identidade: Ser homem, ser negão”, realizado na manhã do dia 12 de abril de 2016, no CERG, pela autora, com apoio do pesquisador Júlio Araújo. Horário: 10h20min – 11h15min.

<sup>14</sup> Texto extraído da transcrição do GF: “Identidade: Ser homem, ser negão”, realizado na manhã do dia 12 de abril de 2016, no CERG, pela autora, com apoio do pesquisador Júlio Araújo. Horário: 10h20min – 11h15min.

## NO CORAÇÃO DESSA TRAGÉDIA SE ENCONTRA A RAÇA

Por outro lado, ao encararmos o problema racial que atravessa nossas relações, no Brasil, de uma maneira explícita, percebemos que o racismo cria uma tela que estrutura historicamente um modelo de Estado que confere permissibilidade a mortes física e simbólica de sujeitos subalternizados. Nessa perspectiva, Sueli Carneiro (2005), ao apropriar-se do conceito de dispositivo difundido por Foucault, para examinar o tema racial em sua tese – “A construção do outro com não-ser como fundamento do ser” –, produz o conceito de dispositivo de racialidade. Sumariamente, tal dispositivo somado ao biopoder atua por meio de tecnologias de poder como o epistemicídio, interrogando o lugar da educação na reprodução de poderes, saberes e subjetividades atravessadas justamente pelo viés desse dispositivo. Na tese, a autora propõe que

[...] as sociedades multirraciais resultantes da colonização engendraram o dispositivo de racialidade como instrumento disciplinar das relações raciais. É nosso entendimento que esse dispositivo disciplinará as relações raciais nas sociedades pós-coloniais e as relações de soberania entre as nações racialmente inferiorizadas. (CARNEIRO, 2005, p. 75).

Podemos tomar como dispositivo de racialidade e biopoder, as próprias categorias produzidas por nossos interlocutores (menino exemplar, não exemplar, corpos adequados, inadequados), ao entender que meninos não exemplares, na maioria das vezes, são levados à Direção da Escola para serem listados na “ata escolar”, sem motivo aparente segundo os relatos colhidos dos próprios estudantes, corpos inadequados, indesejados ao contexto. Algo que se revela propriamente da articulação desses dois dispositivos, o da racialidade e o do biopoder, uma espécie de

[...] mecanismo específico que compartilha da natureza dessas duas tecnologias de poder: o epistemicídio, que coloca em questão o lugar da educação na reprodução de poderes, saberes, subjetividades e “cídiós” que o dispositivo de racialidade/biopoder produz. (CARNEIRO, 2005, p. 2).

Ou diríamos com as palavras de Foucault (1995, p. 3) que “[...] enquanto o sujeito humano é colocado em relações de produção

e de significação, é igualmente colocado em relações de poder muito complexas”. E isso não significa dizer que se trata de uma questão teórica, ao contrário, se trata de uma parte de nossa experiência. Os mecanismos utilizados e difundidos – que compartilham da natureza dessas tecnologias de poder – estão exatamente presentes na maioria das sociedades, como afirma o autor (FOUCAULT, 1995, p. 4).

Ainda é necessário sublinhar duas questões fundamentais, isto é, que o poder opera de maneira difusa, capilar, e que se amplia por uma rede social abrangendo várias instituições como a família, a escola, o hospital, a clínica. E que, além disso, constitui uma soma de relações de força multilaterais (FOUCAULT, 1999). Assim, ele se irradia de modo microfísico, sem possuir um centro permanente, compondo-se de arranjos transitórios, no qual suas relações de força são suscetíveis de se transformarem. Para o autor, o poder atuaria mais pelo modo a produzir e incitar comportamento do que pela ideia consagrada segundo a qual o poder agiria através ou por meio da repressão (FOUCAULT, 1999).

No centro dessas reflexões estão lançadas as análises de Foucault (1995; 1999; 2002; 2008; 2010) sobre o biopoder, conceito pelo qual ele conceberá as práticas, surgidas no ocidente moderno, voltadas à gestão e regulação dos processos vitais humanos. O poder sobre a vida instala-se como modo de administrar populações, levando em conta sua realidade biológica fundamental, quer dizer, “hacer morir o dejar vivir” constitui os próprios limites da soberania, suas substâncias características. “La soberania consiste en ejercer un control sobre la mortalidade y definir la vida como el despliegue y la manifestación del poder” (MBEMBE, 2011, p. 20).

Narrativas sobre desse poder a partir do controle da mortalidade e da vida são frequentemente descritos pelos interlocutores da investigação como o próprio abuso policial na intermediação tanto entre a ação formal do Estado e as relações pessoais, quanto “o arbítrio individual do agente do Estado”, como segue no relato de Luiz:

*O que é racismo pra mim? Assim, quando tá discriminando aquela pessoa, chamando ela de negra, negra não, de preto, pobre, fudido. Isso pra mim é racismo. Assim, quando os policiais vão fazer assim, tipo dar um baculejo... Teve uma vez mesmo que eu tava ali no porto*

## NO CORAÇÃO DESSA TRAGÉDIA SE ENCONTRA A RAÇA

*sentado, tava eu, o único escurinho que tinha era eu, o resto tudo era branquinho. Com os branquinhos ele não falou nada, só ficou... Só cismou com minha cara. Me xingou de tudo. Fiquei bem quieto pra ele não me levar. Me deu muita raiva. (Informação verbal)<sup>15</sup>.*

É imprescindível não esquecer que estamos “no coração do chamado Recôncavo Baiano, a região circundante da Baía de Todos os Santos e território da primeira ocupação colonial” (PINHO, 2016, p. 126). São Félix e Cachoeira, cidades-irmãs que só se separam pela ponte Dom Pedro II, com ampla maioria da população negra, são cidades históricas conhecidas por processos significativos de resistência da população negra incluindo a conservação e valorização de tradições e ancestralidades. Entretanto, “nada disso parece impedir que a percepção da polícia como instituição racista seja referida” (PINHO, 2016, p. 126).

### Considerações finais

Os interlocutores com quem conversamos, ao compartilharem suas opiniões e experiências sobre a questão racial no contexto escolar e fora dele, ou de que maneira a escola e a sociedade veem e classificam suas escolhas – seus estilos assumidos, enfim, as suas singularidades, subjetividades e intersubjetividades, denunciam a violência simbólica e a arbitrariedade do poder, a presença institucional sobre seus corpos. Sabem, igualmente, que algumas “singularidades” são mais aceitas que outras, que existe um menino exemplar, “aquela pessoa que não dá lugar a ninguém falar”, “aquele menino que sempre cumpre suas obrigações”. E que não acontece só dentro da escola, mas – como eles mesmos enfatizam: [a discriminação, olhares ‘diferentes’] não é só no cotidiano escolar”; “no geral”. Vejamos o exemplo descrito por Márcio:

*Um exemplo vivo: tem uma vaga de emprego, uma vaga. Vai ele [aponta o colega com tatuagem e cabelo molinha] sendo concorrente, e ele [aponta o colega com corte rente] sendo o concorrente dele. Às vezes o comportamento dele [aponta para o rapaz com cabelo de molinha] é melhor que o dele, é mais condizente que o dele [aponta para o rapaz com corte rente]. Mas*

---

<sup>15</sup> Texto extraído da transcrição do GF: “Identidade: Ser homem, ser negão”, realizado na manhã do dia 12 de abril de 2016, no CERG, pela autora, com apoio do pesquisador Júlio Araújo. Horário: 10h20min – 11h15min.

## NO CORAÇÃO DESSA TRAGÉDIA SE ENCONTRA A RAÇA

*pelo fato da aparência dele ser malvista, o outro ganha a vaga de emprego. (Informação verbal)<sup>16</sup>.*

No caso, quando a própria escola identifica os rapazes com um padrão negativo de “menino negro”, está contribuindo para que eles definam “essas formas de masculinidades como a única via para controlar algum poder e autonomia, elementos indispensáveis na confirmação de identidades masculinas”, uma vez que a masculinidade, em dimensão macro, está definida em torno do exercício do poder, como revela Marília Pinto de Carvalho (2004, p. 281). Eles estariam convivendo, assim, com as múltiplas incertezas de sua posição desenvolvendo o que é considerado pelos professores e direção da escola como agressividade e violência, continua a autora.

Essa violência, Gilberto Velho (2000) define como uma das mais graves, dando origem ao desrespeito, à negação do outro, à violação dos direitos humanos, sendo que seus efeitos são ainda mais nocivos quando está integrada à miséria, à exclusão, e às desigualdades na sociedade brasileira. Neste sentido, nem sempre a violência acontece como um ato ou como uma relação identificável, muitas vezes ela é naturalizada. As violências escolares incorporam tanto a violência explícita – agressão entre sujeitos –, quanto a violência simbólica, que se manifesta por meio de regras, hábitos culturais e normas de uma sociedade que já é substancialmente desigual (ODALIA, 2004), haja vista a violência policial no Brasil. De outro modo, podemos dizer juntamente com o autor:

Se a constituição brasileira de 1988 garante a todos a liberdade individual e a dignidade da pessoa humana; se o Brasil considera a tortura um crime hediondo, é voz corrente na sociedade, e motivo de denúncia constante, a regularidade com que policiais militares e civis fazem uso excessivo da força, torturam e matam sem chance de defesa milhares de pessoas por ano (SOARES, 2014; VARGAS, 2010). Denúncias do envolvimento de policiais com crimes violentos são constantes, inclusive quando atuam no exercício da função policial. (PINHO, 2016, p. 126).

---

<sup>16</sup> Texto extraído da transcrição do GF: “Identidade: Ser homem, ser negão”, realizado na manhã do dia 12 de abril de 2016, no CERG, pela autora, com apoio do pesquisador Júlio Araújo. Horário: 10h20min – 11h15min.



Nesse sentido, para compreender a construção da identidade negra no Brasil é indispensável considerar seu sentido político como uma tomada de posição “de um segmento étnico-racial, excluído da participação na sociedade para a qual contribuiu economicamente com trabalho gratuito como escravo” e culturalmente na história do Brasil (MUNANGA; GOMES, 2004, p. 187). Não que com isso se desconsidere a dimensão subjetiva e simbólica. Sobre essa discriminação e esse racismo, os interlocutores são enfáticos quando falam que “sempre foi assim, desde o tempo da escravidão”. Depois disso indagamos sobre seus prognósticos e as respostas variam pouco: “já era pra ter melhorado”; “duvido que vá”; “pode melhorar sim, porque a esperança é a última que morre” (Informação verbal)<sup>17</sup>.

Para Néstor López (2011), sociólogo argentino, as práticas de discriminação atuam no dia a dia e nas áreas mais diversas da vida social. O jovem que acaba perdendo uma oportunidade no trabalho, por exemplo, por ter tatuagens – marcas no corpo (alterações no corpo) –, que é impedido de frequentar certos ambientes sociais pela cor da pele, que são vistos com desconfiança, “[...] são todos vítimas de situações discriminatórias que se desprendem da valorização negativa que adquirem – em certos vínculos ou contextos – alguns atributos específicos de suas identidades” (LÓPEZ, 2011, p. 17).

Nilma Gomes (2005, p. 46) ainda indaga: “Por que a escravidão ainda afeta negativamente a vida, a trajetória e inserção social dos descendentes de africanos em nosso país”? De algum modo, a questão levantada pela autora, reverbera no processo histórico analisado por Quijano (2006) que expusemos acima, na introdução do capítulo, e que volto a destacar, que desde a colônia até hoje, o sistema de classificação social está baseado em uma hierarquia racial e sexual, e na formação e distribuição de identidades sociais de superior a inferior, com o branco masculino no topo da pirâmide e os indígenas e negros na sua base.

As raças são, na verdade, construções sociais, políticas e culturais elaboradas nas relações de poder e nas relações sociais ao longo

---

<sup>17</sup> Texto extraído da transcrição do GF: “Identidade: Ser homem, ser negão”, realizado na manhã do dia 12 de abril de 2016, no CERG, pela autora, com apoio do pesquisador Júlio Araújo. Horário: 10h20min – 11h15min.

do processo histórico. É no campo “da cultura que aprendemos a enxergar as raças” (GOMES, 2005, p. 49). Se observarmos bem nas próprias narrativas/falas ou relatos dos interlocutores acima – ao longo mesmo de todo o texto –, veremos claramente que aprendemos a ser e ver negros e brancos como diferentes na maneira como são educados e socializados a ponto dessas “ditas” diferenças serem completamente internalizadas em nossa maneira de ser e ver o outro, enfim, “aprendemos, na cultura e na sociedade, a perceber as diferenças, a comparar, a classificar” (GOMES, 2005, p. 49). Entretanto, se as coisas permanecessem só nesse âmbito, não teríamos tantos agravantes, adverte a autora (GOMES, 2005). Mas tendemos a hierarquizar as classificações raciais, como chamamos atenção no início desse capítulo na voz de Mbembe (2011; 2018) –, e também as classificações de gênero e sociais, quando passamos a lidar com as diferenças de modo desigual.

Não obstante, não se trata tão somente de internalizações na maneira de ver e ser, isto é, “o processo de tornar-se sujeito, é um processo de submeter-se a um poder”, como afirma Butler, seguindo Foucault (PINHO, 2016, p. 136). O processo de formação é base relevante para a compreensão da própria política. Isso porque, em primeiro lugar, os sujeitos são atravessados por forças assimétricas, disputas e agenciamentos de bases diversas ao longo de sua formação; e em segundo lugar, porque a própria reconfiguração processual dos sujeitos constitui a manifestação política do processo posto que as sociedades se transformam em meio a seus conflitos e disputas. Seria mais apropriado pensar os sujeitos como meio de manifestação concreto e corpóreo da prática da política, política aqui compreendida como prática comunicacional e conflitiva de constituição e redefinição constante de sujeitos, suas ações e formas de agenciamento.

“Formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte – a necropolítica” (MBEMBE, 2011, p. 146) –, confirmam o controle e a distribuição das oportunidades educacionais – as igualdades de oportunidades para negros e brancos, já que “[...] a educação é reconhecidamente o instrumento mais efetivo e seguro de ascensão social, no Brasil, para as classes subalternas” (CARNEIRO, 2005, p. 113).

## NO CORAÇÃO DESSA TRAGÉDIA SE ENCONTRA A RAÇA

Ao contrário do discurso segundo o qual a escola é a base para a transformação social, na verdade, ela é o núcleo por excelência de manutenção do *status quo* dominante na sociedade. Em geral, os processos pedagógicos permitem/provocam um apagamento da subjetividade do estudante, uma acomodação dele como ser político atuante e potencial transformador da realidade. Os sujeitos dessa investigação, jovens estudantes negros do ensino médio do interior da Bahia, ocupam propriamente uma posição única e incomunicável posto que a escravidão póstuma faz com que convivam com a violência estrutural e gratuita ininterruptamente; posto que estão situados fora do contexto da sociedade civil e da Humanidade; posto que a violência não depende de sua própria transgressão. “Negros vivenciam violência não por causa do que fazem, mas por causa de quem são, ou melhor, de quem não são” (VARGAS, 2017, p. 93).

Quanto às produções epistemológicas, faz sentido dizer, ainda, que descolonizar a escola, nesse caso a partir do periférico (Sul) em relação ao metropolitano (Norte), “[...] exige o reconhecimento de que o colonialismo não é um fato externo, mas um “inimigo íntimo” (VIVEROS VIGOYA, 2018, p. 178), e, por isso, algo permanente, relacionado ao campo dos estudos de gênero e à libertação política, uma vez que “[...] é impossível buscar desenvolver uma política de gênero mais elaborada e eficaz sem considerar a crítica das hierarquias e das distinções entre teoria e prática, e a dos lugares de produção do saber, enfim, a relação entre saber e poder” (VIVEROS VIGOYA, 2018, p. 178).

Ao descrever alguns desses modos de ser homem em um mesmo território, nesse contexto escolar, pode-se observar que as identidades masculinas se apresentavam vigorosamente articuladas ao contexto social em que se constroem, assim como aos novos cenários econômicos, culturais e políticos que a globalização faz surgir.

Os desafios se acumulam na experiência de sala de aula, como ouvimos na fala dos nossos interlocutores, desde os interditos de onde parte o meu sentimento de crise, até a vontade de recomendar um grande debate sobre epistemologia, saberes periféricos, saberes marginais, dos editados e daqueles reeditados ao longo do acirramento do capitalismo. Temos, aqui, a emergência de um campo de tensões e de relações de saber e

## NO CORAÇÃO DESSA TRAGÉDIA SE ENCONTRA A RAÇA

poder atravessadas pelas relações de gênero que nos coloca a questionar as representações e estereótipos, e ainda desafiar crenças e pressupostos sobre o povo negro e sua cultura a partir da construção histórica e social de processos de dominação, colonização e escravidão.

## Referências Bibliográficas

ANYON, Jean. Intersecções de gênero e classe: acomodação e resistência de mulheres e meninas às ideologias de papéis sexuais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 73, p. 13–25, maio 1990.

Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjUsqePktLgAhXcK7kGHe4rB4kQFjAAegQICBAB&url=http%3A%2F%2Fpublicacoes.fcc.org.br%2Ffojs%2Findex.php%2Fcp%2Farticle%2Fview%2F1093&usg=AOvVaw32a0MJ6gBES5ZgYizjOjPu>. Acesso em: 11 jan. 2022.

AUAD, Daniela. Relações de gênero na sala de aula: atividades de fronteira e jogos de separação nas práticas escolares. **Proposições**, Campinas, v. 17, n. 3, p. 137–149, set./dez. 2006. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643610/11130> Acesso em: 10 jan. 2022.

BERNARDES, Nara Maria Guazzelli. Vida cotidiana e subjetividade de meninas e meninos das camadas populares: meandros de opressão, exclusão e resistência. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, v. 12, n. 3–4, 1992. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98931992000300005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931992000300005). Acesso em: 05 de fev. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. *In*: ORTIZ, R. (Org). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p. 122–155. (Grandes Cientistas Sociais, n.39).

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARVALHO, Marília Pinto de. Quem são os meninos que fracassam na escola? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 21, p. 77–96, 2004.

CARVALHO, Marília Pinto de. **Avaliação escolar, gênero e raça**. Campinas: Papyrus, 2009.

## NO CORAÇÃO DESSA TRAGÉDIA SE ENCONTRA A RAÇA

CONNELL, Raewyn. Teaching the boys. *In*: CONNELL, R. W. **The men and the boys**. Bekerley: UC Press, 2000. Cap. 9, p. 148–176.

COUTO, Maria Aparecida Souza. Masculinidades e feminilidades: a construção de si no contexto escolar. **Revista Aurora**, Marília, ano V, n. 7, jan. 2011. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/1249>. Acesso em: 02 mai. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso dado no Collège de France (1975–1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: A vontade de saber. 19. ed. São Paulo: Edições Graal, 2010. 1 v.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: Curso dado no Collège de France (1978–1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault – uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 229–239.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **RBPAAE**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 109–121, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19971/11602>. Acesso em: 07 abr. 2022.

GOMES, Nilma Lino. Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relações Raciais no Brasil: Uma breve discussão. *In*: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. **Educação Antirracista**: Caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: SECAD, 2005, p. 39–62. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=16224](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=16224). Acesso em: 03 set. 2021.

GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão**, n. 24, Florianópolis, 1998.

HARBISON, Ralph; HANUSHEK, Eric. **Educational performance of the poor**: lessons from rural Brazil. Washington, DC: World Bank, 1992.

HENRIQUES, Ricardo. **Raça e gênero nos sistemas de ensino**. Os limites das políticas universalistas de educação. Brasília: UNESCO, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais 2003**. Brasília: Ministério do Planejamento, 2009.

LÓPEZ, Nestor. El desprecio por ese alumno. *In*: LÓPEZ, Nestor (Coord.) *et al.* **Escuela, Identidad y Disminación**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Instituto Internacional de Planeamiento de la educación IIPE-Unesco, 2011. Disponível em: [https://www.academia.edu/18287799/Habitus\\_identidad\\_y\\_pol%C3%ADtica\\_educativa\\_reflexiones\\_para\\_una\\_nueva\\_agenda\\_de\\_reformas](https://www.academia.edu/18287799/Habitus_identidad_y_pol%C3%ADtica_educativa_reflexiones_para_una_nueva_agenda_de_reformas). Acesso em: 29 dez. 2021.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 1. ed. São Paulo: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira. **Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Tradução de Sebastião Nascimento. Paris: Éditions La Découverte, 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica seguido de Sobre El Gobierno Privado Indirecto**. Santa Cruz de Tenerife: Melusina, 2011.

MUNANGA, Kabenguele; GOMES, Nilma Lima. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos**. São Paulo: Global; Ação Educativa, 2004.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

PINHO, Osmundo. "**Brincadeira de Negão**": Subjetividade e Identidade entre Jovens Homens Negros na Bahia (Brazil). Austin, 2014. Disponível em: [https://www.academia.edu/6327662/\\_Brincadeira\\_de\\_Negao\\_Subjetividade\\_e\\_Identidade\\_entre\\_Jovens\\_Homens\\_Negros\\_na\\_Bahia\\_Brazil\\_](https://www.academia.edu/6327662/_Brincadeira_de_Negao_Subjetividade_e_Identidade_entre_Jovens_Homens_Negros_na_Bahia_Brazil_). Acesso em: 29 nov. 2021.

PINHO, O. **Cativeiro: antinegitude e ancestralidade**. 1. ed. Salvador: Editora Segundo Selo, 2021.

PINHO, Osmundo. "A vida em que vivemos": raça, gênero e modernidade em São Gonçalo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 169–198, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2006000100010>. Acesso em: 12 jan. 2022.

PINHO, Osmundo. Qual é a identidade do homem negro? **Democracia Viva**, n. 22. jun./jul. 2004. Disponível em:

[https://www.academia.edu/1420907/Qual\\_%C3%A9\\_a\\_identidade\\_do\\_homem\\_negro](https://www.academia.edu/1420907/Qual_%C3%A9_a_identidade_do_homem_negro) Acesso em: 02 out. 2021.

PINHO, Osmundo. "Troteio": Subjetivação e violência no Pagode Baiano. *In*: VARGAS, J.; PINHO, Osmundo. (Orgs.). **Antinegitude: o impossível sujeito negro na formação social brasileira**. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte; Fino Traço, 2016. Cap. 5, p. 121–144. (Coleção UNIAFRO, 15).

QUIJANO, Aníbal. Estado–nación y movimientos indígenas em la región andina custiones abiertas, em *Movimientos sociales y gobiernos em la región andina. Resistencias y alternativas, Lo político y lo social*. **Revista del Observatorio Social de la América Latina**, Buenos Aires, v. 8, n. 19, p. 15–24, 2006.

REZENDE, Andréia Botelho de; CARVALHO, Marília Pinto de. Formas de ser menino negro: articulações entre gênero, raça e educação escola. *In*: CARVALHO, Marília Pinto de. (Org.). **Diferenças e desigualdades na escola**. 1. ed. Campinas: Papyrus, 2012. v. 1, p. 39–74.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação Formal, Mulher e Gênero no Brasil Contemporâneo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 9, p. 515–540, 2º sem. 2001.

ROSEMBERG, Fúlvia. Raça e desigualdade educacional no Brasil. *In*: AQUINO, J. G. (coord.). **Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998.

RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on the 'political economy' of sex. *In*: REITER, R. (Ed.). **Toward an anthropology of women**. New York: Monthly Review Press, 1975. Cap. 3, p. 27–42.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 09 nov. 2021.

SILVA, Cármen; HALPERN, Sílvia; BARROS, Fernando; SILVA, Luciana. Meninas bem-comportadas, boas alunas; meninos inteligentes, indisciplinado. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 107, p. 207–225, jul. 1999. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/cp/n107/n107a09.pdf](http://www.scielo.br/pdf/cp/n107/n107a09.pdf). Acesso em: 21 abr. 2022.



## NO CORAÇÃO DESSA TRAGÉDIA SE ENCONTRA A RAÇA

SOUZA, Raquel. Rapazes negros e socialização de Gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 34, p. 107–142, jan./jun. 2010.

URREA-GIRALDO, Fernando; SAA, Teodora Hurtado. La construcción de las etnicidades en la sociedad colombiana contemporánea: un caso ejemplar para la discusión sobre etnicidad y grupos raciales. *In*: CONFERÊNCIA SOBRE INTERCULTURALIDADE E POLÍTICA, 2001, Lima. **Ponencias [...]**. Cali: CIDSE, 2001. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/cidse-univalle/20121113042342/Art3.pdf>. Acesso em: 09 mai. 2022.

VARGAS, João H. Costa. Por uma mudança de paradigma: antinegritude e antagonismo estrutural. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v. 48, n. 2, p. 83–105, jul./dez 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/19495>. Acesso em: 05 dez. 2021.

VELHO, Gilberto. Violência, reciprocidade e desigualdade: Uma perspectiva antropológica. *In*: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos. (Eds.). **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000, p. 11–25.

VIVEROS VIGOYA, Mara. **As cores da masculinidade**: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Tradução de Allyson de Andrade Perez. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

ZAIMAN, Claude. La mixité, objet d'étude scientifique ou enjeu politique. **Cahiers du GEDISST**, Paris, n° 14, p. 83–94, 1995. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/genre\\_1165-3558\\_1995\\_num\\_14\\_1\\_981](https://www.persee.fr/doc/genre_1165-3558_1995_num_14_1_981). Acesso em: 08 abr. 2022.

# *Rightful resistance* em movimentos sociais de reforma agrária: uma análise das razões de o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ter evitado radicalização.

Juliana Belino<sup>1</sup>

## Resumo

Embora os processos de faccionalização e radicalização sejam identificados pela literatura no campo de confronto político como mecanismos que frequentemente ocorrem durante a trajetória de movimentos de contestação política, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) conservou sua estratégia não violenta de resistência legítima (*rightful resistance*) desde sua emergência como movimento social até o presente momento. O objetivo desse artigo é identificar e analisar criticamente as explicações para esse fenômeno oferecidas pela literatura anterior, propondo então uma hipótese complementar aos argumentos anteriores. A literatura anterior estabelece que as características do Estado brasileiro e o fato de que medidas violentas alienam potenciais apoiadores são os motivos de o MST ter consistentemente adotado estratégias não violentas; e os fatos de que esse movimento é independente de partidos políticos, é organizado e coeso, atingiu um certo nível de sucesso, e sua identidade baseada em status socioeconômico são os motivos de se ter evitado a radicalização. Esse artigo critica os argumentos da literatura anterior, posto que tais autonomia e coesão não se observam empiricamente, e conclui propondo uma hipótese que destaca o papel da cultura e da ideologia do movimento, especialmente seu foco em educação libertária. A metodologia adotada por esse artigo envolve a revisão da literatura anterior relevante nos campos de Confronto Político e Movimentos Sociais relacionada ao tópico desse estudo, e a coleta de dados secundários a partir de estudos prévios e do website do MST.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais; Radicalização; Resistência Legítima; Reforma Agrária; Estudos Pós-Coloniais

**Rightful resistance in land reform social movements: an analysis of the reasons that prevented the Brazilian Landless Rural Workers (MST) from getting radicalized.**

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Estudos Globais e mestre em Estudos Internacionais pela Tokyo University of Foreign Studies (TUFS - Japão).

### **Abstract**

Even though the processes of factionalization and radicalization are identified by the literature on Contentious Politics as mechanisms that often occur during the trajectory of contentious movements, the Brazilian Landless Rural Workers Movement (MST) has conserved its non-violent rightful resistance strategy since its emergence until now. This paper intends to first identify and critically analyze the explanations for this phenomenon provided by the previous literature, and then propose a hypothesis to complement the previous explanations. Previous studies argue that the characteristic of Brazilian State in terms of democracy and capacity level and the fact that violent measures would alienate potential supporters are the reasons why this movement has consistently adopted a non-violent strategy; and the facts that it is independent from political parties, its identity is based on socioeconomic status, it is organized and cohesive, and it has achieved a certain level of success, the reasons why it has avoided radicalization. This paper criticizes the arguments of previous studies, arguing that autonomy and cohesiveness cannot be empirically observed, and concludes by proposing a hypothesis that highlights the role of the movement's ideology and culture, especially its focus on libertarian education. The methodology adopted in this paper involves reviewing relevant previous literature in the field of Contentious Politics and Social Movements and more specifically about the MST and collecting secondary data from previous studies and the MST's website.

**Key words:** Social movements; Radicalization; Rightful Resistance; Land Reform; Post-Colonial Studies

***Rightful resistance* en los movimientos sociales por la reforma agraria: un análisis de las razones por las que el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) ha evitado la radicalización.**

### **Resumen**

Aunque la literatura en el campo del enfrentamiento político identifica la faccionalización y la radicalización como mecanismos que ocurren con frecuencia durante la trayectoria de los movimientos de protesta política, el Movimiento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ha mantenido su estrategia no violenta de resistencia legítima (*rightful resistance*) desde su surgimiento como movimiento social hasta la actualidad. El objetivo de este artículo es identificar y analizar críticamente las explicaciones de este fenómeno ofrecidas por la literatura anterior, proponiendo una hipótesis complementaria a los argumentos previos. La literatura anterior establece que las características del Estado brasileño y el hecho de que las medidas violentas alejan a los posibles simpatizantes son las razones por las que el MST ha adoptado consistentemente estrategias no violentas; y que la independencia de los partidos políticos, la

organización y cohesión, el éxito alcanzado y su identidad basada en el estatus socioeconómico son las razones por las que se ha evitado la radicalización. Este artículo critica los argumentos de la literatura anterior, ya que la autonomía y cohesión no se observan empíricamente, y concluye proponiendo una hipótesis que destaca el papel de la cultura y la ideología del movimiento, especialmente su enfoque en la educación libertaria. La metodología adoptada por este artículo implica la revisión de la literatura anterior relevante en los campos de Política Contenciosa y Movimientos Sociales relacionados con el tema de este estudio, y la recopilación de datos secundarios a partir de estudios previos y del sitio web del MST.

Palabras clave: Movimientos Sociales; Radicalización; Resistencia Legítima; Reforma Agraria; Estudios Postcoloniales

## Introduction

The MST is one of the most relevant contemporary rightful resistance social movements in Latin America, leading the struggle against Neoliberal policies in the agrarian sector and advocating for agrarian reform. Although it might be argued that defensive violence and eventual attacks on public or private property puts the contentious episodes coordinated by the MST in a somewhat grey zone between violence and nonviolence, it seems to be a consensus that their strategies and repertoire of contention are essentially nonviolent. For almost 40 years now, since its emergence, the MST has managed to prevent internal conflicts to cause fragmentation into subgroups and radicalization. This phenomenon is worth investigating, since the previous literature on Contentious Politics argues that contentious movements, including revolutions, social movements, and other forms of contention, tend to go through the processes of factionalization and radicalization during their trajectories (SCHOCK 2012; SCHOCK 2015; McADAM et al 2003).

This paper intends to address this phenomenon by first providing a literature review on this topic aiming to critically discuss the explanations provided by previous studies. Next, a hypothesis will be provided, suggesting that the previous literature neglected the role of culture and ideology, especially the role of libertarian education, in preventing radicalization and factionalization. As a background for the literature review and for elaborating the hypothesis, this introduction relies on previous studies to briefly describe the characteristics of the MST, the cause they advocate for and its role in Brazilian society. The next sections will present the arguments and the findings of this study.

To discuss the nonviolent nature of the MST, it is relevant to understand the characteristics and the context behind this social movement. It emerged from the mobilization of actors that suffer from the high level of inequality in land distribution in Brazil, a reality that is rooted in the colonial period and is a major hindrance to development (KAY, 2002). Similarly to other land reform contentious movements, the MST advocates for food sovereignty and sustainable development achieved through land reform. This same

framing is adopted by several other land reform social movements in the Global South and are enforced by the international institution La Via Campesina. Thus, the MST has an important role locally, as it struggles to reduce social inequality and promote sustainable development in Brazil, and internationally, since it is one of the main representants of a transnational contentious trend.

The historical process that led to the structural problems addressed by the MST is not particular to Brazil, being repeated in Latin America as a whole and in other countries of the Global South. Although this process is complex and occurred differently in each country, it is possible to identify some common characteristics of the colonial legacy that led to land distribution inequality and prevented the implementation of an effective agrarian reform. These characteristics are the adoption of economic policies focused on the external market, exporting non-industrialized products to supply the needs of the industry of developed countries; the formation of a landowning class that holds economic and political power; the formation of post-colonial States that are weak and highly politically dependent on the country's economic elite and on external governments of geopolitically influential States (GALEANO, 2000; KAY, 2002).

It is possible to identify two trends of land alienation of smallholders in Brazilian history. The first one occurred during the colonial period and included the genocide, displacement and enslavement of indigenous people that previously lived in what is today the Brazilian territory. Land was distributed by Portugal to Portuguese settlers through a scheme named *sesmarias*, dividing the Brazilian territory among a small group of individuals who started producing large-scale monocultures to supply the needs of the European market using slaves as workforce. The first statute regarding land ownership was established in 1850 and merely turned the previous *sesmarias* into private properties. Since Brazil became an independent state, the same landowning elite that was favored by the Portuguese colonizers still benefits from political alliances that allow them to maintain the status quo of the power relations in the agrarian sector and influence the government to prevent the implementation of an effective land reform (KAY, 2002). With this landowning elite fighting

against land reform, supported by consecutive national and external governments, little was changed and land distribution in Brazil is still largely a colonial legacy. The influence of the landowners and landlords in formulating and implementing public policies has prevented or reverted an effective land reform in Latin American countries (KAY, 2002; GALEANO, 2000), resulting in an agrarian sector composed by latifundia, which creates a fragile and non-sustainable agribusiness focused on producing monocultures for the external market. This large property model of production resulted in land concentration and displacement of smallholders (CALDEIRA, 2008).

While the first trend of land disposition of smallholders in favor of latifundia is a result of colonial and imperialist practices, the second finds its justification in Neoliberal developmentalist ideas. After the independence, land alienation of smallholders was conserved as a state policy, this time based on Neoliberal developmentalist policies that favor national and, especially, foreign corporations with the excuse of investing in market-led development (TEUBAL, 2009; GALEANO, 2000). One egregious example of a case of land alienation in the name of developmentalism is the project of building a binational hydroelectric dam, Itaipu, which expropriated more than 42 thousand smallholders, including peasants and indigenous people (GERMANI, 2003).

The MST emerged as smallholders mobilized to resist the threat of land disposition by the state and attributed opportunity to the legal provisions of the Brazilian constitution to reacquire expropriated land. Many social movements aiming for land reform were active in the 80's and 90's in Brazil, after the strong repression of peasant movements by the military regime from 1964 to 1985 was lifted. In 1984, the MST emerged as a collective contentious movement that mobilized landless rural workers through a brokerage process that united actors with the same grievances that were previously disconnected, such as peasants and indigenous people, under an identity constructed based on socioeconomic characteristics. This process of mobilization united leaders of various smaller landless movements struggling against power structures that prevented land

reform, and the MST was officialized as a social movement during a national meeting held in Cascavel, Paraná (CALDEIRA, 2008).

The MST was supported by the Catholic Church (Pastoral Commission on Land), and was initially a coalition of rural workers, indigenous people and Marxist activists. From its emergence, the MST has expanded horizontally, becoming active in 24 of the Brazilian states, and vertically, attracting supporters from a variety of legal and political backgrounds. Since its emergence, it is essentially a grassroots movement, but it also counts with legal assistance and is supported by a network of NGOs and international organizations. According to the MST's official website, four hundred thousand families were successfully accommodated in previously idle land until now (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2023).

Now, it is important to highlight that the contentious activities performed by the MST are strictly based on the provisions of the Brazilian Constitution, which states that land should fulfill a social function. Thus, their objective is to address a gap between state's laws and their implementation through local policies, which usually disregards the legal provisions to benefit the landowning elite, influencing the State's decisions due to the abovementioned reasons. In view of the above, the MST might be categorized as a rightful resistance movement, defined as a "... grassroots collective action that occurs outside of regulated political channels to promote change within institutional politics. In rightful resistance the legitimacy of laws and core values of the state are not challenged; instead the gap between central government directives and local policies is highlighted." (SCHOCK, 2012).

Over the years, this movement has conquered remarkable victories by winning legal disputes and turning lands that were previously idle into productive agricultural settlements. It became a major political agent in Brazilian politics and history. After about 38 years of history, the MST currently has more than one million members.

Throughout its history, the MST has organized several contentious episodes, and oftentimes its members were brutally repressed by the Brazilian military forces and by paramilitary groups or individuals hired by landowners (HAMMOND, 1999). Also, since this movement's



struggles go directly against the interests of the most powerful elite in Brazil, the landowners, several attempts were made to categorize MST's activities as terrorism both in the legal sphere and via mainstream news media. However, the movement's strategy, as it will be discussed later in this paper, is to avoid conflict and perform activities that call attention to their demands without using violence, even though the State's and landowner's violent repression is brutal and begins as soon as the MST starts a new land occupation. The movement's actions are still strictly based on the provisions of the Brazilian Constitution, although adopting illegal approaches such as occupation of private property.

Considering the facts that: the MST is a social movement that was able to reach millions of members throughout its 38 years of history; there are strong group dynamics inside the settlements that give coherence to the groups; and their occupations are usually violently repressed not only by the State police, but also by hired guns serving the landowners, some questions are raised. Firstly, since it is common that social movements advocating for social change that started as nonviolent became divided into factions, some of them adopting extreme methods (McADAM et al, 2003), what are the factors that allowed this movement to stay as a single force until now, without splitting into divergent subgroups? Secondly, what has influenced it to consistently adopt a nonviolent approach, instead of getting radicalized? The previous literature argues that the MST has conserved its nonviolent nature because: Brazil is a high-capacity State with a strong military force; violent actions would alienate potential supporters; it is autonomous from political parties; the members identity is based on socioeconomic status; it is organized and cohesive; and it has achieved success (SCHOCK, 2012; SCHOCK, 2015).

This paper aims to criticize the abovementioned arguments. First, the claim that the strategy adopted by the MST is shaped by the characteristics of the Brazilian State is questionable, since the MST has been active in municipalities and regions with different subnational political regimes and its trajectory is parallel to governments that represented significant changes in the characteristics of the national political regime. Also, as it will be

addressed further in this study, the autonomy and cohesiveness are only apparent and not empirically proven. This study proposes that previous studies on the topic have neglected the role of the MST's ideology and culture in preventing the movement from getting violent, institutionalized, and radicalized.

The MST's ideology has been described in the literature as a mix of liberation theology, Marxism, and class conflict (SCHOCK, 2012; SCHOCK, 2015). However, this paper considers that this definition is incomplete, since it disregards the influence of critical education, which is strongly based on Paulo Freire's educational theory. Not only Paulo Freire's theory has influenced the movement to adopt a non-hierarchical structure, but also worked as a guide for the movement, teaching the members that their objective is not to physically fight to gain land, but to build a movement that will be able to change social structures, including resisting social inequalities and providing sustainable solutions for agriculture. Therefore, this paper proposes that the educational approach adopted by the MST, which is heavily influenced by Paulo Freire's work, is one of the pillars of this movement's ideology and, thus, a major influence in preventing radicalization and the adoption of violent strategies.

In terms of methodology, firstly a literature review of relevant books and papers will be used to identify the arguments provided by previous studies addressing this topic, aiming to identify a list of elements suggested by previous studies as the reasons why a social movement might avoid factionalization and radicalization. The studies used for this literature review are relevant works in the fields of Contentious Politics and Social Movements. The arguments identified in the previous literature will be critically analyzed, compared to possible competing perspectives and the resulting satisfactory arguments will be mapped. Secondly, this paper will propose a complementary argument to explain why the MST has avoided the abovementioned processes that has been generally neglected by previous studies: the role of the ideology behind the education process to which all members of the movement are exposed, which is based on Paulo Freire's libertarian education.

This paper is majorly a literature review work, aiming to identify the arguments of major previous studies and check to what extent they are sustained in view of the MST's trajectory, additionally providing a hypothesis to add to previous explanations.

It is important to highlight that the vocabulary used here is based on concepts established in the academic subfields of Contentious Politics (McADAM et al, 1996, McADAM et al, 2003; TILLY, TARROW, 2015) and Political Regime studies (TILLY, 2006; TARLAU, 2015). This research relies on this theoretical framework to refer to mechanisms of contentious action, such as mobilization, attribution of threat and opportunity, framing, construction of identity, brokerage, radicalization and classification of political regimes.

### **Radicalization, political environment, success and autonomy**

The 1988 Brazilian Constitution and its following amendments state that property is a fundamental right and land must observe its social function (Brazil, 1988), the social function being described as: rational and adequate use; adequate use of available natural resources and preservation of the environment; compliance with the provisions that regulate labor relations; exploitation that favors the well-being of the owners and laborers." (Brazil, 1988) It also provides for agrarian reform: "It is within the power of the Union to expropriate on account of social interest, for purposes of agrarian reform, the rural property which is not performing its social function" (Brazil, 1988).

Even though the rights to property and land reform are guaranteed in the Brazilian Constitution, public policies hardly implement them. Landowners establish alliances with politicians and are often involved in politics themselves. In the congress, a well-organized right-wing ruralist lobby (*bancada ruralista*) is responsible for representing the interests of landowners. The MST's activities are categorized as rightful resistance because they address this gap between legal provisions and real-life implementations thereof.

The MST has been categorized as either a rightful resistance or a radical rightful resistance social movement. While some scholars

argue that radical social movements can be either violent or nonviolent (BARLETT, MILLER, 2012), others argue that the only three possible outcomes to radicalization are extremism, terrorism, or both (REIDY, 2018). Before investigating why the MST has avoided radicalization, it is necessary to properly define if the MST has completely avoided radicalization, thus connecting radicalization to the use of violence, or if the MST is a nonviolent radical movement that has avoided violent radicalization. The lack of this differentiation might lead to contradictory arguments, such as in Schock (2012). Schock claims that the MST has avoided radicalization. However, at the same time the author proposes that the ideology adopted by said movement is of rightful radical resistance (SCHOCK, 2012), arguing that the rightful resistance label is insufficient, requiring the addition of the adjective “radical”. This argument is based on the fact that the MST’s contention activities go beyond rightful resistance, counting with a complex, horizontally and vertically scaled network, sustained claims, as opposed to episodic ones, are openly critical to the Brazilian government, and are counter hegemonic, relying on transgressive nonviolent direct action. The use of the term “radical” here is arguable: even if the intention is to find a proper characterization for the MST which encompasses the fact that their activities go beyond rightful resistance, the use of the adjective “radical” is associated with radicalization. Therefore, it is not clear if Schock intends to categorize the MST as a radical nonviolent movement which has avoided violent radicalization, or as a nonviolent movement which has avoided radicalization, thus dissociating the adjective “radical” from radicalization.

In this paper, as opposed to Schock's definition, the MST will be referred to as a rightful resistance movement, since this category of social movements might be defined as “a kind of partially sanctioned resistance that uses influential advocates and recognized principles to apply pressure on those in power who have failed to live up to some professed ideal or who have not implemented some beneficial measure” (O'BRIEN, 1996). O'Brien defines a rightful resistance movement as a popular social movement which fulfills three categories:

(1) operates near the boundary of an authorized channel, (2) employs the rhetoric and commitments of the powerful to curb political or economic power, and (3) hinges on locating and exploiting divisions among the powerful. In particular, rightful resistance entails the innovative use of laws, policies, and other officially promoted values to defy “disloyal” political and economic elites (O'BRIEN, 1996).

Therefore, since the definition of “rightful resistance” is not limiting and fits the activities carried out by the MST, Schock’s comment on the need of fitting said movement in a different category to differentiate it from other rightful resistance movement will be dismissed by this paper. The MST will be referred to as a nonviolent rightful resistance movement which has avoided factionalization and radicalization.

So far, the categorization of the MST as a non-radicalized rightful resistance movement has been addressed. Now, the previous literature also offers arguments related to the strategic choice of nonviolent strategies over violent ones. Lee (2017) claims that nonviolent movements depend on human resources and violent movements depend on physical resources. Also, by addressing social movement’s trajectories, this author claims that a movement can conserve a strategy if it achieves success, and to achieve success it is necessary to represent a threat greater than the cost of policy change. Therefore, for a movement to stay committed to a nonviolent strategy, it is necessary that this movement presents a threat great enough to promote change without using violence. Again, Schock (2015) also claims that achieving success is essential for a movement to avoid the use of violence, since high levels of dissatisfaction lead to radicalization. On the same line, through the analysis of the radicalization of black movements, Santoro and Fitzpatrick (2015) identify as a reason that leads to institutionalization, radicalization and the adoption of violent strategies, the feeling of disappointment with the social movement – the feeling of failure. Therefore, movements that have avoided radicalization, institutionalization and violence have achieved a certain level of progress in their efforts to change public policies. On the macro level, the authors claim that government concessions and repression

shape the trajectory of a social movement (SANTORO; FITZPATRICK, 2015). Ryckman (2019) also identifies the lack of progress as a major cause for the shift to violent approaches. In less than 20 years, 20 million acres were redistributed to 350 thousand families due to actions organized by the MST (SCHOCK 2015, p. 500). The positive results, even among several failed attempts, provides a level of satisfaction and hope for the members, as opposed to dissatisfaction, which usually leads to radicalization. This can be identified as the first argument towards solving the puzzled addressed in this study: the MST has achieved a relatively high level of success, which prevented dissatisfaction with the strategies adopted by the movement and consequent factionalization in groups with different proposals and radicalization of dissatisfied subgroups.

According to Schock (2015) another of the points that has prevented the MST from becoming violent is the capacity of the Brazilian State and its repressive power. This connection between characteristics of a political regime and the strategies adopted by contentious actors has been explored in the previous literature on Contentious Politics (PETRAS, 1988; TILLY, 2006; McADAM et al 1996; McADAM et al 2003; TARLAU, 2015; SCHOCK 2012; SCHOCK 2015). This argument is questionable, because the MST has been active since 1984: its trajectory encompasses one year of military dictatorship, when Brazil was a low-capacity nondemocratic state; a re-democratization period, and several governments in which the level of state capacity has varied. Another aspect that is overlooked by this argument are the subnational variations in state capacity and democracy in Brazil. Petras (1988) calls attention to the role of the capacity of State institutions such as the State military: "The rapidity and violence of eviction often discourages landless workers from attempting new occupations until a new more favorable correlation of forces is in place" (PETRAS, 1988). However, as observed by Tarlau (2015), the MST has consistently employed nonviolent strategies in subnational regimes with different levels of repression. The argument of the influence of the political environment and characteristics of the Brazilian State in conditioning

the adoption of nonviolent strategies, thus, is questionable, and does not seem to be empirically verifiable.

Finally, the autonomy of the MST has been used as an explanation to why the MST has remained coherent and avoided institutionalization, which would lead to the division of the group in an institutionalized subgroup and a possibly radicalized autonomous subgroup (SCHOCK, 2015). Kröger, however, argues that social movements in Latin America suffer from what he defines as a “fetishism of autonomy” (2011, p. 438–439). According to this author, Latin American social movements are relatively autonomous, but still embedded in the State. Representing a different perspective in this debate, Schock claims that peasant movements are inherently autonomous from political parties and from the state (2015, p. 493). This author also argues that the MST has remained coherent and avoided institutionalization in part due to its autonomy (2015, p. 504). This statement cannot be confirmed empirically, since it disregards the fact that there are internal conflicts inside this movement (CALDEIRA, 2008) and it overlooks the role of state engagement and the connections between the MST and political parties (KROGER, 2011). Moreover, this perspective ignores that one of the mechanisms that is often present in contentious movements is competition for power (McADAM et al, 2004, p. 68), including disputes on how to frame certain claims. The rhetoric of autonomy adopted by the movement is not empirically observed, but a resource employed as part of a framing process

In this section, three arguments offered by the previous literature as explanations for the reason why the MST has avoided radicalization and factionalization: the characteristics of the Brazilian State, including the political environment and the capability of repressive institutions; the level of success achieved; and its autonomy from the State and political parties. The first and the last arguments, as discussed above, are arguably not empirically verifiable, while the second one seems to be satisfactory. Thus, the first argument that incorporates the set of explanations mapped by this study is that the MST's high level of success has prevented factionalization and radicalization due to dissatisfaction.

### **Cohesion, identity framing, supporters**

This section addresses another part of the debate, including the debates related to: the internal cohesion of the MST and the surprising fact that radicalization through groupthink has been avoided; the framing of the members identity; and the possibility of alienation of members if violence is used.

By comparing nonviolent and violent groups, trying to identify what differentiates them, Bartlett and Miller (2012) observed a series of in-group dynamics that are present in violent groups but absent in nonviolent groups, or are present in both but in different ways. For example, it is a given that cohesive groups establish a clear concept of “we” and “they”, but violent radical groups focus on dehumanizing people who are not part of the group and teaching members how to identify outsiders. This argument is relevant to the case study of the MST. There is a clear difference between “we” and “they” inside this movement: “we” are landless workers and “they” are landowning elites, the oppressors. However, this differentiation is based on a Marxist perspective and essentially socioeconomic – it intends to create awareness of the “other” as an oppressor, not dehumanize them or characterize them as enemies which should be exterminated. Demetriou (2020) also states that the switch from nonviolent to violent tactics of contention are related to race, ethnicity, and nationalism. In other words, the elements that provide group identification for the members are also responsible for establishing possibilities for the movement's trajectory. This is corroborated by Schock, who claims that the fact that the MST membership is based on socioeconomic status, as opposed to race or religions, is one of the reasons why it has avoided radicalization (SCHOCK, 2012).

According to Welford (2003), the MST attempts to create ‘imagined communities’ to ensure high engagement of its members. Symbols, slogans and rituals help to create a sense of belonging to the community. In this sense, what differentiates the MST from other agrarian reform movements that failed in the past is that the members who successfully conquer stay mobilized and engaged



with the movement even after reaching success. The movement's achievements also encourage more people to become members:

The example of successful occupations inspires and encourages other landless families to take the road of direct action. The example of increased production, higher living standards, and greater opportunities for educating and providing a healthy diet for their children as well as a stable family life which characterize successful cooperatives resulting from occupations has stimulated landless rural workers to join the MST's land occupation movements. (PETRAS, 1988)

During the occupations, the members are exposed to educational projects that aim to develop class consciousness. As mentioned above, the members' identity is framed based on socioeconomic status: the members are marginalized landless rural workers or rural workers who received their land with the help of the MST, who are against an economic and political elite of landowners. Even after they achieve success, they still feel connected to the movement, providing food for occupation camps and often joining new occupations to support other members (WOLFORD, 2003). Since this movement has succeeded in promoting brokerage among members from diverse backgrounds, encompassing people with different levels of scholarship, different religions, different ethnicities and even different nationalities, the main element that provides self-identification as a group is their social class, resulting from rural poverty (HAMMOND, 1999). In other words, what unites this varied group are grievances against unequal distribution of land (CALDEIRA, 2008).

Currently, in the MST's website, they claim that the contemporary model of the movement understands itself as a popular movement, encompassing not only landless rural workers, but "the 80% of the population that lives by their own work and that needs a new model of organization of the economy, with income and employment for all." (translated from the MST official website). It is possible to observe that the movement is seeking to expand the framing of the member's identity from "landless rural workers" to a more general working class.

The process through which this sense of belonging to a community, of group membership, is developed occurs during the land occupation. During the setting operations, several group activities are performed to create a sense of cohesiveness among the members. Courses are offered to the community, group discussions and debates are encouraged, and a solidarity network is established inside the group. Different roles, such as roles in health or education, are also attributed to the members, and they are instructed to perform said roles on different levels, that is, base unit, brigade, state, national, transnational levels (KROGER, 2011). It is possible to observe that said activities are what Taylor defined as communities of practice:

Communities of practice refer to shared and emergent sociocultural practices when people with common goals interact towards achieving those goals. It is a form of collective learning that frequently has informal as well as formal qualities. Joint activities, discussions, and common agendas are features that relate to effective communities of practice, and which can generate behavior change. (TAYLOR, 2010)

The MST has been successful in maintaining cohesion in a movement that encompasses more than one million members who are divided in small settlements: even if the members do not personally know all the other members, they still share a sense of belonging to the same community. However, Caldeira (2008) highlights that this movement is not totally free of internal conflict: movement leaders and settlers have different understandings on topics such as community and land, which creates tension inside the movement. The leaders offer an idyllic version of life in the countryside, ignoring the settlers' accounts of harshness and struggle to survive. Acquiring land, for the leaders, equals the objective of building an idyllic rural community, whereas for the settlers it means food security and individual independence: a disagreement on the framing of the movement's struggle. However, even in view of such disagreements and internal conflicts, the members up until this point have not diverged from the movement into factions or radicalized subdivisions.

This description offers a basis to address the three arguments referred to in the beginning of this section: that the fact that the MST is organized and cohesive and the framing of the members identity is not based on race, ethnicity or nationalism, but on socioeconomic status are elements that have prevented the MST from getting radicalized, while violence is also avoided because it would alienate possible supporters (SCHOCK 2012; SCHOCK 2015). The role of identity framing is clear, and it is also a convincing argument that since the MST's support basis is very diverse, adopting violent approaches would be a bad strategy, since the movement could possibly lose part of its supporters. The role of cohesiveness, however, seems to be overstated by the previous literature, since it overlooks internal disputes. Thus, two other arguments are added to the set of explanations: the movement's identity framing and consequent diverse membership, segments of which would possibly stop supporting the movement if violent methods were adopted.

### **MST's ideology and culture**

The movement's leadership is organized in a non-hierarchical manner, remaining a grassroots movement in which each settlement (comprising 10 to 15 families) chooses their own representatives. According to Hammond, the combination of internal discipline and external legality allows the movement to achieve victories (HAMMOND, 1999, p. 478). This non-hierarchical organization of the movement is also a reason why it is non-violent, since it avoids fragmentation.

The review of the relevant literature has provided a list of three convincing explanations to why the MST has avoided fragmentation and radicalization: it has achieved a relatively high level of success; its identity is based on socioeconomic factors; and it is formed by a diverse base of supporters, part of which would potentially stop supporting the movement if violent strategies were adopted. Now, this paper argues that while these three arguments are convincing, it is clear that a major factor has been neglected: the movement's ideological basis, which is based on libertarian education and focus the struggle against power structures that create inequality and

oppression, and not against the oppressors themselves; and on a cohesive element referred to as *mística*, which is based on liberation theology, that in turn is one of the influences of Paulo Freire's method.

As mentioned above, the Catholic Church played an important role in the foundation of the MST. Christian Based Communities (CEBs) are Catholic institutions that were actively involved in supporting and guiding the movement (CALDEIRA, 2008, p. 151). Therefore, one of the bases of MST's ideology, largely discussed in the previous literature (SCHOCK, 2012; SCHOCK, 2015) is the theology of liberation. This theology is the basis for what is referred to as the movement's *mística*, which is "an expressive performance, mainly nonverbal, that incorporates themes central to the goals of the movement and affirms confidence in the achievability of those goals" (HAMMOND, 2014). This performance expresses the core principles and goals of the movement and encourages members to stay engaged in achieving those goals, claiming that the movement has a mystical unity. It enhances the sense of solidarity and identity in the members. The liberation theology that originated this *mística* emerged in some branches of the Catholic Church, which named themselves the "popular Church", and was popular in Latin America between the 1960s and 1970s. According to this theology, Christians should establish as a priority helping the poor aiming to achieve social change, including agrarian reform (HAMMOND, 2014). Also, this theology adopted as an ideal the principles of popular education, theorized and popularized by Paulo Freire. The *mística* is an important way of implementing Freire's educational theory.

It should be noted that although the Catholic Church influenced the MST's ideology, it is not a religious movement. As discussed hereinafter, the Catholic Church is one among other agents that formed the movement's ideology. As mentioned above, the only factor which offers group identification to the members is their socioeconomic status, and members come from different religions, including atheists. Liberation theology was responsible for popularizing the urge to resist social inequality and provided a mystical sense of unity to the movement, but its influence does not go beyond that.

Before discussing the role of education, it is also important to highlight the role of Marxism and class struggle notion for the movement's ideology. As mentioned before, the Marxist approach is used by the MST to describe the inequality in land distribution in Brazil and its social consequences, referring to the class struggle between peasants and landowners. Moreover, they understand that a conflict between the peasantry and the landowners is natural due to structural reasons: grievances against unequal land distribution. This Marxist ideology provides cohesion for a group of people that otherwise would not have any unifying characteristic: socioeconomic characteristics unify them. Moreover, the MST adopted as icons to inspire the movement revolutionary figures such as Che Guevara, Zumbi dos Palmares, and Antonio Conselheiro (BRANDFORD, 2002). Moreover, although the MST is non-institutionalized and is not explicitly affiliated to any party, the Brazilian Communist Party was also responsible for organizing and supporting the MST. Other left-wing parties, such as the Workers Party (PT) also showed support to the movement due to converging ideologies.

Schock (2015, p. 504) lists as elements that integrate MST's ideology the Liberation Theology, Marxism, and Class Conflict. While all said elements are relevant, the role of Paulo Freire's educational theory should also be highlighted. In their official website, the MST claims that

Education is one of the priority areas of action of the MST, which since its inception has developed educational processes and included as a priority the struggle for universalization of the right to a public school of social quality, from childhood to university. Understanding that access and permanence is essential to insert the entire social base in the construction of a new rural project and for socialist transformations. (Translated from the MST's official website)

Paulo Freire supported the movement until his death in 1997, and his education theory is still one of the pillars of MST's ideology. Freire's educational philosophy focused on educating poor, marginalized and uneducated people, aiming to promote literacy through a process of raising awareness of social issues. One of the means to achieve this is by promoting political engagement. Therefore, the

teaching materials are not regular textbooks, but are extracted from the real life of the learners, and involves engaging the students in performative activities, which goes beyond regular passive classroom activities. For example, pamphlets are produced and circulated among the members of the movement using simple language to explain the movement's goals, the history of peasant struggles, and why capitalism is the source of inequality, poverty and the structural problems against which the MST struggles (HAMMOND, 1999).

The objective of this approach is making the members aware of the structural causes of their poverty, as opposed to a deterministic, alienated view that is naturally imposed to them. (HAMMOND, 2014). Moreover, there is no hierarchy between teachers and students, and both are usually members of the same community. Freire claimed that education involves noncognitive elements instead of purely intellectual activity, and that education for oppressed people should promote independent and critical thinking, thus promoting liberation. More than educational, Freire's education model is deeply political (HAMMOND, 2014). While describing the effects of this pedagogical approach, Freire argues that this method of building critical skills during the educational process prevents fanaticism, since it results in the insertion of the oppressed subjects in the historical process, using the skills acquired to seek for validation and express their dissatisfaction (FREIRE, 2005, p. 32). Freire also highlights that the aim of libertarian education is that the oppressed will build and recover their humanity by becoming conscious of their condition, and the process of fighting against oppression and inequality aims to liberate both the oppressed and the oppressor, instead of turning the oppressed into the oppressor. This perspective has influenced the MST's framing of their struggle and identity: "we" are the oppressed and "they" are the oppressors, and the aim is not to defeat and subjugate the oppressors, but to work towards promoting social change that will humanize both the oppressed and the oppressors. Thus, the Freirian education method includes the steps of first helping the oppressed to recognize their situation and next struggling towards changing the structure that allows this oppression to happen, liberating themselves and the oppressors as

well. This ideology seems to be essential in molding the MST's nonviolent approach, since although the members of the movement have a clear notion of "we" and "they", their struggle is not against "they", but against the oppressive structure itself. Instead of dehumanizing and attacking who they recognize as the other, the oppressor, the Freirian framework leads the MST members to recognize that "they", the oppressors, are the result of an unfair structure, and changing this structure will liberate both "we" and "they". The act of rebelling against the power structures that create oppression is not based on hate, but on love and humanity (FREIRE, 2005, p. 59).

Since the MST's emergence, education is a central pillar and a major commitment. Tends are built inside the land occupations to serve as schools, and the community members are educated about social problems, politics, and learn to think critically, from children to adults. In their website, the MST describes their traveling schools as "a school that is aimed at the entire camped population, the itinerant school shack is built before the housing shack and also has the function of becoming a meeting center for the entire encamped community" (Translated from the MST's official website). Moreover, children and teenagers who are raised in those land occupations are encouraged to pursue specialized higher education. In their official website, the MST mentions that two thousand schools were built inside, ensuring free education for two hundred thousand kids, teenagers and adults. It is also mentioned that the movement has developed more than one hundred graduate courses in partnership with state universities.

Due to this framework, most activities in the movement gain a symbolic meaning of which all the members are aware. For example, the act of occupying a piece of land (cutting the wire) is not only pragmatic, but also symbolic: "The act of occupation becomes the fuse for a profound process of personal and political transformation" (BRANFORD, 2002). It is a way of challenging power structures. The members are taught that the only way of achieving change is through gaining knowledge and using it against the landowners and their political allies.

The elements that compose the MST's ideology are interconnected and complement each other. The Catholic liberation theology is influenced by Marxist class struggle and supports an inclusive education for the poor, which promotes critical thinking, as proposed by Paulo Freire. It only brings this context of fighting against social inequalities to a religious, mystic perspective. Marxism is the very essence behind the ideological base for the movement, and it provides to the MST member a notion of group membership based on social class. Freire's libertarian education makes Marxist theory accessible to the members, who are usually illiterate peasants. The Freirian approach intends to promote social change by promoting critical education to oppressed people. The members become aware not only of social problems, but also ecological issues arising from a Capitalist model of production and Neoliberal policies.

The MST's method of relying on the existing legislation, claiming for compliance, is also taught to all members. They learn that they have a legitimate right to land, which most of them did not know before. Therefore, adopting a violent approach seems to be off the radar of this movement so far not only due to the fact that they are able to achieve success with a rightful resistance strategy, but also because the Freirian educational approach informs the members that the way to achieve social change is not using guns or violence, but learning critical thinking through a process of de-alienation and humanization (FREIRE, 2005), learning about their rights, occupying new spaces (such as universities), and promoting a bottom-up social change.

## Conclusion

The previous literature in the field of Contentious Politics identified six main elements that influence a nonviolent contentious movement to avoid the processes of factionalization and radicalization: 1. the influence of the characteristics of the political environment and political regime; 2. the level of success achieved; 3. the level of autonomy; 4. the level of organization and cohesiveness; 5. the framing of the members identity; and 6. the fact that the adoption of violent measures could be strategically counterintuitive since it



would alienate supporters. While the influence of 2, 5, and 6 are verifiable in the case of the MST, the relevance of 1, 3, and 4 are debatable. In the case of 1, it is not accurate since the MST has been active in different national and subnational political regimes, and still consistently adopted nonviolent strategies. In the case of 3 and 4, the history of the MST shows that autonomy and cohesiveness cannot be generalized and are often overestimated by the literature. Thus, three main explanatory elements are left: the facts that the MST has achieved a relatively high level of success, its members identity is based on socioeconomic status, and part of its diverse base would be against the use of violent measures are reasons why the MST has remained a largely nonviolent social movement.

This paper proposes that the role played by the MST's ideology should be added to this list, especially considering the role of the Freirean emancipatory and empowering education philosophy in preventing radicalization. The Marxist education creates an understanding that all members of the movement belong to the same social class, that is, it promotes group identification, providing unity and cohesion and preventing fragmentation, which would be a first step towards radicalization of subgroups. The *mística*, originated from the Catholic liberation theology, also provides to the members an impression that the movement is unified by a mystical force, even if not strictly religious. Moreover, even if group membership is an important element of the MST, and successfully creating an identification of "us" and "them" is one of the reasons why the movement has succeeded until now, the movement is not under the risk of becoming radicalized through groupthink or group behavior shaping since critical thinking and emancipatory education are core principles of the movement. The Freirian framework instructs the struggle promoted by the oppressed will be beneficial to everyone, as it liberates both the oppressed ("we") and the oppressors ("they"). Also, the fact that the movement adopts a non-hierarchical structure, also based in Paulo Freire's theory, prevents a situation where a leader with violent ideals would change the movement's non-violent strategy and ideology.

Among the three elements that compose the MST's ideology, namely, liberation theology, Marxism, and libertarian education, the last offers the framework which is responsible for an understanding for the members of this social movement that education is the key to social change, and learning about their rights gives them more power than engaging in violent activities. It frames the ultimate enemy as the oppressive social structure, from which the oppressors are byproducts. The fact that their worries are also related to ecological sustainability also gives the members a broader perspective: the rightfulness of the movement is important for the members, since it gives them leverage to achieve bigger goals, which go beyond land acquisition. This shared understanding is only possible through an intense effort to educate the members in social, political and ecological issues in a way that they will understand and apply to real world situations.

## **REFERENCES**

BARTLETT, Jamie; MILLER, Carl. The edge of violence: Towards telling the difference between violent and non-violent radicalization. **Terrorism and Political Violence**, 24.1, 1-21, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

BRANDFORD, Sue; ROCHA, Jan. **Cutting the wire: The story of the landless movement in Brazil**. Londres: Latin America Bureau, 305, 2002.

CALDEIRA, Rute. 'My land, your social transformation': Conflicts within the landless people movement (MST). Rio de Janeiro: **Journal of Rural Studies**, 24.2: 150-160, 2008

DELLA PORTA, Donatella. Radicalization: A relational perspective. **Annual Review of Political Science**. 21, 461-474, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 42, 2005.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 39ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. Título original: *Las venas abiertas de America Latina*. (Coleção Estudos Latino-Americanos, v.12).

GERMANI, Guiomar. **Expropriados: terra e água: o conflito de Itaipu**. Canoas: Editora da ULBRA, 2003.

HAMMOND, John L. Law and disorder: the Brazilian landless farmworkers' movement. **Bulletin of Latin American Research**. 18.4, 469-489, 1999.

HAMMOND, John L. Mística, meaning and popular education in the Brazilian Landless Workers Movement. **Interface: a journal for and about social movements** 6.1, 372-391, 2014.

KAY, C. Why East Asia overtook Latin America: agrarian reform, industrialisation and development. **Third world quarterly**, 23(6), 1073–1102, 2002.

KROGER, Markus. Promotion of contentious agency as a rewarding movement strategy: evidence from the MST–paper industry conflicts in Brazil. **The Journal of Peasant Studies**, 38.2, 435–458, 2011.

McADAM, D., TARROW, S.; TILLY, C. To map contentious politics. **Mobilization: An International Quarterly**, 1(1), 17–34, 1996.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MEEK, David. Learning as territoriality: The political ecology of education in the Brazilian landless workers' movement. **The Journal of Peasant Studies**, 42.6, 1179–1200, 2015.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: Quem Somos – MST. Acesso em 19 Jan, 2023. <https://mst.org.br/quem-somos/>

O'BRIEN, Kevin J. Rightful resistance. **World Politics**, 49.1, 31–55, 1996.

PETRAS, James. The political and social basis of regional variation in land occupations in Brazil. **The Journal of Peasant Studies** 25.4, 124–133, 1998.

SCHOCK, Kurt. Rightful radical resistance: Mass mobilization and land struggles in India and Brazil. **Mobilization: An International Quarterly**. 20.4, 493–515, 2015.

SCHOCK, Kurt. Land struggles in the global south: Strategic innovations in Brazil and India. **Strategies for social change**: 221–244, 2012.

TAYLOR, Max. Is terrorism a group phenomenon?. **Aggression and Violent Behavior**, 15.2, 121–129, 2010.

TEUBAL, M. Agrarian reform and social movements in the age of globalization: Latin America at the dawn of the twenty-first century. **Latin American Perspectives**, 36(4), 9–20, 2009.

TILLY, Charles; TARROW; Sidney G. **Contentious politics**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

WOLFORD, Wendy. Producing community: the MST and land reform settlements in Brazil. *Journal of Agrarian Change* 3.4, 500–520, 2003.

# EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO POLÍTICO DAS ELEIÇÕES DE 2020 EM CAXIAS DO SUL/RS

João Paulo Borges da Silveira<sup>1</sup>

## Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar como o desenvolvimento sustentável foi discutido pelos candidatos na disputa de 2020, em Caxias do Sul, RS, Brasil, no que tange o Objetivo 4 da Agenda 2030, a respeito da Educação de qualidade. O estudo se justifica pela Educação ser um direito universal, garantido pela Constituição Federal de 1988, e que se relaciona diretamente com a dimensão social do desenvolvimento sustentável. Quanto aos procedimentos metodológicos, este estudo se delinea com estudo exploratório, de abordagem qualitativa e tipologia bibliográfica e documental, utilizando os planos de governo apresentados pelos 11 candidatos ao pleito. Utilizou-se a Análise de conteúdo para tratamento e interpretação dos dados. A análise e discussão dos documentos evidenciaram que as metas apresentadas pelo Objetivo 4 estão contempladas, ao menos em parte, nas propostas apresentadas à população, com destaque para as propostas de garantia de acesso à Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos. Um ponto que chama a atenção é que dos 11 planos, apenas dois candidatos propõem ações específicas para a formação de professores e em relação a garantia de acesso à Educação por pessoas vulneráveis e pessoas com deficiência é falha nos planos apresentados, sendo que os indígenas não são inseridos em nenhum dos programas.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento sustentável. Eleições municipais. Agenda 2030.

## Education and sustainable development in the political context of the 2020 elections in Caxias do Sul/RS

### Abstract

This article aims to analyze how sustainable development was discussed by the candidates in dispute of 2020, in Caxias do Sul, RS, Brazil, with respect to Objective of the 2030 Agenda, regarding quality education. The study is justified by fact that Education is a universal right, guaranteed by the Federal Constitution of 1988, and which is directly related to the social dimension of sustainable development. As for the methodological procedures, this study is outlined as an exploratory study, with a qualitative approach and bibliographic and documental typology, using the government plans present by the candidates for the election. Content analysis

---

<sup>1</sup> Docente da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e Bibliotecário da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutor em Educação. Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural. Especialista em Gestão em Arquivos e em Educação e Sociedade. Bacharel em Biblioteconomia e em Sociologia.

## Educação e desenvolvimento sustentável no contexto político das eleições de 2020 em Caxias do Sul/RS

was used for data processing and interpretation. The analysis and discussion of the documents showed that goals resented by Objective 4 are contemplated, at least in part, in the proposals presented to the population, with emphasis on the proposals to guarantee access to Kindergarten, Elementary School and Youth and Adult Education. A point that draws attention is that of the 11 plans, only the candidates propose specific actions for the training of teachers and in relation do guaranteeing access to education for vulnerable people and people with disabilities, it is deficient in the plans presented, and the indigenous people do not are entered in none of the programs.

**Keywords:** Sustainable development. City elections. 2030 Agenda.

### Educación y desarrollo sostenible en el contexto político de las elecciones de 2020 en Caxias do Sul/RS

#### Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar cómo el desarrollo sostenible fue discutido por los candidatos en la disputa de 2020, en Caxias do Sul, RS, Brasil, en relación con el Objetivo 4 de la Agenda 2020, sobre educación de calidad. El estudio se justifica por el hecho de que la Educación es un derecho universal, garantizado por la Constitución Federal de 1988, y que está directamente relacionado con la dimensión social del desarrollo sustentable. En cuanto a los procedimientos metodológicos, este estudio está diseñado con un estudio exploratorio, con enfoque cualitativo y tipología bibliográfica y documental, utilizando los planes de gobierno presentados por los 11 candidatos a la elección. Se utilizó el análisis de contenido para el procesamiento y la interpretación de los datos. El análisis y discusión de los documentos evidenció que las metas presentadas por el Objetivo 4 están contempladas, al menos en parte, en las propuestas presentadas a la población, con énfasis en las propuestas para garantizar el acceso a la Educación Infantil, Educación Básica Educación de Jóvenes y Adultos. Un punto que llama la atención es que de los 11 planes, solo dos candidatos proponen acciones específicas para la formación de docentes y en relación a garantizar el acceso a la educación de las personas vulnerables y con discapacidad, es falla en los planes presentados, y indígenas las personas no se insertan en ninguno de los programas.

**Palabras clave:** Desarrollo sostenible. Elecciones municipales. Agenda 2030.

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a problemática e a crise ambiental vem ganhando espaço na mídia, nas discussões políticas no Brasil e fora dele, incluindo em organismos internacionais, devido as urgências impostas pelos efeitos nocivos ao planeta. O conceito de bem comum ganha força à medida que a ciência nos mostra o quão a natureza vem sendo prejudicada e destruída ao longo das últimas décadas. A região Amazônica, na América Latina, considerada o pulmão do mundo e que engloba nove países, é alvo de olhares atentos de diferentes nações e organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), além de diferentes países, com interesses diversos em relação a região, não apenas nos aspectos ambientais, mas também econômicos.

O presente texto busca investigar e discutir como o conceito de desenvolvimento sustentável (DS), a partir da Agenda 2030, da ONU, e o seu Objetivo 4, que trata de Educação com qualidade, foi abordado no debate político das eleições municipais de 2020, na cidade de Caxias do Sul/RS, que é a segunda maior do Estado do Rio Grande do Sul, localizada na Serra Gaúcha. A cidade possui aproximadamente 520 mil habitantes em 2020 (e mais de 334 mil votantes habilitados para este pleito), constituída de forma preponderante a partir da imigração italiana no Brasil em 1890, a cidade rapidamente se industrializou, sendo hoje o segundo maior polo metalmeccânico do país e que atrai pessoas de várias regiões, inclusive outros países, como Haiti, Senegal e Venezuela, em busca de oportunidades de trabalho.

O objetivo central do artigo é analisar se e como o desenvolvimento sustentável foi discutido pelos candidatos na eleição municipal de 2020, em Caxias do Sul/RS, no que tange o Objetivo 4 da Agenda 2030, a respeito da Educação de qualidade. Enquanto objetivos específicos, temos: a) explorar os planos de governo apresentados pelos candidatos ao paço municipal; b) identificar as passagens referentes ao DS relacionando-os com a Educação; c) examinar as diferentes abordagens relacionadas com a Educação enquanto DS; e, d) compreender o conceito



desenvolvimento de Educação para a cidade que os candidatos no pleito municipal apresentaram em suas propostas aos eleitores, o que representa diretamente as suas visões de mundo (e ideológicas) e dos conceitos e práticas educativas relacionadas ao desenvolvimento sustentável.

O estudo se justifica por contribuir para o entendimento das compreensões sobre o DS e conseqüentemente, os prospectos projetos de Educação para cidade que os candidatos à Prefeitura Municipal lançaram à população para escolha nas urnas em 2020. É importante ressaltar que o Plano de governo de cada candidato é o reflexo de como desejava que a cidade fosse ao longo dos seus quatro anos de mandato, caso se elegeisse.

Apesar do estudo ter sido desenvolvido após o resultado das eleições, seus resultados impactam a cidade como está hoje, mesmo que apenas um dos 11 candidatos tenha sido de fato eleito e mais do que isso, reflete como a população também compreende a Educação enquanto ação para o desenvolvimento sustentável, afinal, destinaram o seu voto a um determinado candidato e suas propostas, que representam uma coligação partidária e pode ter reflexos já em 2022, nas próximas eleições a níveis estadual e nacional.

Quanto aos procedimentos metodológicos, este estudo se delinea com estudo exploratório, de abordagem qualitativa e tipologia bibliográfica e documental. Enquanto corpus documental, foram analisados os 11 programas de governo, um de cada candidato, apresentados à sociedade caxiense quando do lançamento e percurso da trajetória política para o primeiro turno das eleições cidadina. A análise dos documentos foi realizada a partir da Análise de Conteúdo de Bardin (2016), possibilitando a interpretação dos resultados, tendo por base as inferências realizadas a partir do tratamento dos dados.

O desenvolvimento sustentável é um conceito múltiplo e com várias possibilidades de análises considerando o campo científico o qual lançamos luz. Tomamos para este estudo a Agenda 2030 da ONU, divulgada em 2015 e ratificada com dezenas de países. Tem-se como comum, que o DS objetiva equacionar o desenvolvimento econômico, a justiça social e a proteção do meio ambiente. A

questão chave não é o uso ou não dos recursos naturais, que se tornam vitais à vida humana, mas como a natureza é utilizada, se de forma consciente e sendo respeitada ou explorada ao máximo, visando a geração de riqueza financeira para certos grupos em detrimento da grande maioria da população mundial.

Para compreendermos o desenvolvimento sustentável é preciso analisar as suas diferentes dimensões, que alicerçam o conceito: a econômica, a ambiental e a social (CAMARGO, 2003; BARBIERI, 2020;). Há também uma outra dimensão: a política, que se relaciona as anteriores. Na proposta deste estudo, a dimensão social foi escolhida, sob viés educacional, para análise e compreensão de como a política se relaciona e pode influenciar a vida da população.

O artigo está dividido em: introdução, procedimentos metodológicos, discussão sobre as três dimensões do DS, breve contextualização da cidade de Caxias do Sul/RS como *locus* do estudo e a análise e interpretação dos dados, com a compreensão do DS em sua dimensão educativa nos planos de governo dos candidatos à Prefeitura nas eleições municipais de 2020, finalizando o artigo com as considerações finais e as referências.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os caminhos metodológicos são tão importantes quanto os resultados, considerando que o fazer pesquisa requerer compromisso ético do pesquisador, uma vez que, ao fazer ciência deve-se contribuir para o desenvolvimento social e para isso, o rigor científico é fundamental. Quanto aos objetivos da pesquisa, este é um estudo exploratório, pois, buscou-se observar e compreender como um fenômeno ocorreu em um contexto específico, que foi a cidade de Caxias do Sul/RS e as eleições municipais de 2020.

Neste sentido, a abordagem do problema de pesquisa é qualitativa, permitindo que os dados sejam analisados a partir do momento que estão sendo coletados, buscando analisar a relação entre propostas políticas e a compreensão de seus representantes quanto ao desenvolvimento sustentável. Enquanto estudo

exploratório, a pesquisa é do tipo bibliográfica, se ancorando em fundamentos teóricos a partir de diferentes autores(as) que discutem as questões ambientais, mas também, o estudo se utiliza de fontes primárias, portanto, também se caracteriza enquanto pesquisa documental, sendo os planos de governo a base de análise dos dados coletados (GIL, 2019; PATÁRO; OLIVA, 2017).

As fontes utilizadas para análise no estudo foram os programas de governo apresentados à sociedade por cada candidato e suas coligações, para que a sociedade caxiense pudesse conhecer suas propostas para a cidade no período de seus governos, caso fossem eleitos. A documentação foi coletada durante o período eleitoral, diretamente no site de cada candidato, portanto, recorreu-se direto as fontes para obtenção dos dados. Esclarece-se que todos os 11 nomes apresentados ao cargo de prefeito eram homens (e brancos), cabendo as mulheres, nesse pleito, o cargo de vice em três candidaturas.

Utilizou-se enquanto método análise dos dados a proposta de Bardin (2016), que é a Análise de Conteúdo, em virtude do volume de documentos, de apesar de serem 11 ao total, são volumosos e detalhados. Os planos apresentados pelos candidatos trazem as propostas para seus mandatos, caso eleitos e são divididos por temas, sendo comum uma seção para a Educação. Como forma de ampliar a análise, realizou a leitura integral dos documentos, considerando que o tema relacionando DS e Educação poderia estar em outras seções, como a dedicada ao meio ambiente.

Foi utilizado o caráter qualitativo da Análise de conteúdo, pois, somente a sistematização dos dados quantitativos não seriam suficientes para a investigação proposta neste estudo, considerando que o objetivo não era produzir um *ranking* entre os candidatos a prefeito, mas sim, identificar as suas compreensões e propostas relacionadas ao DS. O método de análise utilizado pode ser compreendido como um esforço de interpretação, que a partir das inferências realizadas com a análise dos dados, podemos encontrar o latente e o não latente, ou seja, o dito e o não dito, o que está nas entrelinhas e algumas vezes, pode descortinar mais do que está posto textualmente.

## DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A SOCIOLOGIA AMBIENTAL

Na literatura científica, a temática do desenvolvimento sustentável tem ganhado força nas últimas décadas, considerando ser uma discussão de grande relevância para a vida no planeta, realizada por pesquisadores(as) de diferentes áreas, por ser um tema multidisciplinar, o que potencializa as relações acadêmicas e o fazer científico. Dessa forma, encontramos múltiplas abordagens sobre a temática, sendo que para a escrita desse texto, foram selecionadas alguns desses caminhos por trazerem diferentes visões a respeito do DS, servindo assim, para fundamentar a proposta do artigo e contribuir para as reflexões aqui apresentadas e outras que possam ser realizadas, tanto no campo da Sociologia, em especial a Ambiental, mas também na Educação.

O conceito de DS tem origem a partir das discussões sobre o desenvolvimento econômico, discutido, por exemplo, por Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus, através da acumulação de capital, divisão do trabalho, produtividade e expansão dos mercados e das nações. A exploração das colônias favoreceu o desenvolvimento principalmente dos países europeus em detrimento dos territórios até então explorados, especialmente no que tange o domínio e obtenção dos recursos naturais das colônias, como em boa parte dos países da América Latina e da África (BARBIERI, 2020).

Já o desenvolvimento econômico sustentável começa a ser discutido somente no século XX, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1946, pós Segunda Guerra Mundial. A ONU realiza em 1972 o que ficou conhecida como a Conferência de Estocolmo, primeiro grande evento internacional que congregou dezenas de Chefes de Estados para discutir a relação dos seres humanos com o meio ambiente e as questões de degradação e preservação deste. Após este primeiro grande passo, a ONU organiza em 1992 a Conferência Rio 92, com a ideia de introduzir no plano internacional o conceito de desenvolvimento sustentável, como uma forma dos países se desenvolverem economicamente, mas gerando menores impactos ao meio ambiente e a natureza. Na Conferência, também foram discutidas e acordadas pela primeira vez na história, medidas para combater a degradação ambiental em nível de pacto internacional.

Em 2000, a ONU lança os Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio, onde todos os 191 Chefes de Estado participantes ratificam a intenção de em um prazo de 15 anos, portanto, até 2015, alcançarem os oito objetivos propostos, que dialogavam com o DS e os Direitos Humanos. Já no ano de 2015, após o prazo estabelecido no acordo anterior, a ONU propõe a Agenda 2030, com os seus 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), cujo objetivo principal é “Não deixar ninguém para trás”, ou seja, promover a preservação ambiental e a igualdade de direito a todos(as), sem exclusão de nenhum povo ou nação.

A Agenda 2030 está em execução até 2030, onde as nações-membro da ONU se comprometeram a atendê-la. O Brasil enquanto signatário ainda busca meios para que os 17 ODSs e as suas 169 metas sejam, ao menos em parte, cumpridas até esta data. Há de se destacar que não cabe apenas ao Brasil enquanto governo federal o compromisso com os objetivos e as metas, mas também dos estados, municípios, iniciativa privada e sociedade civil, no qual um esforço coletivo poderá gerar reverberações que identifiquem as melhorias que queremos e mais do que isso, que precisamos realizar na esfera ambiental.

Partindo da Agenda 2030 da ONU, temos que o DS se alicerça em três dimensões: 1) ambiental: se relaciona com a preservação, conservação e recuperação ambiental da natureza já degradada, observando como as sociedades se relacionam e agem para evitar novas crises ambientais, minimizando seus impactos; 2) social: se relaciona com a qualidade de vida das pessoas, no que tange à saúde, educação, inserção social, emprego e renda, acesso à cultura e ao lazer, mas também com a vida de todos os seres vivos; e 3) econômica: foco nos meios de produção e distribuição de bens e serviços, valorizando o lucro, sem com isso prejudicar o meio ambiente, além de valorização das condições de trabalho e o respeito as pessoas, comunidades e o consumidor final.

A partir da exploração desenfreada dos recursos naturais para a obtenção de riqueza, por poucos e para poucos, também considerada como desenvolvimento econômico, começou a ficar visível e compreensível que a degradação da natureza não atinge somente um país ou território, podendo gerar consequências para além das fronteiras onde é explorado, principalmente com a forte

industrialização mundial que teve um *boom* após a Segunda Guerra. A ONU é um órgão fundamental para a compreensão de que os problemas ambientais não são restritos e sim, de ordem planetária, como por exemplo, o descongelamento das calotas polares, que não atinge somente os países dos polos, mas traz consequência para todo o planeta ou mesmo aqui no Brasil, onde uma queimada na região amazônica traz consequências para estados de diferentes regiões e países vizinhos, assim como as secas e a baixa nos reservatórios das hidrelétricas, que afetam o país como um todo.

Barbieri (2020) aponta que pensar em desenvolvimento sustentável, sugere que um legado seja deixado de uma geração à outra, para que avós, filhos e netos possam prover suas necessidades a partir dos recursos naturais, sem os explorar ao ponto de os levar a limites que tornem a subsistência e a até mesmo a vida humana a riscos. Para isso aconteça é necessário desprender a relação entre desenvolvimento econômico e o uso desenfreado dos recursos naturais, reduzindo os impactos ambientais em todas as atividades econômicas. A questão chave que se coloca não é mais em não utilizar os recursos, mas utilizá-los de maneira consciente e eticamente responsável.

Nesse sentido que o conceito DS que se alicerça nas três dimensões apresentadas: o social, o ambiental e o econômico. Camargo (2003, p. 75) considera que “[...] a concepção de desenvolvimento sustentável visa promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza”, ou seja, são duas relações que se estabelecem, não apenas entre os indivíduos e os recursos naturais, mas também entre os grupos sociais, seja a nível local ou global, através da exploração do trabalho e da pobreza, a partir ou não das relações com a própria natureza.

Além das três dimensões do desenvolvimento sustentável já apresentadas e que são consolidadas no estudo do tema, Barbieri (2020) aponta uma quarta dimensão, que é a política. Para o autor, o desenvolvimento é um direito de todos, sendo a democracia uma questão básica, garantindo assim, que “[...] o desenvolvimento resulte da participação e da contribuição dos que serão beneficiados e não de uma dívida dos governantes” (BARBIERI, 2020, p. 52), portanto, conhecer os planos de governos dos

candidatos a prefeito se torna fundamental para que os cidadãos conheçam as propostas e possam, escolher o melhor candidato a partir de sua compreensão de mundo e ideológica, mas sobretudo, para que ao longo do governo do candidato eleito, fiscalize e exija que as propostas para o DS escolhida pela maioria sejam cumpridas.

Na perspectiva sociológica de abordagem das questões ambientais, no campo das Ciências Sociais, há a subárea da Sociologia Ambiental, no qual as discussões apresentadas neste texto buscaram se alicerçar. Este campo surge nos Estados Unidos, na década de 1970, com Catton e Dunlap que a subdividiam em três áreas de estudos: a Modernização Ecológica, o Desenvolvimento Sustentável e a Sociedade de Risco. Os autores estabeleceram o conceito a partir das percepções dos problemas ambientais que começavam a tomar dimensão mundial, questões estas que já eram discutidas pela Sociologia, mas que passam a envolver pesquisadores(as) focados(as) em analisar e discutir as crises ambientais, enquanto ameaça à vida das diferentes espécies e ao bem-estar planetário (HERCULANO, 2000; LENZI, 2006).

Buttel (1992), há quase três décadas apontava o que para ele seria o caminho da Sociologia Ambiental, especialmente a nascida nos Estados Unidos, enquanto especialidade do campo da Sociologia, na qual direcionaria os esforços e pesquisas na relação entre ecologia humana e os problemas ambientais. Na segunda metade do século XX, as questões ambientais chegaram para o debate, mesmo que muitas vezes de maneira forçada devido a urgência, questões que envolvem não apenas os governos, a ciência, a tecnologia e os meios de comunicação, mas também a sociedade civil, com discussões coletivas do que estamos fazendo com o meio ambiente e a vida na terra, além da necessidade de mudanças em todas as esferas (MOL; SPAARGAREN, 2005).

No Brasil, a Sociologia Ambiental inicia seus estudos na década de 1980, buscando espaço nas universidades, onde a Sociologia tradicional era predominante, sendo que a Conferência Rio-92 propiciou um aprofundamento dos temas relacionados ao meio ambiente, questões que já eram discutidas de forma mais aprofundada no cenário internacional (FERREIRA, 2004). O campo tem se constituído em torno de algumas questões centrais, como

aponta Ferreira (2005, p. 110), [...] como e por que se dá a formação de grupos sociais para atuar em relação à questão ambiental, e qual sua influência sobre a mudança social em direção à conservação e à sustentabilidade no uso dos recursos naturais?". Para a autora, esses apontamentos refletem na produção científica na área, com pesquisadores(as) de diferentes linhas teóricas e procedimentos de pesquisa, mas que ainda há um vasto campo a ser investigado no país.

## A CIDADE DE CAXIAS DO SUL/RS: CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO E POLÍTICO

A região da Serra gaúcha começou a receber imigrantes italianos em meados de 1875, sendo que na cidade de Caxias do Sul tem sua fundação em 1890. Apesar de outras etnias terem estado na região, como os indígenas do tronco Jê, que originaram os Kaingang e as Xokleng, foi a identidade dos descendentes italianos que se fixou e ainda é muito forte e valorizada em toda a região. A cidade hoje é multiétnica, com aproximadamente 520 mil habitantes e um pujante polo industrial, que na última metade do século XX, trouxe pessoas de diferentes regiões do estado e do país em busca de oportunidades, assim como novos imigrantes vindos especialmente do Haiti, Senegal e Venezuela.

O setor metalmeccânico é considerado o segundo maior do país, o que favorece o desenvolvimento econômico da cidade, que precisa ser equilibrado para que também seja sustentável a médio e longo prazo. Como um todo, a região também se beneficia do turismo, com diferentes roteiros que valorizam duas das heranças italianas: a uva e o vinho. Tanto a indústria, quanto o turismo, tem desenvolvido nas últimas décadas estratégias de valorização de suas atividades econômicas, com foco no desenvolvimento sustentável, que além de uma marca positiva de responsabilidade social, atraindo mais interessados e investidores, se torna uma discussão necessária, haja vista que ambos os setores, em especial a agricultura para as parreiras e o turismo em torno do vinho, dependem em das condições climáticas, por exemplo.



Já no cenário político, diferentes partidos se revezaram no poder nas últimas décadas: Gilberto José Spier Vargas, conhecido como Pepe Vargas, do Partido dos Trabalhadores – PT (1997–2004); José Ivo Sartori, do Movimento Democrático Brasileiro – MDB (2005–2012); Alceu Barbosa Velho, do Partido Democrático Trabalhista – PDT (2013–2016) e Daniel Guerra, do Republicanos (2017–2019), sendo este último sofreu *impeachment* em dezembro de 2019, assumindo o então presidente de Câmara de Vereadores, Flávio Cassina, do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB (2019–2020), considerando que o vice de Guerra abandonou o governo no início do mandato, em uma gestão bastante tumultuada. Este é um breve resumo nos ânimos da disputa eleitoral na cidade em 2020.

O Quadro 1 apresenta os candidatos à Prefeitura no pleito municipal de 2020, onde tivemos 11 candidaturas:

Quadro 1 – Candidatos à prefeito em Caxias do Sul/RS nas eleições de 2020.

Nº	Coligação	Candidatos(as) a prefeito e vice
10	Republicanos	Julio Freitas (advogado-Republicanos) e Chico Guerra (vereador-Republicanos)
12	PDT – PP – PV – REDE	Edson Néspolo (professor-PDT) e Edson da Rosa (vereador-PP)
13	PT – PC Do B – PSOL	Gilberto (Pepe) Vargas (deputado estadual-PT) e Cláudio Libardi (advogado-PCdoB)
15	MDB – CIDADANIA – PSB – AVANTE	Carlos Búrigo (deputado estadual-MDB) e

Educação e desenvolvimento sustentável no contexto político das eleições de 2020 em Caxias do Sul/RS

		Elói Frizzo (advogado-PSB)
17	PSL	Renato Toigo (empresário-PSL) e Nilvo Bertolla (empresário-PSL)
19	Podemos	Toninho Feldmann (agente administrativo- Podemos) e Odir Feronatto (aposentado- Podemos)
22	PL	Renato Nunes (ocupação não informada- PL) e Priscila Vilasboa (advogada-PL)
25	DEM – PSD	Vinicius Ribeiro (arquiteto-DEM) e Kiko Girardi (vereador-PSD)
30	NOVO	Marcelo Slaviero (empresário- NOVO) e Cesar Bernardi (professor-NOVO)
45	PSDB – PTB – SD – PSC – PROS	Adiló Didomenico (vereador-PSDB) e Paula Ioris (vereadora-PSDB)
51	Patriota	Nelson D'Arrigo (administrador- Patriota) e Andreia Garbin (advogada- Patriota)

Fonte – Elaborado pelo autor (2021).

O Quadro 1 apresenta o mapa político das eleições municipais de Caxias do Sul/RS no ano de 2020, com as coligações formadas e os candidatos a prefeito e vice-prefeito(a). Observa-se a multiplicidade de candidaturas pulverizadas, em parte devido o *impeachment* do último prefeito eleito, cujo irmão se candidatou a vice-prefeito em 2020, o que gerou discórdias inclusive entre antigos aliados. A pluralidade de candidaturas também representou um cenário que refletiu diferentes visões a respeito da cidade e sobretudo, interesses políticos em torno da cidade e a busca pelo poder, proporcionando um amplo rol de opções, no qual nem sempre as bandeiras ideologias estão em primeiro plano.

## EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

Retorna-se à Agenda 2030, base de análise dos planos de governos apresentados pelos candidatos para pontuar que ela “[...] é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade” (ONU, 2020, não paginado), que se constitui de 17 objetivos para o DS e se subdividem em 169 metas, que em escala global visam a garantia plena dos Direitos Humanos. O presente artigo se alicerça no Objetivo 4, que corresponde a Educação de qualidade e que visa assegurar “[...] a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”.

A Educação se relaciona principalmente com a dimensão social do desenvolvimento sustentável, pois, “[...] refere-se ao objetivo de melhorar substancialmente os direitos e as condições de vida das populações e reduzir as distâncias entre os padrões de vida dos grupos sociais” (BARBIERI, 2020, p. 51), ou seja, a busca pela equidade entre os(as) membros(as) de uma mesma sociedade, mas também, de forma planetária, como objetiva a ONU. O Quadro 2 apresenta na íntegra as metas do ODS, sobre Educação de qualidade:

### Quadro 2 – Metas do ODS 4.

## Educação e desenvolvimento sustentável no contexto político das eleições de 2020 em Caxias do Sul/RS

4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.
4.2 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidades na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.
4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.
4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.
4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.
4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.
4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável
4.7a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.
4.7b Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.
4.7c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente

## Educação e desenvolvimento sustentável no contexto político das eleições de 2020 em Caxias do Sul/RS

os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

Fonte – Organização das Nações Unidas (ONU), 2015.

O ODS 4, da Agenda 2030 se ramifica em sete metas globais (a sétima se subdivide em três), sendo que seis se aplicam aos municípios, ou seja, estes podem/devem contribuir para que sejam alcançadas, proporcionando assim, desenvolvimento sustentável a partir da Educação. O quadro 3 é a síntese da pesquisa documental realizada no estudo, após, serão pontuados os planos de cada partido/coligação. Saliento que as metas são apresentadas conforme a responsabilidade dos municípios, como a oferta do Ensino Fundamental, sendo que o Ensino Médio fica a cargo dos Estados e da União.

Quadro 3 – Metas do ODS 4 e suas presenças nos planos de governo nas eleições de 2020.

Metas do Objetivo 4 da Agenda 2030, referente a Educação de qualidade	Número eleitoral e partidos										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
4.1 Garantir acesso aos Ensinos Fundamental a todos, com equidade e qualidade.	S	S	N	S	N	P	S	S	P	S	P
4.2 Garantir acesso com qualidade na Educação Infantil.	S	S	P	S	N	S	S	S	S	S	P
4.3 Garantir acesso com qualidade à educação técnica, profissional e superior.	N	S	N	S	S	S	S	S	N	S	N
4.4 Aumentar o número de jovens e adultos com	N	S	N	S	P	S	S	P	N	S	N

## Educação e desenvolvimento sustentável no contexto político das eleições de 2020 em Caxias do Sul/RS

habilidades e competências ao trabalho decente.												
4.5 Garantir igualdade de acesso aos mais vulneráveis, pessoas com deficiência e indígenas.	P	P	P	P	N	N	P	P	P	N	N	
4.6 Garantir acesso com qualidade à educação de jovens e adultos (EJA).	N	N	N	S	N	S	S	S	S	S	N	
4.7 Garantir acesso a conhecimentos relacionados ao desenvolvimento sustentável e aos direitos humanos.	P	N	N	S	P	N	P	P	N	N	N	
4.7a Garantir espaços educacionais com qualidade, seguros e inclusivos.	S	P	N	S	P	P	P	S	N	S	P	
4.7b Não se aplica aos municípios.												
4.7c Garantir a formação de professores em diferentes instâncias.	N	N	N	S	N	P	N	P	P	P	S	

Legenda - A meta é contemplada? S sim, N não ou P parcialmente.

Fonte - Elaborado pelo autor (2021).

A meta 4.7b não se refere aos municípios, pois coloca como missão o aumento do número de bolsas de estudos no Ensino Superior, em particular para países menos desenvolvidos. Dessa forma, esta meta não foi posta em análise, considerando que não seria responsabilidade do município oferecer tais oportunidades. Seguiu-se para análise dos planos a ordem numérica das siglas.

A candidatura de Julio Freitas e Chico Guerra (Republicanos) apresenta no plano de governo pontos importantes para

valorizar a Educação, como turno integral, equidade de condições aos estudantes com necessidades especiais, a implantação de projetos de cultura da paz, musicalização e Libras como segunda língua. Contudo, o documento não apresenta propostas para a formação de professores e a qualificação de adolescentes e adultos, se concentrando em ações para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Chama a atenção que nas seções de Educação e Turismo não cita meio ambiente e na seção sobre Meio Ambiente não traz menção a ações educativas.

As propostas no plano de governo de Edson Néspolo e Edson da Rosa (PDT – PP – PV – REDE) incluem escola de turno inverso, tecnologias para os professores, internet nas escolas e o fomento as relações familiares no ambiente escolar. Algo que chama a atenção, até pelo candidato Néspolo ser professor, é que não aborda a formação de seus colegas de profissão, somente apontando em valorizar e dar dignidade aos seus pares, sem informar com quais atitudes concretas. Já nas propostas sobre meio ambiente, aponta em transformar o Ecoparque em um complexo de lazer, turismo e Educação Ambiental, sem mencionar que ações poderiam realizadas. Ainda a este respeito, na seção sobre Saneamento cita: “Promover ações e projetos que envolvam a comunidade escolar, incentivando a sustentabilidade e a conscientização social da proteção do meio ambiente”, apesar de não trazer alusão na seção de Educação.

O plano de governo dos candidatos Pepe e Cláudio Libardi (PT – PC Do B – PSOL), ao contrário dos demais, não apresentam propostas divididas por setores. Há apenas três menções sobre Educação nas 22 páginas do plano, com indicações amplas e sem apresentar propostas à cidade. Primeiramente a cita sobre a retirada de direitos, incluindo a Educação, se propõem a uma gestão municipal que favoreça a “educação ampla e de qualidade”, sem especificar propostas para que a educação de fato seja ampla e de qualidade, sendo que a educação deve ser compartilhada com as três esferas do poder público. A terceira seção do plano aborda o desenvolvimento com economia socialmente justa, inovadora e ambientalmente sustentável, mas sem referências diretas à Educação, tendo o foco a geração econômica.

A Coligação formada por MDB – CIDADANIA – PSB – AVANTE que apresentou os candidatos Carlos Búrigo e Elói Frizzo ao pleito municipal, traz em seu plano de governo propostas que atendem a todas as metas do ODS 4, referente a Educação, no todo ou parcialmente. Destacam-se ainda as propostas de qualificar a infraestrutura tecnológica das escolas, o acesso à *internet* por estudantes de baixa renda e o uso de ferramentas para ensino remoto para o turno inverso ao escolar. Na seção específica sobre meio ambiente, há a proposta de estimular a Educação Ambiental nas escolas e campanhas nesse sentido junto a sociedade. A seção de Saúde cita a Educação, com proposta de: “Desenvolver ações educativas norteadas por indicadores e necessidades locais”, o que também atende apenas ao ODS 4, mas a Agenda 2030 em si, visando a qualidade de vida de forma integral para os seres humanos.

Renato Toigo e Nilvo Bertolla, ambos do PSL, apresentam um plano de governo enxuto, o menor entre os 11, com apenas cinco páginas, que apesar de apresentarem propostas para a Educação, elas são generalistas e praticamente atendem apenas as metas referentes à educação para o trabalho, sem apresentar propostas para as demais metas, como a qualidade na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Quanto a meta 4.7, cita apenas a criação de “Olimpiada Ambiental”, sem especificar como seria a proposta. Já entre as propostas presentes no plano estão: assegurar a merenda, incentivar a leitura e proporcionar equipamentos de informática, sendo que quanto a ampliação das escolas, indica apenas as rurais. Na seção sobre o meio ambiente, prevê: “Promover ações de conscientização da população sobre a importância da coleta seletiva”, ou seja, Educação Ambiental apenas para parte dos resíduos.

A seção da Educação plano de governo de Toninho Feldmann e Odir Ferronato (ambos do Podemos), parece que não contou com ajuda de especialistas. A Educação é dividida entre infantil e de jovens, sem mencionar o Ensino Fundamental, por exemplo. Chama a atenção que as melhorias nas escolares seriam realizadas em parcerias privadas, não pelo poder público, assim como o aumento no número de vagas na Educação Infantil, terceirizando via instituições particulares. Os candidatos apontam ainda a busca de implantação de escolas cívico militares, fortalecimento das



associações de pais e mestres e o incentivo à formação de professores, mencionando apenas os atuantes na Educação Infantil. Na seção sobre meio ambiente pontua: "Promover adesão de Caxias do Sul aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU)", citando diretamente a Agenda 2030, porém sem mencionar em como colocá-la em prática.

A candidatura do PL, através de Renato Nunes e Priscila Vilasboas apresenta o maior volume de propostas à Educação, 30 ao total, apesar de algumas se repetirem (na proposta e em sua escrita). Destaca-se as metas para educação de tempo integral, campanhas de combate ao *bullying*, drogas e violências, mas em compensação aponta para a implantação de escolas militares e ações de "amor à pátria", como o hasteamento da bandeira. Apesar de não apresentar nenhuma proposta quanto a formação de professores, inclui a revisão do plano de carreira e valorização dos profissionais da Educação como um todo.

Vinicius Ribeiro e Kiko Girardi, da coligação DEM – PSD, apresentaram propostas que atendem no todo ou parcialmente as metas do ODS 4, com destaque para a criação de grupos de apoio psicológico e de assistência social nas escolas. A meta 4.7, a respeito do acesso ao conhecimento sobre Direitos Humanos e ambiental, aparece na seção de meio ambiente, quando propõe: "Estimular a educação e conscientização ambiental com ações sustentáveis nas escolas e nas comunidades, ampliando a conscientização da responsabilidade da separação e destino do lixo", apesar da proposta aborda somente a relação meio ambiente – lixo, cita diretamente ações educativas não apenas no contexto escolar, mas também para fora de seus muros, com a comunidade.

As propostas do partido Novo, coligação de chapa pura através dos candidatos Marcelo Slaviero e Cesar Bernardi, atendem em parte as metas do ODS 4 sobre Educação, com destaque para o projeto de educação dos pais, atividades de contraturno e EJA para mães no diurno. Os candidatos também apresentam propostas consideradas polêmicas, como que a direção da escola deva se concentrar nos aspectos pedagógicos, ficando a gestão escolar para empresas terceirizadas e a implementação de

meritocracia, para as escolas disputarem entre si bons resultados, bem como os próprios professores, o que supostamente geraria impactos no desenvolvimento das carreiras e na remuneração. Já na seção de meio ambiente, menciona em: "Avaliar e melhorar os projetos de Educação Ambiental", sem necessariamente apresentar propostas nessa seara.

O plano de governo dos candidatos Adiló Didomenico e Paula Ioris (PSDB – PTB – SD – PSC – PROS) atendem boa parte das metas do ODS 4, mas não apresenta propostas para os mais vulneráveis e pessoas com deficiências. Destaca-se entre as propostas, ações de turno inverso, implementação de metodologias ativas no ensino, adequação dos currículos escolares e o trabalho pelo bem-estar de estudantes e profissionais da Educação. Ainda sobre a educação, prevê propostas para desenvolver habilidades para o mundo do trabalho e a profissionalização, já no Ensino Fundamental. Na seção sobre sustentabilidade, pontuam a intenção de resgatar a política de Educação Ambiental, focando o meio empresarial, sem citar as escolas ou a Educação de forma geral. Chama a atenção que o plano foi alicerçado na Agenda 2030 (ou pelo menos a cita):

[...] projetamos uma Caxias metropolitana, centro de uma região que deve contemplar os 17 objetivos de desenvolvimento sustentáveis estabelecidos pela ONU, dando nossa contribuição para a transformação global no estabelecimento de maior justiça social, protagonismo, desenvolvimento e dignidade para todos.

O último plano analisado foi dos candidatos Nelson D'Arrigo e Andreia Garbin (ambos do Patriota), um documento bastante enxuto em todas as áreas. No campo da Educação, parte das propostas são generalistas, como disponibilizar vagas para 100% da demanda, tornar a Educação Básica responsabilidade única do município (sendo que hoje é compartilhada com o governo do estado) e promover o conceito de acessibilidade nas escolas, sem especificar como atender tais propostas e o que de fato seria feito. Ainda se destaca a implementação da meritocracia no ambiente escolar e implementação de escolas cívico militares. No quesito

ambiental, não apresenta uma seção específica sobre o meio ambiente, não trazendo sequer uma proposta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados analisados por este estudo, podemos observar que a garantia de acesso à Educação infantil e ao Ensino Fundamental é quase unânime nos planos apresentados pelos candidatos e quando não aparece, acredita-se que seja por uma falha ou incompletude dos documentos, uma vez que, dificilmente um candidato exporia que não pretende oferecer acesso à Educação Básica. Já em relação a qualidade, enquanto quesito é subjetivo, portanto, não é possível mensurar, apesar de que, a expressão 'educação de qualidade' apareça nas propostas, contudo, sem pontuar o que os candidatos entendem por 'qualidade' ou como avaliar, se via parâmetros nacionais, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), por exemplo e o como atingir melhores resultados qualitativos.

A Educação de jovens e adultos é contemplada em seis de 11 planos de governos, sendo que a garantia de acesso à educação técnica e profissional se fez presente em sete de 11 documentos. Quanto a garantia de acesso à Educação aos mais vulneráveis, tais como pessoas com deficiências e indígenas, sete planos apresentam propostas que parcialmente visam atingir essa meta, normalmente abordando a inclusão e acessibilidade, em especial a arquitetônica, sendo que existem outras, como a atitudinal (quanto aos comportamentos) e a metodológica (que tem relação direta com os processos de ensino e de aprendizagem). Já em relação aos povos indígenas, nenhum dos planos de governos apresentados no pleito municipal de 2020 aborda o assunto ou faz menção a estes povos.

A formação de professores é um tópico que chama a atenção, pois, cinco planos não apresentam propostas, em quatro o assunto é parcialmente abordado e somente dois candidatos apresentam ações diretas. Há candidatos que pontuam a questão da carreira e da remuneração, pontos que são importantes, mas a formação

docente continuada é fundamental até para se chegar à 'educação de qualidade' que se almeja.

Em quatro planos há propostas para qualificar os espaços educacionais, em cinco contemplam a meta parcialmente, pois não necessariamente pontuam que os espaços serão seguros ou inclusivos. Em relação a garantia de conhecimentos sobre desenvolvimento sustentável e Direitos Humanos, sete planos não abordam esta meta diretamente, nem em temas correlatos, sendo que em três toca-se parcialmente no assunto e somente um candidato apresenta de fatos propostas nessa seara. Há de se destacar ainda, que alguns candidatos abordam, por exemplo, propostas de Educação Ambiental em outras seções dos documentos, principalmente nas seções sobre Meio Ambiente e não, junto as propostas a respeito da Educação.

Tem-se que a Educação é um direito social, uma conquista prevista no Art. 6 da Constituição Federal brasileira e em uma série de documentos da ONU, haja vista os Objetivos para o desenvolvimento do milênio (2000-2015) e a Agenda 2030 (2015-2030), como um direito humano elementar. No que tange o desenvolvimento sustentável, a Educação está presente na dimensão social, que engloba a melhoria das condições de vida, a busca pela equidade e justiça social, buscando a transformação de realidades, a conquista da cidadania através da segurança dos direitos, deveres e compromissos nos âmbitos ético, social e político, almejando o bem-estar comum e universal.

Apona-se que este estudo se constitui como um recorte das potencialidades dos planos de governo apresentados pelos candidatos à Prefeitura Municipal de Caxias do Sul/RS e que outros estudos podem partir e/ou se alicerçar neste, inclusive identificando e analisando elementos que englobem as outras dimensões do desenvolvimento sustentável, sob a ótica da Educação ou não, ou ainda, explorando outros ODSs e suas metas.

Para finalizar, o desfecho das eleições municipais levou ao segundo turno os candidatos Adiló Didomenico (PSDB) e Pepe Vargas (PT), sendo este último vencido por 59,57% dos votos conquistados pelo seu oponente. Cabe a sociedade em geral, vencedores e vencidos, acompanhar o mandato do prefeito eleito Adiló, assim como a

Educação e desenvolvimento sustentável no contexto político das eleições de 2020 em Caxias do Sul/RS

Câmara de Vereadores e toda a sociedade, fiscalizando e fazendo-se cumprir os direitos da sociedade e os deveres do poder público, observando para que as propostas de campanha sejam cumpridas.

## REFERÊNCIAS

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento sustentável: das origens à Agenda 2030**. Petrópolis: Vozes, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BUTTEL, Frederick H. A Sociologia e o meio ambiente: um caminho tortuoso rumo à ecologia humana. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 16, p. 69–94, 1992. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1961>.

Acesso em: 14 jun. 2021.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

FERREIRA, Leila da Costa. Ideias para uma sociologia da questão ambiental – teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 10, p. 77–89, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/3096>. Acesso em: 13 jun. 2021.

FERREIRA, Lúcia da Costa. Conflitos sociais e uso dos recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa. **Política & Sociedade**, n. 7, p. 105–118, out. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1968>. Acesso em: 15 jun. 2021

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HERCULADO, Selene. Sociologia Ambiental: origens, enfoques metodológicos e objetivos. **Revista Mundo e Vida: alternativas em estudos ambientais**. Niterói, ano 1, n. 1, p. 45–50, 2000.

LENZI, Cristiano Luis. **Sociologia Ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade**. Bauru: EDUSC, 2006.

MOL, Arthur P. J.; SPAARGAREN, Gert. Para uma sociologia dos fluxos ambientais: uma nova agenda para a Sociologia Ambiental no século XXI. **Política & Sociedade**, n. 7, p. 27–76, out. 2005. Disponível

Educação e desenvolvimento sustentável no contexto político das eleições de 2020 em Caxias do Sul/RS

em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1964>.

Acesso em: 15 jun. 2021

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando o nosso mundo: A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. 2015.

PATÁRO, Carolina Ribeiro; OLIVA, Diego Coletti. **Construindo a pesquisa: métodos, técnicas e práticas em Sociologia**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

PLANO de governo Caxias pra frente – PT – PC Do B – PSOL. 2020. 22 p.

PLANO de governo coligação Avança Caxias Vibrante – PDT – PP – PV – REDE. 2020. 11 p.

PLANO de governo do Caxias do Sul 2020 – NOVO. 2020. 26 p.

PLANO de governo do Caxias do Sul 2021 – 2024 – DEM – PSD. 2020. 20 p.

PLANO de governo do Caxias do Sul 2021/2024 – PSL. 2020. 05 p.

PLANO de governo do Partido Liberal 2020 – PL. 2020 21 p.

PLANO de governo Levanta Caxias – PSDB – PTB – SD – PSC – PROS. 2020. 21 p.

PLANO de governo Nós podemos – Podemos. 2020. 19 p.

PLANO de governo Projeto de cidade, Caxias do Sul – 2021 – 2024 – Republicanos. 2020. 21 p.

PLANO de governo Projeto de uma cidade única, inclusiva e próspera – Patriotas. 2020. 11 p;

PLANO de governo Vamos abraçar Caxias – MDB – PSB – AVANTE – CIDADANIA. 2020. 18 p.

# VIOLÊNCIA POST-MORTEM: UMA RESENHA DO LIVRO “GOVERNAR OS MORTOS: NECROPOLÍTICA, DESAPARECIMENTO E SUBJETIVIDADE”, DE FÁBIO LUÍS FRANCO

Thiago Canettieri<sup>1</sup>

A teoria crítica brasileira com toda certeza tem em mãos uma imprescindível contribuição com o livro *Governar os mortos: necropolítica, desaparecimento e subjetividade*, de Fábio Luís Franco, publicado em 2021 pela editora Ubu. Nesse livro, o autor desdobra a conceitualização de uma *governamentalidade da morte* que ultrapassa o ato assassínio, mas trata-se da forma mesma de gerir os corpos já mortos. A partir da eliminação dupla, da *vida do corpo* e do *corpo da memória*, Fábio Luís Franco constrói um poderoso enquadramento para compreender um tipo de violência específica: a violência *post-mortem*, aquela que se comete contra o morto ao impedir que a morte seja incorporada numa cadeia de sentido. Assim, mata-se duas vezes.

Franco (2021, p.51) sugere ler o “desaparecimento não apenas como uma técnica suplementar a outras, e sim como uma racionalidade capaz de orientar a conduta das mais diversas áreas”. Essa racionalidade constitui uma forma de governo que determina regimes de (in)visibilidade que escondem e fazem aparecer de acordo com uma certa política, seguindo um certo cálculo do poder.

Desse modo, demonstra a forma pela qual diferentes procedimentos constituem o dispositivo de desaparecimento. São eles: a supressão da identidade ou a substituição dessa por outros cadáveres. Seja como for, na efetivação do desaparecimento são mobilizadas muitas práticas e muitos expedientes: ora o desaparecimento é resultado de uma “economia de esforços por parte dos agentes de Estado e dos demais funcionários das

---

<sup>1</sup> Thiago Canettieri é professor do departamento de urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Realizou residência pós-doutoral vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMG (2019-2020), é doutor em Geografia pela UFMG (2019), mestre em Geografia – Tratamento da Informação Espacial pela PUC-Minas (2014) e possui graduação em Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela PUC-Minas (2012). É coordenador regional do núcleo RMBH do Observatório das Metrópoles (INCT/CNPq), líder do grupo de pesquisa CRITICAR (crise, trabalho, capital e revolta) e pesquisador do grupo Cosmópolis. É pesquisador afiliado ao Instituto Alameda.



instituições e dos organismos que atuam no processo de identificação” (FRANCO, 2021, p.29); ora, o desaparecimento é realizado por um zeloso trabalho burocrático de preenchimento de papéis e formulários que produzem uma “*visibilidade invisibilizadora*” (FRANCO, 2021, p.32); ora, a prática é descentralizada, organizada pelos *esquadrões da morte*, constituídos a partir de uma ordem (apesar da autonomia dada a cada soldado enquanto hipóstase de juiz, policial, militar, legislador e carrasco) (FRANCO, 2021, p.65); ora como parte explicitamente elaborada de uma doutrina de guerra (FRANCO, 2021, p.71). Em todos os casos, o que está em questão é um processo de identificação de certos corpos como “não identificados” – e, como bem nota Franco, isso faz parte do *dispositivo necrogovernamental* a partir do qual se exerce o controle sobre uma população.

Segundo o autor, os dispositivos necrogovernamentais fazem com que

os cadáveres dos que viveram vidas quaisquer, abandonadas da política, da linguagem e do direito, são capturados, documentados, administrados, necropsiados e sepultados para, assim, serem abandonados uma segunda vez na forma de corpos quaisquer, desconhecidos, o que, em sentido reverso, produz efeitos sobre os corpos viventes (FRANCO, 2021, p.36).

Dessa forma, há no livro de Franco a autópsia do próprio poder desaparecedor. Essa forma de governo da morte, se constitui como um sistema cheio de elementos que envolve tecnologias sociais e organizativas, burocracias e formulários, instituições, agentes estatais, paraestatais e não-estatais, uma ampla gama de saberes, procedimentos e expedientes. Essa constelação burocrática – sem, é claro, deixar largo espaço à improvisação, como nota o autor, opera de modo a gerir “quem, o que, como e quando se pode aparecer e, inversamente, deve desaparecer” (FRANCO, 2021, p.50). Trata-se, de uma certa maneira, da produção de um *desaparecimento administrativo*, algo importante de ser exposto nos termos colocados pelo autor para escapar da ideia de que tais práticas são “desvios” – trata-se do núcleo mesmo da racionalidade política moderna.

O autor constrói, salvo engano, seu argumento a partir de pelo menos quatro grandes linhas teóricas. A primeira que merece

destaque, e talvez a mais explícita já que figura no subtítulo da obra, é a ideia de necropolítica, apresentada pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2018). Nesse sentido, é possível pensar a biopolítica compreendendo-a a partir do deslocamento espaço-temporal para os países colonizados. Nesses territórios de violência, a biopolítica se manifesta como um poder da morte – regime que se reproduz a partir da condição descartável que certos corpos possuem. Claro, vale destacar, que essa condição não é feita de éter. Trata-se de uma construção histórica assentada em séculos de racismo estrutural. A necropolítica, enquanto uma política da morte, lembra Franco (2021, p.98), “não apenas mata como faz com que os vivos se identifiquem como já mortos” (p.98) e produzem assim regimes de (in)visibilidade. Franco vai se apoiar também, embora mais marginalmente, na elaboração de Paul Virilio e Sylvère Lotringer (1984) sobre a militarização do cotidiano. Os autores em questão constroem um importante argumento sobre os regimes de (in)visibilidade. Segundo eles, governar é fazer desaparecer, ainda que, para garantir o desaparecimento, tenha que se deixar visível. Assim, Franco percebe uma mudança de sinal que é relevante para a crítica do poder desaparecedor: ele não opera apenas “escondendo” ou “encobrindo”, mas, por vezes, o faz exatamente por tornar visível de uma maneira desubjetivada, desimplicada. Outra contribuição que se faz presente no trabalho de Franco é a ideia de *homo sacer* como desenvolvida pelo italiano Giorgio Agamben (2002). O filósofo descreve uma forma chamada por ele de *vida nua* que se constitui a partir do abandono da comunidade. Apoiado nesse achado agambeniano, Franco (2021, p.35) percebe que o abandono pode muito bem se perpetuar através da morte e, assim, “opera igualmente sobre os corpos mortos, eles próprios excluídos do campo do direito, da linguagem e da política”, sendo, então, capturados na forma de um cadáver não identificado, ou, como escreve o autor, de uma *morte nua*. Essa morte nua é aquela que não é passível de luto. E para isso Franco recorre à filosofia de Judith Butler (2019) que foi suscitada pelo objeto cotidiano e prosaico: os obituários dos jornais que impede que certas mortes apareçam. A consequência disso, para a filósofa é que essas “vidas para as quais não cabe nenhum luto porque já estavam perdidas para sempre ou porque, melhor dizendo, não ‘foram’” (BUTLER, 2019, p.60). Assim, Franco percebe que a distribuição desigual do luto é a condição para a

administração da sociedade que faz circular a melancolia como uma *patologia do social<sup>2</sup> da gestão necrogovernamental*.

Além do extenso trabalho teórico, o livro de Franco apresenta uma reconstituição rica e precisa dos mecanismos de desaparecimento forçado como uma tecnologia do poder que opera de maneira disseminada no mundo contemporâneo, bem como detalha os meandros de sua constituição enquanto uma racionalidade administrativa.

Embora o desaparecimento forçado figure no rol dos crimes contra a humanidade (incluída pela Resolução 33/173 da Assembleia Geral da ONU em 20 de dezembro de 1978), tenha uma declaração específica da ONU em 1992 (Declaração sobre a proteção de todas as pessoas contra desaparecimentos forçados ou involuntários), seja contemplada como crime passível de julgamento no Tribunal Penal Internacional instaurado pelo Estatuto de Roma em 1998 e, mais recentemente esteja contemplada numa convenção específica também da ONU, datada de 2006, ainda assim, lembra o autor, essa é uma prática recorrente. Prática essa que remonta aos campos de batalha da Primeira Guerra Mundial, em que os exércitos ocultavam os corpos dos soldados inimigos mortos em batalha. Desde 1925, em uma Conferência Internacional da Cruz Vermelha, há a determinação que os soldados mortos fossem mantidos com seus uniformes e placas de identificação – embora, como se sabe, isso não foi suficiente para impedir o desaparecimento. Ao contrário, os efeitos do desaparecimento apenas aumentaram. Franco destaca o amplo uso desse expediente pelo regime nazista, que o mobilizou para o uso contra a população civil como uma forma de controle dos dissidentes e de exercício do Holocausto. O autor coloca ênfase que essa continuidade não foi só dada pelo regime fascista, mas fez parte do repertório de guerra da Escola Superior de Guerra de Paris (ESG). A prática do desaparecimento teve lugar de destaque nos manuais de “guerra contrarrevolucionária” como uma estratégia de combate, primeiramente contra Viet Minh e que foi ampliada e melhorada durante a Guerra da Argélia<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Aqui, vale dizer, a referência do autor é o trabalho do Laboratório de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise (Latefisp-USP) apresentado no livro *Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico*, organizado por Safatle, Silva Júnior e Dunker (Autêntica, 2018).

<sup>3</sup> Segundo o autor a cifra de desaparecidos aumentou tremendamente de um conflito para outro, indicando sua centralidade como exercício do poder de ocupação colonial. No entanto, nem sempre o desaparecimento era tão eficiente como gostaria o exército francês e não foram poucos os corpos que foram devolvidos pelo mar, sendo encontrados, ainda que sem qualquer identificação,

Parte da reconstrução histórica feita por Franco envolve em mapear a exportação da prática do desaparecimento realizada pelo ESG. No período entre 1951 e 1962, quase 20% dos estagiários da Escola de Guerra francesa eram de estrangeiros dos quais praticamente metade provinham da América Latina. Lá, os militares aprendiam sobre estratégias de guerra contrarrevolucionária que foram empreendidos pelos franceses em suas ocupações. Em 1961, realizou-se, em Buenos Aires, um “Curso interamericano de guerra contrarrevolucionária” promovido por militares franceses. Dentre os ensinamentos de guerra estava a *força do desaparecimento*.

Portanto, não é de todo estranho que tal prática tenha sido adotada em excesso pelas ditaduras latino-americanas a ponto de se tornar uma racionalidade política – afinal, esse é o principal argumento do livro. Há em seu trabalho uma extensa bibliografia sobre os desaparecimentos políticos promovidos pelas outras ditaduras militares do cone sul. Mas o livro, como já dito, não é uma obra sobre “uma história do desaparecimento”. Sua principal contribuição é, a meu ver, a construção de uma interpretação do fenômeno do desaparecimento como uma poderosa chave de compreensão do Brasil.

Nesse sentido, seu ponto de partida é elucidativo: 4 de setembro de 1990, no bairro de Perus, na periferia noroeste de São Paulo. Nesse dia começavam a ser exumadas as ossadas da vala clandestina de Perus, onde a prática do desaparecimento, efetivamente, apareceu concretamente. Assim, Fábio Luís Franco, apoiado na epistemologia agambeniana, trata a vala de Perus como um *paradigma*:

O caso da vala clandestina de Perus expõe de maneira contundente os dispositivos de gestão política dos mortos e da morte que não foram exclusividade da ditadura civil-militar brasileira, uma vez que remontam a períodos anteriores e permanecem para além dela, assumindo posição central na nova forma de governança que se estabeleceu no país (FRANCO, 2021, p.22).

Ali estava revelada a verdade sobre os desaparecimentos, que ficou evidente com o depoimento de Paulo Malhães à Comissão

---

nas praias argelinas, que se tornaram conhecidos pelo epíteto “camarões Bigeard”, em referência ao general francês.

Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, usada por Franco como epígrafe: “isso foi uma grande lição que eu aprendi – o que causa maior pavor não é você matar a pessoa. É você fazer ela desaparecer”. Essa tecnologia do exercício do poder é uma inovação da *forma de exercício do terror*, quando se alimenta também da incógnita. Franco (2021, p.76-77) demonstra então que o recurso às técnicas do desaparecimento político esteve intrinsecamente vinculado a um pacote amplo de medidas, tomadas sobretudo durante o governo Geisel (1974-1979) com o objetivo de dar força e institucionalizar o modelo político autoritário. Para tanto, a violência e repressão do regime ditatorial teve sua publicização controlada. A violência primordial do período, utilizada para garantir e perpetuar a legitimação da Ditadura Militar, era o desaparecimento forçado. Segundo o autor, “o regime ditatorial no Brasil aperfeiçoou, incorporou e sistematizou essas rotinas geradoras de desaparecimento” (FRANCO, 2021, p.95). Conforme relatório do Ministério Público Federal sobre a prática criminosa do desaparecimento, os promotores afirmam que, diante das investigações realizadas, ficou evidente que existia uma ação coordenada pelo Estado para promover a ocultação dos corpos – não só de militantes contrários ao regime, mas de “efeitos colaterais” da ação repressora promovida pela Ditadura, transmitindo assim a expectativa de normalidade.

No entanto, a estratégia do desaparecimento, ainda que almejasse uma normalidade, “faz repercutir indefinidamente uma violência sem forma, sem contornos, sem começo nem fim” (FRANCO, 2021, p.53). Essa violência de *apagamento* da memória é mais uma das estratégias do Estado para o exercício da necropolítica.

O livro de Fábio Luís Franco constitui um importante e considerável esforço heurístico em compreender a dinâmica da morte e de seu apagamento como expediente de instâncias políticas e, sobretudo, em profunda relação com as institucionalidades “normais” do Estado. Tal pérfida estratégia do poder, de produzir desaparecidos, corpos não identificados, foi amplamente usada em momentos de exceção – mas, como sabem os oprimidos, a exceção é a regra. Mesmo em pleno “regime democrático”, regido pela Constituição Cidadã, e, até mesmo, num governo “popular” como foi o caso dos treze anos da gestão petista no Brasil, o expediente do desaparecimento não deixou de existir – os porões da ditadura, a ponta da praia, os voos noturnos, foram substituídos por outros expedientes. A prática do desaparecimento figura como uma

forma de ação, sobretudo, das forças policiais – herdeiras diretas do regime da ditadura que revelam o caráter pouco democrático de nossa democracia.

Vale notar que, ao conceituar o “desaparecimento como uma racionalidade política”, o autor está descrevendo a constituição dos regimes de (in)visibilidade que constituem tal forma de governo. Hoje, tanto quanto no passado, os regimes de (in)visibilidade constituídos se reproduzem a partir da racialização de certos corpos, da omissão do sistema de justiça e da prática da violência perpetrada pelo Estado, direta ou indiretamente. Assim, essa racionalidade política do desaparecimento pode operar e se reproduzir na medida em que desaparece com certos corpos.

Talvez fosse o caso de lembrar o desaparecimento de Amarildo Dias de Souza, ajudante de pedreiro, negro e morador da Rocinha, favela do Rio de Janeiro, que desapareceu após ser detido por policiais militares. No entanto, há outras situações que o desaparecimento parece ser uma categoria importante: os recentes casos dos crimes ambientais e sociais ocasionados pela ruptura de barragens de rejeitos de mineração produziu centenas de desaparecidos – e também, a meu ver, figura como um exemplo do poder desaparecedor. Por fim, e fartamente discutido pelo autor em seu *post-scriptum*, o atual contexto deflagrado pela pandemia de Covid-19 produz também regimes de invisibilidade massacrante no qual a morte e a melancolia causada pela interrupção do luto circulam como estratégias do exercício do poder e da prática da necropolítica.

O livro *Governar os mortos*, de Franco é, por esses e outros motivos, uma importante contribuição para a crítica do atual estado de coisas. Desvelar a violência *post-mortem* constantemente reproduzida é um passo essencial para aqueles que pensam em como superar a condição turbulenta em que vivemos.

Resenha: Governar os mortos

### Referências bibliográficas

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: n-1, 2018.

VIRILIO, P.; LOTRINGER, S. *Guerra pura: a militarização do cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

AGAMBEN, G. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

BUTLER, J. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

FRANCO, F. L. *Governar os mortos: necropolíticas, desaparecimentos e subjetividade*. São Paulo: Ubu, 2021.